



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

MARCOS AURELIO SANTANA RODRIGUES

PELAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS:
COMPARANDO PRÁTICAS DISCURSIVAS *ANARQUISTAS*
NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1898 E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1920

Rio de Janeiro

2010

**PELAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS:
COMPARANDO PRÁTICAS DISCURSIVAS *ANARQUISTAS*
NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1898 E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1920**

MARCOS AURELIO SANTANA RODRIGUES

CFCH/IFCS/PPGHC/UFRJ

Mestrado em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magda Maria Jaolino Torres

Rio de Janeiro

2010

**TÍTULO: PELAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS:
COMPARANDO PRÁTICAS DISCURSIVAS
ANARQUISTAS NO RIO DE JANEIRO ENTRE
1898 E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1920**

MARCOS AURELIO SANTANA RODRIGUES

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof.^a Dr.^a Magda Maria Jaolino Torres
PPGHC-UFRJ
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Gracilda Alves
PPGHC-UFRJ

Prof. Dr. Fábio Henrique Lopes
UFRRJ

Rio de Janeiro

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Rodrigues, Marcos Aurelio Santana.

Pelas Páginas dos Periódicos: comparando práticas discursivas *anarquistas* no Rio de Janeiro entre 1898 e o início da década de 1920 / Marcos Aurelio Santana Rodrigues - Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHC, 2010.

x, 167f

Orientador: Magda Maria Jaolino Torres

Dissertação (mestrado) – UFRJ/PPGHC/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2010

1. *Anarquismo* 2. História 3. Periódicos 4. Discurso 5. Prática discursiva 6. Emergência 7. Arqueologia

I. Torres, Magda Maria Jaolino. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. III. Título

Para Betinho, meu pai, Aninha, minha esposa, e Ana Paula, minha filha,
companheiros pacientes nesta empreitada.

AGRADECIMENTOS

Desde 2005 venho me dedicando a compreender práticas e discursos *anarquistas* no Rio de Janeiro, procurando diferenças entre eles e como se posicionavam nas mais diversas ações políticas e sociais, especificamente no período da Primeira República. De lá para cá, tive discussões e contei com opiniões de pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, entre professores com quem tive e tenho o privilégio de trabalhar e as muitas amizades que fui construindo neste período.

Deste modo, gostaria de agradecer especialmente à professora Magda Maria Jaolino Torres que sempre acompanhou a minha trajetória acadêmica, desde a graduação, quando comecei a problematizar a presença de documentos *anarquistas* no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro [AMORJ]. Registro que Magda, além de me receber sempre com muito carinho e amizade, soube como poucas me orientar no sentido de tornar possível a análise de um tema tão debatido como o *anarquismo*. Portanto, no Programa de Pós-Graduação em História Comparada [PPGHC], ela foi fundamental para que eu não perdesse a direção e me mantivesse firme nos rumos traçados.

Agradeço às professoras Elina Pessanha e Regina Morel, coordenadoras do AMORJ, onde tive oportunidade de ser bolsista de Iniciação Científica e atualmente supervisor técnico de documentação, que me permitiram desenvolver pesquisas iniciais sobre a documentação *anarquista* naquele arquivo e que sempre me incentivaram. No AMORJ agradeço, também, a todos os colegas que trabalharam e trabalham comigo, especialmente, Rafael Viana, com quem discuti várias questões pertinentes ao *anarquismo* e que foi companheiro em vários eventos sobre o tema que realizamos em nome do Arquivo.

Igualmente agradeço ao professor Evaristo de Moraes Filho, com quem tive o privilégio de trabalhar organizando seu arquivo particular e que muito me ensinou sobre direito do trabalho, *sindicalismo* e *anarquismo* no Brasil.

Agradeço aos amigos do Grupo de Estudos do *Anarquismo* [GEA], do Núcleo de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, com os quais muito aprendi e discuti, além de realizarmos seminários e colóquios, fortalecendo assim, nossos laços acadêmicos e profissionais. Entre estes, agradeço especialmente ao Rafael Deminiciis, ao João Henrique Oliveira e ao Milton Lopes, um dos grandes historiadores *anarquistas* que temos no Rio de Janeiro, que carinhosamente chamamos de “Enciclopédia ambulante” e que foi significativamente importante para discussões acerca os *periódicos anarquistas* da cidade

neste trabalho. O Milton me permitiu ampliar muito as noções sobre o que se chamou “*imprensa anarquista*”.

Não posso deixar de agradecer também aos companheiros do “Campo de Experimentação: Michel Foucault e a História”, principalmente aos professores Fábio Henrique Lopes e Marilene Rosa Nogueira da Silva, que sempre deram sugestões importantes para os trabalhos do grupo e que foram significativas para o meu. Foram contribuições que, com muita elegância, me ajudaram a situar melhor a pesquisa. Agradeço também ao Lucas Zelesco pela solidariedade em momentos de aperto e por estar sempre disposto a ajudar.

Agradeço aos funcionários e aos professores do PPGHC pela cordialidade que sempre me foram dispensadas, especialmente ao professor Silvio de Almeida Carvalho Filho que com muita generosidade acompanhou de perto minhas propostas iniciais no Programa e à professora Gracilda Alves que sempre me atendeu com muita atenção.

Agradeço também aos funcionários do Centro de Documentação e Memória da UNESP, especialmente o Luis Zimbarg que muito me ajudou na disponibilização dos documentos. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, e ao pessoal da Biblioteca Social Fábio Luz.

Ao lado destes, agradeço a todos que não estão registrados nestas páginas, mas que de várias maneiras contribuíram para que este solitário trabalho de pesquisa fosse preenchido com diálogos, com idéias, com incentivos, que permitiram que a tarefa fosse menos árdua.

Não posso me furtar, para encerrar, de agradecer à minha família, que foi companheira de verdade e que me possibilitou ter a tranquilidade e a segurança necessária para poder realizar este trabalho, em especial Betinho, meu pai, e Aninha, minha esposa, que com toda paciência sempre estiveram comigo.

Portanto, registro aqui, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação visa a descrever, comparar e analisar, dentre as *práticas discursivas* que conformaram o *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro, aquelas que se efetivaram nos periódicos auto-definidos como *anarquistas* que aí surgiram e circularam entre 1898 e o início da década de 1920. Para isso, as reflexões de Michel Foucault, ao cunhar noções como as de *arqueologia*, privilegiando a *comparação* e as *práticas discursivas* (e também as *não discursivas*), definidas por ele de maneira muito particular, foram de extrema valia para a construção de meus próprios problema e objeto de pesquisa. A hipótese é que não existiria nesse período *um* discurso que se pudesse denominar como *o anarquismo*. Este não é tomado aqui como um dado que se quer analisar, mas como o problema do qual se quer verificar a *emergência*. Trata-se de algo que se parece querer gestar como tal e, claramente, não só na cidade do Rio de Janeiro. Na impossibilidade de ampliar a pesquisa nos limites desta dissertação, limito-me a verificar como isto pode aparecer no espaço da então capital federal, no período assinalado. Verifico a validade de minha afirmação, examinando os enunciados que aí se veiculavam e/ou gestavam e que se apresentavam como *anarquistas*, muito embora, como pude perceber, sob formas por vezes diferenciadas entre si. Estas diferenças pareceram-me reconhecíveis pelo modo como, nos escritos selecionados, eram definidas, articuladas e afrontadas algumas questões singulares, cuja combinação e recorrência, tomadas como medidas de importância e pertinência no que se quer instituir como *anarquismo*, destaca-se neste trabalho. Entre estas, relevo as seguintes: as noções de *indivíduo* e de vida social, relações de poder e instituições, o *Estado* e os *sindicatos*, a *liberdade* e a *autoridade*.

PALAVRAS-CHAVE: *Anarquismo*, História, Periódicos, Discurso, Prática discursiva, Emergência, Arqueologia

ABSTRACT

This dissertation aims to describe, compare and analyze, among the discursive practices that conformed anarchism on Rio de Janeiro, those carried on periodicals self-defined as anarchists, which appeared and disseminated between 1898 and the beginning of the 1920s. For this, Michel Foucault's reflections when minting/forging notions as *archeology*, privileging *comparison* and *discursive practices* (and also the *non-discursive* ones), defined by himself on a very particular way, were extremely valid to the construction of both my problem and research object. The hypothesis is that does not exist on this period a discourse which could be named as *the anarchism*. It is not taken here as a given to be analyzed, but as the problem from which the emergency is to be verified. Is something that seems wanting to gestate itself as so and, clearly, not only at Rio de Janeiro city. On the impossibility of enlarge/ampliate [choose] this research due the limits of this dissertation, I establish to myself verify how this could appear on the space of the then Federal capital, to the presented period. I verify the validity of my statement by examining the enunciates that there circulated and/or gestated and displayed themselves as anarchists, even if, as I could notice, under shapes at times different among each other. These differences seemed to me recognizable by the way as, on the selected writings, were defined, articulated and affronted some singular questions, which combination and recurrence taken as measure to importance and pertinence to what is wanted institute as *anarchism*, stands out in this work. Among these, I point the following: the notions of individual and social life, power relations and institutions, the State and syndicates, liberty and authority.

KEYWORDS: Anarchism, History, Periodicals, Discourse, Discursive Practice, Emergency, Archaeology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. <i>Anarquismo: a palavra e as coisas</i>	
1.1. <i>Emergências</i> de práticas discursivas e periódicos <i>anarquistas</i> no Rio de Janeiro	30
1.2. Questões e temas recorrentes nos periódicos <i>anarquistas</i>	55
1.3. Os autores “clássicos” recorrentes nos periódicos	62
CAPÍTULO 2. Formações de noções de <i>liberdade, de vida e organização social</i> como práticas políticas <i>anarquistas</i>	
2.1. A <i>liberdade</i>	69
2.2. O <i>indivíduo</i>	77
2.3. A <i>sociedade</i>	90
2.4. O <i>sindicato</i> e o <i>sindicalismo</i>	101
CAPÍTULO 3. Formações de noções de <i>exercícios de poder e de autoridade</i> como degenerações sociais e políticas	
3.1. O <i>Estado</i>	115
3.2. A <i>autoridade</i>	132
3.3. A “ditadura do proletariado”	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
BIBLIOGRAFIA	160

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que *o anarquismo* não é tomado aqui como um dado que se quer analisar, mas como o problema do qual se quer verificar a *emergência*, este trabalho tem por objetivo descrever, comparar e analisar, dentre as *práticas discursivas* que conformaram o *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro, aquelas que se efetivaram nos periódicos auto-definidos como *anarquistas* que aí surgiram e circularam entre 1898 e o início da década de 1920.

É importante assinalar a maneira pela qual entendo *práticas discursivas* a partir de Michel Foucault. Estas não pretendem significar as atividades de um sujeito, mas designar a existência objetiva e material de *regras* às quais o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o *discurso*. Como diz ele, estas podem ser entendidas como:

um conjunto de regras anônimas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa [...]¹

Alfredo Veiga-Neto esclarece esta noção de Foucault assim: “Prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo o conjunto de enunciados que ‘formam o substrato inteligível para as ações’ [...]”.² Veiga-Neto completa e defende: “Isso equivale a dizer que as *práticas discursivas* moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar”.³

Deste modo é a *prática* que constitui o *discurso* e por isso não se admite aqui qualquer “discurso” fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constitui.⁴ Na minha questão específica, foram as *práticas discursivas anarquistas* que moldaram as suas maneiras de constituir o mundo, de se posicionar frente a questões recorrentes como o *indivíduo*, a *sociedade*, o *Estado*, os *sindicatos*, a *liberdade* e a *autoridade*, conformando o que se chamou *anarquismo*.

Delimito o estudo entre os anos de 1898 e início da década de 1920, pois é neste período que se verifica a *emergência* de discursos assumidos como *anarquistas* em

¹ Foucault, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 136.

² Apud Veiga Neto, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 93.

³ *Ibidem*, p. 93.

⁴ Apud Veiga Neto, *ibidem*, 2007, p. 45.

periódicos, também surgidos nessa época, que se proclamam como tal. Assinalo o ano de 1898 como a primeira baliza cronológica deste trabalho por ter sido o de lançamento de um dos primeiros periódicos, *O Despertar*, que se apresenta como *anarquista* no Rio de Janeiro, logo seguido por outros, como *O Protesto*, de 1899, e *Asgarda*, de 1902. A partir de então verifica-se a afirmação de discursos que passariam as duas décadas seguintes afrontando e confrontando o *Estado*, a *autoridade*, a igreja, o *militarismo*, a “*sociedade burguesa*”, afirmando a *liberdade*, a *autonomia*, o *livre acordo*, as associações por afinidades, a *revolução social*, o *indivíduo*.

Finalizo minha análise no início da década de 1920, que foi tomada como baliza final deste estudo, pois parece marcar uma *crise* dos discursos que se afirmam como *anarquistas* e a partir da *emergência* de um novo discurso de matriz *autoritária* (a “*ditadura do proletariado*”), ganhando relevo as discussões sobre a própria eficácia das práticas *anarquistas*. Fique claro que esta afirmação não implica em desconhecer a fecundidade dessas discussões para o estudo de novas formas de se pensar o *anarquismo*. Não pretendo ir para além do exame dos enunciados dos periódicos selecionados, conforme esclareço adiante.

Na leitura da minha documentação, objeto deste trabalho, foi possível detectar que começam a aparecer de forma cada vez mais ostensiva *discursos* que parecem romper com a *ordem*, até então, predominante nesses periódicos. Em diversos momentos era perceptível e assinalável as *disputas de sentidos* em relação às questões levantadas. Nesta direção, verifico que foi a partir da década de 1920 que tais *enfrentamentos* podem ter alcançado um grau de *ruptura* com a afirmação de uma nova *ordem discursiva* que parece *minar* por dentro a própria continuidade desta imprensa *anarquista*.

Embora praticamente não haja estudos sobre os anos de fechamento dos títulos dos periódicos aqui estudados, pude perceber que estes se tornaram cada vez mais raros. Não pretendo desenvolver especulações sobre os motivos desta rarefação, nos limites deste trabalho cumpre apenas assinalar o fato. É o caso de *Renovação: Quinzenário sindicalista comunista*, *Renovação: revista mensal comunista-anarquista* e *Lucta Social: quinzenário anarquista*, publicados e encerrados entre 1920 e 1922. Apesar da efemeridade destes periódicos pode vir a ser significativo que se antes acompanhamos o fechamento na mesma proporção em que novos surgiam, após a década assinalada não fui capaz de localizar qualquer periódico publicado no Rio de Janeiro que se denominasse *anarquista* antes do segundo pós-guerra, como o *Ação Direta*, de 1946.

O Rio de Janeiro, como capital federal, foi escolhido como recorte espacial, pois é aí que verifiquei o aparecimento de uma série de periódicos que podem apresentar

especificidades frente a publicações que se afirmam *anarquistas* em outros estados. Além disso, a cidade foi reduto de notórios militantes, de diferentes formações, como será visto neste trabalho, que foram os seus colaboradores e editores.

Além disso, o Rio de Janeiro tornou-se um importante lugar de realização de fóruns e debates, como os Congresso Operário Brasileiro, de 1906, de 1913 e de 1920, a criação da *Confederação Operária Brasileira*, de 1908, O *Congresso Comunista Anarquista*, de 1919, eventos estes que contaram com a atuação de militantes *anarquistas*. Inclusive pude verificar que no caso do jornal *Na Barricada: periódico anarquista*, sua própria aparição, no ano II, esteve ligada à realização do *Congresso Anarquista Sul-Americano* de 1915, na cidade.

O recorte temático que aqui proponho seria impensável fora dos pressupostos teórico-metodológicos que o informa. O que se quer verificar é como se conformaram discursos nos periódicos assinalados. O *discurso* é entendido não como *documento* “signo de outra coisa”, mas como *monumento*, no seu “volume próprio”.⁵ Partindo de Foucault pude perceber o *discurso* como “um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação”,⁶ o que nos remete a noção de *formação discursiva*, que a partir dele é algo bastante específico.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva, evitando o uso de termos como ideologia, ciência, teoria, domínio de objetividade – palavras carregadas de condições e conseqüências.⁷

Entendo o *anarquismo* em sua radical historicidade. Isso significa dizer que não o tomo como um dado, mas sim como instituído historicamente no e pelo discurso. Tal afirmação se torna mais clara, sobretudo, considerando a *força performativa do discurso* que se exerce na sua *repetição* como bem assinalou Judith Butler.⁸ É por isso que foi possível delimitar meu *corpus* documental a este conjunto de periódicos específico, a um espaço e tempo também específicos, na medida em que o que visou a esclarecer é a maneira pela qual nesse conjunto pode-se verificar a conformação da noção de *anarquismo* a partir de *práticas discursivas*. Isto sem dúvida me conduziu a destacar exatamente os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, regularidades que caracteriza uma *formação discursiva*.

⁵ Foucault, *op. cit.*, 2002, p. 159.

⁶ *Ibidem*, p. 124.

⁷ *Ibidem*, p. 43.

⁸ Butler, Judith. *Critically queer*. In: Butler, Judith **Bodies that Matter. On the discursive limits of “sex”**. New York; London: Routledge, 1993, p. 224-226.

Privilegio ao estudar o *anarquismo* em sua condição de *formação discursiva*, o que me parece que ele também seja.

É importante sublinhar que não pretendo atribuir ao *anarquismo* uma universalidade e uma essencialidade, mas os elementos que constituíram na cidade o que foi chamado como tal, através da materialidade de periódicos que se auto-definiram *anarquistas*. Nesta direção, não considero qualquer outro termo analisado neste trabalho como *dados*, pois não parto deles, mas procuro compreender como foram *formados*. Portanto, chego a eles através de processos de objetivações, de afirmações de *ordens* e de *procedimentos* discursivos.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos, no qual o *anarquismo* surgiu como tema, foi o estudo defendido na década de 1950 pelo sociólogo e jurista de Evaristo de Moraes Filho, que problematizava a existência da *unicidade sindical*, na obra intitulada *O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*.⁹ Moraes Filho defendia neste trabalho, que foi tese de livre docência na cadeira de Sociologia da Faculdade de Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, que a organização dos *sindicatos* por uma única categoria de trabalhadores, em cada município, era uma afronta às noções sociológicas que consideravam que estes eram grupos sociais e que, deste modo, não deveriam ser submetidos ao *Estado*. Este estudo afrontou a estrutura *corporativa* montada pelo *Estado Novo* para a organização sindical no país, conformada na Lei de Sindicalização de 1939, transcrita, como Moraes Filho disse, da *Carta del Lavoro* italiana, de 1926, documento este considerado como basilar pelo fascismo, pois ordenava e controlava os *movimentos operários*.

A partir disso, Moraes Filho mostra a presença e a *emergência* desses *movimentos* ao longo de toda a Primeira República no Brasil, contestando o discurso que os operários passaram a se organizar somente a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, instituído no primeiro governo de Getúlio Vargas no início da década de 1930. Deste modo, considerando as *organizações dos trabalhadores* e dos seus *movimentos*, Evaristo foi um dos pesquisadores que destacaram as ações de *anarquistas* nos *sindicatos* e no *sindicalismo* brasileiro. Anos mais tarde, conforme ele disse em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, foram publicados trabalhos como os de Astrojildo Pereira, *A Formação do PCB*,¹⁰ e Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*,¹¹ que se remetiam às ações dos *anarquistas* também nos *sindicatos* no período da primeira República.

⁹ Moraes Filho, Evaristo de. **O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

¹⁰Pereira, Astrojildo. **A Formação do PCB. 1922-1928**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

¹¹Dias, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

“Só depois disso é que começaram a sair os trabalhos do Leôncio Rodrigues, do Paulo Sérgio Pinheiro e outros que começaram a descobrir a questão social no Brasil, a história do trabalho, as reivindicações e as lutas da classe trabalhadora”.¹² Estes trabalhos, deste modo, entre os anos de 1950 e 1960 enfatizaram a participação dos *anarquistas* nos *movimentos operários*. É a partir destes que o *anarquismo* passa a ser tomado como uma das “influências”.

Tal noção foi recorrente e aprofundada na década seguinte, quando historiadores como Boris Fausto¹³ e Sheldon Leslie Maran¹⁴ seguiram nesta direção e analisaram especificidades da presença *anarquista*, com destaques para a participação de *italianos, imigrantes* e descendentes, principalmente em São Paulo. De todo modo, estes trabalhos foram importantes, pois iniciaram pesquisas que enunciavam os *trabalhadores* e os *movimentos operários* como “componentes” das disputas políticas e sindicais na Primeira República, claramente marcados pelas *práticas libertárias*.

Nos anos de 1980 seguiram-se outros trabalhos que passaram a focar as ações dos *anarquistas* para além das atividades sindicais. Elas passaram a ser analisadas nas especificidades de suas *práticas cotidianas*, tanto na vida fora da “fábrica”, quanto nas suas mais diversas formas de se organizar e de viver socialmente.

Neste período houve uma significativa *emergência* de novas opções teóricas e metodológicas, principalmente através de estudos que se aproximaram de trabalhos do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que nos anos de 1960 produziu importante estudo e reflexão sobre a *formação* da “classe operária” inglesa, assinalando e sublinhando seus aspectos *culturais* e *antropológicos*.¹⁵ Assinalo que o pensamento do historiador inglês esteve presente em boa parte dos trabalhos historiográficos dos anos de 1980. Assim, emergiram pesquisas que mostraram a *efervescência* das *práticas anarquistas* na *literatura*, na *música*, no *teatro*, no *lazer* e nas mais diversas formas associativas e artísticas que ultrapassavam os *limites* tema *trabalho* e *movimentos operários*, sem deixar de referenciar que este era um dos principais *campos* de atuação dos *anarquistas*.

Nos anos de 1990 a presença de Thompson também é considerável para as análises do *anarquismo*, mas começa-se a diferenciá-lo e a isolá-lo do *movimento operário*, seguindo trabalhos que apontaram nesta direção no final dos de 1980.

¹² Moraes Filho, Evaristo. O erro sindical. Entrevista. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14/10/1978, p. 6.

¹³ Fausto, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977.

¹⁴ Maran, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

¹⁵ As obras mais lidas e referenciadas de Thompson foram: Thompson, Edward Palmer. **The Making of the English Working Class**. London: Penguin Books, 1968. O livro traduzido e publicado no Brasil foi: Thompson, Edward Palmer. **A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Acrescento o estudo: Thompson, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Classe**. Barcelona: Crítica, 1979.

Considerando-se a significativa presença de Thompson em muitos dos trabalhos defendidos até hoje, destaco que desde os anos de 1980 é sensível a *emergência* de estudos que passaram a abordar o tema a partir de pressupostos que analisariam os discursos proferidos e praticados pelos *anarquistas*. Entre testes é de se destacar o de Margareth Rago¹⁶, que procurou imprimir em suas propostas algumas problemáticas levantadas por Michel Foucault sobre a *disciplina*, o *controle*, a *ordem*, a *subjetivação* e a *objetivação* das *práticas*, e analisadas a partir de sua proposta *arqueo-genealógica*. A partir desses supostos teria possibilitado consideráveis diferenças sobre as formas de se escrever a *história*, neste caso a das *práticas anarquistas*.

Assinalo que foi partir da década de 1980, então, que começaram a surgir os primeiros trabalhos que se dedicaram a analisar a presença do *anarquismo* no Rio de Janeiro, tanto nos aspectos *sindicais* quanto nos aspectos *culturais*. É destes trabalhos que me ocupo um pouco mais para identificar os principais problemas levantados e sobre quais aspectos procuraram resolvê-los, para compreensão de como o *anarquismo* pode ter emergido na cidade.

Os trabalhos que vou me deter a identificar os principais pontos, dos quais posso ter me beneficiado na leitura historiográfica do tema *anarquismo* no Rio de Janeiro, foram defendidos por importantes historiadores da cidade entre os anos de 1980 e 1990.

Maria Conceição de Góes considerou relevante e importante a participação dos discursos *anarquistas* na configuração e conformação do que chamou de “classe trabalhadora no Rio de Janeiro”. Ela, no seu trabalho intitulado *A Formação da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro – Distrito Federal – e as Propostas Anarquistas (1889-1911)*,¹⁷ e no livro *A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro. 1888-1911*,¹⁸ analisou a formação do que chamou de “classe trabalhadora no Rio de Janeiro” e sua relação com as “propostas *anarquistas*”. Esse era o problema a partir do qual destacou relações entre *Estado*, “dominação” e “poder”, além da inserção de trabalhadores imigrantes, migrantes, ex-libertos no mundo do trabalho e a ocupação do espaço urbano.¹⁹ Defendeu que o “*Estado Nacional*” devia ser tomado de forma diferente dos “*Estados europeus*”, por conta das diferentes “condições históricas”. Assim, analisou o exercício do *poder* pelo *Estado*, no que se referia ao “controle da força de trabalho”, da “mediação” e da “defesa do capital”,

¹⁶Da autora merece destaque: Rago, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁷Góes, Maria Conceição Pinto de. **Formação da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro – Distrito Federal – e as Propostas Anarquistas (1889-1911)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

¹⁸Góes, Maria Conceição Pinto de. **A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro**. 1888-1911. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

¹⁹*Ibidem*, p. 8.

incentivando a construção de infra-estrutura de serviços, como estradas, correios, escolas profissionalizantes, presídios, asilos etc.

Para ela, diante dessas questões, as “propostas *anarquistas*” eram significativas e mereciam destaque: “o *anarquismo* pode ser visto como uma forma encontrada pelos trabalhadores em defesa de sua identidade em face ao capitalismo emergente”, além de ser, no final do século XIX e início do XX “a mais forte força política dos trabalhadores”.²⁰

Em sua análise, as reflexões do historiador inglês Edward Palmer Thompson foram importantes para a construção do seu problema, pois ele tomava a noção de “classe” como “categoria histórica e construída socialmente”, dizia ela. Foi a partir dessa enunciação que desenvolveu sua argumentação. Para conformar o seu projeto Góes recorreu aos periódicos da “imprensa anarquista”, que como ela disse, “a imprensa especializada que se dirige especialmente a uma categoria social específica”, para se aproximar do “cotidiano do trabalhador”.²¹

É importante sublinhar que noções enunciadas por Thompson, a respeito da “classe trabalhadora” e como esta se constituiu na Inglaterra, foi defendida no seu “clássico” livro *The Making of the English Working Class*²² traduzido para o português como *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*.²³ Outros trabalhos se apoiaram nestes livros de Thompson e, no caso do Rio de Janeiro, salientaram a presença *anarquista* nos “movimentos operários” em *formação* no Rio de Janeiro na Primeira República.

Carlos Augusto Addor,²⁴ considerou também a importância dos discursos *anarquistas* para a conformação desta “classe”, enfatizando sua participação política na *sociedade* que levou à constituição e à elaboração de um *movimento insurrecional anarquista* em 1918, que ficou conhecido como a *Insurreição Anarquista de 1918*, à qual ele deu relevo no seu trabalho.

Ele defendeu, se referindo à historiografia, que a *Insurreição*, enquanto objeto de pesquisa, recebia pouca atenção dos historiadores e que estava “praticamente apagada da memória social”,²⁵ destacando a relevância de sua pesquisa a partir desse problema. Disse que não estava tentando “supervalorizar a importância da greve insurrecional”, mas que ela não

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² Thompson, *op. cit.*, 1968.

²³ Thompson, *op. cit.*, 1987.

²⁴ Addor, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

²⁵ *Ibidem*, p. 7.

deveria ter sido omitida nas obras que analisaram o tema *movimento operário brasileiro* entre 1889 e 1930.²⁶

É de se destacar que Addor acrescentava à sua abordagem teórica o historiador inglês Edward Palmer Thompson, com a noção de “classe” como um *movimento histórico*. Ao lado deste, incluindo Eric Hobsbawm, ele recorreu aos “jornais operários” da época para se fundamentar, além de relatórios, anais do Conselho Municipal do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados e o Diário do Congresso Nacional.

A hipótese dele era que no *processo histórico de formação da classe operária*, conforme enunciado por Thompson, que tomava para o Brasil, “o *anarquismo* desempenha ‘papel fundamental’. Isso porque o *anarquismo* é a única corrente ideológica que se propõe a organizar o movimento operário no Brasil [...]”,²⁷ dizia ele, acrescentando o papel da militância *anarquista* na Insurreição de 1918, que me leva a considerar que as práticas *anarquistas* se desenvolveram em outras atividades além das sindicais, como por exemplo: a *educação*, através das *escolas modernas* – que funcionaram em São Paulo na década de 1910 – e da *Universidade Popular de Ensino Livre* – que funcionou no Rio de Janeiro em 1904 –, do *teatro*, através de peças que foram representadas em sindicatos e centros sociais, da *literatura*, da *música* e da *imprensa*.

Addor analisou o Rio de Janeiro, destacando o “clima revolucionário na Europa”, referindo-se à *Revolução Russa*. Analisou o que chamava de “*anarquismo e movimento operário no Brasil*”, de 1900 a 1920, destacando o termo *anarquismo*, o *movimento operário* no Brasil e na cidade. Ele analisava a *Insurreição Anarquista de 1918* no Rio de Janeiro, destacando o ano de 1918, assim como a repressão que se seguiu aos acontecimentos. Em suma, destacou o “papel” da militância no *movimento operário* do Rio de Janeiro e de *insurreição* no ano de 1918 que foi reprimida no momento em que ia ser deflagrada.

Angela de Castro Gomes²⁸ procurou analisar de que modo foi se constituindo um discurso chamado *trabalhismo* no interior do governo Vargas [1930-1945], discurso este que associava as organizações sindicais ao *Estado*, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, retomando a discussão de Evaristo de Moraes Filho, enunciada nos anos de 1950, conforme assinaléi no início, para entender esta *emergência*, que acabava relegando ao *Estado* a função de “organizador” e “controlador” do *sindicalismo*, dos *sindicatos* e da *sociedade*. Para entender isto, perpassando enunciações de Moraes Filho, de que não houve qualquer

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p. 25.

²⁸ Gomes, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

“outorga” [consentimento, concessão] de direitos, mas lutas históricas de trabalhadores por direitos ao trabalho, Angela de Castro Gomes na alisou os movimentos operários na Primeira República e como estes se articularam com os discursos políticos, dando ênfase aos movimentos sindicais que se associaram aos *anarquistas* e como estes passaram a dominar o que ela chamou de “palavra operária”.

Ela considerou a importância da militância *anarquista* nos *sindicatos*, principalmente na conformação dos trabalhadores como uma “classe”, a partir de trabalhos como o de Thompson sobre a “classe operária inglesa” e como isso poderia ser operacionalizado em relação aos brasileiros – principalmente no aspecto em que ela observa que a “constituição de uma classe trabalhadora é tanto um fato de história econômica quanto um fato de história política e cultural”.²⁹ Ela destacou que uma das principais fontes de pesquisa era os *periódicos operários*, que seriam os fundamentos de suas pesquisas sobre o período da Primeira República, que me parece reforçar a importância deste tipo de documento para análise das *práticas anarquistas* no período.

Importante trabalho a destacar é o de Cláudia Soares de Azevedo Montalvão,³⁰ defendido no final dos anos de 1990 e que objetivava analisar o *movimento anarquista* na cidade do Rio de Janeiro através da noção de “cultura”, para compreender a relação entre *anarquismo* e *movimento operário*, ressaltando os discursos e os comportamentos que caracterizariam a prática *libertária*, a formação do “pensamento *anarquista*” e as estratégias de “divulgação dos ideais libertários” através dos periódicos, do *teatro* e da *escola*, que para ela seriam “vetores” de socialização e conversão política ao *anarquismo*.

Cláudia Montalvão visava a “construir um discurso inteligível sobre a *experiência anarquista* na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1906 e 1922. Para realizar nosso objetivo faremos uso de um método interpretativo que privilegia o conceito de cultura”,³¹ diz ela referindo-se à noção de “cultura política” de Serge Berstein, formulada como “um conjunto coerente no qual todos os elementos estão em relação estreita uns com os outros, permitindo uma identidade para o *indivíduo* que a reclama”.³²

²⁹ *Ibidem*, p. 18.

³⁰ Montalvão, Cláudia Soares de Azevedo. *Anarquismo e cultura: um estudo da experiência libertária no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado / Programa de Pós-Graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

³¹ *Ibidem*, p. 1. Grifos meus.

³² Berstein, Serge. *A cultura política*. In: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François [orgs.]. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. *Apud* Montalvão, *ibidem*.

Ela defendia que foi através da “cultura” que se constituiu a “solidariedade das ações coletivas libertárias”.³³ Assim, no *anarquismo* seria possível identificar o que chamava de “canais de socialização política”, que, então, construíam a “identidade política libertária”.³⁴ É nesse sentido que recorre ao conceito de “cultura política” e argumenta que todas as formas assumidas pelo *anarquismo*, da organização de grupos à participação no *movimento operário*, imprimiam um “estilo libertário” de prática política: “A militância foi seu principal agente, a propaganda o seu instrumento e a doutrina o seu conteúdo”.³⁵

Argumentava que “era realizada uma leitura do cotidiano que concebia a *sociedade* capitalista, como dividida em classes e constituída por uma parcela de *indivíduos* empobrecidos e degenerados nos aspectos físico, intelectual e moral”.³⁶ O projeto “cultural libertário”, então, se baseava na “regeneração” dos comportamentos e na possibilidade de criação de um *homem novo*, através da *educação*, das escolas, dos ateneus, de conferências e palestras, de instituições de centros de cultura social, de grupos de *teatro*, de publicação de livros, folhetos e periódicos, diz a autora.

Ressalto que ela tratou do tema *anarquismo* no Rio de Janeiro através de um referencial teórico diferente dos anteriormente destacados, que se fundamentavam em Thompson. Montalvão construiu o problema de modo a “analisar a experiência *anarquista* em relação ao movimento operário da Primeira República”, diferentemente da “abordagem historiográfica dominante, isto é, de estudar o *movimento operário* identificando a presença de uma militância *anarquista*”.³⁷ Essa proposta, parece-me, foi possibilitada pela opção que fez pelo que chamou de “história cultural” que, de acordo com ela, “evidencia os processos através dos quais um grupo se define, definindo os demais [...] por ser a cultura um fator de identidade e de mediação da experiência social”.³⁸

Josely Tostes de Lima³⁹ defendeu um importante trabalho que também assinalava o *anarquismo*. No seu estudo ela analisou as “práticas comunistas libertárias de Fábio Luz”, através da dissertação de mestrado intitulada *A Palavra e a Pena. Dimensões da militância*

³³ Montalvão, *op. cit.*, p. 2.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*. Grifos meus.

³⁸ *Ibidem*, p. 1.

³⁹ Lima, Josely, Tostes de. **A Palavra e a Pena. Dimensões da militância anarquista de Fábio Luz (Rio, 1903-1938)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica, 1995.

anarquista de Fábio Luz (Rio, 1903-1938),⁴⁰ defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1995.

Lima disse que pretendia “recuperar o significado da militância de Fábio Luz, como uma das expressões que assume o movimento *anarquista*”, buscando “identificar seus diferentes modos de expressão e atuação, na sua vivência diária, no seu relacionar-se com diferentes sujeitos sociais *anarquistas* ou não”.⁴¹ Acrescentou que buscava através de Luz, “recuperar uma outra dimensão do movimento *anarquista* no Brasil: o *comunismo libertário*, no modo como ganhou expressão na trajetória de Fábio Luz”.⁴² Entretanto, ela esclarecia: “não pretendo abordar a história do movimento operário no Rio de Janeiro pela via da militância de Fábio Luz. Ocupo-me dos caminhos pelos quais ele se fez militante do comunismo libertário”.⁴³ Ela propunha abordar a prática de um militante que acabava conformando a própria formação e a *ordem discursiva* na qual ele estava inserido.

Assinalo que estes trabalhos que destaquei me permitiram perceber as articulações entre os *anarquistas* e os *movimentos operários*, além de suas atividades, suas relações e suas formas de viver e de se socializar. Entretanto, me benefico dessas discussões das proposições do *anarquismo* como uma construção, principalmente nos trabalhos de Cláudia Montalvão, que se refere à construção de uma *identidade anarquista* através da “cultura” e de Josely Lima, que descreve e analisa a subjetivação de Fábio Luz e como o *anarquismo* vai se constituindo.

Ressalto, porém, que não segui os caminhos traçados por estes trabalhos, pois constituíram seus problemas a partir de pressupostos que se voltaram às “classes”, à “cultura” e aos *sujeitos*, ao passo que me volto às *práticas discursivas* para compreender como se conformou uma *formação discursiva* que se chamou *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro entre 1898 e o início da década de 1920.

A problemática que construí no presente trabalho, conforme vimos, está fortemente associada à leitura que fiz de Michel Foucault e de um conjunto de periódicos publicados no Rio de Janeiro. Trata-se de jornais e revistas que foram lançados e circularam no período assinalado. Dos dezoito títulos selecionados, conforme verifiquei, somente quatro deles ultrapassaram dez edições, são os casos de *A Guerra Social: periódico anarquista*, que

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*, p. 9.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*, p. 11.

publicou trinta e duas edições, *Na Barricada: periódico anarquista*,⁴⁴ com vinte e seis, *Crônica Subversiva*, com dezesseis e *Spartacus*, com vinte e quatro. Os demais tiveram poucas edições, que foram entre três e sete.

Suponho que a falta de recursos pode ter sido um dos principais elementos a contribuir para o fim de muitos destes títulos, além das poucas edições que circularam. Os recorrentes apelos às “subscrições voluntárias” e às assinaturas, perpassados por cobranças aos inadimplentes, podem validar esta hipótese, na medida em que os editores sublinhavam que as regularidades das publicações estavam relacionadas à *saúde* financeira das redações. Poderia supor, também, que as perseguições e os empastelamentos tivessem colaborado com este quadro. Entretanto, parece-me mais razoável e regular a primeira hipótese.

Esse conjunto de periódicos foi selecionado nos acervos do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro [AMORJ] da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ], do Centro de Documentação e Memória [CEDEM] da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” [UNESP], do Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] da Universidade Estadual de Campinas [UNICAMP], da Biblioteca Social Fábio Luz da Federação *Anarquista* do Rio de Janeiro [FARJ], que obteve cópias de documentos da Biblioteca Nacional e do Arquivo de História Social de Amsterdã. Parece-me relevante ressaltar que o AMORJ tem em seu acervo cópias digitalizadas de todos os periódicos consultados e que estão disponíveis para consulta, a partir de intercâmbio que este arquivo fez com o CEDEM e com a Biblioteca Social Fábio Luz, intermediado por mim, enquanto supervisor de documentação do AMORJ.

É importante destacar que a maior parte da documentação aqui presente, onze das dezoito, foi selecionada nos acervos do AMORJ e do CEDEM. Estes documentos foram colecionados por Astrojildo Pereira, *militante anarquista* na década de 1910 e início da década de 1920, e posteriormente militante comunista até seu falecimento em 1965 – a documentação compreende os anos de 1902 até sua morte. Registro que a presença desta documentação nestes acervos – que contém *documentos anarquistas, comunistas, sindicalistas*, entre outros – só foi possível pelo trabalho de militantes do Partido Comunista Brasileiro [PCB] que após o sepultamento de Pereira fizeram a retirada do seu arquivo particular e remeteram-no à Europa. Em 1977, a partir de iniciativa de um grupo de pesquisadores ligados à Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, com sede em Milão, na Itália, foi fundado o Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano [ASMOB], que além da documentação de Pereira custodiou outros arquivos particulares de *militantes políticos de*

⁴⁴ O periódico *Na Barricada* se denominava “jornal de combate e crítica social” até sua edição de número 22 do ano I. A partir do Ano II, na primeira, que foi até a de número 4, passou a se denominar “periódico anarquista”.

esquerda e sindicais e disponibilizou seu acervo aos pesquisadores. Em 1991 a Universidade Federal do Rio de Janeiro adquiriu cópias microfilmadas do acervo do ASMOB e as custodiou ao AMORJ. Três anos mais tarde, a Fondazione Giamgiacomo Feltrinelli estabeleceu acordo com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, entregando todo o acervo original do ASMOB, que ficou sob a custódia do CEDEM e constituído como fundo ASMOB.

Parte da documentação aqui selecionada faz parte do acervo do AEL, que foi colecionada pelo militante *anarquista* Edgard Leuenroth, homenageado e que deu nome o arquivo da UNICAMP, o Arquivo Edgard Leuenroth. O AEL foi criado em 1974 por um grupo de pesquisadores da UNICAMP que estava desenvolvendo pesquisas sobre *relações de trabalho e movimentos operários no Brasil* nos fins do século XIX e início do século XX. Dessas iniciativas resultou a aquisição do arquivo particular de Leuenroth pela UNICAMP, dando origem ao primeiro acervo do Arquivo, que atualmente contêm fundos e coleções de natureza diversa. Vale destacar que muitos dos títulos do acervo do AEL também constam nos do CEDEM e do AMORJ, levando-me a selecionar alguns que completassem o conjunto que formei.

É a partir da leitura desses documentos e principalmente da leitura de *práticas discursivas* que fiz de Foucault – conforme definido no início desta introdução, práticas como “conjunto de regras anônimas” –, que fui capaz de construir a questão que aqui desenvolvo e que percorre todo o trabalho: não existia um discurso que pudesse se denominar como *o anarquismo*, pois este não era um dado, mas era conformado por *práticas discursivas* assumidas como *anarquistas* no Rio de Janeiro no período situado entre 1898 e início dos anos de 1920. Nestes periódicos foi possível verificar que não se tratava do *anarquismo*, mas de práticas que se posicionavam de modos diferentes frente a questões recorrentes como o *indivíduo*, a vida social, o *Estado*, os *sindicatos*, a *liberdade* e a *autoridade*.

Tal questão é um problema a partir da própria noção de *emergência* que tomei de Foucault, pois verifico a irrupção de novos discursos e o afrontamento:

é [...] a entrada em cena das forças; uma irrupção, o salto para o qual elas passam dos bastidores para o teatro. [...] a *emergência* designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência [...] um não-lugar, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço.⁴⁵

⁴⁵ Foucault, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. 19 ed. São Paulo: Graal, 2004, pp. 23-24.

A *emergência* assim entendida implica em ruptura de uma *ordem*, o surgimento do *novo*, uma *luta* em que se afrontavam *forças diversas*. Como esclareceu Veiga Neto,

As forças de que fala Foucault [...] não estão nas mãos de alguns atores ou de algum grupo que as exerçam sobre outros. Elas não são colocadas em movimento como resultado de arranjos políticos ocultos; elas não emanam de algum centro, como o *Estado* (nem mesmo o absolutista). Ao contrário, tais forças estão distribuídas difusamente por todo o tecido social.⁴⁶

A partir da leitura dos periódicos e de Foucault pude construir a questão que toma o *anarquismo* como *formação discursiva* e que foi sendo conformada por *práticas* que *emergiram* nos periódicos auto-proclamados *anarquistas* no período delimitado.

No *corpus* documental que organizei assinalo que é composto pelos seguintes periódicos: *O Despertar: periódico comunista Livre*; *Asgarda: pequena revista internacional, ciencias e artes*; *Kultur: revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc*; *O Libertário*; *Novo Rumo*; *Liberdade!*; *A Guerra Social: periódico anarquista*; *A Vida: publicação mensal anarquista*; *Na Barricada: periódico anarquista*; *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*; *Crônica Subversiva*; *O Jerminal: quinzenário comunista*; *Spártacus*; *A Seara: publicação semanal, literatura, crítica, questões sociais*; *O Rebelde: editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*; *Renovação: quinzenário syndicalista e comunista*; *Renovação: revista mensal comunista-anarquista*; *Lucta Social: quinzenário anarquista*.

É importante destacar que, pelo critério que estabeleci, selecionei somente os periódicos que se proclamaram *anarquistas*, pois os tomei em uma *formação discursiva* específica. Deste modo, para compreender os ditos *anarquistas* em sua própria formação, analisei somente os que se denominaram desta maneira. Diante disso, foi possível recortar nestes as *práticas* que definiam enunciados e sentidos diferentes para conformar o *anarquismo*.

Como já deixei claro, este trabalho só é possível a partir das opções teórico-metodológicas que tomaram a leitura de Foucault como ponto de partida. Isso traz uma necessidade de esclarecimento, pois como destacou Magda Maria Jaolino Torres, uma das marcas deste autor foi exatamente recusar a formulação de uma *teoria*, embora jamais houvesse deixado de teorizar em seus trabalhos – é que para ele *a teoria era a prática*. Da mesma forma:

⁴⁶ Veiga Neto, *op. cit.* 61.

É difícil falar em “obra” e destacar um autor cuja contribuição maior talvez tenha sido exatamente problematizar estas noções. [...] Mais difícil ainda atribuir-lhe uma *teoria* da qual se esquivou por entendê-la como indesejável. Assim sendo visa-se as leituras de seus escritos não para cristalizá-los ou aprisioná-los à circunstância de uma biografia, mas para questioná-los criar as condições para que se possa vir a construir novos enunciados a partir deles.⁴⁷

É nesse sentido que deve ser entendido o uso que faço de Foucault. A questão central foi definida a partir dele. Aqui não se trata de arrolar conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual se possa reconhecer um suposto “verdadeiro” *anarquismo*, mas comparar enunciados, confrontá-los. O que se quer trazer à luz são os elementos que em suas seleção e maneiras de articulação entre si – encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou as suas formas objetivas – enraízam a positividade do termo. O que se manifesta, então, é “uma história [...] de suas condições de possibilidade [...]”.⁴⁸ Trata-se assim de uma questão de “ordem”, aquela que não se encontra no interior dos seres, como sua lei natural.⁴⁹

É assim que questiono a formulação de *um* “discurso *anarquista*” no Rio de Janeiro, no período que assinalo, como uma questão de identificar nos textos que analiso as regularidades, questões recorrentes, que poderiam, estas sim, definirem a *ordem* que se queriam *anarquista*. Quanto à noção de *ordem*, da qual me aproximo, Foucault diz:

Um sistema de elementos [...] é indispensável para o estabelecimento da ordem. A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem [...] É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se constituirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer. [...] Assim, em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser.⁵⁰

Não procuro a “verdade”, a “verdadeira ordem” e a “universalidade” da palavra *anarquismo*, mas sua historicidade na cidade do Rio de Janeiro, que foi possibilitada por diferentes sentidos de seus elementos constitutivos, através da materialidade de seus periódicos, que emergiram e afrontaram discursos estabelecidos, e instituíram *novas*

⁴⁷ Torres, Magda Maria Jaolino. Michel Foucault e a história: *Campo de Experimentação*. Comunicação apresentada ao VI Colóquio Internacional Michel Foucault: Filosofia e Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 7.

⁴⁸ Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 11-12.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 10.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 10-12.

possibilidades de se “pensar”, de se “viver” e de se instituir uma *ordem discursiva anarquista*.

Aproximando-me de Foucault, considero que a *emergência* de discursos *anarquistas* se produziu em *lutas e disputas*, inventando práticas e ordenamentos e afrontando adversários como o *Estado*, a “burguesia” e a *autoridade*. Foi a entrada em “cena” de forças que objetivaram irromper e afrontar outras, designando os periódicos como um dos *lugares* de afrontamento e de combate.

A *emergência* possibilitava novas questões que eram afrontadas e defendidas, instituindo, a partir de elementos recorrentes nos discursos *anarquistas*, novas noções de *indivíduo*, de modos de vida, de *sociedade*, de exercícios de poder, de *liberdade* e de *autoridade*.

Recorro a Foucault para *compreender* as práticas presentes nos periódicos *anarquistas* e os textos que neles emergiram, fundamentando-me em propostas que fez de análise *arqueológica* dos discursos. A *arqueologia* “fala de cortes, falhas, aberturas, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições súbitas”.⁵¹ É a partir desta noção que passo a analisar múltiplas práticas e enunciações *anarquistas* nos periódicos do Rio de Janeiro.

A arqueologia busca definir [...] os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem às regras. Ela não trata o discurso como documentos, como digno de outra coisa [...]; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto.⁵²

Foucault diz que *arqueologia* é “descritiva” e “comparativa”. Esta noção permite-me *individualizar, descrever e comparar* discursos *anarquistas*. Permite-me opor uns aos outros, na simultaneidade em que se apresentaram em periódicos publicados no Rio de Janeiro, distingui-los, relacioná-los nas suas especificidades, estabelecer, limites cronológicos e práticas.⁵³

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam; [...] O estudo arqueológico está sempre no plural. [...] Quando se dirige a um tipo singular de discurso é para estabelecer, por comparação, seus limites cronológicos; é também para descrever um campo institucional, um conjunto de

⁵¹ Foucault, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 194.

⁵² *Ibidem*, p. 159.

⁵³ *Ibidem*, p. 181.

acontecimentos, de práticas, de decisões políticas [...] ⁵⁴

A *comparação* para Foucault é sempre “regional” e “limitada”. ⁵⁵ Ressalto que não procuro reduzir a multiplicidade dos discursos *anarquistas* nem delinear suas unidades, nem totalizá-los. Procuro multiplicar, pela “comparação arqueológica”, os enunciados e as práticas *anarquistas* no Rio de Janeiro.

A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador. ⁵⁶

Além disso, a partir de Foucault, a *arqueologia* me permite compreender *analogias e diferenças*, mostrando como diferentes questões recorrentes nos periódicos *anarquistas* puderam ser formuladas a partir de regras análogas.

Quanto à *descrição*, considero que esta possibilita compreender os enunciados e os discursos *anarquistas* em suas especificidades, historicidades e relações com conjuntos de discursivos *anarquistas* diversos.

[...] Em outras palavras, a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma *história geral*; [...] ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um status de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados como todo um conjunto de historicidades diversas. ⁵⁷

O problema que coloco, aqui, não está em determinar quando apareceu uma “consciência revolucionária” *anarquista*, mas de “mostrar” como se formaram *práticas discursivas* que conformaram discursos e posicionamentos frente a questões sobre a vida social, a *autoridade*, o *Estado*, a *liberdade*, o *indivíduo*. Foram proposições frente a essas questões que foram forjando discursos que se proclamaram *anarquistas*.

Acrescento um breve dito de Foucault, do qual aproximo, que me permite situar os propósitos desta dissertação:

[...] A questão não seria determinar a partir de que momento aparece uma consciência revolucionária, nem que papéis respectivos puderam desempenhar as condições econômicas e o trabalho de elucidação

⁵⁴ *Ibidem*, p. 181.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 182.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 183.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 189. Grifos meus.

teórica na gênese dessa consciência; mas de mostrar com se formaram uma prática discursiva e um saber revolucionário, que estão envolvidos em comportamentos e estratégias, que dão lugar a uma teoria da *sociedade* e que operam a interferência e a mútua transformação de uns e de outros.⁵⁸

É importante registrar que este trabalho só é possível a partir das opções teórico-metodológicas que tomaram a leitura de Foucault como ponto de partida e que é um primeiro exercício de reflexão que deverá desdobrar-se num futuro trabalho de tese.

A partir dessas considerações, descrevo, comparo e analiso *práticas discursivas* que se apresentam como *anarquistas*, que se efetivaram na materialidade dos periódicos, que conformaram o *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro, entre 1898 e o início dos anos de 1920. Esse trabalho é validado no exame dos enunciados que se veiculavam nos diferentes periódicos que se afirmavam como *anarquistas* e que afrontaram questões singulares que recorrentemente apareciam.

No primeiro capítulo busco compreender a *emergência* dos periódicos *anarquistas* na cidade, recorrendo às enunciações dos próprios para assinalar quais as *ordens* e os sentidos que seus editores lhes atribuíam. Depois, mostro a recorrência das principais questões nestes periódicos e identifico os escritores “clássicos” europeus mais recorrentes, pois é a partir destes elementos que emergem *práticas discursivas* que se posicionam frente a temas, que mais aparecem, como a *liberdade*, o *indivíduo*, a *vida social* e a *sociedade*, o *sindicato* e o *sindicalismo*, o *Estado*, a *autoridade* e a “ditadura do proletariado”, que vão conformando o *anarquismo* nos periódicos da cidade.

No segundo capítulo, colocando em série temas mais *defendidos*, procuro compreender, especificamente, as formações de noções de *liberdade*, de *indivíduo*, de *vida social* e *sociedade* e de *sindicato* e *sindicalismo* através de textos publicados nos periódicos editados por *anarquistas*, pois seria ordenando e fixando novos sentidos que se conformaria e constituiria o *anarquismo* como uma *prática discursiva* na cidade do Rio de Janeiro. Cada proposição era a irrupção de um discurso novo que viria lutar e afrontar, ou mesmo reafirmar, os que já estavam instituídos, disputando sentidos e enunciando novas *ordens* sociais. Deste modo, mostro que surgiram noções diferentes quanto a esses temas e questões e que não houve *um* discurso *anarquista* que se posicionou frente a elas, mas vários, procedimento este que mantenho no capítulo seguinte.

⁵⁸*Ibidem*, p. 211.

No terceiro capítulo, seriando temas mais *afrontados*, procuro compreender as formações de noções de *Estado*, de *autoridade* e de “ditadura do proletariado” que estiveram presentes nos discursos *anarquistas* publicados nas páginas de seus periódicos. As relações entre estas noções se remetem aos combates dos *anarquistas* ao *Estado*, que o tomaram como “nocivo”, “tirânico”, “explorador” e “usurpador”, assim como às noções que constituíam discursos acerca da *autoridade*, que fizeram parte de seus afrontamentos e desqualificações, e da “ditadura do proletariado” – uma forma de *autoridade* –, que foi combatida por uns e defendida por outros, instaurando uma polêmica que teria possibilitado o que chamo de *crise* entre os anarquistas no início da década de 1920 e que parece questionar a *ordem do discurso anarquista* neste momento.

Deste modo, parece-me ser possível mostrar que entre as *práticas* que instituíram o *anarquismo* como uma *formação discursiva* nos periódicos da cidade do Rio de Janeiro, este não era um discurso *unívoco* entre 1898 e o início da década de 1920, mas foi sendo conformado por conjuntos de questões e temas recorrentes que foram constituindo novas *ordens discursivas*, através das tais práticas, “anarquizando” diversas proposições de relações sociais, afrontando exercícios de *poder*, formas de *autoridades*, concepções de *indivíduos* e de *sociedade*, “dessacralizando” instituições, configurando posicionamentos diversos diante de várias questões e inventando novas formas de se falar e de se praticar o *anarquismo*.

CAPÍTULO 1

ANARQUISMO: A PALAVRA E AS COISAS

Tomo, aqui, a *expressão-problema* de Michel Foucault, *a palavra e as coisas*, título de seu livro de 1966.⁵⁹ Isto porque foi a partir de suas reflexões que construí a problemática que perpassa esta dissertação: verificar a espessura histórica da palavra *anarquismo*. Entendê-la, não como um suposto *universal*, mas como um termo que se constituiu historicamente da tessitura de componentes diversos – nem sempre compreendidos da mesma forma – o que a tornou uma palavra de sentidos múltiplos.

Neste capítulo visou a compreender dentre as *práticas discursivas* que conformaram o *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro, aquelas que se efetivaram nos periódicos auto-definidos como *anarquistas* que aí surgiram e circularam entre 1898 e início da década de 1920. Conforme disse, não existiria nesse período *um* discurso que se pudesse denominar como *o anarquismo*. Trata-se de algo que se parece querer gestar como tal.

Verifico a validade de minha afirmação, examinando os enunciados que aí se veiculavam e/ou gestavam e que se apresentavam como *anarquistas*, muito embora, como pude perceber, sob formas por vezes diferenciadas entre si. Estas diferenças pareceram-me reconhecíveis pelo modo como, nos escritos selecionados, eram definidas, articuladas e afrontadas algumas questões singulares, cuja combinação e recorrência, tomadas como medidas de importância e pertinência no que se quer instituir como *anarquismo*. Entre estas descrevo, comparo e analiso a irrupção dos periódicos que se afirmaram como *anarquistas* na cidade do Rio de Janeiro, e identifico as questões e os escritores “clássicos” europeus recorrentes nestes periódicos entre 1898 e início da década de 1920.

1.1. Emergências de periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro

Os textos selecionados neste trabalho foram publicados em periódicos, que se auto-denominaram *anarquistas*, no período assinalado. Estes periódicos, suponho, foram *lugares* de *práticas discursivas* e de *emergências* de discursos que se proclamavam *anarquistas*, marcados por múltiplos gêneros textuais, como: artigos, textos literários, poemas, reportagens e indicações bibliográficas. Foram essas especificidades dos periódicos que os constituíram como *lugares* de recorrências de questões. Neste sentido, reuni estes periódicos em um conjunto dos que se identificaram e se diferenciaram como *anarquistas*.

⁵⁹ Foucault, Michel. *Op. cit.*, 1990.

Os jornais e revistas aqui selecionados se denominaram de várias formas, entre as quais: “comunista-livre”, “científico e artístico”, “filosófico, sociológico e literário”, “libertário”, “novo rumo”, “*anarquista*”, “defensor dos trabalhadores”, “subversivo”, “literário e crítico social”, “sindicalista e comunista” e “comunista-*anarquista*”. Todas essas formas de se enunciar e se diferenciar eram remetidas às palavras *anarquia* e *anarquismo*. Portanto, falar em periódicos *anarquistas* ou em “imprensa” *anarquista* envolve múltiplas definições, *coisas* e posicionamentos, conforme descrevo com detalhes mais a frente.

Assim, os periódicos apresentados e descritos aqui são: *O Despertar: periódico comunista-livre* [1898], *Asgarda: pequena revista internacional, ciencias e artes* [1902], *Kultur: revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc* [1904], *O Libertário* [1904], *Novo Rumo* [1906], *Liberdade!* [1909], *A Guerra Social: periódico anarquista* [1911-1912], *A Vida: publicação mensal anarquista* [1914-1915], *Na Barricada: periódico Anarquista* [1915], *Crônica Subversiva* [1918], *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* [1918], *O Jerminal: quinzenário comunista* [1919], *Spartacus* [1919], *A Seara: publicação semanal, literatura, crítica, questões sociais* [1919], *O Rebelde: editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil* [1919], *Renovação: quinzenário syndicalista e comunista* [1920], *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista* [1921] e *Lucta Social: quinzenário anarquista* [1922].

O Despertar: periódico comunista-livre foi lançado em 02 de novembro de 1898. Este foi um dos primeiros periódicos, que de várias maneiras se identificou como *anarquista*, lançado no Rio de Janeiro. A redação era na rua Senador Pompeu, 119, Centro. Circularam quatro edições. Na direção estava José Sarmiento,⁶⁰ que editaria mensalmente *O Despertar*.

Defendo que o periódico era *anarquista* fundamentado em um dito de Elísio de Carvalho, publicado na revista *Kultur*, em 1904, quando ele afirma: “tem sido publicado até hoje, entre nós, um número considerável de periódicos *anarquistas*: *O Despertar*, *O Protesto*, substituído mais tarde por *O Golpe* [...]”.⁶¹ Ao lado deste dito, considero também a própria enunciação de *O Despertar*, que assume a *anarquia*: “a anarchia é um princípio de philosophia moderna; é o mais belo e sublime ideal conhecido até hoje”.⁶² Outros indícios que

⁶⁰ José Sarmiento foi operário chapeleiro. Nasceu na Espanha e imigrou para o Brasil em 1890. Participou do *Congresso Operário Nacional Socialista* em 1892. Ele participou da fundação da União dos Chapeleiros, foi um dos delegados da Federação Operária de São Paulo no *I Congresso Operário Brasileiro* [1906], esteve presente no *IV Congresso Operário Brasileiro* [1912]. Sarmiento colaborou em periódicos *anarquistas* e *sindicalistas*, como: *O Protesto*, *O Baluarte* e *O Chapeleiro*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

⁶¹ Carvalho, Elísio de. O movimento *anarquista* no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc*. Rio de Janeiro, março de 1904, p. 3.

⁶² *O Despertar*. O nosso ideal. *O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, 02/11/1898, p. 1.

podem me levar a esta consideração estão no texto, também publicado na primeira edição, *Por que somos anarquistas*, que diz em um de seus parágrafos: “Variedade quer dizer progresso, e porque amamos o progresso somos anarquistas [...]”.⁶³ Além destes, mais um indício: “O pensamento é anarquista, e é para a anarquia que o mundo se dirige”.⁶⁴ Diante disso, parece ser razoável considerar comunista-livre como uma das formas de se enunciar *anarquista*.

Por outro lado, definindo o grupo editor e, em certas medidas, o próprio periódico, que de um lado se intitulava *comunista-livre*, mas de outro definia *anarquia*, e não *comunismo-livre*, como era de se esperar, dizia o seguinte:

Somos maiores de idade e homens de consciência própria e ao vir campo do periodismo não fazemos com a petulância dos pretendidos sábios da política. Somos simplesmente trabalhadores conscientes; levantamos nossa voz de protesto, a voz do oprimido, sendo o fraco contra o forte.⁶⁵

Ao longo das quatro edições de *O Despertar*, não encontrei quaisquer outros textos ou trechos que enunciassem tanto o grupo quanto o periódico. As preocupações dos textos e das práticas dos editores se voltavam mais para a “vida moral e material” do periódico do que propriamente com definições de grupo e de prática jornalística *anarquista*.

Observo que a expressão do título “comunista-livre” abrigaria *práticas discursivas* denominadas *anarquistas*, pois em seus vários textos não há referências ao tal “comunismo-livre”, mas a premissas de discursos do *anarquismo*, como a *liberdade*, a *ação direta* e a *autonomia*.

Portanto, *O Despertar* teria sido um periódico identificado pelos editores como *comunista livre*. Porém, conforme disse, dedicava-se a enunciar e defender práticas e discursos *anarquistas* em vários de seus textos, procurando definir tanto *anarquia* e *anarquismo*, quanto definir e combater *Estado*, “burguesia”, *autoridade* e outros, além de debater e discutir assuntos nacionais e estrangeiros.

De outro modo, e com diferentes objetivos, a revista *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciências e artes* foi lançada em março de 1902. A redação era na Rua dos Inválidos, 24, Centro, Rio de Janeiro. Sublinho que só foi localizado um número desta revista, que foi editada pelo *anarquista* Motta Assumpção.⁶⁶

⁶³ Heriberto. Porque somos *anarquistas*. *Ibidem*, p. 1.

⁶⁴ L. Vd. *O Estado*. *Ibidem*, p. 2.

⁶⁵ O nosso ideal. *Op. cit.*

⁶⁶ Motta Assumpção, gerente da revista, era tido como *anarquista* individualista. Nasceu em Portugal em 1878 e morreu em 1929. Foi condutor de bondes e gráfico. Colaborou no periódico *anarquista O Protesto*. Escreveu as

Mesmo sendo dirigida por um sujeito reconhecido como *anarquista* na cidade e tendo colaboradores *anarquistas* como Elísio de Carvalho, que foi editor de *Kultur*, uma revista também anarquista lançada dois anos depois, enuncia-se o *anarquismo* em várias páginas desta edição, principalmente quando diz que entre os “amigos da *Liberdade* em geral”, estariam os “anarchistas, socialistas, revolucionários, livre pensadores, etc”.⁶⁷ Outro indício está na denúncia de perseguições:

É de costume antigo, sempre, por ocasião de festas públicas, a polícia francesa perseguir os anarchistas. No mez passado, pelas festas do I Centenário natalício de Victor Hugo, em Pariz, os agentes da torpe burguezia effectuarem numerosas prisões de pessoas que eram acusadas de ter perturbado a ordem e a paz... burguezas.⁶⁸

Mais um indício que assinalo, através da notícia de “atentado” à bomba e perseguições a *anarquistas*:

Em Córdoba, Argentina, a explosão de uma formidável bomba de dynamite collocada em frente à secretaria de polícia, damnificou bastante o prédio e feriu muitas pessoas. Esse attentado, segundo dizem os jornaes burguezes, é attribuido aos anarchistas. É isto mais um motivo para a polícia argentina exercer perseguições e commeter violências nas pessoas dos *nossos camaradas*.⁶⁹

Um último indício se refere às notícias de lançamento dos periódicos *anarquistas* *Germinal* e *Amigo do Povo*:

GERMINAL – Recebemos os dois primeiros números deste excellente periódico anarchista que veio à luz no dia 10 do p.p., em São Paulo [...]. AMIGO DO POVO – Segundo nos informa de São Paulo, o Camarada Nezianzeno [Neno Vasco], é este o título dum novo hebdomanário anarchista que sob sua direção e de Benjamim Mota, ali apparecerá brevemente.⁷⁰

Diante desses vários indícios e, repito, da direção de um sujeito que era denominado *anarquista individualista*, considero a possibilidade de *Asgarda* ser periódico *anarquista*.

peças *O Exemplo*, *O Infanticídio*, encenadas por grupos teatrais *anarquistas*. Escreveu a coluna “Crônica Fluminense” e outros artigos para o periódico *O Amigo do Povo*. Escreveu para *O Germinal* de Lisboa. Foi um dos colaboradores de *A Greve*, *Kultur*, *Novo Rumo*, *A Voz do Trabalhador* [da Confederação Operária Brasileira], *Não Matarás* [da Liga Antimilitarista Brasileira] e *Emancipação* [da Liga das Artes Gráficas]. Foi um dos fundadores da Liga de Artes Gráficas. Representou a Liga no *I Congresso Operário Brasileiro* de 1906. Usou os pseudônimos Carrad e César Mendes. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

⁶⁷ Assumpção, Motta. Sem título. *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciencias e artes*. Rio de Janeiro, 18/03/1902, p. 2.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 13.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 14. Grifos meus.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 16.

De todo modo, *Asgarda* diz, no seu editorial de lançamento, que “aparece hoje na imprensa como mais um questionador, trazendo seu humilde concurso à investigação da verdade” e defende a *necessidade* de um “órgão na imprensa onde o espírito do HOMEM – *essencialmente anarchico* e inovador como é – encontre eco”.⁷¹

Assumpção destaca que a revista daria publicidade “a todos os pensamentos, todas as idéias, todas as opiniões e todas as theorias que de qualquer modo concorram a lançar um raio de luz nesse doloroso e tristíssimo cahos”.⁷²

Asgarda combateria os “reacionários de todas as cores”, dizendo que estes queriam aniquilar as *liberdades* conquistadas com dificuldades nas “revoluções passadas”,⁷³ e que seria um órgão do “espírito humano”, mas dependeria da colaboração dos “mais ilustrados pensadores brasilienses e portuguezes, publicando, independentemente dos artigos originaes, traducções das principais obras dos mais notáveis escriptores estrangeiros”.⁷⁴

Desse modo, Assumpção enuncia a revista *Asgarda* e seus objetivos, que publicava nesta edição textos sobre os *31 anos da Comuna de Paris*, sobre política internacional, mais especificamente sobre a visita do Czar Russo à França e as repressões aos manifestantes que se seguiram, afronta ao “regime parlamentar”, a presença da *mulher* na *sociedade*, greves e repressões na Espanha, movimentos socialistas na França, Itália, Sérvia, Argentina, além de tratar de assinaturas do periódico. Portanto, esses foram os assuntos tratados nesta primeira edição de *Asgarda*.

Outro periódico que emergiu, na primeira década do século XX, foi a revista *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Esta teve a colaboração de escritores *anarquistas* e *não-anarquistas*. A revista foi marcada pela maior presença de denominados *individualistas anarquistas*. Foi publicada entre março e outubro de 1904, em cinco edições. Sua redação era na rua do Riachuelo, Centro, Rio de Janeiro, e o editor era Elísio de Carvalho.⁷⁵

⁷¹ *Ibidem*, p. 1. Grifos meus.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁷⁵ Elísio de Carvalho nasceu em Alagoas em 1880 e morreu em 1925. Publicou livros de poesia e traduções de Oscar Wilde. Elísio se identificava com o chamado *individualismo anarquista*, se fundamentando em Max Stirner, Frederich Nietzsche e Piotr Kropotkin. Colaborou em periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro escrevendo em *Asgarda*. Em São Paulo colaborou no *Amigo do Povo*. Foi redator de *A Greve* do Rio. Foi colaborador de *O Trabalhador* e *Novo Rumo*, ambos do Rio. Elísio foi um dos fundadores da Universidade Popular de Ensino Livre, de 1904. Em *Kultur*, publicou, entre outros textos, o intitulado *Movimento anarquista no Brasil*, uma proposta de sistematização do que poderia ser chamado de *história do anarquismo no Brasil* até então. Cf. Rodrigues, Edgar. *Os Companheiros*. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

Kultur não foi identificada imediatamente como *anarquista*. Entretanto, o seu editor, enunciava o *sentido anarquista* do periódico, na medida em que publicava textos de divulgação de certas “tendências” que eram também denominadas de tal forma, como o “comunismo anarquista” e o “individualismo *anarquista*”, por exemplo. Neste sentido, foram publicados textos como: *Kropotkine e os positivistas*, *O movimento anarquista no Brasil*, *Congressos anarquistas*, *Anarquismo*, *Literatura anarquista*, todos na primeira edição.⁷⁶ Considere-se, ainda, que entre os objetivos de *Kultur* estava o de “criar um ambiente próprio dos homens livres, estabelecer laços de solidariedade entre todos os *anarquistas*, inaugurar uma era inteiramente nova na história do movimento revolucionário no Brasil”.⁷⁷ Estes indícios, me parecem significativos para considerar *Kultur* uma revista *anarquista*.

No editorial, publicado na segunda edição e que esclarece os seus objetivos, *Kultur* diz que seria independente, “sem programa fixo” e aberta às mais “largas tendências”, provavelmente afrontando periódicos que limitavam as participações de quem não fosse *anarquista*:

Órgão de tendências das mais largas, das mais independentes e das mais radicais, em matéria social, filosófica e científica; uma revista inteiramente livre, independente e tolerante, não sendo órgão de nenhum grupo, onde cada colaborador possa exprimir plenamente o seu pensamento. A revista não aceitará nenhuma fórmula e não rejeitará nenhuma opinião.⁷⁸

Diz que os redatores não censurariam nem rejeitariam idéias. Suas funções não seriam de *controle e interdição*, que perpassavam este tipo de atividade, mas de *organização*:

Os próprios redatores da revista, cuja função é de organização e de método, não têm absolutamente necessidade de rejeitar, censurar, impor suas idéias. Quando eles escreverem na revista não o farão como redatores, impondo à mesma uma opinião, uma tendência, uma maneira de ver, mas escreverão como outros colaboradores livres e independentes dos outros.⁷⁹

A revista seria “um magnífico instrumento educador da razão e da sensibilidade”, formando, assim, *sujeitos e ações libertárias*. Além disso, visava:

Fortificar o espírito de rebeldia individual, aniquilar esta improdutividade da vida brasileira, criar um ambiente próprio dos homens livres, estabelecer laços de solidariedade entre todos os

⁷⁶ *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº1 março de 1904.

⁷⁷ *Kultur*. Sem título. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº2 abril de 1904, p. 1.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

anarquistas, inaugurar uma era inteiramente nova na história do movimento revolucionário no Brasil.⁸⁰

Kultur se ocuparia de “todas as matérias” que interessariam a uma “cultura utilitária superior”, destacando:

Ela, no campo da tática e do método experimental, tratará de: *sindicalismo*, neomalthusianismo, vegetarianismo, livre acordo, greve geral, ortografia simplificada, esperanto (idioma internacional), iniciativa individual, ação direta, resistência passiva etc. [...] filosofia, sociologia literatura, arte, etc.⁸¹

Por fim, defende o apoio à revista, destacando que “a *subscrição voluntária*, além de estar de acordo com os princípios do *anarquismo* prático, facilita muito a propaganda das idéias”.⁸²

Portanto, *Kultur*, uma revista *anarquista*, conforme passo a considerar a partir de vários indícios descritos, seria aberta a todos os tipos de textos que tivessem relações com a “*liberdade*” e com as *ciências*, a *filosofia*, *sociologia* e a *literatura*, possibilitaria *emergências* de discursos vários que conformariam o *anarquismo* no Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX.

O periódico *O Libertário* foi lançado em 09 de outubro de 1904. Somente dois números circularam, o de 09 de outubro e o segundo de 1º de novembro de 1904. Foi editado por um grupo que se denominava “um grupo de rebelados, sem senhores e sem ídolos”.⁸³ Sua redação era na rua Conselheiro Moraes e Vale, na Lapa, Rio de Janeiro. O encarregado pela correspondência era Carlos Dias⁸⁴. *O Libertário* teve entre colaboradores os *anarquistas* Manuel Moscoso⁸⁵, que também foi redator do periódico *Liberdade!*, lançado em 1909, e

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² *Ibidem*. Grifos meus.

⁸³ Libertário [O]. O Libertário. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904, p. 1.

⁸⁴ Carlos Dias nasceu no Rio Grande do Sul. Foi gráfico e militante *anarquista*. Colaborou nos periódicos *Novo Rumo*, *A Voz do Trabalhador*, *A Terra Livre* de São Paulo, *A Guerra Social*, *Spartacus*, *A Voz do Povo*, *A Voz do Trabalhador* e *A Guerra Social*. Escreveu a peça *A Grande Data*, que foi encenada entre *anarquistas*. Em 1912 publicou o folheto *Semeando para Colher*, no periódico português *A Vida*. Em 1918 publicou o folheto *A Luta Sindicalista Revolucionária*. Em 1922 publicou o folheto *Perpetuidade do Erro e da Mentira*. Fez parte da comissão organizadora dos protestos contra a primeira prisão de Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo “racionalista” espanhol, fuzilado em 1909. Foi um dos delegados da Federação Operária de São Paulo no I Congresso Operário Brasileiro. Fez parte da Liga Antimilitarista Brasileira. Na década de 1920 foi delegado do Brasil na Conferência da Organização Internacional do Trabalho. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1994.

⁸⁵ Manuel Moscoso, espanhol, veio para o Brasil na década de 1890. Colaborou em periódicos como *O Amigo do Povo*, *A Greve*, *O Libertário*, *A Voz do Trabalhador*, *A Luta*, *A Guerra Social*. Foi um dos representantes da Federação Operária de São Paulo no I Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Participou da comissão de solidariedade a Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo “racionalista” espanhol, fuzilado em 1909. Em 1911

Neno Vasco, que publicou em outros periódicos na cidade. Diante dessas informações, corroboradas pelo próprio título, parece-me não haver problemas em afirmar que o periódico era *anarquista*.

No editorial de lançamento foi dito que a “imprensa burguesa” não trazia nenhuma vantagem à “questão social” no Brasil. Tais publicações não se esforçariam pela “orientação do povo, divulgando conhecimentos que concorrem para elevação de seu nível moral ou que satisfaçam seus desejos estéticos”.⁸⁶ Trazia “fatos irrelevantes, banalidades, imbecilidades”. A “imprensa burguesa” outras vezes invocaria o “favor público”, transformando os periódicos em “instrumentos públicos de seus ódios e de suas simpatias pessoais”. Esta imprensa “desonraria um povo livre”. Seria tempo de “boicotá-la”.⁸⁷

O texto editorial defende que a “*sociedade* vigente está dividida em duas partes: a dos exploradores e a dos explorados inconscientes”. Neste sentido, “os *anarquistas*, confiantes numa nova ordem de coisas”, não podem compactuar com os crimes do presente e nem se acomodar com um regime que fará com que “retroajam até os limites da animalidade” do qual se libertam através de repetidos combates e de *inauditos sacrifícios*. “Eis razão por que nos insurgimos”. A *ciência*, a *filosofia*, o simples “bom senso”, indicariam os “meios para a vitória”. A publicação deste periódico seria reflexo disto, que dependeria da *simpatia* dos que comungavam com suas idéias. “O fato de terem naufragado outras tentativas idênticas não é motivo para desalentar os fiéis amantes da verdade [...]”.⁸⁸

Defende também que “os homens encontrem *jornais* que saibam imprimir à propaganda um caráter profundamente honesto [...], encher-se-ão de entusiasmo e convencer-se-á de que, para precipitar o advento da “revolução social”, bastará solidarizar-se com seus irmãos de miséria e dor”.⁸⁹ Por fim, o editorial diz que um “grupo de rebelados, sem senhores e sem ídolos”, inicia a publicação de *O Libertário*.

Outro periódico que emergiu foi o *Novo Rumo*. Lançado em janeiro de 1906, circulou até maio de 1907, com vinte e uma edições. O grupo editor decidiu publicar um periódico *anarquista*, confiando a tarefa ao casal Joel e Maria de Oliveira,⁹⁰ que o editou com o subtítulo “órgão evolucionista”. Esta atitude provocou desconforto entre seus organizadores, pois estaria em desacordo com a linha do “*sindicalismo revolucionário*”, assumida por eles. O

viagou para Buenos Aires e acabou se fixando lá. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.

⁸⁶ Libertário [O], *op. cit.*, p. 1.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ O casal Joel e Maria de Oliveira também colaborou nos periódicos *O Trabalho*, *O Amigo do Povo*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

casal foi criticado e afastado do grupo editor. A partir do número 2, com uma ressalva feita pelos novos editores, o periódico não se identificava mais como “evolucionista”.

Quanto à sua associação ao *anarquismo*, verifiquei que em sua apresentação, no texto intitulado *O que somos e a que viemos* afirma: “em religião somos ateus, em filosofia somos materialistas, e *anarquistas* em política”,⁹¹ acrescentando ainda outros textos, sempre referentes às práticas e discursos *anarquistas*, como por exemplo: *A propaganda libertária*.⁹² Importante observar que o periódico divulgou e noticiou o *I Congresso Operário Brasileiro*, realizado no Rio de Janeiro no ano de 1906, um dos primeiros a discutir ações e formas de organizações sindicais, em nível nacional, como greves e *ação direta*, entre outros.⁹³ O dito congresso parecia, assim, visar a congregar as discussões que vinham se realizando em várias regiões do país:

O “Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em *sociedades de resistência* econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela *ação direta* dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do *Sindicato a luta política* especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela *associação de resistência*, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”.⁹⁴

No texto editorial de lançamento os editores iniciam dizendo que são partidários de uma “nova filosofia”. Dizem que repudiam “os eufemismos com que mascaram, dissimulam e adoçam o fundo hipócrita das relações que alimentam e nutrem a existência vegetativa da *sociedade capitalista*”.⁹⁵

De acordo com o texto, eles definem o *Novo Rumo* como *anarquista*, pois a *anarquia* seria o ponto de “intersecção dos desiludidos”:

Anarquia, que é o ponto de intersecção das esperanças de todos os desiludidos do passado e do presente, que é o limite máximo de todas as aspirações, a *Anarquia* é a fórmula simples, clara e justa de todas as questões que as pesquisas de nosso tempo puseram na ordem do dia. Somos *anarquistas*.⁹⁶

O texto diz que a solução é o “comunismo racional”, provavelmente o *comunismo*

⁹¹ Novo Rumo. Novo Rumo. *Novo Rumo*. Rio de Janeiro, nº1, 20/01/1906, p. 1.

⁹² [Autor ilegível]. *A propaganda libertária*. *Ibidem*, p. 2.

⁹³ Lembro que alguns periódicos, como o *Novo Rumo* e *A Voz do Trabalhador*, noticiaram congressos operários, como os de 1906 e 1913, por exemplo, e desempenharam um papel relevante tanto na divulgação quanto na organização destes no Rio de Janeiro, bem como na difusão de seus resultados.

⁹⁴ *Apud* Rodrigues, Edgar. **Alvorada Operária. Os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979, p. 101. Grifos meus.

⁹⁵ Novo Rumo. *Op. cit.*, p. 1.

⁹⁶ *Ibidem*.

anarquista de Piotr Kropotkin,⁹⁷ que parece identificar o *Novo Rumo*: “Economicamente não encontramos outra solução que não seja o comunismo racional onde desapareçam estas fantasias que tanto terror infundem aos que ainda não o estudaram com critério indispensável”.⁹⁸

De outro modo, emergiu o periódico *Liberdade!*, que foi lançado em agosto de 1909, sendo dirigido por Manuel Moscoso.⁹⁹ A redação era na rua Camerino, 140, Centro, Rio de Janeiro. Circulou até o número 3. Quanto à distribuição, Moscoso diz: “Esta folha encontra-se à venda na porta do Café Criterium, na Praça Tiradentes”,¹⁰⁰ levando-me a supor que teve pequena circulação, pois era vendido em um único lugar.

O periódico publicou textos de escritores estrangeiros, como Errico Malatesta¹⁰¹ e Anselmo Lorenzo [1841-1914], “uma das figuras mais salientes do movimento operário e *anarquista* da Espanha”.¹⁰²

O editorial de lançamento de *Liberdade!* diz:

Sem prévio aviso e sem convocações de reuniões, iniciamos hoje a publicação desta folha. Pelo presente número poderão avaliar a sua feição e orientação. Como contamos apenas com as nossas forças, começamos a publicação com este formato. Se as pessoas que estiverem de acordo com a nossa obra nos prestarem o seu auxílio,

⁹⁷ Pedro Kropotkin [1842-1921], geógrafo e escritor, defendia que os critérios para o consumo dos *individuos* não se baseariam no *trabalho*, mas na *necessidade*, isto é, os problemas não estariam na equalização da chamada produção, mas nos desequilíbrios e nas concentrações do *consumo* e da *distribuição*. Assim, enunciava um tipo de *sistema de livre distribuição* social da produção, através de um tipo de procedimento de *coletivização* do que chamava de *meios de produção*. Além da livre *distribuição*, enunciava o fim de qualquer *sistema de salários* e dos *lucros*, assim como de instituições estatais e de propriedades particulares. Para a instauração de novas sociabilidades, ele considerava que os saberes e conhecimentos científicos contribuiriam com *meios* para descobrir como conciliar e satisfazer a vontade de todos. Nestas novas sociabilidades seriam criadas práticas de administrações públicas fundamentadas nas *comunas* como unidades administrativas próximas das populações e de seus interesses. Além disso, as uniões de várias *comunas* possibilitariam formações de *redes* de cooperações que substituiriam as instituições estatais, instaurando assim, sociedades *comunistas*. Ver Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953.

⁹⁸ Novo Rumo. *Op. cit.*, p. 1.

⁹⁹ Destaco que Manuel Moscoso foi referenciando anteriormente na nota 85 do capítulo 1.

¹⁰⁰ *Liberdade!* Sem título. *Liberdade!* Rio de Janeiro, nº1, agosto de 1909, p. 1.

¹⁰¹ Malatesta nasceu em 1853 e faleceu em 1932. Participou da Associação Internacional dos Trabalhadores e da Federação Italiana. Colaborou nos periódicos *L'Ordine*, *La Campana*, *L'Agitazione*, *La Questione Sociale*, *L'Aduanata del Refrattari* e *Le Réveil*. Publicou periódicos, como: *L'Internazionale*, *Lo Schiopero Generale*, *Umanità Nova* e *Pensiero e Volontá*. Colaborou com a criação da União Sindicalista Italiana, ligada aos *anarquistas*. Foi um dos autores estrangeiros *anarquistas* referenciados nos periódicos do Rio de Janeiro. De acordo com Nildo Avelino, “Malatesta no cenário dessa geração de *anarquistas comunistas* é uma pessoa singular. Vernon Richards e Max Nettlau apontam nele a ponte entre o *anarquismo* da segunda metade do século XIX e a primeira do século XX”. Cf. Avelino, Nildo. *A Emergência de Errico Malatesta*. In: Avelino Nildo. **Anarquistas. Ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004, p. 33; Ver também Richards, Vernon. **Malatesta, vida e idéias**. Barcelona: Tusquets, 1977, *apud* Avelino. *Op. cit.*; Nettlau, Max. **Socialismo Autoritário y Socialismo Libertario: estudos y sugerencias sobre la accion internacional del anarquismo em la lucha contra la reaccion mundial**. Barcelona: Guilda de Amigos del Libro, [194-], *apud* Avelino, *op. cit.*

¹⁰² *Liberdade*. Sem título. *Liberdade!* Rio de Janeiro, nº3, 10/10/1909, p. 2.

aumentaremos o número de páginas e regularizaremos a sua aparição. Enquanto isso não se der as contribuições serão voluntárias [...].¹⁰³

Observo que o periódico não se intitula *anarquista*. Mas, no conjunto de seus textos, que defendeu na sua primeira edição o intitulado *O método anarquista*, e de seus colaboradores, como o próprio Moscoso e Malatesta, é possível considerar que fosse *anarquista*. Além disso, Moscoso destaca que ao longo dos textos seria possível que o leitor identificasse sua “feição” e “orientação”.

O periódico *A Guerra Social: Periódico Anarquista*, que teve como administrador o operário marmorista João Arzua¹⁰⁴, foi lançado em 9 de junho de 1911. A redação era na travessa Dias da Costa, Centro, Rio de Janeiro. Entre os colaboradores destaco Astrogildo Pereira¹⁰⁵ no início de sua carreira *militante* como jornalista e *anarquista*.

Os editores de *A Guerra Social* justificavam, através do texto editorial, a instituição do periódico e seus afrontamentos:

A Guerra Social vem combater toda forma de *autoridade*, de exploração, de fanatismo religioso. Combatemos pela *anarquia* e como *anarquistas* queremos a socialização da *sociedade*, sendo em ciência materialistas, deterministas em filosofia e ateus em religião. [...]

A Guerra Social vem agitar a questão social entre os deserdados do patrimônio universal, vem lutar pela emancipação dos tiranizados de sempre. [...]

¹⁰³ *Liberdade!* Op. cit., nº1, p. 1.

¹⁰⁴ João Arzua dos Santos colaborou com a realização do *I Congresso Operário Brasileiro*, secretariando a 4ª e a 11ª sessão, e com a formação da Confederação Operária Brasileira, em 1908. Fez parte do grupo editor e administrador de *A Guerra Social*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

¹⁰⁵ Astrogildo Pereira nasceu em Rio Bonito, interior do *Estado* do Rio de Janeiro, em 1890. Foi linotipista, tipógrafo e jornalista. Em 1910 participou da *Campanha Civilista* de Rui Barbosa. Em 1912 passou a frequentar o Centro de Resistência Operária, em Niterói, lendo textos *anarquistas*. Colaborou em periódicos *anarquistas* como *A Guerra Social*, de 1911. Neste mesmo ano participou de congressos sindicais. Em 1913 participou do *II Congresso Operário Brasileiro*, realizado com a participação dos *anarquistas*. Participou da campanha antibélica após a eclosão da *I Guerra Mundial*, em 1914, escrevendo artigos para os periódicos *Na Barricada*, *O Clarim*, *A Voz do Padeiro*, entre outros. Criou e dirigiu o jornal *O Debate*. Passou a usar o pseudônimo Alex Pavel e lançou *A Revolução e a Imprensa*, defendendo, em 1918, os “bolchevistas” que foram vitoriosos na *Revolução Russa* de 1917. Em 1918 foi redator do periódico *Crônica Subversiva*. Em 1920 dirigiu o jornal *Voz do Povo* e participou da revista *Movimento Comunista*. Astrogildo Pereira, foi redator nos periódicos *O Debate*, *Crônica Subversiva* e *Spartacus*, e colaborou, também, em *O Germinal*, *A Voz do Trabalhador*, *A Rebelião*, *A Vida*, *O Cosmopolita*, *A Plebe*, *Boletim da Escola Moderna*, *Tribuna do Povo*, *Spartacus*, *A Alvorada* e *A Vanguarda*. Afastou-se do *anarquismo* e se aproximou do *comunismo bolchevista* no início dos anos de 1920. Neste período passou a criticar a posição dos *anarquistas* nas greves ocorridas entre 1917 e 1920. Debateu com os eles no periódico *O Internacional*, dos empregados em hotéis. Astrogildo foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, em 1922, sendo seu secretário geral até 1931, quando foi afastado da sua direção. Retornou em 1945, assumindo órgão de imprensa no Partido. Foi preso em 1964, por ordem do regime militar brasileiro instituído naquele ano. Ainda na cadeia adoeceu, foi libertado e faleceu em 1965. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994; Pessanha, Elina; Gomes, S. R. [Orgs]. **Partido Comunista Brasileiro. Os Anos de Formação(1922-1929)**. Rio de Janeiro: Ed. Stamp/Programa de Preservação da Memória do PCB, 1994.

A Guerra Social, sendo um centro de irradiação revolucionária, combaterá o parlamentarismo, assim como todos os paliativos políticos e associativos que aniquilam no povo as suas melhores energias, levando-o a esperar de terceiros aquilo que não lhes podem dar e que ele deve conquistar diretamente, com seu próprio esforço.¹⁰⁶

Deste modo, *os editores* de *A Guerra Social* que o periódico seria *combatente* da “*autoridade*”, da “*exploração*” e do “*fanatismo religioso*”, como *agitador* do que chamavam de “*questão social*” e como “*centro de irradiação revolucionária*”. Neste sentido, estes aspectos reunidos confeririam ao periódico certo *status* de “*liderança*” entre várias *práticas discursivas* em um momento de “*dispersão*”¹⁰⁷ de grupos auto-denominados *anarquistas*, na cidade do Rio de Janeiro.

A Guerra Social seria instituída pelo auto-denominado Grupo *Anarquista* Guerra Social, que se dedicaria à propaganda de seus discursos:

Constituído o grupo, fez-se sentir a necessidade urgente de uma voz, na imprensa, de caráter nitidamente revolucionário, com o fim de propagar o mais possível as idéias *anarquistas*, encorajando e reunindo os elementos revolucionários, ora, momentaneamente, desalentados e dispersos.¹⁰⁸

Destaco que as *práticas jornalísticas* mais experimentadas em *A Guerra Social* foram notícias de “*atualidades*” e de “*acontecimentos*” que tinham como referências *processos revolucionários*, principalmente em torno da *Revolução Mexicana* [1910-1917] e de “*movimentos operários*”, no Brasil e no exterior.

Em resumo, *A Guerra* foi um periódico que propôs noticiar o que os editores chamaram de “*atualidades*” e minimizar a incidência de textos “*doutrinários*”. Entretanto, algumas de suas colunas permitiam que seus *leitores* tivessem acesso às informações de caráter *jornalístico* e *informativo*, além de outras bibliográficas que possibilitariam a eles um “*direcionamento*” do que se *deveria ler* e, ao mesmo tempo, onde e com quem adquirir novos livros. Portanto, mesmo que os editores projetassem o periódico como um “*veículo*” de notícias e atualidades, com certo distanciamento às discussões “*doutrinárias*”, eles sugeriam, direcionavam e ofereciam possibilidades de discussões e práticas através de expedientes que

¹⁰⁶ Guerra Social [A]. Surgindo para o *anarquismo*. *A Guerra Social*. *Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 29/06/1911, p. 1.

¹⁰⁷ Aqui a noção de *dispersão* está relacionada a *práticas anarquistas* que vinham sendo desenvolvidas, mas que foram interrompidas, retardadas, ou até mesmo abandonadas, desorganizando e organizando grupos, que inventavam *novos* e diferentes enunciados *anarquistas*, que se fundamentavam em discursos também diferentes. A *dispersão*, portanto, não está contraposta necessariamente à noção de aglutinação e agrupamento, mas está relacionada às noções de *descontinuidades* e *continuidades*.

¹⁰⁸ *Op.cit.* *A Guerra Social*, nº1, p. 4.

permitiriam que os *leitores* estudassem e praticassem discursos que se denominavam *anarquistas*.

Deste modo, é possível perceber diferenças em relação às *emergências* de outros periódicos descritos acima, mas também é possível perceber que afrontava tanto os “inimigos históricos” *anarquistas* [principalmente a *burguesia* e o *Estado*] quanto às formas de se *fazer* periódicos experimentadas no passado, afirmando-se como “centro irradiador” de *ações políticas e revolucionárias*.

Outro periódico que emergiu foi *A Vida: Publicação mensal anarquista*, editada por um grupo que se chamou Novos Horizontes e lançada em 30 de novembro de 1914. Os seus redatores foram José Oiticica¹⁰⁹ e Francisco Viotti¹¹⁰. A redação era na rua Uruguaiana, Centro, Rio de Janeiro. Circularam sete números, de novembro de 1914 a maio de 1915. Foi uma revista preocupada com formulação “teórica” de discursos e *práticas anarquistas*, publicando textos e temas nacionais e estrangeiros.

Justificando a criação da revista, os editores publicaram, na edição de número 2, um texto intitulado *Aos companheiros e grupos anarquistas de língua portuguesa*, no qual eles falam que *A Vida*, no seu primeiro número, se não teve “acolhimento entusiástico, foi recebida com prazer pelos camaradas e com simpatia pelo público”.¹¹¹

Entretanto, dizem que não esmoreceriam “com palavras desdenhosas dos que não gostaram” e que para os “descontentes ou insatisfeitos bem intencionados, o fato de a revista não lhes ter agradado não deve ser motivo para desejarem o seu desaparecimento. Este fato deve ser motivo para se empenharem em melhorá-la”.¹¹² Dizem, também, que devia ter ocorrido “mau agouro dos que se deixaram vencer pelo pessimismo doentio e que julgam tudo impossível porque faltam dinheiro e elementos”.¹¹³ Além disso, não faltariam tais elementos e

¹⁰⁹ José Oiticica foi militante *anarquista*, jornalista e professor do Colégio Pedro II. Além disso, formou-se em direito e cursou até o quarto ano de medicina. Colaborou em vários periódicos *anarquistas*, como: *A Guerra Social*, *A Vida*, *Na Barricada*, *A Lanterna*, *Spártacus*, *A Seara* e outros, além de periódicos operários como *A Voz do Trabalhador*, da Confederação Operária Brasileira, e *O Cosmopolita*. *Orgam dos empregados em hotéis, restaurantes, cafês, bars e classes conjêneres*. Em 1946 editou o jornal *Ação Direita*, que durou até 1959, dois anos após seu falecimento, em 1957. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

¹¹⁰ Francisco Viotti foi estudante de medicina. Colaborou em *A Voz do Trabalhador*, *Na Barricada*, *A Plebe e Spartacus*. Após a formatura se mudou para Caxambi e manteve contatos esporádicos com os *militantes anarquistas* do Rio de Janeiro, sem mais participar dos *movimentos*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1994.

¹¹¹ Vida [A]. *Aos companheiros e grupos anarquistas de língua portuguesa*. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 30/12/1914, pp. 15-16.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *Ibidem*.

“escritores de talento o *anarquismo* já possui no Brasil. O que estava faltando era uma revista onde pudessem dizer de sua justiça”.¹¹⁴

O grupo editor Novos Horizontes, pretendia com *A Vida*:

[...] Relacionar os camaradas dispersos nesta imensa região [...]; trazer todos os camaradas, por mais isolados e afastados que se encontrem, a par da nossa vida *anarquista* [...]; difundir a literatura *anarquista*, facilitando a aquisição das obras e periódicos que se publiquem na Europa; [...] facultar para o progresso das idéias e entendimento dos militantes, a exposição franca de todas as opiniões dos militantes, a controvérsia leal, para uma investigação sincera da verdade; vulgarizar entre todas as “camadas sociais”, sem exclusivismo, as doutrinas *anarquistas* e incitar a estudar e a produzir os que pelas questões sociais e filosóficas, neste país, se interessam. [...]¹¹⁵

Lembro que este posicionamento de *A Vida*, como um lugar de “aglutinação” de “dispersões”, também foi proposto pela *A Guerra Social*, conforme descrito anteriormente, e seria experimentado por outros periódicos nos momentos de suas *emergências*.

Em suma, não é possível mensurar a importância da revista para os auto-denominados *anarquistas*. No entanto, é possível verificar, a partir do que foi dito em vários textos do periódico, que *A Vida*, pretendeu ser o lugar de fala de vários deles, um “centro” disseminador, um lugar de relações de “camaradas dispersos”, um “difusor da literatura *anarquista*”, um vulgarizador das “doutrinas *anarquistas*” em “todas as camadas sociais”.¹¹⁶

De outro modo, *Na Barricada: Periódico anarquista*, foi lançado em 1916. Sublinho que este periódico foi originalmente lançado como *Na Barricada. Jornal de combate e crítica social*, dirigido por Orlando Corrêa Lopes.¹¹⁷ Seguindo recomendações do Congresso *Anarquista* Sul-Americano, realizado em 1915, os editores e colaboradores do periódico decidiram torná-lo especificamente *anarquista*. Assim, a partir do número 1, do ano II, o *Na Barricada* passava a ser identificado como “periódico *anarquista*”.

Na edição de número 21, pouco antes de entrar em nova fase, sob nova direção, os editores dizem:

¹¹⁴*Ibidem.*

¹¹⁵*Ibidem.*

¹¹⁶*Ibidem*, p.16.

¹¹⁷ Orlando Corrêa Lopes foi editor de *A Vida: Publicação mensal anarquista* e *Na Barricada: Periódico. Anarquista*. De acordo com Edgar Rodrigues, Lopes “tomou parte em comícios, congressos operários, anarquista e contra a guerra; participou da Associação de Ofícios Vários, e defendeu o anarquismo em toda a sua extensão, ao mesmo tempo que divulgava livros de Kropotkine, Jean Grave, Sebastião Faure, Agustin Hanon, Cristiano Cornelissem, Elisée Reclus, Charles Albert, Alfredo Naquet, Neno Vasco, Adolfo Lima e de outros escritores ácratas conhecidos mundialmente por suas idéias.” Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol 4. Florianópolis: Insular, 1997.

Tendo o Congresso Anarchista Sul-Americano, que se acaba de realizar, rezolvido aconselhar a manutenção de um periódico de propaganda nesta cidade, “Na Barricada”, jornal de combate e crítica social, mas até agora de propriedade individual, passa a ser responsabilidade do grupo editor que se constituiu em virtude d’quella resolução.

Os abaixo assinados [Orlando Corrêa Lopes e J. Gonçalves da Silva], seus proprietários, cedem-no a título gratuito e livre de qualquer dívida do referido grupo, que o orientará e delle disporá com a mais ampla *liberdade*, afim de fazer com que” Na Barricada” preencha os fins visados na dita resolução do referido Congresso.

Assim, pois, “Na Barricada”, no próximo número entrará em uma nova fase de existência.¹¹⁸

Duas edições depois, *Na Barricada* anunciava nova fase, dizendo:

Cumprindo a promessa feita em nossa segunda circular, recomeçamos hoje a obra que tomamos a peito levar por diante – a publicação deste periódico *anarquista*.

Bem sabemos as enormes dificuldades que nos esperam. Despidos de enganadoras ilusões, somos, no entanto, otimistas, e temos confiança na eficácia dos esforços sérios e tenazes.¹¹⁹

Deste modo, o grupo editor conclama os *anarquistas* a participarem da empreitada. “Não só do nosso esforço, porém por maior que ele seja, dependem as possibilidades de êxito de ‘Na Barricada’: mas de todos os *anarquistas* do Brazil em geral”.¹²⁰

Os editores além de reconhecerem as dificuldades, anunciam cortes de despesas, diminuição do formato e da periodicidade, mas matém o entusiasmo com o trabalho no periódico.

[...] Em vista de excepcionaes condições do momento atual, procuramos reduzir as despezas de publicação de “Na Barricada” ao mínimo. Diminuímos-lhe o formato. Em vez de semanal, dil-a emos [*sic*], por emquanto, quinzenalmente.

Não nos pouparemos esforços. Temos confiança e temos entusiasmo. Queremos trabalhar.

Aos *anarquistas* do Brasil compete agora acudir ao nosso apelo, secundando o nosso trabalho, ajudando-nos a manter este baluarte, esta bandeira, este facho!

A obra, camaradas!¹²¹

¹¹⁸ Lopes, Orlando Correa. *Na Barricada. Jornal de combate e crítica social*. Rio de Janeiro, nº21, ano I, 28/10/1915, p. 1.

¹¹⁹ Na Barricada. *Na Barricada. Na Barricada: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, ano II, 1º/01/1916, p. 1.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

Portanto, no momento da *emergência* da segunda fase de *Na Barricada*, as preocupações estavam concentradas nas dificuldades a serem enfrentadas e nas redefinições que permitiriam o prosseguimento do periódico, sendo que a partir desta edição se conformaria uma das resoluções do congresso que congregou *anarquistas* sul-americanos.

O *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* foi lançado em fevereiro de 1918, circulando até o número 3, de abril de 1918. Este periódico era publicado por um grupo auto-denominado Aliança *Anarquista* do Rio de Janeiro, que tinha por objetivo “unir” vários grupos da cidade, procurando superar suas diferenças. O *Boletim* seria “distribuído gratuitamente pelo Brasil inteiro, pelas associações operárias, libertárias, científicas, literárias, pela imprensa diária e periódica, bem a quantos nos pedir, bastando para isso a simples comunicação de endereço”,¹²² diziam os editores. Além disso, “toda a correspondência, quer para o Boletim, quer para a Aliança, com valores ou não, deve ser dirigida exclusivamente para: *Arlindo d’Ávila, caixa postal 1936. Rio de Janeiro*”,¹²³ fato que me faz considerar que um dos responsáveis pelo periódico era o Arlindo.

Quanto aos objetivos do grupo editor com o *Boletim*, foi dito:

Atendendo ao apelo de alguns camaradas, os militantes *anarquistas* residentes nesta cidade, em sua grande maioria, compareceram a uma reunião convocada para o dia 20 de janeiro último, na qual se tratou de dar por terminadas as discussões estereis travadas em torno do tema “*anarquismo e sindicalismo*”, constituindo-se, em consequência, a Aliança *Anarquista* do Rio de Janeiro, organismo de espírito largo e amplo, genérico e fundamental.

A aliança não é propriamente uma agrupação no sentido estreito e comum das agrupações libertárias: é antes um órgão de união, de entendimento, de aliança entre todos os *anarquistas* do Rio de Janeiro formados em grupos ou não. O seu fim é congregar esforços na propaganda geral e básica da *anarquia*, sempre que isso se tornar oportuno e necessário.

Uma reduzida comissão de relações ficou logo escolhida, resolvendo-se também a publicação mensal deste BOLETIM, ao qual se dará uma feição serena e principalmente documentária.¹²⁴

Assim, no momento em que se instituía um grupo auto-denominado *anarquista*, funcionando em torno de um tipo de organização que eles chamaram de Aliança, instituía, também o periódico *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Neste sentido, conforme experimentado em outras *emergências* de grupos editores e de periódicos,

¹²² Aliança *Anarquista* do Rio de Janeiro. Este boletim. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº1, fevereiro de 1918, p.3.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ Aliança *Anarquista* do Rio de Janeiro. Aliança *Anarquista* do Rio de Janeiro. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº1, fevereiro de 1918, p. 1.

constituía-se um lugar de *convergência*, de agrupamento, de reunião de práticas supostamente dispersas. Assim, conformava-se uma espécie de “centro irradiador de *anarquia*”, um *lugar* que reuniria e conformaria divergentes e concorrentes *práticas discursivas* sobre *anarquia*, *anarquistas* e *anarquismos*.

Justificava, então, as *dispersões do presente*. Ressignificava discursos, práticas e agrupamentos do passado, “ideais” de formação de conjuntos que não tiveram continuidades, que, de alguma forma falharam na execução e no desenvolvimento de projetos que visavam “unificar” vários discursos e práticas *anarquistas* no Rio de Janeiro. Conforme disse anteriormente, este é um tipo de característica presente em praticamente todas as *emergências* de periódicos que, de muitas maneiras, identificaram-se como *anarquistas*.

Outra *emergência* foi a do periódico *Crônica Subversiva*, que foi lançado em junho de 1918. Era um jornal dirigido e editado por Astrogildo Pereira, que escrevia todos os textos. Este semanário comentava a *I Guerra Mundial*, ou “conflagração européia”,¹²⁵ a *Revolução Russa* e “problemas sociais” brasileiros. Circulou até o número 16, de outubro de 1918.

O editorial de lançamento diz que este periódico era obra do “impulso” de um editor. O *programa* estaria no próprio título, semanalmente publicado. O propósito seria fazer “crônica subversiva” dos *fatos e coisas*, das idéias e dos sentimentos que agitaram a semana anterior. O que guiaria o periódico seria o critério do próprio editor, que se identifica como “militante apaixonado pela *anarquia*”, inimigo da “*autoridade*”. Diz que combateria, com o *Crônica Subversiva*, para a obra da “revolução social”:

Esta folha minúscula pode dizer-se que é obra de um impulso. Imaginei-a e decidi trazê-la a público. O seu escopo é simples e o seu programa contém no seu próprio título: ela será uma crônica subversiva dos fatos, das coisas, das idéias e dos sentimentos que agitaram ou encheram a semana precedente. Um só critério me guiará: o meu critério.¹²⁶

Além disso, o editor pretendia falar sobre os “homens” e atacaria a *autoridade*, declarando-se seu inimigo:

Eu direi, aqui, sobre os homens e suas ações, o que me parecer que deve ser dito, sempre sinceramente. Militante apaixonado da *Anarquia*, inimigo irreductível da *Autoridade*, sob todas as suas formas e manifestações, eu combatarei no intuito de concorrer com o meu

¹²⁵ Expressão foi tomada de parte do título de um artigo publicado no periódico *A Vida*. Ver *Vida (A)*. A conflagração européia. Os trabalhadores e a greve *A Vida: Revista mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914, p. 13.

¹²⁶ Pereira, Astrogildo. *Crônica subversiva*. *Crônica Subversiva*. Rio de Janeiro, 1º/06/1918, p. 1.

modesto esforço na formidável obra da Revolução Social. Nada mais ambiciono, nada mais prometo. É tudo.¹²⁷

Portanto, o editor enuncia o periódico como combatente da *autoridade*. Através deste, travaria combates em prol da “revolução social”. Sublinho que este tipo de enunciação é muito diferente dos outros, de um lado, pois seria proposição de um sujeito que editava o periódico e que, simultaneamente, era seu único escritor. Era uma espécie de periódico “personalizado”, que se iniciava e se encerrava no editor, posicionando-se em luta contra *autoritarismos*. Alguns desses pressupostos estavam em outras *emergências* de periódicos, como foi em *Liberdade!*, que se abriu para colaboradores, por exemplo, mas com estas características centradas em um só *indivíduo*, parece-me, só foi experimentado em *Crônica Subersiva*.

Diferentemente, o periódico *O Jerminal: Quinzenário comunista* foi lançado em maio de 1919 e se intitulava “quinzenário comunista”, do Grupo Operário de Semeadores. O editorial diz que, “à guisa de programa”, tomaria posição na “arena do jornalismo plebeu” e ofereceria campanha em prol da “emancipação moral”, “intelectual” e econômica do *trabalhador*. Além disso, fala sobre “casta de espertalhões”, a razão, o privilégio de alguns e métodos “racionais”, objetivos, como a “regeneração humana”, o desaparecimento do “capital” e da “propriedade particular”, a *guerra* ao “paralisismo” e a implantação do *comunismo*.

Tranzigando com a praxe e à guisa de programa, temos apenas a declarar que o presente vem tomar posição na arena já bem vasta do jornalismo plebeu e oferece o seu modesto, porém, desassombrado contingente, à meritória campanha em prol da emancipação moral, intelectual e econômica do trabalhador que sempre foi, e ainda é, infamemente julgado pelos soberbos detentores do capital e das posições de mando como simples instrumento de exploração.¹²⁸

A partir de *métodos de pesquisa e de análises científicas positivas* incidiriam a “luz da verdade” sobre as injustiças sociais, procurando contribuir com a “regeneração humana”:

Valendo-nos, pois, dos métodos acima referidos [métodos de pesquisa e análises das ciências positivas], faremos incidir sobre a série imensa de injustiças sociais a luz da verdade, convictos de que assim contribuiremos para a injente e gloriosa obra de regeneração humana, consubstanciada na abolição da escravatura moderna, ou seja, a extinção do salariato.¹²⁹

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ Jerminal [O]. *O Jerminal*. Rio de Janeiro, 1º/05/1919, p. 1.

¹²⁹ *Ibidem*.

Defende que tudo isso se resolveria pela extinção da *propriedade particular* e da “organização do capital”: “Este problema, cuja solução parece impossível de ser encontrada, é relativamente fácil de resolver, uma vez que desapareça a organização do capital e regime de propriedade”.¹³⁰

Portanto, *O Jerminal* propunha combater as “injustiças” sociais, a “escravidão moderna”, o “sistema de salários”, o “capital” e a “propriedade”, de modo parecido com muitos periódicos descritos anteriormente. Sua *emergência*, deste modo, confrontava estes elementos, mas também procurava ocupar um espaço nos discursos *anarquistas* que permitisse que *O Jerminal* se enunciasse como o lugar de luta pela “regeneração humana”, tomando posição no que chamou de “jornalismo plebeu”.

Outro periódico que emergiu foi intitulado *O Rebelde: Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*, grupo este que foi fundado em 1918. *O Rebelde* teve somente um número, de 1º de maio de 1919. Sublinho que este texto não é propriamente um texto editorial de apresentação de um periódico. Além disso, *O Rebelde* não apresenta texto com esta característica, nem mesmo um texto expediente ou qualquer outro assinado pelo grupo editor que esclareça os objetivos e os sentidos da publicação. Entretanto, publica o texto intitulado *A questão social internacional* que fala sobre crise econômica e lutas sociais, principalmente na Europa.

A *solução* para o “problema social” na Europa seria a *anarquia*, a luta do “explorado” contra o “explorador”.

O povo hoje caminha para a plena luz da reivindicação e é perfeitamente inútil a manobra audaz insolente dos governos tentando conturbar e perturbar as coisas, invertendo o verdadeiro sentido da luta para convencer o proletariado de que a vida é privilégio da burguesia e a felicidade concessão do poder que ela usurpou.¹³¹

Defende que a *anarquia* é a solução:

A questão é muito simples e muito clara, ela se reduz moralmente na *liberdade*. [...] O proletariado não confunde *anarquia* com desordem, nem tem medo de ameaças de força não só porque a *ANARQUIA* é a solução definitiva de toda a sua miséria como também porque a força é ele. Ouvir um estadista ou um padre é perder tempo. A função desta gente sinistra é embrulhar as vítimas de sua ferocidade e do seu orgulho.¹³²

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ Ribeiro Filho, Domingos. A questão social internacional. *O Rebelde. Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1919, p. 1.

¹³² *Ibidem*.

Na primeira edição do periódico seriam publicados os seguintes textos: *A questão social internacional*, por Domingos Ribeiro Filho; *Hoje*, por Max Vasconcelos [poema]; *Estado... e a revolução social*, por João Bovio; *Comunismo. A ampola elétrica*, por Maximo Gorki, *A impressão em Paris da sentença condenatória de Emile Cotin*; *Alcoolismo*, por A. Valério Parma; *Engodos governamentais. A Lei de Acidentes de Trabalho*, por Abílio Lobo; *A questão social. Mais alto... (ao senador Rui Barbosa)*, por José Oiticica; *Escrúpulos*, por Otavio Mirbeau; *Príncipes*, por Fábio Luz; *A luta dos comunistas* [coluna com as notas: *Que pensa o burguês do operário, As leis, A propriedade*], por Zeferino de Oliva.

Portanto, *O Rebelde*, mesmo se identificando como um periódico de “um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil”, parece ser razoável ser considerado *anarquista* pelo conjunto de seus textos e de seus colaboradores, dos quais destaco Domingos Ribeiro Filho,¹³³ Fábio Luz¹³⁴ e José Oiticica.

De outro modo, o periódico *Spartacus* emergiu em 02 de agosto 1919, com quatro mil exemplares, número que aumentou para seis mil na segunda edição, tendo um grupo editor composto pelos então *anarquistas* José Oiticica, Astrojildo Pereira e outros. O *Spartacus* promoveu debates acerca do tema *Revolução Russa*, publicou notícias de “movimentos” sociais e políticos no Brasil e no exterior, circulando até 1920.

O *Spartacus* não publicou um texto editorial, fato que não me permite tomá-lo como *anarquista* à primeira vista, mas no conjunto de seus textos tal afirmação se torna possível. Assinalo que uma nota da redação esclarece a periodicidade do jornal, que é a nota intitulada *Explicação*, que tomo como um texto que permite compreender questões algumas de suas metas e problemas:

Na impossibilidade momentânea de publicar *Spartacus* diariamente, como já fora anunciado, resolvemos, de acordo com o camarada Oiticica, constituir-nos em Grupo Editor de *Spartacus* semanário, até que ele possa tornar-se cotidiano. Não pouparemos esforços para que isso se realize o mais cedo possível. As dificuldades nos estimulam. [...] *Spartacus* vespertino e diário sairá. O apelo que fazemos aos camaradas militantes nesta cidade, não foi feito em vão. [...] Prova de

¹³³ Domingos Ribeiro Filho foi escritor e militante *anarquista*, colaborou na revista *Renascença*, dirigida por Maria Lacerda de Moura, *anarquista individualista* e atuante no chamado do *movimento feminista* a partir da década de 1920. Colaborou também em *O Despertar*, *O Protesto*, *O Golpe*, *A Plebe* e outros periódicos *anarquistas*. Cf. Edgar Rodrigues. **Os Companheiros**. Vol. 5. Florianópolis, Insular, 1998.

¹³⁴ Fábio Luz nasceu em 1884 e faleceu em 1938. Foi médico, escritor de romances e contos, professor, membro da Academia Carioca de Letras. Colaborou com os chamados movimentos *abolicionistas* e *operários* e com a criação e as atividades da Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904, além de periódicos como *A Plebe*, *A Vida*, *Voz da União*, *Spartacus*, *Voz do Povo*, *Lucta Social*, *Revolução Social* e outros. Escreveu os romances *Ideólogo* e *Os Emancipados*. Escreveu, entre outros, o folheto *A Tuberculose do Ponto de Vista Social*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

vontade e de sacrifício esse apoio constitui por si só incentivo bastante para que perseveremos no propósito em que estamos. E eis, pois, Spartacus. Modesto, mas irreduzível, todo ele se consagrará à obra imensa de revolução social dos nossos dias.¹³⁵

Nesta edição há uma notícia sobre a periodicidade de *A Plebe*, de São Paulo. Nas páginas seguintes de *Spartacus* foram publicados artigos sobre: “luta de classes”, prisão de trabalhadores, democracia nos *Estados Unidos*, Congresso Internacional Sindicalista em Amsterdam, conto sobre diálogo entre Deus e um ferreiro, festivais, comitê anticlerical, “comunismo libertário”, ação proletária, “revolução social” na Inglaterra – com fotografia de movimentos nas ruas -, notas sobre o Partido Comunista do Brasil, criado por *anarquistas* em 1919, divulgação de brochuras de “propaganda” e, ao final, mensagem de Vladimir Lênin aos trabalhadores americanos. Portanto, diante desses indícios, tanto dos textos quanto dos editores, é possível considerar *Spártacus* como um periódico *anarquista*.

Outra *emergência* foi a do periódico *A Seara: Publicação semanal. Literatura, crítica, questões sociais*, lançado em 30 de agosto de 1919. A correspondência deveria ser enviada à rua do Cotovelo, 33 sob. O redator era J. Reza.¹³⁶ Um indício de que *A Seara* era *anarquista* é a notícia publicada em *Liberdade. Periódico de Crítica social e noticioso*:

Por iniciativa de um grupo de esforçados trabalhadores, resolveu publicar entre nós mais uma revista “A SEARA”, a qual servirá com certeza de verdadeiro vergalho contra os farizeus que dominam e escravizam. Ao novo ebdomadário libertário os nossos votos de franco progresso e maior arrojo. As tempestades que por ventura possam se dezencalear sejam dominadas sem vacilar.¹³⁷

O texto que é possível tomar como de apresentação do periódico de *A Seara* é o intitulado *Na arena*, escrito por Silvino Silveira. Neste ele diz, afrontando a “imprensa no Brasil”, que: “surge, promissoramente, mais um órgão de propaganda das idéias avançadas! A imprensa no Brasil não é empresa de lucros materiais, não é ramo de que se possa exclusivamente viver: é cadinho de provações, é horto de agonias, é anfiteatro de

¹³⁵ Spártacus. Explicação. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº1, 02/08/1919, p. 1.

¹³⁶ J. Reza participou do grupo Teatro Social Anarquista do Rio de Janeiro e do grupo Emancipados. Colaborou em *A Lucta Social*. Polemizou com Octávio Brandão quando este aderiu ao Partido Comunista do Brasil, criado em 1922. Lutou com os *anarquistas* na *Guerra Civil Espanhola* [1936-1939]. Entre os colaboradores de *A Seara* destaque: José Oiticica, Silvino Silveira, J. Reza, Joaquim Marujo, Octávio Brandão, Domingos Ribeiro Filho e Fábio Luz. Além destes, foram reproduzidos trechos de textos de C. Flamarion, de Alexandre Dumas, de E. Romano Crocci e de Herbert Spencer. *A Seara* não trazia propagandas. A edição conhecida até o momento é a de número 1.

¹³⁷ *Liberdade. A Seara. Liberdade. Periódico de Crítica social e noticioso*. Rio de Janeiro, nº33, agosto de 1919, p. 2.

suplícios”¹³⁸.

A *imprensa* para Silveira deveria “ser a escola que instrua o sacerdócio que moralisasse, o facho que ilumine”, pois ela estaria “desvirtuada, segregada das suas mais belas aspirações”. Além disso, “são raros os órgãos da imprensa que [...] têm força para não se deixarem arrastar pelo suborno, pelas abastanças prometidas.”¹³⁹ Ele defende que *A Seara* “não faz parte da *imprensa mercenária* a soldo da burguesia. O seu programa, como o de todos os órgãos de transformação social, é trabalhar com afã para o advento de uma nova era de paz e amor – o ideal sublime do *comunismo anárquico*”.¹⁴⁰

Confrontando uma imprensa que seria “cadinho de provações”, “desvirtuada”, Silveira afirmaria *A Seara*: “É com o mais profundo entusiasmo de homem livre que eu almejo o mais ridante [*sic*] porvir à fecunda ‘Seara’, fazendo votos pela sua sempre crescente prosperidade na defesa das vítimas da opressão e do despotismo”.¹⁴¹ Portanto, diante desses afrontamentos à “imprensa” e do “programa” de *A Seara*, que trabalharia pelo “ideal sublime do comunismo anárquico”, é possível considerar que o periódico era *anarquista*.

Diferentemente, o periódico *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista* foi lançado em 16 de dezembro de 1920. Somente três edições circularam. A redação era na rua Marques do Pombal, 41, Centro, Rio de Janeiro.

O redator principal foi Antonio Correa,¹⁴² tendo como diretor Mâncio Teixeira,¹⁴³ conforme informações constantes na capa. Essa configuração passou a existir somente a partir da segunda edição, pois na primeira o redator principal era o Mâncio Teixeira.

Justificando a *emergência* do periódico, o Grupo Social Renovação disse que seus componentes eram adeptos do que chamava de “sindicalismo revolucionário”, fundamentados na “luta de classes” e na “ditadura do proletariado”. Neste sentido, negariam algumas práticas denominadas *anarquistas* do século XIX, pois afirmavam: “dentro dos nossos bolsos nem

¹³⁸ Silveira, Silvino. Na Arena. *A Seara: Publicação semanal. Literatura, crítica, questões sociais*. Rio de Janeiro, nº1, 30/08/1919, p. 4.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ *Ibidem*. Grifos meus.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² De acordo com Edgar Rodrigues, Antonio Corrêa nasceu em Portugal. Foi sapateiro, músico e militante *anarquista*. Viveu no Rio Grande do Sul. Foi correspondente da revista *anarquista* portuguesa *A Sementeira*. Mudou-se para ao Rio de Janeiro e, diz Rodrigues, “participou do Grupo Renovação Teatro e Música, como flautista e maestro. E, quando a ditadura fechou todas as portas aos *anarquistas*, Antônio Corrêa comprou um sítio na Pavuna, subúrbio do Rio de Janeiro, transformando-o em ponto de encontro de libertários”. Participou do Centro de Estudos Professor José Oiticica, fundado no Rio de Janeiro em 1958. “Morreu *anarquista* como viveu ao longo de mais de 90 anos”. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994.

¹⁴³ Mâncio Teixeira foi redator e diretor do periódico *Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista* e do periódico *anarquista Voz do Povo*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.

sombra das clássicas e estupendas bombas de dinamite”.¹⁴⁴

O fato de *Renovação* se colocar como um periódico aberto a “todos os verdadeiros revolucionários” e a “todos os simpatizantes reconhecidamente dignos da obra de emancipação do proletariado” pode ter causado algumas confusões e conflitos, pois os editores faziam nota esclarecendo que:

com a saída do primeiro número da Renovação circularam boatos de que este quinzenário pertencia ou era órgão da Coligação Social [criada por um grupo de *bolchevistas* no Rio de Janeiro]. Falsearam a verdade. Batalhamos em campo diverso da Coligação, como da mesma forma adotamos um programa definido, sem os exclusivismos que infestam a propaganda libertária.

Portanto, Renovação, órgão do grupo social do mesmo nome, não pertence, nem direta, nem indiretamente, à Coligação Social, conservando-lhe alheia a essa organização.¹⁴⁵

Se considerarmos a *emergência* de discursos *bolchevistas* no Rio de Janeiro, que enunciavam outro tipo de “comunismo”, que os *anarquistas* chamavam de “comunismo autoritário”, junto de notícias de “métodos arbitrários” praticados pelos *bolchevistas* na Rússia, é possível compreender, de um lado, a *emergência* deste tipo de discurso “sindicalista revolucionário” na cidade e, de outro, a de um grupo e de um periódico que se colocavam como *lugares* de confluência de vários tipos de *revolucionários*. Isto daria certo? Não posso afirmar nada. Entretanto, é possível verificar que em *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista* que os combates e os conflitos estabelecidos e desenvolvidos não estariam nas ordens discursivas do periódico, na medida em que ao invés de ser o lugar da confluência, poderia se tornar o lugar das disputas e dos combates mais acirrados, ao ponto de se chegar às *ofensas* pessoais, conforme denunciadas em seus textos.

Ao que parece, *Renovação* pode ter sido um lugar de combates, mesmo que não fosse este o seu projeto, de forças que emergiam e que *tentariam conduzir* os chamados *proletários*, através de *revoluções* baseadas em *práticas sindicalistas*, rumo às *sociedades comunistas*.

De modo e sentido diferente, mas utilizando o mesmo nome, o periódico *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*, uma forma de se denominar *anarquista* e se afirmar o *comunismo*, foi lançado em outubro de 1921. Este *Renovação* teve curta duração, somente três números. Sua redação, inicialmente, foi na rua João Caetano, mudando-se mais tarde para a rua José Maurício. *Renovação* procurou difundir o esperanto [sistema de língua *universal*]. Discutiu, entre outros assuntos: *Revolução Russa*, *bolchevismo*, “ditadura do proletariado”,

¹⁴⁴ Renovação. Nossa bandeira, *op. cit.*, n°1, 16/12/1920, p. 2.

¹⁴⁵ Renovação. Sem título, *op. cit.*, n°2, 1°/01/1921, p. 2.

comunismo e anarquismo.¹⁴⁶ Ao que parece, *Renovação* combateria o *comunismo bolchevista* e afirmaria o *comunismo anarquista*, se posicionando contra o “autoritarismo”.

O periódico *Lucta Social: Quinzenário anarquista*, foi lançado em 1º de maio de 1922. Funcionou na rua Tobias Barreto, 46 sobrado, Centro, Rio de Janeiro. Era editado pelo auto-denominado Grupo de Propaganda Social, que objetivava a publicação de um periódico que publicasse discursos e práticas denominadas *anarquistas*.

No momento de sua *emergência*, o grupo editor de *Lucta Social* disse:

Dentre os vários objetivos colimados [*sic*] pelo *Grupo de Propaganda Social*, alguns postos em prática e outros em via de execução, faz parte o de publicar um órgão que veicule, exteriorize, faça propaganda, enfim das idéias *anarquistas*, razão de ser da existência do referido *Grupo*.

A *Lucta Social* será, pois, a materialização das finalidades ideológicas dos *indivíduos* componentes do *Grupo de Propaganda Social* e de todos aqueles que, embora não pertencendo a ele estejam, no entanto concordes com a aparição comunista-libertária.

A *Lucta Social* será uma sentinela do bem, da igualdade e da justiça, avançando no campo entrincheirado da ignorância, presente para abater a muralha sombria dos interesses criados, legados pelo atavismo hereditário e eternizado pela inconsciência dos próprios explorados. *Lucta Social* procurará abrir brecha nas fortalezas onde se encastelam os preconceitos, fazendo esmagar sob os escombros das taipias [*sic*] multiseculares essas últimas corujas inimigas da luz.¹⁴⁷

No surgimento de *Lucta Social*, portanto, os editores utilizaram um tipo de enunciação e instituição de periódicos com características que, mesmo sendo diferentes, aproximavam-no de outras utilizadas anteriormente, conforme os casos de *A Guerra Social*, de *A Vida*, do *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* e de muitos outros que, de várias maneiras, se identificaram como *anarquistas*. Deste modo, a *emergência* de *Lucta Social*, seria a de um *projeto editorial*, de uma *prática jornalística* de um grupo que congregava *indivíduos* auto-definidos *anarquistas* e que participavam de uma associação que também se definia desta forma.

Os editores disseram que a *Lucta Social*, de modo parecido com que editores de outros periódicos também disseram, seria uma “sentinela do bem”, uma espécie de *defensora* do que chamaram de *igualdade* e de *justiça*. Mas, por outro lado, seria uma espécie de “condutor”, de *lugar* de formação e de esclarecimento, na medida em que poderia “iluminar” as mentes dos

¹⁴⁶ Observo que não foi localizado o primeiro número do periódico, que acabou inviabilizando a descrição da apresentação e do editorial de lançamento.

¹⁴⁷ *Lucta Social*. Duas palavras. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922, p. 1.

“ignorantes”, ou seja, avançaria no “campo entrincheirado da ignorância”, suplantando fortalezas e muralhas. Assim, seria o *lugar da revolução* e das *mudanças sociais*, ou seja, da “revolução social” *comunista libertária* do Grupo de Propaganda Social.¹⁴⁸

Além de ser uma *nova* prática discursiva *anarquista*, seria também mais uma *força* a disputar os sentidos da palavra *anarquismo*, pois, conforme enunciara no Rio de Janeiro, seria a *materialização* dos objetivos do Grupo de Propaganda Social e “embora não pertencendo a ele estejam, no entanto, concordes com a aparição comunista-libertária”.¹⁴⁹

Nesta direção, o tipo de *anarquismo* enunciado, proliferado, difundido, citado e repetido pelo Grupo era o “comunista libertário”, *comunismo* este que, desde as últimas décadas do século XIX se diferenciava do que chamavam de “comunismo autoritário”, atribuído aos “marxistas”, e de várias outras práticas *anarquistas*. Este “comunismo libertário”, enunciado por Pedro Kropotkin, e proliferado por outros escritores, como Elisée Reclus e Errico Malatesta, por exemplo, foi praticado no Rio de Janeiro, enunciado como tal em alguns periódicos, e disputou sentidos em torno das *verdadeiras práticas discursivas anarquistas*.

Em resumo, diante das *emergências* descritas, é possível considerar que os periódicos que se denominaram *anarquistas* foram as condições de possibilidade de *emergências* de *novos discursos* que conformaram o *anarquismo* na cidade, no período de 1898 e o início dos anos de 1920.

Estes periódicos, pelo que foi descrito, possibilitaram práticas discursivas através de múltiplos gêneros textuais, como: artigos, textos literários, poemas, reportagens e indicações bibliográficas. Foram essas especificidades dos periódicos que permitiram compreender como os *anarquistas* fizeram surgir noções que acabaram conformando *projetos* e *ações* políticas.

Os periódicos descritos, desse modo, denominaram-se *anarquistas* de várias formas, como: “comunista-livre”, “científico e artístico”, “filosófico, sociológico e literário”, “libertário”, “novo rumo”, “*anarquista*”, “defensor dos trabalhadores”, “subversivo”, “literário e crítico social”, “sindicalista e comunista” e “comunista-*anarquista*”. Todas essas formas de se enunciar e de se diferenciar eram remetidas às palavras *anarquia* e *anarquismo*. Portanto, falar em *periódicos anarquistas* ou em *imprensa anarquista* envolveu uma multiplicidade de definições, de coisas e posicionamentos.

¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹⁴⁹ *Ibidem.*

Diante das descrições dos periódicos e comparando suas diferentes *emergências*, é possível considerar que os editores posicionaram *seus* periódicos em combate contra ao que chamaram de “imprensa burguesa”, “*autoridade*”, “exploração”, “religião”, “detentores do capital” e de “posições de mando”, “burguesia” e “revolucionários” *comunistas bolchevistas russos*.

De outro modo, afirmaram a “independência” de suas edições, a “rebeldia”, a “*anarquia*”, seus lugares na *imprensa* e no “jornalismo plebeu”, a “revolução social” e o “comunismo *anarquista*”. Acrescento uma das enunciações que foram mais repetidas e comuns: os periódicos como lugares de “agregação”, de “confluência” e como “centros propagadores” de discursos e práticas revolucionárias *anarquistas*.

Estas *emergências*, então, possibilitaram tanto afirmações quanto seus combates em torno das palavras *anarquia* e *anarquismo*, e também contribuiu para suas conformações e dos seus periódicos no Rio de Janeiro.

1.2. Questões e temas recorrentes nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro

Passo a identificar algumas questões singulares, cuja combinação e recorrência, foram tomadas no presente estudo como medidas de importância e pertinência no que se quer instituir como *anarquismo*. Entre estas, relevo as seguintes: as noções de *indivíduo*, *liberdade*, *sociedade* e *vida social*, *sindicato* e *sindicalismo*, *Estado*, *autoridade* e “ditadura do proletariado”.

Em *O Despertar: Periódico comunista livre*, nas três edições aqui presentes, de 1898, emergiram temas e assuntos que foram defendidos, como: *emergência* do periódico, *liberdade*, autonomia, *sociedade*, subscrições e assinaturas do periódico, propaganda *anarquista*, notícias sobre confrontos e lutas pelo mundo, *autoridade*, propaganda, organizações de grupos, *revolução*, rebelião, *liberdade* e bibliografia, todos se referindo às práticas *anarquistas*.

Por outro lado, emergiram temas que foram afrontados, como: “desigualdade social”, diferenças sociais, *autoridade*, *Estado*, leis, eleições, criminalidade, conferência anti-*anarquistas*, ocorrida na cidade naquele no mês de dezembro de 1898, e religião. Portanto, entre defesas e afrontamentos, é possível considerar que os temas mais recorrentes neste periódico foram: *liberdade*, subscrições e assinaturas e notas sobre o próprio periódico, enunciados em duas das três edições de *O Despertar*.

Em *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciências e artes*, de 1902, na única edição aqui presente, emergiram temas que foram defendidos no periódico, como: *emergência*

do periódico, subscrições e assinaturas, *mulher* e *sociedade*, atividades de organizações socialistas na Europa e *liberdade*. Outros temas que foram afrontados no periódico, como: disputas e confrontos políticos internacionais, regime parlamentar, *Estado*, greves e repressões policiais na Espanha e *autoridade*.

De outro modo, emergiram em *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc*, em 1904, temas que foram defendidos nas cinco edições disponíveis do periódico, como: diferenças entre Piotr Kropotkin e os positivistas, “movimento” *anarquista* no Brasil, individualismo, *comunismo*, *imprensa anarquista*, “questão social”, congressos *anarquistas*, *anarquismo*, *anarquia*, *indivíduo*, *liberdade*, indicações bibliográficas, greve geral, literatura *anarquista*, *sociedade*, ciência “positiva” e filosofia “materialista”, Universidade Popular de Ensino Livre,¹⁵⁰ subscrição e assinatura, Max Stirner,¹⁵¹ política, *Estado*, Guerra na Rússia,¹⁵² *revolução*, *movimento operário*, *revolução social*, *liberdade*, correspondência e *nilismo*.

Portanto, diante de múltiplos temas enunciados, os mais recorrentes que apareceram em três das cinco edições aqui descritas, foram: “movimento anarquista no Brasil”, Universidade Popular de Ensino Livre, da qual o editor de *Kultur*, Elísio de Carvalho, foi um dos fundadores e administradores, individualismo, *indivíduo*, Max Stirner, um dos escritores mais referenciados entre os que se denominavam individualistas, e a coluna sobre indicações bibliográficas. Destes temas, sublinho o *indivíduo* e a *liberdade* como dois dos mais referenciados em *Kultur* e que eram referenciados em outros temas no periódico.

Em *O Libertário*, de 1904, emergiram temas que foram defendidos e afrontados nas suas duas edições, como: *emergência* do periódico, imprensa, os *anarquistas*, Herbert Spencer,¹⁵³ ações de *anarquistas* pelo mundo, operários, emancipação da mulher e indicações

¹⁵⁰ A Universidade Popular de Ensino Livre foi fundada em 1904. Funcionou por nove meses e no mesmo ano encerrou suas atividades.

¹⁵¹ Sobre Max Stirner, José A. Bragança de Miranda, no posfácio da versão portuguesa do livro *O Único e sua Propriedade* diz: “O pouco que se sabe dele [de Stirner] são os dados que o *Estado* registra: nascimento em 1806 em Bayreuth e a morte em Julho de 1856. Entre estas datas, dois casamentos falhados, diplomas de estudos, duas prisões por dívidas e, tudo culminando, este livro de 1845. Marie Dänhardt a quem Stirner dedica o *Único* [o livro *O Único e sua Propriedade*] e que se separou dele pouco tempo após o fracasso do livro, depois deste ter gasto a fortuna [...]”. Miranda, José A. Bragança. Stirner, *O passageiro clandestino da história*. In: Stirner, Max. **O Único e sua Propriedade** [1845]. Lisboa: Editores Refratários, 2004, p. 297.

¹⁵² Contra o Japão, em 1904.

¹⁵³ Herbert Spencer nasceu em 1820 e faleceu em 1903. Diz um texto de Piotr Kropotkin, publicado em *O Libertário*, em 1904: “Spencer fez sua estréia como engenheiro dos caminhos de ferro; depois ensaiou-se como escriptor economista. [...] Já em 1842 tinha desenvolvido suas idéias ante governamentais num escripto sob o seguinte título *La sphere propre du gouvernement*. Mas reconhecia que o solo deveria pertencer à nação. [...] Ele guardou sempre desprezo pelos açambarcadores do solo e revolta contra a espécie de opressão econômica, política, intelectual ou religiosa. Elle nunca deixou de protestar contra a política sem princípios dos reacionários”. Kropotkin, Piotr. Herbert Spencer. Sua filosofia. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904, p. 3.

bibliográficas. Afrontou, assim, temas como: *Estado*, propriedade particular, violência, *autoridade*, economia e *sociedade*. Destas duas edições, considero que os temas mais recorrentes foram: *Estado*, *propriedade particular*, imprensa, *socialistas* e *anarquistas* pelo mundo e Herbert Spencer.

Em *Novo Rumo*, de 1906, emergiram outros temas e valores que foram defendidos, como: *emergência* do periódico, *anarquia*, igualdade, harmonia, *comunismo*, imprensa e propaganda *libertária*, detenções políticas no Acre, matrimônio e *mulher*, presença de *anarquistas* em movimentos sociais e políticos internacionais, os *anarquistas* de *Novo Rumo*, “movimento” operário, correspondência. Os temas afrontados foram: *Estado*, *propriedade particular*, *sociedade*, acidentes de trabalho, operários e eleições e religião. Deste modo, os temas mais recorrentes foram: *sindicalismo*, *anarquia*, notas sobre o periódico e sobre *anarquistas*, *Estado*, *autoridade*, em movimentos sociais e políticos internacionais.

Em *Liberdade!*, de 1909, emergiram temas que foram defendidos nas três edições que foram publicadas, como: *surgimento* do periódico, “programa” político *anarquista*, “método” *anarquista*, arte e literatura, trabalhadores, *educação integral*, *racional e moderna*, *anarquismo*, *sindicalismo*, *Revolução Mexicana*, indicações bibliográficas e vida camponesa. Surgiram, também, temas que foram afrontados nas suas páginas, como: *sociedade*, política e *Estado*, revolução e repressão na Espanha e pobreza. Comparando os temas defendidos e afrontados, pode-se considerar que os mais recorrentes foram: *anarquismo*, *sindicalismo*, bibliografia, revolução, *liberdade*, repressão política e policial na Espanha, *Estado* e *autoridade*.

De outro modo, em *A Guerra Social: Periódico anarquista*, de 1911, emergiram temas, nas dez primeiras edições selecionadas, de um total de trinta e duas, defendidos pelos escritores deste periódico, como: *emergência* do periódico, *Revolução Mexicana*, movimento operário no Brasil e *sindicalismo*, *anarquistas*, *anarquismo*, revolução, movimentos “revolucionários” internacionais, *liberdade*, subscrições e assinaturas, trabalhadores, violência, “direitos adquiridos”, *revolução social*, “ação direta”, militarismo, organização *anarquista*, greves na Inglaterra, a guerra e os capitalistas, Escola Moderna no Brasil, abolição do salaríato, “Mártires de Chicago”, rebeldia, revoltas e manifestações na Itália.

Os temas mais afrontados em *A Guerra Social* foram: política parlamentar, repressão a manifestantes na Argentina, capitalistas, crise social e econômica na França, *sociedade*, habitações populares, legislação, guerra, militarismo, perseguições aos periódicos *anarquistas*, guerra, crise política e social na Espanha, parlamentarismo, *Estado*, repressão espanhola, *autoridade* e polícia. Comparando estas *recorrências*, é possível assinalar os

seguintes temas: *sindicato* e *sindicalismo*, *Revolução Mexicana*, *anarquismo*, *revolução*, *repressão* a movimentos políticos e sociais na Argentina, *autoridade*, *Estado*.

Em *A Vida: Publicação mensal anarquista*, surgiram, em suas sete edições, temas que foram defendidos no periódico, como: *individualismo*, *positivismo*, energia feminina, *revolução social*, imprensa, greves, os *anarquistas*, indicações bibliográficas, *anarquismo*, “escola racionalista”, “catecismo *anarquista*”, movimento *anarquista* no Brasil, morte do *anarquista* Anselmo Lorenzo, *revolução*, *anarquia*, *liberdade*, 1º de Maio, *Congresso Anarquista Sul-Americano* de 1915.

Foram afrontados, também em *A Vida*, os seguintes temas: “guerra européia”, *positivismo*, crises políticas, *Estado*, leis, tribunais, *sociedade*, regulamentação do serviço doméstico, *autoridade*, a caserna e a escola e *socialismo parlamentar*. Portanto, comparando os temas que foram mais recorrentes entre os afrontados e combatidos em *A Vida*, é possível destacar: guerra, “catecismo *anarquista*”,¹⁵⁴ energia feminina,¹⁵⁵ *anarquismo*, indicações bibliográficas, positivismo, *individualismo*, assim como lei e *Estado*, guerra, *liberdade*, *autoridade*.

Em *Na Barricada: Periódico anarquista*, de 1916, surgiram, em quatro de suas edições do ano II, temas que foram defendidos, como: *emergência* do periódico, *sindicalismo*, individualismo, movimento *anarquista* no Brasil e no mundo, propaganda *anarquista*, correspondência, crise econômica e política mundial, *anarquismo*, *revolução* e 1º de maio. Os temas mais afrontados em *Na Barricada* foram: *Estado*, militarismo e *autoridade*. Deste modo, é possível dizer que foram mais recorrentes: *sindicalismo*, notas sobre *Na Barricada*, militarismo e *Estado*.

No *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, surgiram, em três de suas edições aqui presentes, defesas a temas como: *emergência* do periódico, *Revolução Russa*, *anarquismo*, *sindicalismo*, movimentos *anarquistas* internacionais, imprensa “burguesa”, Grupo de Propaganda *Anarquista* de Niterói, “programa *anarquista*” e *sociedade*. Os temas mais afrontados foram: *I Guerra Mundial*, deportações de estrangeiros em São Paulo, *autoridade*, eleições parlamentares e imprensa “burguesa”. Os temas mais recorrentes, então, foram: *Revolução Russa* e *I Guerra Mundial*.

Em *Crônica Subversiva*, de 1918, surgiram nas dez primeiras de suas dezesseis edições,¹⁵⁶ defesas de temas como: *emergência* do periódico, *revolução*, *Revolução Russa*,

¹⁵⁴ Este foi título de um artigo escrito por José Oiticica que foi publicado ao longo de cinco edições de *A Vida*.

¹⁵⁵ Segue o caso de o “Catecismo anarquista”, do mesmo escritor.

¹⁵⁶ Destas, foram selecionadas as dez primeiras edições.

anarquismo, cooperativismo, notícias de movimentos *anarquistas* internacionais, *liberdade, sindicalismo* e imprensa. Entre os temas afrontados em *Crônica Subversiva* estiveram presentes: Código do Trabalho¹⁵⁷, carestia de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, imprensa burguesa, *autoridade, Estado*, guerra mundial, boicotes e crise política e econômica na Europa. Os temas mais recorrentes, entre os defendidos e os afrontados, foram: guerra mundial, *sindicalismo, Estado*, carestia de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, *Revolução Russa* e cooperativismo.

Em *A Seara: Publicação semanal. Literatura, crítica, questões sociais* surgiram temas que foram defendidos, como: Leon Tolstói, denominado *anarquista pacifista, anarquismo*. Foram afrontados os temas: imprensa “burguesa”, poder imposto pelo “medo”, patriotismo e clericalismo.

No periódico *O Rebelde: Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*, de 1919, surgiram temas, em uma única edição que teve acesso, que foram defendidos, como: *anarquismo, comunismo* e *sindicalismo*. Os temas afrontados foram: questão social, *sociedade, Estado*, alcoolismo, Lei de Acidentes de Trabalho, promulgada neste ano pelo governo brasileiro.

Em *O Jerminal*, de 1919, surgiram temas na edição de número 1, que estava disponível, como: *emergência* do periódico: 1º de maio; *sindicalismo*, guerra mundial, *anarquismo*, violência, *Estado, sindicalismo* revolucionário.

Em *Spártacus*, de 1919, surgiram temas que foram defendidos no periódico, em dez das suas vinte e quatro edições, como: *emergência* do periódico, *sindicalismo, comunismo, sindicalismo*, “revolução social” na Inglaterra, Lênin e os trabalhadores, *anarquismo*, imprensa e proletariado, *comunismo anarquista*, “catecismo” *anarquista*, revolução, *sociedade comunista*, Maximo Gorki, trabalhadores, rebeldia, *soviet* russo, *Revolução Russa, liberdade, bolchevistas* e *revolução*. Os temas afrontados foram: guerra, legislação trabalhista brasileira e internacional, *imprensa burguesa, Estado, autoridade*, parlamento, crise social na Europa e no Brasil, *sociedade*, patriotismo, militarismo, apreensão do periódico *Spártacus* pela polícia, repressão policial, *autoritarismo* e campanha do *Estado* contra os estrangeiros.

¹⁵⁷ O Código do Trabalho foi um projeto de lei apresentado ao congresso, pelo então deputado Maurício de Lacerda, em 1917, que objetivava *regularizar* e *normatizar* as relações de *trabalho* no Brasil. Assinala-se que não teve aprovação dos parlamentares, mas destacou-se por ter sido uma das propostas defendidas na Primeira República para equacionar o que se chamou “Questão Social”, que envolvia diretamente as relações entre empregadores e empregados no país, além de ter sido uma das primeiras propostas de *sistematização* de leis chamadas *trabalhistas* e de emergência dos *direitos do trabalho*. Sobre estas questões ver Gomes, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987; Ver também Munakata, Kazumi. **A Legislação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Deste modo, é possível sublinhar que os temas mais recorrentes, entre os defendidos e os combatidos, foram: *sindicalismo*, *Estado*, *autoridade*, *imprensa burguesa*, *anarquismo*, *Revolução Russa*, *comunismo anarquista* e autoritarismo.

Em *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*, de 1920, surgiram temas, em três edições, que foram defendidos: *emergência* do periódico, “ditadura do proletariado”, bolchevismo, *sindicalismo*, *Revolução Russa* e *anarquismo*. Foram afrontados temas como: “ditadura do proletariado”, bolchevismo, *anarquismo* e problemas sociais no Brasil, *Estado* e *autoridade*.

Observo que este periódico, entre todos os que foram selecionados aqui, tem uma particularidade que deve ser destacada: defendeu tanto a *Revolução Russa*, os *bolchevistas* e a “ditadura do proletariado”, quanto defendeu o *anarquismo*. Os editores diziam que ela era sindicalista e comunista, mas na verdade acabou abrigando embates entre *anarquistas* e *bolchevistas* em torno dos rumos do *sindicalismo*. Neste, assim, as *tensões* e os combates são constantes, com defesas e ataques a temas concomitantes. Portanto, os temas mais recorrentes neste periódico foram: *sindicalismo*, “ditadura do proletariado”, *bolchevismo*, *anarquismo*, *Estado* e *autoridade*.

Em *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista*, de 1921, surgiram temas, em três das suas cinco edições disponíveis,¹⁵⁸ que foram defendidos no periódico, como: *anarquismo*, *comunismo*, doutrinas *anarquistas*, esperanto, *mulher* e religião, *teatro social*, *sociedade*, casamento, *sindicalismo*, “flagelados” russos, ajuda à família de Neno Vasco, periódicos operários pelo mundo, indústria como lugar da *revolução proletária*, *liberdade*, *bolchevistas* contra *anarquistas*, arte social, o caso dos *anarquistas* italianos Sacco e Vanzetti, presos nos *Estados Unidos* e condenados à morte nos anos de 1930. Os temas mais afrontados foram: “ditadura do proletariado”, bolchevismo e *anarquismo*. Portanto, os temas mais recorrentes foram: *anarquismo*, *comunismo anarquista*, *comunismo bolchevista*, “ditadura do proletariado” e *sindicalismo*.

Em *Lucta Social*, de 1922, emergiram temas, em três das quatro edições disponíveis, que foram defendidos, como: *anarquismo*, 1º de Maio e *sindicalismo*. Foram afrontados os temas: “ditadura do proletariado”, bolchevismo, *Revolução Russa*, *partido bolchevista*, *autoridade*, *Estado* e *repressão* internacional, “marxismo” e *comunismo bolchevista*.

Em resumo, os temas mais recorrentes nos periódicos aqui selecionados, entre os anos de 1898 e 1922, foram os seguintes:

¹⁵⁸ As edições de número 1 e 3 não foram localizadas.

Em *O Despertar: liberdade*. Em *Asgarda*: disputas e confrontos políticos internacionais, *sociedade*, regime parlamentar, *Estado*, greves e repressões policiais na Espanha e *autoridade*. Em *Kultur*: movimento *anarquista* no Brasil, Universidade Popular de Ensino Livre, individualismo, *indivíduo*, Max Stirner. Em *O Libertário: Estado*, propriedade particular, *sociedade*, imprensa, socialistas e *anarquistas* pelo mundo e Herbert Spencer. Em *Novo Rumo: sindicalismo, Estado, autoridade, movimentos sociais* e políticos internacionais. Em *Liberdade!*: *anarquismo, sindicalismo, sociedade*, bibliografia, revolução, *liberdade*, repressão na Espanha, *Estado* e *autoridade*.

Em *A Guerra Social*, na década de 1910: *sindicalismo*, Revolução Mexicana, *anarquismo*, revolução, *sociedade*, repressão a movimentos políticos e sociais na Argentina, *autoridade, Estado*. Em *A Vida*: guerra, “catecismo *anarquista*”, “energia feminina”, *anarquismo*, indicações bibliográficas, positivismo, individualismo, *sociedade*, lei, *Estado*, guerra, *liberdade, autoridade* e *sociedade*. Em *Na Barricada: sindicalismo*, notas sobre *Na Barricada*, militarismo e *Estado*. Em *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro: sociedade, Revolução Russa* e guerra mundial. Em *Crônica Subversiva*: guerra mundial, *sindicalismo, Estado*, carestia de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, *Revolução Russa* e cooperativismo. Em *A Seara*: Leon Tolstói, *anarquismo*, imprensa burguesa, poder imposto pelo “medo”, patriotismo e clericalismo. Em *O Rebelde: anarquismo, comunismo* e *sindicalismo*, “questão social”, *Estado*. Em *O Jerminal*: 1º de maio; *sindicalismo*, guerra mundial, *anarquismo*, violência, *Estado, sindicalismo* revolucionário. Em *Spártacus: sindicalismo, Estado, autoridade*, imprensa burguesa, *anarquismo, sociedade, Revolução Russa, comunismo anarquista* e autoritarismo.

Em *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*, no início da década de 1920: *sindicalismo*, “ditadura do proletariado”, bolchevismo, *anarquismo, Estado* e *autoridade*. Em *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista: anarquismo, comunismo anarquista, comunismo bolchevista*, “ditadura do proletariado” e *sindicalismo*. Em *Lucta Social*: bolchevismo, *Revolução Russa, partido bolchevista, Estado* e repressão internacional, “marxismo” e *comunismo bolchevista, anarquismo*.

De todas estas recorrências, foi possível selecionar os temas *indivíduo, sociedade, sindicatos* e *sindicalismo, liberdade, Estado, autoridade* e “ditadura do proletariado”, por considerar que eles perpassavam os outros temas que surgiram nos periódicos *anarquistas* e que foram de significativa importância para a conformação dos discursos *anarquistas* na cidade do Rio de Janeiro.

Estes temas, por fim, apareceram nos seguintes periódicos:

Temas	Periódicos
<i>Indivíduo</i>	<i>Kultur, A Vida e Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro</i>
<i>Sociedade</i>	<i>O Despertar, O Libertário, Liberdade!, A Guerra Social, A Vida, Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro e Spártacus</i>
<i>Liberdade</i>	<i>O Despertar, Asgarda, Kultur, A Guerra Social e A Vida</i>
<i>Sindicato e sindicalismo</i>	<i>Liberdade!, A Guerra Social, Renovação: Quinzenário Syndicalista e comunista e Renovação: Revista mensal comunista anarquista</i>
<i>Estado</i>	<i>O Despertar, O Libertário, Novo Rumo, A Guerra Social, A Vida, Spártacus, O Rebelde e Lucta Social</i>
<i>Autoridade</i>	<i>O Despertar, A Guerra Social, A Vida, Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro e Lucta Social.</i>
“Ditadura do proletariado”	<i>Renovação: Quinzenário syndicalista comunista, Renovação: Revista mensal comunista anarquista e Lucta Social: Quinzenário anarquista</i>

1.3. Escritores “clássicos” recorrentes nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro

Entre os mais diversos textos e temas que emergiram nos periódicos *anarquistas* selecionados neste trabalho, foram referenciados alguns autores de significativa recorrência nos periódicos e textos aqui selecionados. Muitos destes *escritores* eram europeus, tendo, além de referências e citações, alguns poucos artigos publicados nestes periódicos.

Chamo, aqui, estes autores de “clássicos” entre os *anarquistas*, pois foram repetidas vezes referenciados e citados, como os casos do francês Sébastien Faure,¹⁵⁹ citado no periódico *O Despertar*, de 1898, na sua edição de número 2.

O russo Piotr Kropotkin foi referenciado, na revista *Kultur*, teve artigo publicado, sobre ciência e positivismo e sobre Herbert Spencer, mas também foi tema em um artigo que discutia a sua relação com o positivismo. Kropotkin também foi referenciado em *O Libertário*, de 1904 e no *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, em 1918.

O alemão Max Stirner também foi referenciado em um único periódico, a revista *Kultur*, em 1904, nas suas cinco edições.

O italiano Erico Malatesta foi mais um dos autores “clássicos” a ter presença entre os textos *anarquistas* na cidade. Teve artigo publicado em 1909, no periódico *Liberdade!*, defendendo as possibilidades de relação entre o *anarquismo* e o *sindicalismo*. Foi referenciado, também em *A Guerra Social*. Teve artigo publicado em *Renovação*, de 1921, defendendo formas de organizações *anarquistas*.

¹⁵⁹ Sébastien Faure nasceu em 1858 e faleceu em 1942. Foi jornalista, poeta, compositor e militante *anarquista*. Foi redator do periódico *Le Libertaire*. Publicou a obra *A Dor Humana*, de significativa referência entre as indicações bibliográficas dos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro.

Outros “clássicos” tiveram referência, ou pelo menos menções, como Elisée Reclus,¹⁶⁰ Jean Grave,¹⁶¹ Leon Tolstói, e tantos outros que possibilitaram que fossem formulados novos discursos acerca de temas que conformaram o que se chamou *anarquismo* no decorrer das duas primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Destaco que alguns escritores não se denominaram *anarquistas*, mas fizeram parte de suas referências, como Herbert Spencer, que teve artigos publicados em *O Despertar e A Seara*, além de ser tema de estudos de Piotr Kropotkin, em um artigo publicado em *O Libertário*, e outro publicado pelos editores do periódico na sua primeira edição.

Não vou me deter em isolar e particularizar cada uma dessas enunciações, mas vou sublinhar três escritores que parecem perpassar vários discursos *anarquistas* nestes periódicos, que tiveram repetições de alguns de seus enunciados: Max Stirner, com sua defesa radical do *indivíduo* e do seu egoísmo, Piotr Kropotkin com suas defesas de revoluções sociais, de *comunismo anarquista* e de *anarquia* como ciência, e Errico Malatesta, com suas defesas de aproximação do *anarquismo* e do *sindicalismo*, além da organização *anarquista*. Portanto, foram tipos de discursos diferentes acerca do *anarquismo* que foram repetidos nos mais diferentes textos: sobre o *indivíduo*, a *sociedade* e as instituições operárias que eram perpassados por enunciados destes escritores em relação a propostas de ações políticas que se denominaram *anarquistas*.

Piotr Kropotkin teve influência principalmente entre os discursos e práticas que elencavam a *vida comunista* e a “revolução social” como “caminho para a humanidade”. Ele defendia que uma *sociedade* deste tipo seria organizada em *comunas*, na qual a divisão das riquezas sociais atenderia às necessidades dos *indivíduos*. Essa era uma afronta às ordens que atribuíam à produção o ponto fundamental de formações econômicas e sociais. Não seria a *sociedade* baseada no “lucro”, mas na *distribuição* e na *divisão* das riquezas socialmente produzidas. “A cada um segundo as suas necessidades”, dizia Kropotkin. A *ordem* deste pensamento de Kropotkin, então, assentava-se no *consumo* e nas necessidades e não na *produção*.¹⁶² Era isso que garantiria o “progresso humano”. Estes eram pressupostos que levaram escritores *anarquistas* a se fundamentarem no escritor russo e formular seus discursos e ações políticas *anarquistas*.

¹⁶⁰ Jean Jacques Elisée Reclus nasceu em 1830 e faleceu em 1905. Foi geógrafo e militante *anarquista*. Teve a obra *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista* referenciada nas indicações bibliográficas do periódico *A Vida*.

¹⁶¹ Jean Grave nasceu em 1854 e faleceu em 1939. Foi sapateiro de ofício e militante *anarquista*. Colaborou no periódico francês *Le Révolté*. Escreveu os livros *A Sociedade Futura* e *O Indivíduo e a Sociedade*, referenciados nas indicações bibliográficas de *A Vida*.

¹⁶² Kropotkin, Piotr. *O comunismo anarquista*. In: Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953.

Outras noções de Kropotkin, que foram repetidas e ressignificadas pelos *anarquistas* do Rio de Janeiro, foi a de “revolução social”. Para ele este tipo de revolução não seria realizada nem por governos atuais nem por futuros, estes não seriam capazes de solucionar o problema da expropriação da propriedade particular. Deste modo, a “revolução social” estaria próxima, mas sem data para acontecer: “Donde virá? Como se anunciará? Ninguém o sabe, é incógnito; mas os que observam e refletem não se enganam. Trabalhadores e explorados, revolucionários e conservadores, pensadores e gente prática, todos sentem que está à porta.”¹⁶³

Este tipo de *revolução* seria distinta das anteriores, pois não se lutaria para derrubar um governo e reorganizar seus mecanismos de controle, mas de eliminar suas ações e suas existências, conforme foi enunciado muitas vezes no Rio: “O povo debate-se para derrubar o antigo regime. Depois de dar o golpe decisivo, reentra na sombra. Constitui-se um governo de homens mais ou menos honestos e é ele o que se encarrega de organizar [...]”.¹⁶⁴

Outra ligação possível dos textos dos periódicos cariocas com a “revolução social” e o *comunismo* de Kropotkin poderia se situar no seu seguinte dito: “[...] Somos de opinião que a nossa primeira obrigação [...] será realizar imediatamente o comunismo: comunismo anarquista, sem governo – o dos homens livres”.¹⁶⁵

Em Kropotkin a noção de *sociedade*, à qual muitos discursos *anarquistas* no período se ligariam, era remetida à *coletividade*, ou seja, a *sociedade comunista* combatia e afrontava a *propriedade individual*, pois sendo a produção coletiva, o bem-estar também o deveria ser. “Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. *Tudo é de todos* [...]”.¹⁶⁶

Neste sentido, é possível acrescentar: “Mas para que o *bem-estar* seja uma realidade, é necessário que esse imenso capital: cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação, deixe de ser considerado propriedade privada [...]. É preciso uma EXPROPRIAÇÃO”.¹⁶⁷

Como disse, não visei a analisar a obra deste autor, mas apenas apontar como que a alguns de seus enunciados se ligaram a discursos produzidos e publicados no Rio. Essas ligações serão mais aprofundadas nos capítulos que se seguem.

Errico Malatesta é mais um dos *autores* recorrentes nos textos dos periódicos. Ele, ao lado de Kropotkin, foi tomado como “comunista *anarquista*”, conforme defende um texto publicado em *Kultur*: os *comunistas* “têm por ideal o comunismo libertário como concebe

¹⁶³ Kropotkin, Piotr. *O bem-estar para todos*. In: *ibidem*, p. 19.

¹⁶⁴ Kropotkin, Piotr. *Os produtos*. In: *ibidem*, p. 46.

¹⁶⁵ Kropotkin, Piotr. *O comunismo anarquista*. In: *Ibidem*, p. 30.

¹⁶⁶ Kropotkin, Piotr. *Nossas riquezas*. In: *op. cit.*, 1953, p. 13. Grifos meus.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 18.

Kropotkin, Reclus, Malatesta e Hamon, um sistema social no qual a propriedade (terra, instrumentos de produção etc) seja comum [...]”¹⁶⁸

Malatesta esteve ligado a discursos *anarquistas* nos periódicos do Rio através de defesas que fez do *anarquismo* e do *sindicalismo*. As muitas defesas à “conversão” dos *sindicatos* ao *anarquismo* de várias maneiras se ligaram aos enunciados de Malatesta. Uma das questões estava nos cuidados que os *anarquistas* deveriam ter com os *sindicatos* e com o *sindicalismo* que, mesmo sendo tipos de associações de trabalhadores, com fins específicos das categorias profissionais que os formaram, seriam explorados politicamente. Neste sentido, referindo-se à “conversão”, Malatesta diz: “Devemos converter ao nosso ideal a grande massa de trabalhadores porque, sem ela, não podemos transformar a *sociedade* presente nem construir uma nova”.¹⁶⁹

Deste modo, os *anarquistas* teriam como estratégia de ação “converter” tanto os *sindicatos* quanto o *sindicalismo* aos seus discursos de instituição de relações sociais baseadas na propriedade comum, na cooperação, nas *comunas* e outros enunciados que também remetiam a Kropotkin. Deste modo, diferentemente dos discursos de Max Stirner, que descrevo mais abaixo, era através da *sociedade* e, em casos específicos, dos trabalhadores, que a “revolução social” se desenvolveria.

Reconheço que não foram publicados artigos de Malatesta em muitos dos periódicos, pois os localizei apenas em *Liberdade!*,¹⁷⁰ que defende, como disse, o *anarquismo* e o *sindicalismo*, e em *A Guerra Social*,¹⁷¹ afrontando repressões do governo argentino aos militantes *anarquistas*. Mas foram as repetições de enunciados que se aproximavam dos dele que me levaram a considerar a possibilidade de ter sido significativa a sua presença entre os *anarquistas* que escreveram nos periódicos do Rio de Janeiro.

Não posso me furtar, também, em descrever algumas ligações de enunciações de Max Stirner a discursos *anarquistas* da cidade. A presença de seu pensamento foi registrada textualmente no periódico *Kultur*, mas é possível verificar repetições de seus enunciados em textos que defendem e afrontam o *indivíduo*, sua individualidade e a *sociedade*.

Em *Kultur*, foi defendido que os *individualistas*, fundamentados em Stirner e em sua

¹⁶⁸ Carvalho, Elísio. O movimento *anarquista* no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº1, março de 1904, p. 3.

¹⁶⁹ Malatesta, Errico. *Anarquismo e Sindicalismo. Liberdade!*. Rio de Janeiro, nº2, 08/09/1909, p. 2.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ Malatesta, Errico. Capitalistas e ladrões. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911, p. 1.

defesa do *indivíduo*, teriam, por objetivo a destruição do *Estado*, das leis e dos juízes.¹⁷² O *indivíduo*, assim, satisfaria suas necessidades por sua “atividade privada” e admitiria a “vida em comum”, praticada por uma “associação dos egoísmos absolutos”.¹⁷³ Deste modo, Stirner é referenciado, pois para ele, de acordo com o texto de *Kultur*, a “livre expansão das energias e das paixões humanas” asseguraria a vida “harmônica entre os homens”.¹⁷⁴ Além disso, o que fundamentaria essa “livre expansão” era a noção de que o “eu é a medida de todas as coisas”.¹⁷⁵ A causa da “desigualdade” não estaria no *egoísmo* e nessa *liberdade*, mas na monopolização da propriedade nas mãos de alguns. Era isso que causaria desigualdade e seria obstáculo à expansão dos *indivíduos*. Portanto, ele não negava a propriedade particular e individual, mas o seu monopólio. Deste modo, conforme dito em *Kultur*, os individualistas seriam partidários da iniciativa individual e da livre cooperação, pois consideravam que “toda organização social obrigatória” estaria em desacordo tanto com a livre expansão quanto livre iniciativa.

Deste modo, muitos discursos *anarquistas* que defenderam a associação entre os *indivíduos* e sua vida em *sociedade*, como um princípio que fundamentaria as relações sociais, acabaram afrontando a *liberdade* de cooperação, essa expansão irrestrita dos *indivíduos*, pois o referente era a *sociedade*, e era a esta que os *indivíduos* estariam submetidos. Observo que no capítulo 2 desta discussão é mais aprofundada, procurando mostrar confrontos em relação ao *indivíduo* e a *sociedade*, que não formou unanimidade entre os textos *anarquistas* publicados. Contudo, é nítido o posicionamento favorável ao *indivíduo* em *sociedade*.

Stirner teria enfrentado uma premissa fundamental do *anarquismo*, que era a *liberdade*. Ele negaria que ela fosse absoluta e que, no limite, seria metafísica, derrubando premissas, como: a “*liberdade* será conquistada”, tomada. Neste sentido, diz Stirner: “Para aquele que não sabe servir-se dela [da *liberdade*], essa inútil possibilidade não tem qualquer valor; mas depende da minha singularidade o modo como eu me sirvo dela”.¹⁷⁶

Para ele a possibilidade de *liberdade* existia em seu exercício, na profanação e dessacralização de qualquer tipo de poder que se sobrepusesse aos *indivíduos*. Era na ação de resistência e negação aos poderes exteriores aos *indivíduos* que a *liberdade* se exerceria. Era a negação a qualquer forma de *autoridade*: “Revoltando-se contra as pretensões e os conceitos

¹⁷² Carvalho, Elísio de. O movimento *anarquista* no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº1, março de 1904, p. 3.

¹⁷³ *Ibidem.*

¹⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ Stirner, Max. *A singularidade do próprio*. In: Stirner, Max. **O Único e sua Propriedade** [1845]. Lisboa: Editores Refratários, 2004, p. 127.

dominantes do presente, o egoísta leva a cabo a mais impiedosa das *profanações*. Nada para ele é sagrado!”¹⁷⁷ Conforme havia dito, pressupostos de Stirner estariam presentes em outros discursos ao longo do período, mesmo que fossem afrontados para poder afirmar outros tipos de *indivíduos*.

Em resumo, entre os mais diversos textos e temas que emergiram nos periódicos *anarquistas*, considero que os autores mais referenciados e que tiveram mais repetidos seus enunciados, defendidos e afrontados, foram Kropotkin, Malatesta e Stirner. Estes escritores europeus tiveram significativa recorrência e repetição nas enunciações *anarquistas* frente a questões e temas que mais apareceram nos seus periódicos no Rio de Janeiro.

Neste capítulo tomei a *expressão-problema* de Michel Foucault, *a palavra e as coisas*,¹⁷⁸ para verificar a espessura histórica da palavra *anarquismo* e entendê-la, não como um suposto universal, mas como um termo que se constituiu historicamente. O que procurei trazer à luz foram alguns elementos que em maneiras de articulação entre si enraizaram a positividade do termo *anarquismo*.

Mostrei a *emergência* de periódicos *anarquistas* na cidade do Rio de Janeiro, publicados entre 1898 e o início da década de 1920. Estes periódicos formaram “lugares de produção” e publicação de enunciados, de discursos e de práticas de escrita, marcados por múltiplos gêneros textuais, como: artigos, textos literários, poemas, reportagens e indicações bibliográficas. Defendi que foram essas especificidades dos periódicos, lugares de múltiplas *emergências* que me levaram a procurar compreender nestes como os *anarquistas* fizeram emergir noções que acabaram conformando projetos e ações políticas.

Assinalei que os periódicos aqui selecionados se denominaram de várias formas, entre as quais: “comunista-livre”, “científico e artístico”, “filosófico, sociológico e literário”, “libertário”, “novo rumo”, “*anarquista*”, “defensor dos trabalhadores”, “subversivo”, “literário e crítico social”, “sindicalista e comunista” e “comunista-*anarquista*”. Todas essas formas de se enunciar e se diferenciar remeteram-se às palavras *anarquia* e *anarquismo*.

Portanto, diante das descrições dos periódicos e comparando suas diferentes *emergências*, foi possível considerar que os editores posicionaram seus periódicos em combate contra o que chamaram de “imprensa burguesa”, “*autoridade*”, “exploração”, “religião”, “detentores do capital” e de “posições de mando”, “burguesia” e “revolucionários” *comunistas bolchevistas* russos. Afirmaram a “independência” de suas edições, a “rebeldia”, a

¹⁷⁷ Stirner, *O Eu-proprietário*, *ibidem*, p. 148.

¹⁷⁸ Foucault, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

“*anarquia*”, seus lugares na imprensa e no “jornalismo plebeu”, a “revolução social” e o “comunismo anarquista”. Procuraram conformar os periódicos como *lugares* de “agregação”, de “confluência” e como “centros propagadores” de discursos e práticas revolucionárias *anarquistas*.

Foi possível mostrar que os temas mais recorrentes nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro foram o *indivíduo*, a *sociedade*, o *sindicato* e *sindicalismo*, a *liberdade*, o *Estado*, a *autoridade* e a “ditadura do proletariado” que figuraram ao lado de muitos outros, de menor recorrência, mas de significativa presença para conformação de discursos que se denominavam *anarquistas* na cidade. Além dos temas recorrentes, mostrei os escritores “clássicos” *anarquistas* que tiveram presença nos periódicos, como Piotr Kropotkin, Errico Malatesta e Max Stirner.

Em suma, todos esses elementos mostrados aqui, em suas recorrências, foram de significativa importância para a conformação do *discurso* chamado *anarquismo* no Rio de Janeiro, permitindo-me considerar a espessura histórica da palavra e não me esquivar de considerar que além de não ser uma *universalidade*, não possuía qualquer *essência*.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÕES DE NOÇÕES DE *LIBERDADE*, VIDA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO AÇÃO POLÍTICA ANARQUISTA

Tendo em vista que o *anarquismo* não é tomado aqui como um dado que se quer analisar, mas como o problema do qual se quer verificar a *emergência*, neste capítulo viso a compreender dentre as *práticas discursivas* que conformaram o *anarquismo* na cidade do Rio de Janeiro aquelas que se efetivaram nos periódicos auto-definidos como *anarquistas* que aí surgiram e circularam entre 1898 e início da década de 1920. Destas *práticas* assinalo os posicionamentos referentes especialmente às formações de noções de *liberdade*, de *indivíduo*, de *vida social* e *sociedade* e de *sindicato* e *sindicalismo*, recorrentemente publicadas em jornais e revistas, agrupadas nesta série que chamo *liberdade, vida e organização social* como *positividades* defendidas pelos *anarquistas* que, entretanto, não foram unívocas entre eles. Estas práticas, além de se posicionar frente a estes temas e questões, se *apropriar* deles, visavam a ordená-los e controlá-los, possibilitando assim o que chamo de “anarquização” destes termos, ou seja, estariam na *ordem* dos seus discursos.

2.1. Formações de noções de *liberdade*

O tema *liberdade* foi um dos mais recorrentes nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro, ao lado de outros como presentes aqui, como o *indivíduo*, a *sociedade*, o *sindicato* e o *sindicalismo*. Entretanto, destaco que não foi publicado qualquer texto que isolasse e tratasse o tema assinalado, levando-me a encontrar seus *vestígios* entre diversos textos *anarquistas* publicados entre 1898 e o início da década de 1920. Portanto, foi possível verificar sua recorrência ao longo de textos que trataram de outros temas e que se ocuparam em se posicionar diante deste.

Descrevo, desta maneira, as enunciações de *liberdade* que emergiram e que procuraram fixar sentidos para um termo tão defendido pelos *anarquistas*, que seria um dos mais recorrentes nos seus discursos, mas não foi unívoco. O termo teve vários sentidos que possibilitaram a conformação dos discursos que se denominaram *anarquistas* no Rio de Janeiro. É para compreender a espessura histórica da palavra *liberdade* e suas diversas enunciações nos periódicos do Rio de Janeiro que me dedico nas próximas páginas.

No periódico *O Despertar: periódico comunista-livre* uma noção de *liberdade* emerge no texto intitulado *Porque somos anarquistas*,¹⁷⁹ escrito por Heriberto, quando foi contraposta à *autoridade*, que se sustentaria na violência. A palavra foi tomada como condição de “progresso da vida e da saúde”, ligada à natureza, que possibilitaria a felicidade dos *indivíduos*, dada a sua diversidade, ao contrário das leis governamentais que privilegiariam certas classes e pretenderiam formar “um mesmo tipo de homem” em todos os “homens”. Isso seria autoritário, contrário à *liberdade*. Seria da diversidade da natureza e da variedade que o progresso e a felicidade emergiriam.

A autoridade não se sustenta e não pactua mais que pela violência, é pois a negação da liberdade.

A liberdade é a condição de maior progresso da vida e da saúde, porque a liberdade consiste em que a natureza abre por si só, e a natureza trabalha na felicidade de cada indivíduo, tanto que as leis governamentais se propõem ao bem estar de uma classe privilegiada.

A natureza diversifica ao infinito nossas inclinações, embora que o efeito das leis é pretender a formação de um mesmo tipo de homem em todos os membros da nação.

Uniformidade de caracteres, de idéias etc, quer dizer estagnação.

*Variedade quer dizer progresso, e porque amamos o progresso somos anarquistas.*¹⁸⁰

Deste modo, Heriberto enfrenta as leis governamentais e a classe “privilegiada”, provavelmente a “burguesia” e a “aristocracia”, assim como os “burocratas”, que através das tais “leis” uniformizariam os “homens”, estagnando a vida dos *indivíduos* e seu bem-estar. Afirmava-se, então, a *liberdade* como sinônimo de “progresso” e de “felicidade”.

Na revista *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciencias e artes* uma noção de *liberdade* emerge em um texto sem título,¹⁸¹ escrito pelo seu editor, Motta Assumpção,¹⁸² defende que a revista seria mais um “questionador” que aparece na imprensa e que havia a necessidade de um órgão de imprensa onde o “espírito do homem encontre eco”, defendendo a publicidade ampliada a “todos os pensamentos que refletem sobre o caos”.¹⁸³ Destaca que a revista não assumiria “conduta alguma” e que publicariam todas as produções que viessem traçar idéias na “agitada luta do pensamento”.

¹⁷⁹ Heriberto. *Porque somos anarquistas. O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/11/1898, p. 1.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ Assumpção, Motta. Sem título. *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciencias e artes*. Rio de Janeiro, nº1, 18/03/1902, pp. 1-2.

¹⁸² Motta Assumpção [1878-1929] foi referenciado anteriormente na nota 66.

¹⁸³ Assumpção, Mota. *Op. cit.*

No trecho que trata do tema *liberdade*, Assumpção defende que os “reacionários de todas as cores” se reúnem para “aniquilar” as *liberdades* que foram “conquistadas” através de revoluções passadas, provavelmente se referindo às revoluções Francesas de 1793, 1848 e 1871, conforme descrito anteriormente de Kropotkin.¹⁸⁴ Acusa que o *autoritarismo* e a *ditadura* podem emergir se os “amigos da *liberdade* não saírem da *letargia* ou do *ostracismo*.”

[...] Os reacionários de todas as cores dão-se mutuamente as mãos para aniquilar as poucas *liberdades* que nos restam das revoluções passadas; e não é de estranhar – se os amigos da *Liberdade* não saem da letargia ou do ostracismo em que se escondem - veremos e breve erguer novos Autos-de-fé e novas fogueiras em holocausto a quaisquer das supertições que ameaçam tomar o domínio dos povos.¹⁸⁵

Neste texto, é possível tomar as afrontas que faz aos reacionários e aos “autos-de-fé” e “novas fogueiras”, provavelmente relacionados à Igreja Católica e à Inquisição. Parece-me que as limitações à *liberdade* se dirigiam também ao *autoritarismo religioso*. Portanto, esta defesa da *liberdade* estaria ligada a resistência aos “reacionários de todas as cores”.

Na revista *Kultur: Revista internacional de filozofia, sociologia, literatura etc.*, o tema *liberdade* aparece no texto intitulado *Anarquismo*, escrito por F. no qual procura definir *anarquismo*. Diz que *anarquia* é “negação da *autoridade* e da coerção exercida por poucos sobre muitos”. Afirma em suas linhas a relação entre *anarquia* e *liberdade* do *indivíduo*, defendendo a “concessão integral” ao seu desenvolvimento.

Deste modo, a *anarquia* negaria a *autoridade* em nome do *indivíduo*, significando sua *liberdade*, que teria motivado revoluções e mudanças sociais. A defesa era a de que esta não deveria ser concedida, provavelmente por quem a controlava através de leis, mas conquistada, tomada, pois seria através de lutas, confrontos e vitórias que ela deveria emergir nos *indivíduos* e suprimir os poderes que os dominavam, associando assim a noção de *liberdade* ao *anarquismo*, que a ressignificaria e a realizaria, fixando novos sentidos. Portanto, a existência da *liberdade* era relativa e referente ao “lugar” que possibilitava que ela emergisse: o *anarquismo*.

Que coisa podemos dizer que a *Anarquia* afirma? É em nome do *indivíduo* que a *Anarquia* nega a *autoridade*. *Anarquia* significa, portanto, a afirmação da *liberdade* do *indivíduo*. Foi sempre em nome da *liberdade* que se consumaram as revoluções e as grandes mutações sociais. [...] A *liberdade* não pode ser concedida, dada, mas sim tomada. Ora, em nossos dias, a expressão *Anarquismo* acarretou um

¹⁸⁴ Kropotkin, Piotr. *Os produtos*. In: Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão**. [1892]. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953, p. 46.

¹⁸⁵ Assumpção, *op. cit.*, pp. 1-2.

novo ideal ao conceito de *liberdade*; deu-lhe significado mais amplo e profundo que o de antes concebido e proclamamos a possibilidade de se tornar efetiva tal *liberdade*.¹⁸⁶

Esta seria uma palavra que suscitaria a “rebelião”, de acordo com o texto descrito, mas isoladamente nada significaria, referenciando Max Stirner e dizendo que ela seria “fantasia metafísica”:

Mas que entendemos, finalmente, por esta palavra *Liberdade*, que tão continuamente suscita o fogo da rebelião entre os homens que faz vibrar de entusiasmo o coração de todo o poeta? [...] Em si mesmo a palavra *Liberdade* nada significa. [...] Stirner sustenta que a *liberdade* é puramente uma fantasia metafísica, e neste sentido inegavelmente é.¹⁸⁷

Sublinho que Max Stirner, na sua obra *O Único e sua Propriedade*,¹⁸⁸ questiona a utilidade da *liberdade*, defendendo que esta “não tem conteúdo” e que pode ser inútil para aquele que “não sabe servi-se dela”, não tendo qualquer valor. Ela depende do modo como o *indivíduo* saiba utilizá-la.

De que serve a *liberdade* que não te dá nada? E se te libertares de tudo, ficarias sem nada, porque a *liberdade* não tem conteúdo. Para aquele que não sabe servir-se dela, essa inútil possibilidade não tem qualquer valor; mas depende da minha singularidade o modo como eu me sirvo dela.¹⁸⁹

A *liberdade* teria sentido, então, se fosse relacionada ao *indivíduo* e à sua singularidade. O *anarquismo* atestaria, ainda no texto de F., que aquele “deve possuir a *liberdade* de desenvolver suas próprias faculdades e de satisfazer todas as suas razoáveis necessidades materiais e intelectuais, de acordo com seu caráter e temperamento [...]”.¹⁹⁰

A “teoria fundamental do *anarquismo*”, de acordo com o texto, seria a “concessão integral do desenvolvimento do *indivíduo*”. Este seria um enunciado presente não só entre escritores *anarquistas*, mas entre outros “pensadores” que formulariam questões em torno deste tipo de *desenvolvimento integral*: “E tal idéia não se limita apenas aos escritores

¹⁸⁶ F. *Anarquismo. Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº1, março de 1904, p. 9. Destaco que o autor deste texto é alguém que assina somente a letra F. Deste modo, não foi possível localizar a autoria do artigo.

¹⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁸ Stirner, Max. *A singularidade do próprio*. In: Stirner, Max. **O Único e sua Propriedade** [1845]. Lisboa: Editores Refratários, 2004, p. 127.

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ F. *Anarquismo, op. cit.*

anarquistas; encontramos-la em diversos pensadores, tais como Ibsen, Whitman, Thoreau, Guyau, Spencer etc”.¹⁹¹

Mesmo sendo uma “idéia” compartilhada por diferentes “pensadores”, este seria um enunciado tomado por *anarquistas* que o colocariam em suas *ordens discursivas*. Estes, assim, demonstrariam como atingi-la, considerando que os obstáculos sociais à “livre expansão” individual seriam difíceis de serem transpostos.

É uma idéia “no ar” dizem; porém, aos *anarquistas*, cumpre tratar da sua conclusão lógica, fundo de suas teorias, criticar desde esse ponto de vista as instituições sociais e demonstrar como pode ser atingida a tão desejada *liberdade*. [...] Cremos assentar que os obstáculos sociais à livre expansão individual são incomparavelmente muito maiores que os que nos possam advir da hereditariedade.¹⁹²

A realização do *anarquismo* fundamentada na “concessão integral ao *indivíduo*” e na *liberdade* só seria possível quando a *sociedade* fosse assentada no que o texto chama de “verdadeiras bases”, talvez livres de *autoridades* e autoritarismos. Sem isso, o *indivíduo* não se desenvolveria plenamente e não se “saberia” a capacidade de desenvolvimento da humanidade livre de “amordaças”.

[...] Em suma, enquanto a *sociedade* não for assente em verdadeiras bases nada se poderá obter que a *liberdade* se assimilhe [*sic*]. Antes disso se realizar, ao *indivíduo* não será possível desenvolver-se plenamente, e não se poderá saber o que de melhor é capaz a humanidade e nem o que o homem ou mulher poderá vir a ser, uma vez libertados do jugo que lhes amordaça o pensamento, as ações, a vida...¹⁹³

A *liberdade*, neste texto, seria a negação da *autoridade*. Porém, deveria ser tomada e ressignificada pela *anarquia*, pois isoladamente “nada” significaria, seria uma “fantasia metafísica. Era, portanto, a afronta às noções de *liberdade* como premissa *absoluta* e *universal*.

Uma diferente noção de *liberdade*, que em alguns aspectos se aproxima destas últimas descrições, foi publicada também em *Kultur*, no texto intitulado *Individualismo + Comunismo*

¹⁹¹ *Ibidem*. Sobre os autores citados no artigo, talvez estivesse se referindo a escritores como: Henrik Johan Ibsen, dramaturgo norueguês, nascido em 1828 e falecido em 1906; Walt Whitman, poeta norte-americano, nascido em 1819 e falecido em 1892; Henry David Thoreau, norte-americano, poeta, naturalista, militante anti-pagamento de impostos, crítico do desenvolvimento, militava pela *desobediência civil*, historiador e filósofo, nascido em 1817 e falecido em 1962; Herbert Spencer, inglês, filósofo e *positivista*, nascido em 1820 e falecido em 1903. O texto de F. não enuncia quem eram estes escritores, provavelmente por considerar que seus leitores já estivessem *familiarizados* com eles.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ F. *Anarquismo. Kultur. Ibidem*.

(*carta de um classificado*), escrito por Neno Vasco,¹⁹⁴ no qual assinala diferenças entre *individualismo anarquista* e *comunismo anarquista*.¹⁹⁵

Vasco defende ações individuais no tocante à revolução: “o *indivíduo* faz a revolução dentro de si mesmo”,¹⁹⁶ além de combater a organização social obrigatória e afirmar a cooperação voluntária. Define-se favorável ao *comunismo*, assim: “quero o comunismo, porque intendo que garante a *liberdade* (possibilidade) e a igualdade de condições (não identidade ou uniformidade [...]), em suma a solidariedade”.¹⁹⁷

Destaco que Vasco enuncia *liberdade* como “possibilidade”, mas também como “mentira”, “ídolo”, pois seria a realização de uma “vontade”. Assim, ela seria uma vontade a ser realizada na *ação de ser livre*. Sem isso, seria vaga, vazia, uma *palavra*.

[...] *Liberdade!* Outra mentira, outro ídolo. A *liberdade* não é mais do que a possibilidade de realizar uma vontade. Mas é isso mesmo! Nós chamamos *liberdade* a essa possibilidade, a essa capacidade, e não a um ídolo, a uma palavra, a uma simples declaração.¹⁹⁸

Neste aspecto, Vasco poderia estar se referindo também a Max Stirner, que defende que a *liberdade* é criada pela “singularidade-do-próprio”,¹⁹⁹ pelo *indivíduo egoísta*, que é o *criador de tudo*.

A singularidade-do-próprio *criou* uma nova *liberdade*, porque a singularidade-do-próprio é a criadora de tudo, do mesmo modo que já há muito tempo a genialidade (uma força própria da singularidade), que é sempre originalidade, é vista como a criadora de novas produções de significado universal.²⁰⁰

Stirner questiona que se a *liberdade* é a “finalidade” quem deveria ser o “libertador” e o “libertado”? Assim, defende que os “libertadores” devem ser os próprios *indivíduos*, que se libertariam de “tudo” que não fossem eles mesmos, rompendo as “cascas” que os envolvem e os limitam.

Mas se a “*liberdade*” é de facto a finalidade dos vossos esforços, então esgotai até ao limite as suas exigências. Quem deve então ser libertador? Tu, eu, nós. E libertado de quê? De tudo aquilo que não seja tu, eu, nós. Eu sou então o caroço que deve ser libertado de todos os invólucros, de todas as cascas que o limitam.²⁰¹

¹⁹⁴ Vasco, Neno. Individualismo + Comunismo (carta de um classificado). *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1904, p.18.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 19.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.18.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.19.

¹⁹⁹ Stirner, Max. *A singularidade-do-próprio*, op.cit. p. 133.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

O *individuo* deveria ser libertado de tudo que ele não *era*. Importava somente o que ele era. Entretanto, questiona Stirner: o que fazer depois de ser libertado?

E que resta se eu for libertado de tudo aquilo que não sou? Apenas eu e nada mais que eu. Mas a este eu a *liberdade* nada tem a oferecer. A *liberdade* não diz nada sobre o que acontecerá depois de eu ser libertado, do mesmo modo que os nossos governos se limitam a soltar os presos depois de cumprida a pena, lançando-os no total abandono.

²⁰²

Restaria ao *individuo* a sua própria *ação*, sem pré-determinações. Retomando Vasco, a *liberdade* seria esta “vontade” de *liberdade* que só se realizaria pelas próprias ações dos indivíduos.

Uma diferente a noção de *liberdade* emerge no periódico *A Guerra Social: Periódico anarquista*, no texto intitulado *Nosso ideal*,²⁰³ escrito por Pietro Gori,²⁰⁴ no qual defende o “fim” da *propriedade individual*. Diz que quando esta for comum será transformada em “base econômica da solidariedade universal”.²⁰⁵ Defende que cairiam “todos os privilégios de classe e de casta e as classes fundir-se-ão em uma só família de iguais”²⁰⁶ e que o trabalho seria dividido segundo aptidões. A *anarquia* se estenderia sobre a “realidade do amor e aos direitos humanos triunfantes [...]”²⁰⁷

Gori questiona a formação de novas “tirantias” e novos “governos representativos” após suas supressões: “E com efeito. Uma vez desembaraçado o caminho das velhas tirantias para que formar outras novas? Para que novos governos representativos ou eleitos?”²⁰⁸

A partir da “destruição” das velhas “tirantias” e dos “governos”, Gori enuncia o “governo de si”, pois somente o *individuo*, assim suponho, conheceria os seus interesses e necessidades, sem abdicar de sua “soberania”. “Queremos governar-nos nós mesmos, porque ninguém melhor do que nós podemos conhecer os nossos interesses e as nossas necessidades, e não podemos abdicar nas mãos de quem quer que seja a nossa soberania”.²⁰⁹

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ Gori, Pedro. O nosso ideal. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911, p. 1.

²⁰⁴ Pietro Gori, advogado e militante *anarquista*, nasceu na Itália, em 1865. Foi exilado e percorreu países, como Suíça, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, retornando à Itália em 1902. Escreveu peças teatrais e canções que tinham temas relacionados às experiências e práticas *anarquistas*, entre as quais as intituladas *Primo Maggio* [representada por vários grupos teatrais *anarquistas* no Brasil], *Addio a Luggano*, *Stornelli d’esilio* e *La ballata di Sante Caserio*. Colaborou com a revista *anarquista* italiana *Il Pensiero*. Faleceu em 1911.

²⁰⁵ Gori, *Op. cit.*

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Ibidem*.

Ressalto que mesmo admitindo o “governo de si”, Gori limitaria a *liberdade*, pois o seu exercício não poderia sobrepor-se ao outrem. “A *liberdade* de cada um tem o seu limite na *liberdade* dos demais, [...], o homem livre não quer dar nem receber leis”.²¹⁰

Portanto, a noção de *liberdade* de Gori se basearia no “governar-se”, mas seria limitada à *liberdade* dos demais *indivíduos*. Esta noção se aproximaria das descritas acima, mas também se afastaria na medida em que considera a sociabilidade da *liberdade* e suas limitações nas relações de um *indivíduo* com outros. Afrontava-se, deste modo, as “tirantias”, os “governos” e as “leis” exteriores às vontades do “homem livre”.

Na revista *A Vida: Publicação mensal anarquista*, a noção de *liberdade* emerge no texto intitulado *Anarquia. Sua definição etimológica*,²¹¹ escrito por André Girard,²¹² no qual defende a *anarquia* como possibilidade de organização social, procurando formular uma espécie de sentido para uma possível “história das teorias *anarquistas*”, que teriam ligações com outros tipos de discursos que contribuíam para conformar o *anarquismo*. Deste modo, as enunciações de *anarquia* teriam sido múltiplas.

Girard afrontou as práticas de *autoridade* e disse que a base social do *anarquismo* era o “homem”. Neste texto ele propôs uma classificação das duas principais “teorias anarquistas”: os “anarquistas comunistas” e os “*anarquistas individualistas*”, destacando movimentos *anarquistas* na Europa, da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Em relação ao tema *liberdade*, ele se posiciona dizendo que em uma “moral *anarquista*” o *homem* chega a “dirigir-se e a libertar-se por si mesmo”, a partir do “desenvolvimento de sua vontade”, sem “direção exterior”, em relações livres entre os *indivíduos*.

A concepção *anarquista* de um *Estado* social em que a ordem resultaria das livres relações dos *indivíduos* não será, por conseguinte, a mais lógica, a mais razoável? Por isso a moral *anarquista* tem por base o desenvolvimento da vontade individual, já que só pela vontade o homem chega a dirigir-se e a libertar-se por si mesmo da necessidade de uma direção exterior.²¹³

Esta noção de *liberdade* estaria relacionada a múltiplos pressupostos, entre os quais: o *progresso* e a *felicidade*, à *anarquia*, à “fantasia metafísica”, à “satisfação das necessidades

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Girard, Andre. Anarquia. Sua definição etimológica. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915, p. 60.

²¹² André Girard nasceu em 1860 e faleceu em 1942. Foi militante *anarquista* e *sindicalista*. Colaborou no periódico francês *Les Temps Nouveaux*, publicado pelo também *anarquista* Jean Grave, no *Ce Qui'l Faut Dire* e no *L'Avenir International*.

²¹³ Girard, *op. cit.* 1915.

individuais”, ao “desenvolvimento dos *indivíduos*”, à possibilidade de “vontade de ser livre”, ao “governar-se” e à “vontade” individual. Diante destes, os textos que afirmavam a *liberdade* também afrontavam as suas limitações, tais como: as “leis” governamentais, as “classes privilegiadas”, os “reacionários de todas as cores”, a *liberdade* “absoluta”, que “nada” significaria, os “tiranos” e os “governos”.

Estes, por sua vez, comprometeriam, limitariam e inviabilizariam as ações livres através de exercícios de *autoridade*, principalmente através das instituições estatais, dos governos e das “direções exteriores” às vontades e necessidades dos *indivíduos* e das *sociedades*.

Em suma, observo que não foi possível verificar qualquer univocidade do termo *liberdade*, nem mesmo concordância de que ela seria algo “existente”. Conforme descrito, ela chegou a ser considerada “metafísica”, uma “mentira”, uma premissa que só se realizaria pela ação do *indivíduo*. Deste modo, estas definições, afrontamentos, concordâncias e discordâncias, levam-me a considerar que a *liberdade* foi um tema enfrentado pelos *anarquistas* de maneira diversa, mas que, por conta de diferentes enunciações, contribuíram para conformar noções de *liberdade anarquista* e de *anarquismo* no Rio de Janeiro.

2.2. Formações de noções de *indivíduo*

Nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro surgiram enunciados que procuraram definir o *indivíduo*, suas ações políticas, modos de viver, de se relacionar e de resistir aos exercícios de poder que o sujeitasse. Foram criadas noções que o instituíram como *egoísta*, *harmônico*, *revolucionário* e *altruísta*, que se confrontaram e se afrontaram. Portanto, foram através de múltiplas *emergências* de noções de *indivíduo*, tomado a partir de uma *pré-existência*, de uma *universalidade*, que o *anarquismo* também foi sendo conformado e foi definindo ações políticas.

Entretanto, sublinho que me aproximo de Michel Foucault e considero que o *indivíduo* é uma das principais construções que está em disputa. Ele não *pré-existe* aos discursos que o instituem. É inventado em discursos disciplinares e individualizado por estes.

Foucault diz na aula que proferiu em 21 de novembro de 1973, no curso dado no Collège de France, reunida a outras no livro intitulado *O Poder Psiquiátrico*, que o *indivíduo* “é coisa, um corpo sujeitado, pego num sistema de vigilância e submetido a procedimentos de normalização”.²¹⁴ Ele é individualizado. “E o que podemos chamar de *indivíduo* não é aquilo

²¹⁴ Foucault, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 71.

a que se prende o poder político; o que se deve chamar de *indivíduo* é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação [...] do poder político à singularidade somática”²¹⁵

Nesta direção, Foucault assinala:

Se o que disse é verdade, vocês verão que não se pode dizer que o indivíduo preexiste à função-sujeito, à projeção de uma psique, à instância normalizadora. Ao contrário, é na medida em que a singularidade somática é tornada, pelos mecanismos disciplinares, portadora da função-sujeito, que o *indivíduo* apareceu no interior de um sistema político. É na medida em que a vigilância ininterrupta, a escritura contínua, a punição virtual enquadraram esse corpo assim sujeitado, do qual extraíram uma psique, é nessa medida que o *indivíduo* se constituiu; é na medida em que a instância normalizadora distribui, exclui, retoma continuamente esse corpo-psique, que o *indivíduo* se caracteriza.²¹⁶

Diante disso, mostro que por mais divergentes que tivessem sido as concepções de *indivíduo* entre os *anarquistas*, eles consideraram que estes existiriam antes dos discursos e das relações de poder, que, na verdade, os constituíram.

Recorro novamente a Foucault para esclarecer a questão:

Não se quer desfazer as hierarquias, as constrictões, os interditos, para fazer valer o *indivíduo*, como se o *indivíduo* fosse alguma coisa que existisse sob todas as relações de poder, que preexistisse às relações de poder, e sobre o qual pesam as relações de poder. De fato, o *indivíduo* é o resultado de alguma coisa que o precede e que é esse mecanismo, todos esses procedimentos que alfinetam o poder político ao corpo. É porque o corpo foi “subjetivado”, isto é a função-sujeito se fixou sobre ele, é porque foi psicologizado, porque foi normalizado; é por causa disso que o *indivíduo* apareceu, a propósito do qual se pode falar, pode-se ter discursos, pode-se tentar e fundar ciências.²¹⁷

Neste sentido, passo a considerar o *indivíduo* nos discursos como um *alvo* a ser *alfinetado* pela instituição de *ordem* e de *poder* político preconizado por *anarquistas*. O *indivíduo* é “anarquizado”. Retomo uma questão enunciada por Foucault, em 1966, que pode esclarecer o que está sendo discutido aqui. Ele diz que o “homem”, que relaciono ao *indivíduo*, é forjado na *cultura* da qual faz parte:

Os *códigos fundamentais de uma cultura* – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada,

²¹⁵ *Ibidem*, p. 69.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 70.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 70.

*para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. [...]*²¹⁸

Nesta direção, descrevo ditos *anarquistas* que o tomaram como um *ser* que agiria e conformaria *poder, disciplinas* e discursos, ao invés de ser perpassado e forjado por estes; eles não considerariam os *indivíduos* em suas “culturas” e particularidades, mas em sua universalidade. Seria, assim, possível transformar todos os *indivíduos* e todos os homens em “livres” e harmônicos.

Enunciações sobre o *indivíduo* emergiram em março de 1904, no periódico *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc*, que publicou um texto intitulado *O movimento anarquista no Brasil*,²¹⁹ escrito por Elísio de Carvalho.²²⁰ Neste texto, ele inicialmente disse que havia “doutrinas *anarquistas*” no Brasil, como o *comunismo anarquista*, o *individualismo anarquista*, o *comunismo de Cristo* e o *socialismo revolucionário*, destacando que o *comunismo* e o *individualismo* eram as “mais bem definidas” e que o *anarquismo* era difundido pela imprensa e por livros em todo o país.²²¹

Destas “doutrinas” descreve suas principais premissas e os seus principais colaboradores. Entre os *comunistas anarquistas*, que “têm por ideal o comunismo libertário”, cita os estrangeiros Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, Errico Malatesta e A. Hamon, e os residentes no Brasil Benjamim Mota, Neno Vasco, Angelo Bandoni, Evaristo de Moraes, Duilio Bernardoni, Fábio Luz, Manuel Moscoso, Juan Batista Peres, T. Boni, A. Cherchai, Sorelina Gordani, Maria d’Oliveira. Entre os *individualistas anarquistas*, defensores da “autonomia individual absoluta”, cita Elísio de Carvalho, Mota Assumpção, Juan Mas y Pi.²²² Ressalto que esta classificação de Carvalho gerou polêmica, tanto que no segundo número de *Kultur*, um dos citados, Neno Vasco,²²³ responderia que não era comunista, mas sim *anarquista*, sem adjetivos, conforme mostro mais à frente.

No entanto, quando defende a ação do *indivíduo*, Carvalho diz que este satisfaria suas necessidades e admitiria a vida em comum, a partir de uma “associação dos egoísmos

²¹⁸ Foucault, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 10. Grifos meus.

²¹⁹ Carvalho, Elísio de. O movimento *anarquista* no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc*. Rio de Janeiro, nº 1, março de 1904, p. 2.

²²⁰ Elísio de Carvalho foi referenciado anteriormente na nota 75.

²²¹ Carvalho, *op. cit.*, p. 2.

²²² *Ibidem*, p. 3.

²²³ Neno Vasco foi jornalista, escritor e militante *anarquista*. Nasceu em Portugal em 1878. Formado em direito, imigrou para o Brasil em 1901. Colaborou em periódicos *anarquistas* como *O Amigo do Povo*, *A Aurora*, *A Terra Livre*, no qual foi editor, *A Voz do Trabalhador* e outros. Em 1911 regressou a Portugal, colaborando em periódicos que se identificavam como *anarquistas*. Faleceu em Portugal em 1920. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.

absolutos”. O *indivíduo* era *egoísta*, *livre*, “a medida de todas as coisas”,²²⁴ um *proprietário*, uma possibilidade de existência individual e associada a outros *indivíduos*. Observo que neste texto Carvalho cita Max Stirner, que teria presença recorrente em seus ditos em *Kultur*, principalmente através da referência de sua obra *O Único e Sua Propriedade*, publicada em 1845.²²⁵

Diz Carvalho:

[...] uma vez o *Estado* destruído, com todo o seu conjunto de leis e de juízes, o *indivíduo* satisfará plenamente as suas necessidades por sua atividade privada, admitindo ainda como possível a vida em comum (teoria do *eu* associado), mas praticada por *uma associação dos egoísmos absolutos*, como quer Stirner, visto que a *livre expansão das energias e das paixões humanas basta para assegurar uma vida harmônica* entre os homens. Ele, reconhecendo que o *eu* é a medida de todas as coisas, deixa subsistir a atividade econômica privada, e, por conseguinte, a propriedade individual (a posse, uso e gozo) que dele é inseparável, pois, entende que não é a propriedade, atualmente objeto da desigualdade econômica, sem a qual não haverá individualidade, *liberdade*, iniciativa, estímulo etc, que é a causa da miséria social, *senão o fato dessa propriedade estar monopolizada* e nem todos poderem ser proprietários.²²⁶

Este trecho de Carvalho foi um combate a quaisquer possibilidades de limitações às ações dos *indivíduos*, assim como às formas de apropriações das coisas. Max Stirner já havia dito em 1845, no livro acima citado, que o *indivíduo* seria proprietário de tudo que pudesse, pois só ele mesmo poderia limitar suas ações. Quaisquer outras balizas seriam afrontas ao desenvolvimento do *egoísta*, ou *indivíduo*.²²⁷ Deste modo, a partir das uniões de *egoístas* os *acordos sociais* seriam estabelecidos e *eles* tomariam o *controle* de seus *interesses*. Assim, diz Stirner:

A minha missão não tem de ser a de realizar a *idéia geral do humano*, mas a de me satisfazer a mim próprio. *Eu* sou a minha espécie, sem norma, sem lei, sem modelo, etc. É possível que eu possa fazer muito pouco a partir de mim próprio, mas esse pouco é tudo, e é melhor do que aquilo que deixo que o poder dos outros faça de mim, através da moral, da religião, das leis, do *Estado* etc. É melhor – se de ser melhor se trata – ser uma criança malcriada do que demasiado sensata, é melhor ser rebelde de que estar disposto a aceitar tudo. [...] ²²⁸

Além disso, Stirner não descartava a existência de poderes *superiores* ao *indivíduo*,

²²⁴ Carvalho. O movimento *anarquista* no Brasil, *op. cit.*, p. 4.

²²⁵ Stirner, Max. **O Único e sua Propriedade** [1845]. Tradução: João Barrento. Lisboa: Editores Refratários, 2004.

²²⁶ Carvalho, *ibidem*. Grifos meus.

²²⁷ Stirner, *A Singularidade do próprio*, *ibidem*, p. 131.

²²⁸ Stirner, *O Eu-proprietário*, *ibidem*, p. 146. Grifos meus.

que deveria resistir a eles, tornando-se inimigo, profanando-os, dessacralizando-os:

Revoltando-se contra as pretensões e os conceitos dominantes do presente, o *egoísta* leva a cabo a mais impiedosa das *profanações*. Nada para ele é sagrado!

Seria leviano afirmar que não há poder acima do meu. Mas a posição que eu me atribuo em relação a ele é que é totalmente diferente da época da religião: eu serei o *inimigo* de todo poder superior, enquanto a religião ensina que devemos fazer dele nosso amigo e ser humilde perante ele.²²⁹

Acrescentem, ainda, as relações que Stirner estabelece entre o *eu* e a *propriedade*:

Mas como? Não posso declarar-me a mim próprio o detentor dos meus direitos, o mediador e o eu próprio de mim? Assim sendo, teríamos de dizer:

O meu poder *é* a minha propriedade.

O meu poder *dá-me* a minha propriedade.

O meu poder *sou* eu próprio, e, graças a ele, sou a minha propriedade.²³⁰

Nesta direção, Carvalho desenvolveu seus argumentos em defesa das ações políticas e sociais dos *indivíduos*, formas de existir, de resistir e de se relacionar socialmente. O que estava em jogo era a questão da tomada de decisão, que para ele residia na *ação individual*.

Outra forma de definir *indivíduo* foi enunciada em *Kultur*, se aproximando de ditos de Carvalho, e, por conseguinte de Stirner. *Anarquia* aí seria a “negação da *autoridade* e da coerção exercida por poucos sobre muitos”.²³¹ Destaca que é em nome do *indivíduo* que “a *anarquia* nega a *autoridade*” e que ela é a “afirmação da *liberdade* do *indivíduo*”.²³² Portanto, o texto afirma em suas linhas a relação entre *anarquia* e *liberdade* do *indivíduo*, afirmando a “concessão integral” ao seu desenvolvimento.

[...] mas o que eu creio que o *Anarquismo* atesta é que o *indivíduo* deve possuir a *liberdade* de desenvolver suas próprias *faculdades* e de satisfazer todas as suas razoáveis necessidades materiais e intelectuais, de acordo com seu caráter e temperamento. Creio que esta concessão integral do desenvolvimento do *indivíduo* é que constitui realmente a teoria fundamental do *Anarquismo*. [...]²³³

Diferentemente dos textos descritos anteriormente, Neno Vasco, no mesmo periódico *Kultur*, no segundo número, teve publicado um texto, intitulado *Individualismo + comunismo*

²²⁹ *Ibidem*, p. 148.

²³⁰ *Ibidem*, p. 148.

²³¹ *Kultur. Anarquismo. Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº 1, março de 1904, p. 9.

²³² *Ibidem*, p. 9

²³³ *Ibidem*, p. 9. Grifos meus.

(*carta de um desclassificado*).²³⁴ Vasco se denominou como *anarquista* e diferenciou *individualismo* de *comunismo*, além de identificar possibilidades de entendimentos entre estes dois discursos, chegando a considerar que: “não estamos longe de nos entendermos. Stirner atacou os comunistas; mas Bakunine fêz o mesmo. O *comunismo* era outro e os *anarquistas* eram anti-comunistas”.²³⁵

Vasco disse que não concordava com a classificação de *comunista* atribuída a ele por Elísio de Carvalho, no artigo intitulado *O movimento anarquista no Brasil*,²³⁶ publicado no número 1 de *Kultur*, anteriormente citado. Porém, defendeu *ações individuais* no tocante à revolução: “o *indivíduo* faz a revolução dentro de si mesmo”.²³⁷ Vasco também combateu a noção de organização social obrigatória e afirmou a cooperação voluntária, mas definiu-se favorável ao *comunismo*, dizendo: “quero o comunismo, porque entendo que garante a *liberdade* (possibilidade) e a igualdade de condições (não identidade ou uniformidade [...]), em suma a solidariedade”.²³⁸

Ele se opôs à noção de *propriedade individual*, defendendo a “propriedade comum indivisa”. Diz: “O que é preciso é que o *indivíduo* considere a propriedade como útil ao seu bem-estar e não como sagrada: que não a respeite, mas que a possua”.²³⁹ Neste caso, ele se distancia de Carvalho e Stirner em relação à *propriedade individual* e à “autonomia individual absoluta”.²⁴⁰

Em meio à polêmica e esclarecimentos, Vasco se posicionou:

Eu considero *a anarquia sobretudo como método*: a iniciativa individual e a livre cooperação. A *anarquia* não é um presente, uma dádiva que se espere do senhor, do governante, do parlamento, de uma solidariedade abstrata, de uma força fora do *indivíduo*, de uma soma sem parcelas; *a anarquia torna-se, vive-se, conquista-se*. O *indivíduo faz a revolução dentro de si mesmo, perde o respeito, ganha e exerce a sua força, ataca a autoridade, age sem pedir licença, vive sinceramente a sua vida, fazendo caso omissis das leis, exercendo a sua iniciativa, resistindo. É o que pode chamar-se ação direta, quer individual quer social.*²⁴¹

A iniciativa individual seria significativa na medida em que a *revolução* fazia-se dentro do *indivíduo*. Portanto, o *ele* a fazia, atacaria a *autoridade*, viveria sua vida, tomaria

²³⁴ Vasco, Neno. Individualismo + Comunismo (carta de um classificado). *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1904, pp. 18-19.

²³⁵ *Ibidem*, p. 19.

²³⁶ Carvalho, *op. cit.*, p. 3.

²³⁷ Vasco, *op. cit.*, p. 19.

²³⁸ *Ibidem*, p.18

²³⁹ *Ibidem*, p. 19.

²⁴⁰ Carvalho, *op. cit.*, p. 3.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 19. Grifos meus.

iniciativas, “sem pedir licença”, resistiria aos poderes *superiores* a ele, num aspecto que me parece aproximar-se de Stirner.

Vasco disse que a *anarquia* colocaria o *indivíduo* à frente do que chamou de “rebanho”. Seria uma espécie de *liderança*, de *chefe*? Observo que ele se opôs à idéia de “massa” e de “rebanho”, mas manteve a *anarquia* como *diretriz*. Então o *indivíduo* não seria livre? Estas questões parecem remetê-lo à outra ordem de coisas: à *ordem anarquista*:

[...] A mim parece que a *anarquia* veio pôr o *indivíduo* em frente do *rebanho* – o *indivíduo* com as suas forças, as suas necessidades, as suas paixões. Onde só havia a massa – cujo bem era feito pelos políticos, que respondiam ao *indivíduo* que não tinham vaga para se ocupar dele, já haviam feito muito (murros no peito e berros) pelo povo, pela pátria, pela humanidade – a *anarquia* veio pôr o *indivíduo*, com o seu egoísmo, a sua iniciativa. Este estava submerso no mar confuso das cabeças de gado: a *anarquia* veio pescá-lo, separá-lo.²⁴²

De outro modo, no texto intitulado *Combates pelo indivíduo*, publicado em *Kultur*, Elísio de Carvalho defende que Max Stirner foi o iniciador do “combate pelo *indivíduo*” e que ele teria sido o “verdadeiro percussor da *anarquia*”.²⁴³

Carvalho disse que procura rebater “calúnias” de quem ataca Stirner, principalmente a sua obra *O Único e sua Propriedade*. Neste confronto ele afirma que nem o referido autor nem qualquer outro *individualista* defendia o *isolamento do indivíduo*, conforme atribuições de seus adversários, provavelmente os *comunistas anarquistas*, entre estes Jean Grave.²⁴⁴ Diz Carvalho:

O que mais me admira, é ver escritores como Grave, por exemplo, que dis ser Stirner “invenção dos burgueses”, mostrarem-se tão injustos com o maior filózofo da *anarquia* a ponto de verem nele um “apologista da tirania”, um “teórico da exploração do homem pelo homem”, um “representante do capitalismo burguês” [...].²⁴⁵

O que Carvalho defendia era que em nenhuma parte da sua obra Stirner propôs o isolamento do *indivíduo* e o seu aspecto social e sociável.²⁴⁶ Para ele, Stirner não pretendia tomar a *liberdade* como algo absoluto, pois isso seria uma “ficção”. “É impossível libertar-se de tudo”, dizia referenciando o *autor*. Um dos objetivos dele era “libertar o *indivíduo* [...] de

²⁴² *Ibidem*, p. 19. Grifos meus.

²⁴³ Carvalho, Elísio de. *Combates pelo indivíduo*. *Kultur: Revista internacional de estudos filosóficos e questões sociais*. Rio de Janeiro, nº4, setembro de 1904, p. 32.

²⁴⁴ Jean Grave [1854-1939] foi referenciado anteriormente na nota 161.

²⁴⁵ Carvalho, *op. cit.*, p. 32.

²⁴⁶ *Ibidem*.

tudo que presentemente o domina”.²⁴⁷ Este seria social e sociável através de “laços indissolúveis” que se diversificam.

Carvalho dizia que o objetivo dos individualistas seria libertar o que é possuído, estabelecendo a *igualdade* de condições, *sociedades* com *harmonia*, *equilíbrio*, em uma “associação de interesses”.²⁴⁸ O *indivíduo*, diz ele, se aproximando de Stirner, se desembaraçaria dos entraves ao seu desenvolvimento e de sua livre expansão.²⁴⁹ Contudo, diferentemente do que seus detratores diziam, o *indivíduo* se associa a outros, pois considera que a “soma duma quantidade é mais poderosa [...] do que o conjunto dessas forças agindo isoladamente”, substitui os *controles externos* “pela livre associação, pela associação dos egoístas, onde o *indivíduo* seja realmente uma força, uma potência autônoma, um ser autárquico”.²⁵⁰

Para esse desenvolvimento seria necessária a “dissolução da *sociedade* política, eis o nosso grande objetivo”, além da *eliminação do Estado* e todas as suas instâncias, para o domínio do *indivíduo*, do *Eu*, que uma vez associado “aumenta suas forças”.²⁵¹ Deste modo, a comunidade e a *sociedade* não poderia pretender explorá-lo em seu proveito, pois ela seria um meio, um modo de ser, uma “modalidade artificial” para satisfazer necessidades individuais e a realização integral do viver individual.²⁵²

No periódico *A Vida: Publicação mensal anarquista*, o tema *indivíduo* aparece no texto intitulado *Os rotineiros*,²⁵³ escrito por Éfrem Lima²⁵⁴ no qual defende a “propaganda *anarquista*”, pois esta deveria “introduzir o filtro da rebelião na alma do homem sofredor”.²⁵⁵ Lima afronta os “profissionais do assassinio patriótico”, que “constituem a horda inimiga”: os burgueses, os clérigos e a religião. Ele defende a *luta revolucionária* contra os “detentores do capital, da justiça, da *autoridade*”. Estes seriam *os rotineiros*, que presentes em instituições

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ Lima, Éfrem. Os rotineiros. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914, p. 12.

²⁵⁴ Éfrem Lima publicou este texto em *A Vida. Publicação mensal anarquista*, e mais dois intitulados *A Instrução e o Estado*, no número 3, e *A Lei das sublevações*, publicado no número 6. Observo que não verifiquei outras publicações de textos em seu nome em outros periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro, conforme a seleção aqui apresentada. Deste modo, não tive possibilidades de averiguar quem ele era, pois nem no periódico onde foram publicados seus textos, nem em outros foram feitas referências. Observo também que entre os periódicos aqui selecionados, não se configurou como prática referenciar seus colaboradores. Diante disto, tanto Éfrem Lima quanto alguns outros não puderam ser *referenciados* brevemente aqui.

²⁵⁵ *Ibidem*.

estatais e associados aos “detentores do capital”, além dos religiosos, fariam parte da “classe improdutiva e parasitária”.²⁵⁶

Para Lima, o *indivíduo* é tomado como o “obreiro da grande regeneração”, pois ele sente no próprio corpo a “perversão social”. Contudo, observo que Lima parece se aproximar de um tipo de revolução “individual” para logo em seguida se aproximar de uma “social”.

Somente o *indivíduo* que sente no corpo o estrangular das ciclópicas tenazes da perversão social, só este está em condições de ser o obreiro da grande regeneração. Ele unicamente ultrapassará heróico o perímetro das ações gloriosas, imortalizando-se com o martírio. [...] O local propício à difusão da *revolução social* é a fábrica, o lar desprovido de conforto do proletariado, a oficina do produtor; e não a caserna, os ministérios e os escritórios das empresas capitalistas. [...]²⁵⁷

Outro texto, intitulado *Anarquia. Sua definição etimológica*,²⁵⁸ escrito por André Girard,²⁵⁹ também publicado em *A Vida*, se posicionava em relação ao tema *indivíduo*. Neste o autor defende a *anarquia* como possibilidade de organização social, procurando formular uma espécie de sentido para uma *história das teorias anarquistas*, que teria ligações com outros tipos de discursos, como os dos anabatistas do século XVI, os de Jean Jacques Rousseau, os de revolucionários franceses, os de Pierre Joseph Proudhon e os de Mikail Bakunin.²⁶⁰

Girard afrontou a *autoridade* e o *Estado* e disse que a “base social” do *anarquismo* era o “homem”. Destacou *movimentos anarquistas* na Europa, da segunda metade do século XIX e início do século XX, sublinhando os principais escritores, como:

Elisée Reclus, Pedro Kropotkin, Jean Grave, Charles Malato, Sebastien Faure, Guyau, Louise Michel, Errico Malatesta, J. H. Mackay, Bruno Wile, Henrik Ibsen, A. Hamon, Pietro Gori, Ricardo Mella, Anselmo Lourenzo.²⁶¹

Ele não deixou de destacar os que considerou principais jornais *anarquistas*, como:

Les Temps Nouveaux, em França, *Freedon*, em Inglaterra, *Die Freiheit*, *Free Society*, Estados Unidos; *L'Angitazione*, *Il Libertario*, Itália; *Tierra y Libertad*, *El Productor*, em Espanha; *La Protesta* (diário da manhã) na Argentina; *A Anarquia*, *Aurora*, *Jerminal*, *O Libertário* e *Terra Livre*, em Portugal; *Now Kult*, na Boemia e outros

²⁵⁶ Lima, *op. cit.*, p. 12.

²⁵⁷ Lima, *op. cit.* Grifos meus.

²⁵⁸ Girard, Andre. *Anarquia. Sua definição etimológica. A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915, p. 59.

²⁵⁹ André Girard [1860-1942] foi referenciado anteriormente na nota 212.

²⁶⁰ Girard, *op. cit.*, p. 61.

²⁶¹ *Ibidem*.

na Holanda, Alemanha, Cuba, Brazil, Uruguai, Chile, Ejito, Japão, etc, etc.²⁶²

Quanto ao tema *indivíduo*, diz que este seria “dono” e “soberano” de sua “pessoa”, que através de sua iniciativa substituiria qualquer forma de *Estado* e de *autoridade* política.

A *Anarquia*, em filosofia positiva, é a concepção de um *Estado* social em que o *indivíduo*, dono e soberano de sua pessoa, se desenvolveria e no qual as relações sociais se restabeleceriam entre os membros da *sociedade* segundo as suas simpatias, as suas afeições e as suas necessidades sem constituição de *autoridade* política. Numa palavra, a *Anarquia* é a negação do *Estado*, sob qualquer forma que se apresente, substituído pela iniciativa individual exercendo-se diversamente e harmonicamente.²⁶³

Sublinho que, nesta enunciação, a centralidade do *indivíduo* na vida social anárquica. Este não se submeteria ao *Estado* e à *autoridade*, mas seria perpassado pela *ordem anarquista*.

De outro modo, foi publicado, em *A Vida*, um texto intitulado *Sobre o individualismo. A moral do prazer*,²⁶⁴ escrito por Marc Pierrot²⁶⁵ que relaciona o *indivíduo* ao *altruísmo* [amor ao próximo; oposto ao *egoísmo*; filantropia], considerando que muitos *comunistas* se opunham aos *individualistas*, principalmente em questões que se fundamentavam em *ações egoístas*. Contudo, ele destaca que *indivíduo* e *altruísmo* se confundem, não se excluem, ao contrário de “abstrações” que acabavam separando coisas que seriam similares.²⁶⁶

Criticando proposições que diziam que “o *dever* dos operários era aderir aos seus respectivos *sindicatos*”,²⁶⁷ Pierrot defende que *dever* “é o sofisma mais reacionário que conheço, o que serve melhor para encobrir qualquer outra servidão”,²⁶⁸ se posicionando claramente contra quaisquer tipos de obrigações que não tivessem como princípio o interesse próprio do *indivíduo*, que agiria como um *altruísta*.²⁶⁹

Ele defende o que chamou de “moral do prazer”, que guiaria os próprios comportamentos e vontades dos *indivíduos*, que agem segundo seus próprios prazeres. Este seria o ponto central das teses individualistas para Pierrot. No entanto, diante das “coerções”

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ Pierrot, Marc. Sobre o individualismo. A moral do prazer. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº6, 30/04/1915.

²⁶⁵ Marc Pierrot nasceu na França em 1871 e morreu em 1950. Foi médico e militante *anarquista*. Colaborou no periódico *Temps Nouveaux*, *Plus Loin*. Colaborou também na *l'Encyclopédie Anarchiste*, editada pelo também *anarquista* Sebastián Faure.

²⁶⁶ Pierrot, *op. cit*, p. 83.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ *Ibidem*.

às quais os *indivíduos* seriam submetidos, eles acabariam agindo por seus interesses.²⁷⁰ De todo modo, seria pelo *prazer* que os *indivíduos* agiriam [material, intelectual, artístico afetivo e moralmente].²⁷¹

Os *prazeres* através do amor aos filhos possibilitariam o *altruísmo*, que foi desenvolvido também entre as *sociedades humanas* através do *apoio mútuo*.²⁷² O *altruísmo* faria com que os *indivíduos* se sentissem *bem* em ser *úteis* aos outros. O *Eu*, então, se expandiria na *bondade*, que seria o *verdadeiro prazer* de um *indivíduo anarquista*, “um *indivíduo* desenvolvido moralmente”,²⁷³ que jamais abandonaria “a solidariedade com os sofredores”.²⁷⁴ Nesta forma de *altruísmo*, portanto, a *felicidade* seria para “todos” e o verdadeiro fim *libertário*.²⁷⁵

No periódico *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* a noção de *indivíduo* surgiu no texto intitulado *Um programa mínimo de anarquia*,²⁷⁶ escrito por Domingos Ribeiro Filho,²⁷⁷ no qual defende a elaboração de um programa para a realização da *anarquia* que seria fundamentado na *ação do indivíduo*. Para Ribeiro Filho esta deveria ser livre, sem obrigações e sem “instrumento social” de repressão. O *indivíduo* não se sacrificaria isoladamente pela *sociedade*, pois a sua ação associada à de outros é que seria reconhecida por ela, ou seja, a ação do *indivíduo associado*.²⁷⁸

Neste “programa” defendido por Ribeiro Filho era enunciada a associação para suas defesas: “o *indivíduo* fraco ou ameaçado em sua vida e *liberdade* pode recorrer para defeza ao auxílio de outrem”. Acrescenta que “a *sociedade* não tem direito de julgar os fatos que disso decorrem”,²⁷⁹ pois o *indivíduo* ao se proteger com o auxílio de outros não se submeteria ao julgamento de qualquer “instância de poder” que se sobrepusesse a ele e aos seus pares.²⁸⁰ Além disso, mesmo em um tipo de associação para defesa, Ribeiro Filho assinala que “as comunidades podem criar elementos de defeza comum, sem capacidade de punição ou cerceamento de *liberdade* de outrem”.²⁸¹ Esta forma de agrupamento afrontaria instituições como justiça, polícia e exércitos, pois não se admitia nem instrumentos punitivos e nem de

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² *Ibidem*, p. 84

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ Ribeiro Filho, Domingos. Um programa mínimo de *anarquia*. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº3, abril de 1918, p. 4.

²⁷⁷ Domingos Ribeiro Filho foi referenciado anteriormente na nota 133.

²⁷⁸ Ribeiro Filho, *op. cit.*, p. 4.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ *Ibidem*.

reclusão, que levassem o *indivíduo* a ser coagido e submetido a qualquer espécie de mecanismos de vigilância, controle e coerção.

A ação do *indivíduo* não poderia ser limitada e nem ser submetida à *autoridade* em relações sociais, dizia Ribeiro Filho, pois “não há direito de mando, nem dever de obediência”. Essa era uma afronta aos poderes instituídos que utilizavam a “*autoridade*” como forma de exercício e de *controle*. No entanto, a *liberdade* deste seria condicionada a provisão de sua própria subsistência. Subsistir por si só era uma das condições, sem dependências, sem submissões, sem obediências, pois “não havendo *autoridade* paternal nem individual, não haverá também pública”.²⁸² Neste aspecto, o discurso que defende a destruição do *Estado* e de suas instituições toma corpo a partir da noção de *liberdade* do *indivíduo*. Diz Ribeiro Filho: “É abolido o *Estado* desde as suas formas elementares até as suas derradeiras conseqüências, subsistindo apenas a *sociedade* livre, baseada nas tranzitórias necessidades comuns”.²⁸³

Abolido o *Estado*, a propriedade, a moeda e o capital, diz Ribeiro Filho, “o *indivíduo* só poderá possuir aquilo que se considera parte integrante ou complementar de sua pessoa e que esteja imediatamente sob seu domínio”. Essa última questão parece remeter-se a dois enunciados. O primeiro é referente ao *indivíduo* e a propriedade em Max Stirner,²⁸⁴ que defendia que aquele seria proprietário de tudo que pudesse e quisesse. Conforme descrevi anteriormente, Stirner consideraria que os limites às ações do *indivíduo* seriam afrontas ao desenvolvimento dos egoísmos. Além disso, Stirner se referia às possibilidades de poder exterior a ele [o *indivíduo*], dos quais seria inimigo.²⁸⁵

O segundo enunciado é referente ao *indivíduo* e a propriedade em Pierre Joseph Proudhon,²⁸⁶ que considerava que aquele poderia ter somente a “posse” do que necessitasse, mas nunca ser um proprietário. Proudhon diz, em *O Que é a Propriedade*,²⁸⁷ fazendo uma metáfora, que ninguém poderia ocupar mais de um lugar em um teatro, portanto, só poderia

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ Stirner, Max. **O Único e sua Propriedade** [1844]. Lisboa: Editores Refratários, 2004.

²⁸⁵ Stirner, *O Eu-proprietário*, *ibidem*, p. 148.

²⁸⁶ Pierre Joseph Proudhon nasceu em 1809 e faleceu em 1865. Foi filósofo político e econômico. É considerado um dos percussores do *anarquismo* no século XIX, defendendo o *mutualismo* e influenciando organizações deste tipo, que acabaram contribuindo com a criação da Associação Internacional do Trabalho, nos anos de 1860. Defendeu o *federalismo* como forma de organização econômica e social, além da propriedade coletiva dos trabalhadores. Publicou obras referenciadas por muitos autores *anarquistas*, como: *O que é a Propriedade?*, de 1840, *Sistema das Contradições Econômicas, ou a Filosofia da Miséria*, de 1846, e *Do Princípio Federativo*, de 1863. Cf. Proudhon, Pierre Joseph. *Cronologia da vida e da obra de P. J. Proudhon*. In: Proudhon, Pierre Joseph. **Do Princípio Federativo**. Tradução e apresentação: Francisco Trindade. São Paulo: Imaginário; Nu-Sol; Imaginário, 2001, pp. 21-33.

²⁸⁷ Proudhon, Pierre Joseph. **O que é a propriedade?** [1840]. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

ocupar um único, na medida em que não teria como ser proprietário de vários lugares, mas somente ocupante de um que atendesse à sua necessidade. Deste modo, de acordo com Proudhon:

O teatro, diz Cícero, é de todos; e, no entanto, o lugar que cada um aí ocupa diz-se *seu*: evidentemente quer dizer que é um lugar *possuído*, não um lugar *apropriado*. Esta comparação anula a propriedade. Posso, num teatro, simultaneamente ocupar um lugar na platéia, outro no balcão e outro nos camarotes? Não, a não ser que tenha três corpos [...].²⁸⁸

Acrescento que ao final desta obra, referindo-se ao “fim” da propriedade particular e à performatividade de seu próprio discurso, Proudhon diz:

Acabei a obra a que me tinha proposto; a propriedade está vencida; nunca se reerguerá. Onde este discurso for lido e comunicado será deixado um germe de morte para a propriedade: cedo ou tarde desaparecerão aí o privilégio e a servidão; ao despotismo da vontade sucederá o reino da razão.²⁸⁹

Portanto, suponho que são duas perspectivas diferentes que parecem estar presentes neste programa proposto por Ribeiro Filho, mas, na verdade, pendem para o enunciado de Proudhon e da *posse coletiva* das coisas socialmente produzidas.

Em resumo, conforme a descrição dos ditos apresentados aqui, é possível considerar que emergiram diferentes noções de *indivíduos* no Rio de Janeiro. Estas se referiram ao *indivíduo pré-existente*. Não consideraram que eles foram formados em regimes de verdades que o forjavam como um corpo *assujeitado*, *disciplinado* e atravessado por discursos e poderes que o instituíam como sujeito individualizado, portanto, controlado em suas palavras, ações e gestos. Considerando sua *universalidade* e a *essencialidade*, foi definido como *egoísta*, *altruísta*, *social*... Foram diferentes definições que se referiam a este ser e suas relações com os outros.

Sublinho enunciações de *indivíduos egoístas*, conforme enunciado no periódico *Kultur*, fundamentado em Max Stirner, um dos autores que se posicionaram quanto ao tema e que foi referenciado neste periódico. Este *indivíduo* além de não aceitar quaisquer *poderes* exteriores a ele, também resistiria, *profanaria*, *dessacralizaria* todas as tentativas de submetê-

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 46.

²⁸⁹ *Ibidem*, pp. 245-246.

lo, pois, nesta concepção, seria a “medida de todas as coisas”.²⁹⁰ Este *indivíduo* era radicalmente egoísta, defendendo sua livre expansão, e só poderia se associar a partir do seu egoísmo, seria a livre associação dos egoístas, onde o *indivíduo* fosse uma “potência autônoma”.²⁹¹

Outro tipo de noção que emergiu foi a do *indivíduo* através do qual se realizaria a “revolução social”, pois esta era feita dentro dele, que seria o *verdadeiro vetor* das mudanças. Era ele que reuniria condições revolucionárias ao não se submeter e resistir aos *poderes* “exteriores”, poderes estes que o marcavam e só ele poderia senti-lo e afrontá-lo. Entretanto, conforme ponderei, isto não se dava de maneira “livre”, pois era orientado a se insurgir anarquicamente.

O *indivíduo* também era definido como um *altruísta*, se contrapondo ao egoísta, desenvolvendo ações filantrópicas, cooperando e colaborando com outrem. Agiria por *prazer*, mas um *prazer* que se realizaria nos outros. Esta teria sido uma enunciação que buscava conciliar os interesses do *indivíduo* com os interesses sociais. Era a determinação de um *altruísmo* que possibilitasse a “felicidade de todos”.²⁹²

Comparando essas enunciações, foi possível compreender aproximações e distanciamentos, descrever controvérsias e afrontamentos. Deste modo, diante de diferentes posicionamentos publicados nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro, parece ser possível considerar que todas elas criaram *novas* formas de enunciações acerca do termo *indivíduo*, mas também foram de significativa importância para a conformação do *anarquismo* na cidade.

2.3. Formações de noções de *sociedade*

O tema *sociedade* surgiu em periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro e foi marcado por enunciações de “transformações” das chamadas “*sociedades* vigentes”,²⁹³ que deveriam ser “reorganizadas”, e constituições de “*sociedades* futuras”, que deveriam produzir o *máximo* de “bem-estar” para seus componentes.

Nestas proposições foram afrontados questões e enunciados como o “monopólio”, a “exploração social”, a “desigualdade” e os “governos”. Também foram destacados e

²⁹⁰ Carvalho, Elísio. O movimento *anarquista* no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº 1, março de 1904, p. 2.

²⁹¹ Carvalho, Elísio de. Combates pelo *indivíduo*. *Op. cit.*, nº 1, março de 1904, p. 32.

²⁹² Pierrot, Marc. Sobre o individualismo. A moral do prazer. *A Vida: Revista mensal anarquista*. Rio de Janeiro, 30/04/1915, p. 83.

²⁹³ O termo “*sociedades* vigentes” se refere a *sociedades contemporâneas* aos textos, que também foi recorrentemente chamada de “burguesa”.

afrontados os *prazeres* do “estômago” e do “sexo”, assim como as formas de organizações das produções sociais através do capitalismo, da hereditariedade e da propriedade particular.

Em muitas enunciações é possível perceber que as “*sociedades* vigentes” eram divididas recorrentemente como a dos “exploradores” e a dos “explorados”, assim como a dos “dominadores” e a dos “dominados”. Era contra estas formas de *sociedades* que, de acordo com os textos, os *anarquistas* se voltavam e se posicionavam propondo novas organizações sociais.

Em 1898, no periódico *O Despertar: periódico comunista-livre* o tema *sociedade* foi discutido no texto intitulado *Nosso ideal*,²⁹⁴ escrito pelo editor, José Sarmiento,²⁹⁵ no qual justifica a criação do periódico. Neste texto o autor procura definir os objetivos do periódico; aborda o tema da “desigualdade”, as formas de governo, o não-governo, a *anarquia* como um *fim* a ser alcançado, junto da “*liberdade*”, da “solidariedade” e do “amor”, a conquista da terra, das minas, das vias de comunicação e dos transportes, assim como todas as “riquezas”.

Sarmiento diz que a *sociedade* é baseada na “exploração do homem”, na “injustiça” e na “miséria”, promovendo a *desigualdade social*: “*A sociedade que conhecemos* está baseada no monopólio, na exploração do homem, cheia de injustiça e miséria. A desigualdade é a causa de todas as desgraças que sofre a humanidade”.²⁹⁶

Afrontava, deste modo, a “desigualdade”, que deveria dar lugar à “igualdade” entre os homens, uma das premissas dos discursos *anarquistas*. Esta *igualdade* resultaria da expropriação da propriedade particular, em princípio, mas também da insubordinação contra qualquer exercício de poder que se colocasse sobre os homens e que os fizessem desiguais. Portanto, a desigualdade era um dos principais enfrentamentos, pois seria “a causa de todas as desgraças” humanas. Deste modo, a afronta se dirigiria aos seus *causadores*: os proprietários particulares e os governantes, que exerciam poderes políticos sobre a *sociedade* e os “homens”. Eram estes que deveriam ser combatidos e eliminados. O governo, por sua vez, seria comparado à tirania; não existiria governo que fosse “bom” para a *sociedade*, pois este garantiria a “desigualdade”. Sarmiento acrescenta:

²⁹⁴ Sarmiento, José. *Nosso ideal*. *O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/08/1898, p. 1.

²⁹⁵ José Sarmiento nasceu na Espanha e imigrou para o Brasil em 1890. Participou do *I Congresso Socialista Brasileiro* [1892], da fundação da União dos Chapeleiros e foi um dos delegados da Federação Operária de São Paulo no *I Congresso Operário Brasileiro* [1906]. Sarmiento colaborou em periódicos *anarquistas*, como: *O Protesto*, *O Baluarte* e *O Chapeleiro*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

²⁹⁶ Sarmiento, *op. cit.*, p. 1. Grifos meus.

uma classe sem nada produzir dispõe de tudo; outra que carece de tudo, sendo ela produtora. [...] Conhecemos todas as formas de governo; existem riquezas amontoadas de um lado e a miséria de outro; em todos os povos existem as lutas e a tirania; isto demonstra que não exista nenhum governo que seja bom.²⁹⁷

Também em *O Despertar*, no texto intitulado *Por que somos anarquistas*,²⁹⁸ escrito por um escritor que assina somente Heriberto, outra enunciação de *sociedade* emergiu afrontando o que chamava de “*sociedade* atual”, baseada nos *prazeres* do “estômago” e do “sexo”, passando, parece-me, pelo “luxo”, “ganância”, “exploração” e “desigualdade social” crescentes e constantes. “Na *sociedade* atual tudo se reduz a necessidade do estômago e do sexo e o modo de que esta necessidade não se satisfaça bastante [...]”.²⁹⁹

Contudo, Heriberto, que se diz *anarquista* e “malfeitor”, conforme poderiam denominar seus detratores, não iria “prostituir-se”, não se conformaria com ações sociais de explorações sexuais das *mulheres* – discutindo a “condição feminina” –, nas limitações de suas capacidades, nas quais elas eram relegadas a serem “companheiras” dos *homens*, “uma coisa feita para o homem”.³⁰⁰ Elas deveriam desenvolver-se livremente. Sublinho que esta era uma das premissas *anarquistas*, a “*liberdade*”, que se generalizava, aqui neste texto, para a *mulher*, vista como um ente livre. Diz ele:

Porém, nós os *anarquistas*, os malfeitores, preferimos morrer de fome e não fazer filhos, antes que prostituir nossa alma; nós não nos conformamos em ter mulheres as quais não nos vincula mais interesses que o sexo; nós vemos na mulher não uma coisa feita para o homem, senão um ser humano que deveria desenvolver-se livre e ao qual deveríamos estar unidos constantemente por um franco companheirismo.³⁰¹

O próprio Heriberto diz, neste mesmo texto, que a “*liberdade*” seria “a condição maior de progresso da vida e da saúde, porque a *liberdade* consiste em que a natureza trabalha para a felicidade de cada *indivíduo*”,³⁰² levando-me a considerar que para ele esta era algo que emanava da “natureza”. Se assim for, todas as ações que visassem restringi-la e limitá-la, além de não ser *natural*, seria contra o “progresso e saúde”.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ Heriberto. *Porque somos anarquistas. O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/11/1898, p. 1.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ *Ibidem*.

³⁰² *Ibidem*.

Observo que outra defesa das “liberdades” e das ações das mulheres foi enunciada em série de artigos de José Oiticica,³⁰³ publicados no periódico *A Vida: Publicação mensal anarquista*, sob o título *O desperdício da energia feminina*.³⁰⁴ Ponderava Oiticica:

Que resta fazer a mulher? Entrar no movimento. O primeiro passo nesse rumo é abandonar a Igreja, libertar a razão, começar a emancipação intelectual. Conseguido isso o espírito está aberto a compreender o problema social que não é só o problema econômico, e a mulher será, desde logo, um elemento formidável de luta para a consecução dessa humanidade futura, consecução que é o sonho mais fecundo, a mais bela utopia, a concepção mais alentadora que já se formulou no mundo: a *ANARQUIA*.³⁰⁵

Retomando a discussão de Heriberto, ele disse que deveria haver “comunidade de interesses entre homens e mulheres” e que esta deveria ser totalmente *emancipada*. Esta enunciação remetia a um tipo de “comunidade” que garantiria a “harmonia” de interesses entre sexos diferentes, na qual a *mulher* se equipararia ao *homem*, uma vez livre do “regime autoritário comercial” que, presumo, ela estivesse sujeita em relações de trabalho. Seria, então, a ruptura com as *explorações* dos trabalhadores do comércio, que deveria ter significativa presença feminina.

Queremos que haja comunidade de interesses e aspirações entre mulheres e homens; nos indigna a escravidão da mulher e não queremos vê-la ao nosso lado em qualidade de serva, e nem com a alma de tal. Total, queremos a emancipação total da mulher e como isto não é possível em quanto ela estiver também sujeita ao atual regime autoritário comercial, por isto somos *anarquistas*.³⁰⁶

O tema *sociedade* também surgiu no periódico *O Libertário* em um texto intitulado *O Libertário*,³⁰⁷ provavelmente assinado pelo editor, Carlos Dias.³⁰⁸

A *sociedade* vigente, camaradas, está dividida em duas partes perfeitamente distintas e características: uma de exploradores insaciáveis, outra de explorados inconscientes. Nós, os *anarquistas*, confiantes numa *nova ordem* de coisas, [...], não podemos compactuar com os crimes do presente e nem se acomodar com um regimem que, sem uma reação enérgica, nos fará retrogradar até os domínios da animalidade do qual nos libertamos através de *repetidos*

³⁰³ José Oiticica, jornalista e professor do Colégio Pedro II, foi referenciado anteriormente na nota 109.

³⁰⁴ Oiticica, José. O desperdício da energia feminina. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914, pp. 5-8; nº2, 31/12/1914, pp. 6-8; nº3, 31/01/1915, pp. 4-5; nº4, 28/02/1915, pp. 33-35; nº5, 31/03/1915, pp. 73-75.

³⁰⁵ Oiticica, *ibidem*, nº5, p. 75.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ Dias, Carlos. O libertário. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904, p. 1.

³⁰⁸ Carlos Dias, operário gráfico, foi referenciado anteriormente na nota 84.

combates e de inauditos sacrifícios. Eis razão por que nos insurgimos.³⁰⁹

No periódico *Liberdade!* uma noção de *sociedade* aparece no texto intitulado *Anarquismo e sindicalismo*,³¹⁰ escrito por Errico Malatesta, no qual considera que os *anarquistas* devem assumir uma posição frente ao “movimento sindical”. Malatesta diz que é preciso a cooperação consciente e voluntária “daqueles que, sofrendo maiormente na atual “organização social”, tem o mais grande interesse na revolução”.³¹¹ A simples propaganda e a formação de grupos não seriam suficientes para ações revolucionárias, pois seria necessário “converter” os trabalhadores e suas associações aos discursos *anarquistas*. Essa era a tônica do texto.

A *sociedade* é tomada como coletividade a ser *transformada*, a partir da “massa dos trabalhadores”.³¹² Para essa *transformação* os *anarquistas* deveriam se unir a tal “massa”, despertando nela o “espírito da revolta”, conduzindo-a, rumo à “emancipação”. Mas, qual emancipação? A emancipação anárquica? Esta discussão estava inserida em uma relação entre *anarquismo* e *sindicalismo*, que eram de ordens diferentes, mas o que se buscava era “subordinar”, a partir da “conversão”, o segundo ao primeiro, instituindo uma “ordem” social *anarquista*, advinda de uma “evolução”, que, parece-me, culminaria na *anarquia*.

É preciso uma evolução que não se opere unicamente após a propaganda, porque as lições que derivam dos fatos da vida diária são muito mais eficazes que todos os discursos teóricos, devemos absolutamente tomar parte ativa na vida das massas e empregar todos os meios que as circunstâncias nos permitam, para despertar gradualmente o espírito da revolta e mostrar à massa, com o apoio desses fatos, o caminho que conduz à emancipação.³¹³

Portanto, a *sociedade* a ser instituída era a *anarquista*, a partir de pressupostos como *liberdade* e *igualdade* e valores como *bondade*, *amor* e *harmonia*. Tratava-se da “conversão” da vida das “massas” a novo tipo de ordem, de existências e de exercícios de poder, muito mais do que o afrontamento às “*sociedades* vigentes”.

Em outra enunciação, que foi publicada no periódico *A Guerra Social: Periódico Anarquista*, escrita por Pietro Gori,³¹⁴ no texto intitulado *O nosso ideal*,³¹⁵ seria defendida a

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ Malatesta, Errico. *Anarquismo e sindicalismo. Liberdade!* Rio de Janeiro, nº2, 08/09/1909, pp. 2-3.

³¹¹ Malatesta, *op. cit.*, p. 2.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ Pietro Gori foi referenciado anteriormente na nota 204.

³¹⁵ Gori, Pedro [Pietro]. O nosso ideal. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911, p. 1.

“*sociedade* futura”, bem organizada, e afrontada a *propriedade individual*, que seria a “funesta geradora de todos os crimes [...]. É a causa de misérias moraes e materiais”.³¹⁶ Neste caso, Gori ressalta que quando esta for *comum* seria *transformada* em “base econômica da solidariedade universal”.³¹⁷ Diz que cairiam “todos os privilégios de classe e de casta e as classes fundir-se-ão em uma só família de iguais”.³¹⁸ Além disso, afirma que o trabalho seria dividido segundo aptidões e que a educação tornaria os homens “bons”. A *anarquia* “estenderá as suas puras e cândidas azas sobre a realidade do amor e aos direitos humanos triunfantes [...]”.³¹⁹

Ele diz que os *anarquistas* atacavam a “*autoridade*” e o *Estado* para que os *indivíduos* pudessem “se governar”. Na *sociedade*, então, a vida do *indivíduo* se desenvolveria “espontaneamente” e sem coações exteriores, por “harmonia de interesses”, livremente e em *cooperação*. Sublinho que esta “livre” e “espontânea” *associação* seria em uma “*sociedade* bem organizada”, afrontando-se, assim, as “mal organizadas”, provavelmente as “vigentes” naquela época, conforme foi falado em outros discursos que enunciavam as degenerações *contemporâneas* e *burguesas*, baseadas na “exploração”, na “*autoridade*” e na “desigualdade”, como “males” de todos os *homens*.

Era por dentro desta “*sociedade* vigente”, que também atravessava as ações e as vidas dos seus componentes, que estava se colocando um tipo de ação política que dela procurava se desvencilhar e destruir para instituir outra ordem social, a *ordem anárquica*. Apelava-se, então à afirmação da “espontaneidade”, da “harmonia” de interesses e atos “livres” para conformar um tipo de *sociedade* “bem organizada”.

Numa *sociedade* bem organizada toda a vida do indivíduo, nas suas relações com ela, se desenvolverá espontaneamente, sem coações exteriores, pela mesma harmonia de interesses, como uma família afeta e sob a base de atos livres sugeridos pelo verdadeiro sentido humano: um por todos e todos por um.³²⁰

Também em *A Guerra Social: Periódico anarquista* a *sociedade* é composta por “explorados” e “exploradores”, conforme discursos presentes nos periódicos *anarquistas* *O Despertar* e *O Libertário*, descritos anteriormente. Esta enunciação fez parte de um texto intitulado *Nosso Ideal. Razões e escopo do socialismo anarquista*,³²¹ assinado pelo grupo

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ Guerra Social [A]. O nosso ideal. Razões e escopo do socialismo anarquista. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº3, 02/08/1911.

editor do periódico, autodenominado Grupo A Guerra Social. Neste texto foi defendido que os trabalhadores são “explorados” pelos “capitalistas” e que todas as suas misérias são produtos das formas de produção. Estas cada vez mais submeteriam os *homens* às condições de *pobreza*, *homens* estes que “realmente” produzem as *riquezas sociais*, mas que não poderiam usufruir dos seus produtos por conta das formas de acumulação de capitais vigentes naquelas *sociedades* do início da década de 1910. Ataca-se também o *Estado*, pois este representaria uma forma de organização política que contribuiria com a manutenção dessas condições. Portanto, para que houvesse *mudanças sociais* significativas, era necessário acabar com este e suas instituições, abolindo também a propriedade particular, o governo, as leis.³²²

Neste texto, a *sociedade* “vigente” seria dividida entre os “poucos que possuem hereditariamente a terra e toda a riqueza social” e a “grande massa” que não tinha a propriedade dos instrumentos de trabalho e da terra.³²³ Deste modo, os “explorados” seriam obrigados a produzir e não usufruíam dos produtos de seus esforços e não teriam condições de adquiri-los, “deixando-se” roubar e oprimir pelos “proprietários”. Isso revelaria um nível de “inconsciência” referente às relações sociais que atravessavam estes “explorados” e suas formas de viver e se relacionar com o próprio trabalho. Essa era a *sociedade* “atual”, na qual o “explorado” se submetia ao “explorador”.

A *sociedade* actual está dividida em duas classes principais: a dos poucos que possuem hereditariamente a terra e toda a riqueza social, e a grande massa, privada dos instrumentos de trabalho e da terra, e obrigada por esse motivo a deixar-se roubar e oprimir pelos proprietários. Os explorados são forçados a abandonar a maior parte do produto do seu trabalho e vêem muito reduzida a sua *possibilidade de adquirir*, bem inferior às suas necessidades reais. E como a produção é regulada pelo capitalista, que só quer vender e lucrar e não satisfazer as necessidades de todos, só se produz em quanto há lucro, em quanto o mercado pode comprar, embora os consumidores precisem de muito mais. O proprietário tem interesse em rarear ou açambarcar o produto para o encarecer.³²⁴

Os principais e mais recorrentes afrontamentos deste trecho se dirigiam ao “capitalismo”, à “hereditariedade” e à “propriedade”. Conforme disse, entre os combates *anarquistas* estava à “supressão” dos capitalistas, tomados como os “exploradores”, que só queriam “vender e lucrar e não satisfazer as necessidades de todos”. Os capitalistas, então, poderiam ser tomados como “anti-sociais”, pois não prezavam pelas necessidades de todos. Eles eram os “proprietários” e exerciam o poder de ordenar a *sociedade* e submeter os “não

³²² *Ibidem*.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Ibidem*, p. 4.

proprietários”. Além disso, a “hereditariedade” também seria combatida, pois os herdeiros continuariam tanto com a “exploração” quanto com a “propriedade particular”, ao passo que esta deveria ser coletiva.

Esses elementos, observo, estavam presentes em discursos de Piotr Kropotkin, que defendia uma “*sociedade comunista*”, organizada em “comunas”, na qual a divisão das riquezas sociais se faria para atender as necessidades e não a acumulação. Lembro que a lógica do pensamento de Kropotkin, então, assentava-se no *consumo* e nas *necessidades* e não na produção.³²⁵ Era isso que garantiria o “progresso humano”, ao contrário da acumulação de capitais e do lucro. Este era um tipo de análise que levou Fábio Luz, em *A Vida*, a denominar a “fórmula de Kropotkin”, que, na verdade, condensava pensamentos de outros autores basilares do século XIX entre os *anarquistas*, e formulava a hipótese do “bem-estar para todos”. Diz Fábio Luz:

O bem-estar universal, de Godwin; a justiça, de Proudhon; o progresso, no sentido da perfeição tão completa quanto possível, de Bakunine; a *liberdade* igual, de Tucker e o amor, de Tolstoi, estão compendiados na fórmula sociológica de Kropotkine – a da evolução da humanidade ou o progresso, no sentido de uma existência menos feliz para outra de maior felicidade possível (postulado da justiça e da energia) é a lei suprema da humanidade.³²⁶

Não vou me deter em analisar essa “lei” proposta por Luz, mas sublinho que a proposição de *evolução* e *progresso* de Kropotkin, se aproximava de vários outros enunciados anteriores a ele, conforme destacou o autor, que fizeram parte das premissas e dos valores subjacentes dos discursos *anarquistas*.

Por outro lado, o tema *sociedade* surgiu em um texto publicado no periódico *A Vida: Publicação mensal anarquista*, intitulado *Guerra aos senhores*,³²⁷ escrito por Orlando Corrêa Lopes,³²⁸ que defendia que desde a segunda metade do século XIX, a “chamada ordem social baseada no atual regime econômico, origem e sustentáculo da organização política constituída por essa formidável engrenagem a que se denominou *Estado* moderno”.³²⁹ Lopes analisou a divisão social “entre pobres e ricos” e as lutas pelo poder político e econômico, além de afrontar a propriedade particular e o *Estado*. Defende *mudanças sociais* que

³²⁵ Kropotkin, Piotr. *O comunismo anarquista*. In: Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953.

³²⁶ Luz, Fábio. A lei suprema. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 31/11/1914, p. 2.

³²⁷ Lopes, Orlando Corrêa. Guerra aos senhores. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914.

³²⁸ Orlando Corrêa Lopes dirigiu os periódicos *anarquistas A Vida: Revista mensal anarquista* e *Na Barricada: Periódico anarquista*.

³²⁹ *Ibidem*, p. 3.

combatam “todas as leis, todos os governos, afirm de que o povo se governe por si, sem tutores, sem senhores, sem protetores”.³³⁰

Quanto à *sociedade*, ele se aproximou de enunciados anteriores que a concebia como dividida entre “exploradores” e “explorados”, só que usando termos como “ricos” e “pobres”. Estas procurariam, através de tal divisão, uma melhor organização política, adotando “leis liberais”. Era uma espécie de “reforma” que não harmonizaria as relações sociais, pois se lutava pelo poder de ordenar a *sociedade*, naturalizava-se este tipo de divisão que tomava por base a propriedade privada e mantinha o regime econômico fundamentado no *lucro* e na acumulação de capital.

[...] Na divisão entre pobres e ricos, considerada como natural e necessária para o equilíbrio social, a sociedade mais avançada do mundo ocidental procura um Estado mais feliz nas concepções várias de uma organização política, menos opressiva, sem sair do círculo vicioso em que se encerrou, isto é, busca adotar leis liberais e ao mesmo tempo homens bons que as executem, sem jamais conseguir a reunião harmônica desses dois elementos. Daí a agitação estéril da burguesia e as lutas políticas absorvendo os melhores espíritos e a se degladiarem pelo *poder*, com o qual prometem todas as prosperidades e todas as felicidades. Na divisão da *sociedade* entre ricos e pobres, porém, ninguém toca, nem quer tocar; é uma lei natural, consequência da luta pela vida. Politicamente todas as reformas são possíveis e desejáveis, contanto que não se toque na propriedade privada, contanto que não se modifique o regime econômico. [...]³³¹

Lopes afrontava a “sociedade liberal” que considerava “natural” a *divisão* entre ricos e pobres, entre os “proprietários” e os “não proprietários”, pois o que a fundamentava era a “propriedade particular”, juridicamente garantida por leis e pelo *Estado*.

De outro modo, no periódico *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* a noção de *sociedade* surgiu no texto intitulado *O que é anarquia?*,³³² assinado pela Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, grupo formado em janeiro de 1918.³³³

Neste texto, a *sociedade* é dividida entre “exploradores” e “explorados”, de modo parecido com enunciações de *O Despertar*, *O Libertário*, *A Guerra Social* e *A Vida*, que descrevi anteriormente. Nesta não haveria acordo entre estas partes, pois seus interesses eram diferentes, divergentes e conflitantes.

³³⁰ *Ibidem*, pp. 3-4.

³³¹ *Ibidem*, pp. 3-4.

³³² Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. *O que é anarquia?* *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº2, março de 1918.

³³³ Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº1, fevereiro de 1918, p. 1.

Na *sociedade*, portanto, não há *acordo* entre os homens, porque os exploradores nunca podem se por de *acordo* como os explorados. Por isso os explorados: escravos, servos, criados, operários, se revoltam contra eles. Daí as greves, as revoltas, as revoluções.³³⁴

O texto chama atenção para a manutenção da “escravização” dos trabalhadores:

Para manter essa escravização dos trabalhadores os homens do governo gastam somas fabulosas para sustentar soldados, juízes, funcionários públicos etc. Essas somas poderiam, bem aplicadas, minorar a miséria dos trabalhadores.³³⁵

Feito este diagnóstico, enunciava que a nova *sociedade* seria composta sem “homens do governo” e sem “exploradores”, que seriam termos equivalentes. Assim, era inventado um novo tipo de “explorador”, diferentemente de outras enunciações que o nomeava como “patrão”, “burguês” e outros. O “explorador” era o “homem do governo”. Portanto, acabar com o “explorador” seria acabar com o *Estado* e instituir outro tipo de *sociedade* que se governasse sem instituições estatais: a *sociedade* anárquica, sem “burocracia”, sem vigilâncias, sem coerções. Esta seria a *sociedade ideal*.

A *anarquia* é a constituição de uma *sociedade* sem os homens do governo, isto é, sem os exploradores. É uma *sociedade* em que há direção, ordem, acordo, mas sem polícias, nem exércitos, nem ministros.

Será isso possível? Sim, desde que suprimamos a causa única de todas as desavenças sociais, de todos os crimes e vícios.³³⁶

Portanto, além de afrontar a “*sociedade* vigente”, marcada por desacordos e vigilância, afrontava-se a “dominação” através de instituições presentes nas estruturas do *Estado*. O que sublinho deste dito é justamente essa *microfísica do poder*,³³⁷ pois não era mais o *Estado* como um tipo de instituição política que era atacado, mas as que o conformavam. Eram essas que deveriam ser afrontadas e derrotadas para a instituição de uma nova *sociedade*. Essa era uma significativa diferença referente a outros textos que enfrentaram a temática da relação *sociedade* e *Estado*, pois atacaria as suas próprias *bases* de sustentação, ou seja, os tais “homens do governo”, “juízes”, “soldados” que eram os que colocavam estes discursos e esses *poderes* em ação e acabavam corroborando um tipo de prática que produzia “exploradores” e ‘explorados”.

³³⁴ *Ibidem*, p. 4.

³³⁵ *Ibidem*, p. 4.

³³⁶ *Ibidem*, p. 4.

³³⁷ Termo tomado do título do livro de Michel Foucault, *Microfísica do Poder*. Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. 19ed. São Paulo: Graal, 2004.

Em *Spártacus* o tema *sociedade* aparece no texto intitulado *Princípios e fins*,³³⁸ escrito por José Oiticica. O periódico foi constituído a partir de deliberações do *Congresso Comunista* realizado em julho de 1919: “Essas proposições foram discutidas na primeira sessão, ficando resolvido que uma comissão estudaria a redação final de algumas das poucas não aceitas definitivamente”.³³⁹ Oiticica diz que por conta de repressão da polícia, não foi possível publicar tal redação até o momento, “dahi não haver aprovado a súmula comunista por mim proposta”.³⁴⁰ Deste modo, Oiticica apresenta o texto, ressaltando que é “um resumo claro, metódico, em fórmulas sucintas, facilmente mostrará o que pensamos e queremos e, estou certo, levará muitos a lerem nossos livros”.³⁴¹

Oiticica considera que o objetivo da associação entre os homens seria a própria “existência”. Este aspecto poderia indicar a “associação” entre *indivíduos*, mas não é exatamente disso que Oiticica trata. Ele se refere à garantia tanto da existência quanto da “reprodução”, possibilitada pela associação que, assim, garantiria também o “máximo de felicidade” e a melhora da “espécie” humana, pois a felicidade de um dependeria da felicidade de todos. Portanto uma “universalidade” que afrontava possibilidades de existências, reproduções e felicidades individuais. A questão era atingir o “máximo de felicidade coletiva” para que os homens, individualmente, pudessem ser felizes.

- I. Os homens se associam para garantir sua existência e reprodução, obter o máximo de felicidade, melhorar a espécie, física, mental e moralmente.
- II. O máximo de felicidade de um depende do máximo de felicidade de todos.
- III. Não correspondendo o regime social vigente a tais fins, achamos indispensável uma reorganização completa da *sociedade*.
- IV. Só pela ciência se pode reorganizar a *sociedade* e manter-se em proveito.
- V. *Sociedade* é a união instintiva dos homens para o aproveitamento máximo das energias cósmicas e desenvolvimento máximo das energias humanas, com o mínimo de desperdício total.³⁴²

Sublinho deste dito de Oiticica duas questões: a primeira se refere ao afrontamento à “*sociedade* vigente” que não corresponderia aos fins de “associação” dos homens, não visaria à “felicidade” de todos, não procuraria garanti-la, nem melhorar a “espécie” humana “física, mental e moralmente”. Diante disso, a *sociedade* deveria ser reorganizada em bases que permitissem que os homens fossem felizes e que se desenvolvessem.

³³⁸ Oiticica, José. *Princípios e fins*. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº3, 16/08/1919, p.1.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² *Ibidem*.

A segunda se refere à “união instintiva” dos *homens*, na qual estes poderiam estar predispostos a se associarem. Era de sua “natureza”, pois o *homem* seria um *ser* sociável. Lembro que esta noção já havia sido defendida no periódico *Kultur*, no momento em que Elísio de Carvalho, defendendo enunciados de Max Stirner, marca as possibilidades de associação entre os *indivíduos*, a partir de seus interesses mais intestinais.³⁴³ Este tipo de discurso procuraria individualizar os homens, mas acabaram procurando suas essências, universalizando-os e homogeneizando-os. Portanto o *indivíduo* de Oiticica, chamado de “homem”, além de ser *universal* estaria fixado como “sociável”, pois seria de sua “natureza” e “instinto” se associar para “garantir sua existência e reprodução”. Neste caso, a própria *sociedade* seria a “união instintiva dos homens”.

Nesta direção, suponho, os homens estariam “condicionados” e “condenados” a serem “felizes”, “melhores”, “organizados” em um tipo de *vida social* que aproveitaria o “máximo de suas energias” e de seus desenvolvimentos.

Observo que nas descrições sobre a *sociedade* aqui apresentadas percebi duas linhas em comum: uma da *sociedade* “vigente” e outra que chamo de “*sociedade* futura”, a ser *construída*. De um modo ou de outro, afrontando a primeira, fica patente que era por dentro dela que se poderia instituir qualquer espécie de *sociedade*, porque era nela que os *indivíduos* estavam vivendo e somente por dentro dela é que se poderia praticar qualquer tipo de ação que propusesse mudança social.

Por outro lado, as proposições de “novas *sociedades*” levavam em conta premissas e valores como *liberdade*, *harmonia*, *amor*, *igualdade* e *felicidade*. Deste modo, emergiram procedimentos “ideais” para instituí-las: os procedimentos *anarquistas*. Estes, por sua vez, instituiriam *sociedades* livres de “coações” e “submissões”, “autônomas”. Uma *sociedade anárquica*.

2.4. Formações de noções de *sindicatos* e *sindicalismos*

Emergiram em periódicos do Rio de Janeiro discursos sobre instituições e ações políticas e sociais *anarquistas* através de *sindicatos*, que não são tomados como dados. Nesta direção, procuro descrever diferentes noções que foram elaboradas.

³⁴³ Carvalho, Elísio de. Combates pelo *indivíduo*. *Kultur: Revista internacional de estudos filosóficos e questões sociais*. Rio de Janeiro, nº4, setembro de 1904, p. 32.

Uma definição de *sindicato* foi publicada no periódico *O Jerminal: Quinzenário comunista*, no texto intitulado *Sindicalismo Revolucionário. O sindicato*,³⁴⁴ escrito por Neno Vasco.³⁴⁵

Para ele os *sindicatos* seriam associações de operários que lutariam em defesa dos próprios trabalhadores e que teriam denominações diferentes, como “*sindicatos*”, “*ligas*”, “*uniões*”, “*associações*” e outros.

Os *sindicatos* ou *sociedades de resistência* são associações operárias destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas. Recebem diversos nomes segundo os países: *sindicatos*, *ligas de resistências*, *uniões de ofícios*, *associações de classe*, *trade-unions* etc.³⁴⁶

Além disso, enunciava um “sistema” que estes poderiam formar, empregando o que chamava de “métodos”, portanto, regras e ordenamentos, para que não se agisse de qualquer maneira, pois *métodos* diferentes poderiam levar a resultados diferentes. Era uma forma de ordenar *práticas sindicais* e enunciar o *sindicalismo*. Assim, Vasco diz:

Corporativismo (ou unionismo, ou *sindicalismo*) é o conjunto de idéias e de sistemas sobre a organização operária, a sua ação e os seus métodos.

Estas disposições empregam-se por vezes em sentidos um tanto distintos em virtude da diferença de métodos e tendências de diversas organizações.³⁴⁷

Estes ditos de Vasco me permitem considerar diferenças entre vários possíveis sentidos dados aos termos *sindicatos* e *sindicalismo*, que muitas vezes poderiam parecer remeter a ações *anarquistas* e chegarem a equiparar *anarquismo* a *sindicalismo* que, na verdade, não eram sinônimos, mas formações diferentes. As distinções que ele fez são, portanto, significativas para que se especificassem as práticas sindicais e suas *ordens*. Parece ser possível dizer, então, que as preocupações não estariam, necessariamente, nas definições de *sindicalismo*, mas como se poderiam desenvolver *ações libertárias* nestes lugares de organizações dos trabalhadores e como eles poderiam ser “convertidos” ao *anarquismo*.

Em todo caso, é possível considerar que a “conversão” requereria “intervenção” em associações de trabalhadores, que poderia ser um dos problemas assinalados por Vasco,³⁴⁸ na medida em que entraria em conflito com premissas *anarquistas* como a *liberdade* e a

³⁴⁴ Vasco, Neno. *Sindicalismo revolucionário. O sindicato. O Jerminal: Quinzenário comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 15/05/1919, p. 3.

³⁴⁵ Neno Vasco [1878-1920] foi referenciado anteriormente na nota 223.

³⁴⁶ Vasco, *op. cit.*, p. 3.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ Vasco, *op. cit.*, 1919.

autonomia, e desconsideraria que os *sindicatos* seriam *formações* voltadas aos “interesses dos trabalhadores”, mas não necessariamente dos “revolucionários”. Deste modo, utilizar os *sindicatos* como instituições de lutas “revolucionárias”, seria, no mínimo, *intervir* nos propósitos e sentidos de “defesa dos trabalhadores” conforme estes mesmos poderiam enunciar. Assim, fazia-se necessária certa “conversão” destes tipos de instituições e de seus sujeitos rumo à *emancipação libertária*.³⁴⁹

A noção de “conversão”, deste modo, seria uma forma de *inserir* nos *sindicatos* e nos trabalhadores ordenamentos *anarquistas*, ou seja, seria “anarquizá-los”, no sentido de torná-los *anarquistas*. Este expediente, principalmente com o apelo à palavra “conversão”, seria um tanto *arbitrário*, na medida em que, conforme disse, estes tipos de discursos e agrupamentos seriam de ordens diferentes.

Lembro aqui um texto intitulado *O método anarquista*,³⁵⁰ escrito por Manuel Moscoso,³⁵¹ publicado no periódico *Liberdade!*, que se referia a agrupamentos por “livres iniciativas” e por “espontaneidade”, de acordo com as vontades de seus associados.³⁵²

[...] Não é suficiente convocar reunião e constituir grupo. As agrupações por afinidade só podem surgir por ação. Um *indivíduo*, por exemplo, ou mais, que tenham afinidades entre si julgam de utilidade para a causa que defendem realizar uma iniciativa. As pessoas que simpatizam com essa obra, auxiliam-na no princípio, aproximam-se depois dos seus iniciadores, conhecem-no de perto e muitos acabam por tomar parte ativa nela. Forma-se assim a verdadeira organização por afinidade, espontânea e livre de compromissos impostos, e a que mais de acordo está com os princípios *anarquistas*.³⁵³

A partir deste dito, sublinho que a “conversão” configuraria uma *arbitrariedade* e contrariava premissas basilares em discursos *anarquistas*, como a *autonomia*, a *livre iniciativa* e a luta contra a “*autoridade*”, por exemplo, instituindo-a através de uma espécie de “*intervenção*” que ia do *exterior* para o *interior* dos *sindicatos* e de seus *movimentos* políticos e sociais, como uma forma de *dizer* e de *fixar* quais sentidos teriam tais associações e instituições.

Deste modo, inserindo os *sindicatos* em *ordens* de ações e discursos *anarquistas*, continuava o texto de Malatesta:

³⁴⁹ Malatesta, Errico. *Anarquismo e sindicalismo. Liberdade!*. Rio de Janeiro, nº2, 08/09/1909, pp. 2-3.

³⁵⁰ Moscoso, Manuel. O método *anarquista*. *Liberdade!* Rio de Janeiro, nº1, agosto de 1909.

³⁵¹ Manuel Moscoso, espanhol, imigrou para o Brasil na década de 1890. As informações biográficas sobre ele constam na nota 85.

³⁵² Moscoso, *op. cit.*, pp. 1-2.

³⁵³ *Ibidem*, p. 2.

É evidente que um dos melhores meios é o movimento sindical, e cometeríamos grande erro não ocupando-nos dele. Neste movimento encontramos grande número de operários que lutam para melhorar a sua situação.

[...] Nestes operários podemos mais facilmente *despertar* esse sentimento de solidariedade para os seus companheiros explorados e de ódio contra a exploração, que conduziria certamente à luta definitiva pela abolição da dominação do homem pelo homem.

[...] O movimento sindical pode preparar os grupos de operários profissionais que, durante a revolução, poderão empreender a organização da produção e da permuta, independentes e contra todo poder governativo.³⁵⁴

Assinalo o verbo “despertar”, que se refere ao “sentimento de solidariedade”, sentimento este que estaria “latente” nos operários, que “não teriam” noção disso, “necessitando” que os *anarquistas* fizessem tal obra. Esta noção remete-se à questão do “pastoreio” e da “liderança” *anarquista*, conforme já havia apontado no texto de Neno Vasco, intitulado *Individualismo + Comunismo (carta de um classificado)*, publicado em *Kultur*, descrito no capítulo que analisei posicionamentos *anarquistas* frente ao tema *indivíduo*. Nesta parte, lembro, este seria colocado à frente da “massa” pela *anarquia*, à frente do “rebanho”. Dizia ele: “[...] A *anarquia* veio por o *indivíduo* em frente do rebanho. [...] Onde só havia massa [...] *anarquia* veio por o *indivíduo*”.³⁵⁵ Esta noção recorrentemente atravessa os discursos *anarquistas*, principalmente aqueles que propunham “doutrinar” e “ordenar” as mais diversas formas de organizações sociais e políticas.

Conforme disse, não se tratava de qualquer tipo de “*sindicalismo*”, pois outros tipos de ordens “sindicais” acabaram como que “desvirtuando” os “verdadeiros” sentidos dos *sindicatos*, que era “revolução social” e libertária, “seu primitivo fim”, em uma disputa com os que foram chamados de “polítiqueiros”, que, certamente, não eram os *anarquistas*.

Felizmente outros companheiros pensaram que o movimento sindical tinha sempre em si um princípio são e que, em vez de abandoná-lo aos polítiqueiros, valia mais iniciar o trabalho apto a reconduzir estas organizações ao seu primitivo fim para aproveitar todas as vantagens que oferecem à causa *anarquista*.³⁵⁶

Além disso, Malatesta destaca que este *sindicalismo* orientado para a “causa *anarquista*” teria sido denominado “*sindicalismo* revolucionário”, organizando “operários” contra os “patrões”. Entretanto, ele faz uma ressalva significativa: não se deveria imaginar

³⁵⁴ Malatesta, *op. cit.*, 1909.

³⁵⁵ Vasco, Neno. *Individualismo + Comunismo (carta de um classificado)*. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc.* Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1904, p. 19.

³⁵⁶ Malatesta, *op. cit.*, 1909.

que a *anarquia* seria realizada concomitantemente com o desenvolvimento do *sindicalismo*, enfrentando assim, a questão do “*sindicalismo*” como “única” forma de realização de relações sociais que tivessem por fundamentos as ações e práticas *anarquistas*.

E estes companheiros conseguiram criar, especialmente em França, um novo movimento que, sob a denominação de “*sindicalismo revolucionário*”, procura organizar os operários, independentemente de qualquer influência burguesa e política, para conquistar a sua emancipação com a *ação direta* contra os seus patrões.

É evidentemente um grande passo para a frente; mas não devemos exagerar a importância e imaginar, como fazem certos companheiros, que realizaremos a *anarquia* quase naturalmente com o desenvolvimento progressivo do *sindicalismo*.³⁵⁷

Malatesta chamava atenção para a “perpetuação” das instituições, principalmente as sindicais, que deveriam ter caráter provisório, na medida em que um de seus possíveis sentidos seria o de agir “revolucionariamente”, combatendo às “explorações do capitalismo”, e participar de constituições de “*sociedades libertárias*”, sendo que, ora criadas, os *sindicatos*, como organizações de trabalhadores e de lutas, perderiam seus sentidos de existências.

Toda instituição tende a estender as suas funções, a perpetuar e tornar-se um fim em si mesma. Não há de que admirar-se, portanto, se os iniciadores deste movimento, aqueles que maiormente nele participam, habituaram-se a considerar o *sindicalismo* como o equivalente do *anarquismo*, ou pelo menos como o meio supremo apto para substituir por si só todos os outros meios, para realizar a *anarquia*. Mas isto torna mais necessário evitar o perigo de definir bem a nossa posição.³⁵⁸

De outro modo, em *A Guerra Social: Periódico anarquista*, no texto intitulado *Surgindo para o anarquismo*,³⁵⁹ escrito pelos seus editores, que se reuniam no grupo denominado Grupo A Guerra Social e defendiam ações *anarquistas* nos *sindicatos*, pois o periódico teria entre seus objetivos organizar revolucionariamente o “meio operário”, preparando a “greve geral”. Observo que este tipo de greve seria uma das táticas de mobilização e ação preconizada em discursos *anarquistas*, principalmente aqueles que se ligavam às práticas sindicais, além de estarem ligados às enunciações de “revolução social”, que poderiam também estar ligados a pressupostos de Piotr Kropotkin³⁶⁰ e de discursos auto-denominados *comunistas anarquistas*.

Deste modo, diz o texto de *A Guerra Social*:

³⁵⁷ *Ibidem*. Grifos meus.

³⁵⁸ *Ibidem*. Grifos meus.

³⁵⁹ Guerra Social [A]. Surgindo para o anarquismo. *A Guerra Social: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 29/06/1911, p. 1.

³⁶⁰ Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão** [1892]. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953.

No meio operário propagará a *Guerra Social* a organização com caráter revolucionário, onde, não se procurando deter a ação nas conquistas de efêmeros melhoramentos, se prepare o trabalhador para a greve geral revolucionária, um dos elementos da Revolução Social que se apresta a derrubar esta *sociedade* apodrecida.³⁶¹

A atuação *anarquista* no “meio operário” ultrapassaria os objetivos destes “efêmeros melhoramentos”. Este meio deveria ser revolucionário, deveria derrubar a “*sociedade* apodrecida”. Parece-me que estes enunciados se aproximam tanto de Malatesta, no sentido da “conversão” das instituições de trabalhadores, quanto de Kropotkin, no sentido da “revolução social” que instituiria a chamada “*sociedade comunista anarquista*”.

Em outra direção, conforme disse anteriormente, no final da década de 1910 e início da década de 1920, a *emergência* de discursos *bolchevistas* acabaram afrontando as noções de “revolução social”, defendida pelos *comunistas anarquistas*, com as de revolução política e econômica, defendidas pelos *bolchevistas*.

Estes combates acabaram *redefinido* tanto as ações através de uma nova concepção de *Estado*, o “*Estado* proletário” dos *comunistas bolchevistas*, levando-os a afrontarem diretamente os *anarquistas*, que continuavam combatendo todas e quaisquer formas de existências do *Estado* e de *poderes* que se colocassem sobre as *sociedades* e os *indivíduos*.

Este tipo de combate também abrangeu os *sindicatos*, pois passariam por redefinições e disputas de seus novos sentidos, na medida em que seriam instituições a serem disputadas como *vetores* de revoluções políticas e tomada dos poderes das instituições estatais. Entretanto, também seriam os vetores das revoluções sociais que já vinham sendo defendidas pelos *anarquistas* há mais de duas décadas no Rio de Janeiro.

Inclui-se, neste momento, a *emergência* de um tipo de discurso que defenderia o “*sindicalismo* revolucionário”, só que de maneira diferente com que vinha sendo enunciado pelos *anarquistas*, pois se passava a associar este *sindicalismo* às *práticas autoritárias* chamadas de “ditadura do proletariado” dos *comunistas bolchevistas*.

Deste modo, foi publicado um texto intitulado *Nossa bandeira*,³⁶² assinado pelo Grupo Editor Renovação, em *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista*, cujo “redator principal” era Mâncio Teixeira.³⁶³

Os editores defenderam que o periódico era de “um grupo de sonhadores e utopistas,

³⁶¹ Guerra Social [A], *op. cit.*, p. 1.

³⁶² Renovação. *Nossa bandeira. Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920, p. 2.

³⁶³ Mâncio Teixeira foi um redator do periódico *Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista* e do periódico *anarquista Voz do Povo*. Cf. Rodrigues, Edgar. *Os Companheiros*. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.

excêntricos homens nocivos à *sociedade* burguesa, demolidores subversivos da propriedade privada [...]”³⁶⁴ que estava a publicar a *Renovação*, embora afirmassem que se afastavam dos *anarquistas* que se dedicaram a praticar *atentados* políticos: “dentro dos nossos bolsos nem sombra das clássicas bombas de dinamite”.³⁶⁵

O Grupo se dizia adepto do que chamou de “*sindicalismo* revolucionário” e seguiriam a “orientação revolucionária dos *comunistas* russos”,³⁶⁶ que seria a “ditadura do proletariado”, diferentemente de Errico Malatesta, Neno Vasco e de outros *anarquistas*, para a

vitória integral das classes trabalhadoras, manifestamo-nos desde já partidários entusiásticos da ditadura do proletariado. Encaramos a ditadura como uma situação transitória, conseqüente do próprio desenvolvimento da revolução, da sua defesa contra a inevitável reação das classes burguesas expropriadas dos seus privilégios.³⁶⁷

O periódico daria espaço a “todos os verdadeiros revolucionários para a explanação das suas idéias”, mas também aos “simpatizantes reconhecidamente dignos da obra de emancipação do proletariado [...]”³⁶⁸ que “tende a ser conquistada violentamente. Trata-se de uma guerra de classes. [...]”.³⁶⁹ Era um tipo de “*sindicalismo* revolucionário”, associado às premissas da “ditadura do proletariado”, atribuído aos *comunistas* russos, ou *bolchevistas*, contraposto aos “*sindicalismos*” propostos por *anarquistas*, que *Renovação* estava defendendo. Atacava, então, as iniciativas destes últimos junto aos *sindicatos*.

O texto editorial defenderia que *Renovação* e seu grupo editor seriam adeptos deste *sindicalismo*, da *luta direta* dos proletários contra o *Estado burguês* e o *capitalismo*, organizando o *proletariado brasileiro* para a transformação da *sociedade* vigente em uma *sociedade* comunista. Essa era uma das finalidades do grupo: instituir este tipo de *sociedade* através dos *sindicatos* revolucionários que conformariam o campo de batalha dos proletários contra o *capitalismo*, que somente através deste tipo de organização perderia seu *poder*.

Temos um programa a cumprir, uma bandeira a defender. Somos adeptos fervorosos do *sindicalismo* revolucionário, da luta direta e implacável da classe proletária contra a exploração e o poder do *Estado* burguês. Lançaremos daqui, ininterruptamente, o grito de guerra ao capitalismo. Terçaremos armas pela organização do proletariado do Brasil, não somente para as conquistas de salário e reivindicações imediatas, mas no sentido amplo e idealístico de conduzi-lo no caminho da transformação da *sociedade* atual numa

³⁶⁴ *Renovação, op. cit.*

³⁶⁵ *Ibidem.*

³⁶⁶ *Ibidem.*

³⁶⁷ *Ibidem.*

³⁶⁸ *Ibidem.*

³⁶⁹ *Ibidem.*

sociedade comunista.

O *sindicalismo* revolucionário deve ser no momento histórico que atravessamos, de lutas contínuas e formidáveis, o legítimo campo de batalha do proletariado, as trincheiras ofensivas e defensivas de combate e solidariedade, onde se couracem [*sic*] peitos de aço, convicções indômitas e se faça a concentração de inteligências vivas e atividades heróicas. [...] O êxito da obra revolucionária de aniquilamento do poder capitalista depende, sobretudo, da organização do proletariado, do desenvolvimento de sua mentalidade e consciência, da sua inabalável convicção nos dias melhores do futuro.³⁷⁰

Portanto, as organizações proletárias seriam de significativa importância para o sucesso da *revolução* fundamentada na “ditadura do proletariado”, conforme enunciara o grupo editor de *Renovação*. Este tipo de *sindicalismo* se chocaria com as propostas *anarquistas*.

Denunciando o que chamava de “arbitrariedade” de militantes *anarquistas* em *sindicatos*, e também disputando os seus sentidos, Everardo Dias,³⁷¹ disse, no mesmo periódico *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*, que estes seriam mais perniciosos aos *sindicatos* do que benéficos:

A ação desses cogumelos da propaganda [se referindo aos *anarquistas*] é pernicioso por ser sempre pessoal e arbitrária. Também assim, como surgem desaparecem. Quem tenha acompanhado o movimento social-sindicalista-anarquista, em cinco anos apenas, terá conhecido algumas dezenas de tipos que surgem e desaparecem como fantasmas nas organizações. Entram injetados de ódio e de vinganças, desdenhando de tudo e de todos e meses após acabam pacatamente difamando os *verdadeiros lutadores* para assim mascarar a sua vergonhosa atitude ou a sua cínica deserção. Ao deixar as fileiras, deixam também o veneno das suas conjecturas deprimentes e corrosivas.³⁷²

Esta enunciação não ficaria sem resposta, pois na edição seguinte do mesmo periódico, Domingos Passos,³⁷³ replicaria dizendo:

³⁷⁰ *Ibidem*. Grifos meus.

³⁷¹ Everardo Dias foi militante *anarquista*, colaborando no periódico *anarquista A Plebe*. Foi também militante *comunista*, participando do Partido Comunista do Brasil. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

³⁷² Dias, Everardo. Extremismo vesgo. *Renovação. Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920, p. 3. Grifos meus.

³⁷³ De acordo com Edgar Rodrigues, Domingos Passos “foi um dos elementos mais produtivos que passaram pelo movimento anarquista nos anos vinte, um dos mais corajosos militantes que o Brasil já teve, chegando pela sua agilidade e poder de comunicação e rapidez de locomoção a ser chamado de O Bakunin Brasileiro”. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

Não temos culpa, absolutamente nenhuma, que o Partido Bolchevista Nacional tivesse caído na mais vergonhosa estagnação.

[...] Eu bem sei, amigo Everardo, organizar custa muito; mais fácil é entrar numa coletividade já organizada na qual não tivemos o menor trabalho; apresentar uma candidatura e ir para o parlamento chupar os 150\$ diários das diversas famas do Socialismo, enquanto cá em baixo os que são incultos, não lêem, não meditam, não escrevem; os bisonhos, os ignorantes, os galuchos, continuam trepados nos andaimes durante o dia e à noite têm que ir à sede da Coligação Social [um grupo criado pelos tais *bolchevistas*] dar vivas ao pai das “gamas” Socialísticas.³⁷⁴

Na tréplica, publicada na terceira edição do citado periódico, esclarecendo os ataques de Domingos Passos, Everardo Dias responde de várias maneiras, das quais destaco:

O meu primeiro artigo é uma defesa, pois as vilanias que por ahi se propalam da Coligação e seus componentes, merecem cabal repulsa. [...] Ora quem tem atacado é um grupinho sem o mínimo valor que, sciente e consciente de que nada vale, nem o bufo de um gato, alaparda-se [*sic*] nas associações proletárias e diz aos trabalhadores: — “O Everardo ataca-nos, companheiros! Defendamo-nos!”³⁷⁵

Além disso, acrescentaria:

Ora o Everardo não ataca e remarcadamente os sindicalistas revolucionários, cuja base de organização ele defende, porque a considera a única luz no chão, o elemento precioso que garante a futura estabilidade do regimem comunista, pois serão indiscutivelmente os sindicatos os chamados a desempenhar o importantíssimo papel de restructor da futura *sociedade*. Como estão, ainda nada valem, mas o arcabouço existe, e é quando chega, para uma segura e forte organização. Lá chegaremos, si os parlalalães [*sic*] não acabarem de estragar tudo... [...] ³⁷⁶

Respondendo diretamente ao Domingos Passos, Everardo diria:

Com grande surpresa li um artigo assaz insultuoso nas columnas de “Renovação”. O ataque pessoal, ahi, substituiu a discussão sobre tática ou ideologia. Verdade seja que eu molestei uns certos moscardos que se abroquelam sob as amplas dobras da bandeira anárquica. E as motucas vieram para cima de mim, de ferrão peçonhento bem aguçado. Não chegaram todavia a infiltrar-me o veneno da sua maldade porque a repeli a tempo. [...] ³⁷⁷

³⁷⁴ Passos, Domingos. Extremismo vesgo. *Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 1º/01/1921, p. 4. Grifos meus.

³⁷⁵ Dias, Everardo. Ainda o extremismo vesgo. *Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº3, 20/01/1921, p. 4.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Ibidem*.

Cada um ao seu modo defendia suas ações nos *sindicatos*, tanto as *anarquistas* quanto as *bolchevistas*. Este foi um tipo de disputa ocorrida no mesmo periódico, disputa esta que levava aos níveis das desqualificações discursivas e individuais, conforme é possível ver nos dois tipos de discursos acima descritos. De um lado, suponho que foi realmente para se estabelecer debates e instituições de diferenças. De outro lado, parece-me, foi uma forma de permitir que, nas réplicas e trélicas, se afirmassem e fixassem as “verdadeiras” práticas dos *sindicatos*, tanto *anarquistas* quanto *bolchevistas*.

Os editores do periódico, procurando pôr fim a este tipo de confronto, que poderia “dividir” mais do que “unir” os movimentos operários, *comunistas* e *anarquistas*, intermediaram as disputas e sublinharam que não aceitariam tal tipo de disputa em suas páginas, exercendo assim, suas “autoridades” editoriais.

O Grupo Social e Editor *Renovação*, cujo órgão oficial é o quinzenário do mesmo nome, em sua reunião do dia 24 do mês passado, em virtude de uma questão levantada a respeito do artigo do companheiro Everardo Dias, publicado em nosso número anterior, resolveu, unanimemente, declarar mais uma vez que o jornal não se responsabiliza, como é do seu programa, pela opinião pessoal de seus colaboradores. Portanto, nem o Grupo, nem o jornal é solidário com os conceitos emitidos por esse companheiro. Deliberou, também, com a publicação do artigo do companheiro Passos dar por acabado o incidente, resolvendo doravante a negar, terminantemente, a quem quer que seja, publicação nas colunas do jornal de artigo que contenha críticas e ataques de caráter pessoal, só permitindo polêmicas corteses e serenas no terreno das idéias que o jornal defende e esposa, polêmicas essas que concorram para a educação dos trabalhadores. O Grupo faz um apelo a todos os companheiros para que terminem com as dissensões pessoais só tendo em vista a obra de propaganda revolucionária entre o proletariado.³⁷⁸

Parece-me que este texto confirma “dissensões pessoais” e emergentes disputas entre os *comunistas bolchevistas*, *comunistas anarquistas* e sindicalistas revolucionários em torno de sentidos que as organizações sociais, principalmente as operárias, deveriam ter em relação às conquistas de poderes em nome do “povo” e do proletariado.

De outro modo, no início dos anos de 1920, Florentino de Carvalho,³⁷⁹ em *Renovação*:

³⁷⁸ *Renovação*. Em torno dum incidente. *Renovação. Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 1º/01/1921, p. 2.

³⁷⁹ Florentino de Carvalho, pseudônimo de Raimundo Primitivo Soares, nasceu em 1879 e faleceu em 1947. Foi militante *anarquista*. Foi cabo da Força Pública paulista, tipógrafo, professor, aproximando-se de propostas de do educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia acerca do que chamou “escola racionalista”. Dirigiu periódicos como: *A Plebe*, *O Libertário*, *Germinal-La Barricata*, *A Obra* e colaborou em *Renascença*, *O Comentário*, *Arte e Vida*, *Phrometeu*, entre outros. Publicou os livros *Da Escravidão à Liberdade*, *Guerra Civil de 1932 em S.*

Revista mensal comunista anarquista, enunciava o *sindicato* como possível instituição da ação e da “revolução social” [*anarquista*], através do texto intitulado *Organizações e doutrinas*.³⁸⁰

Princípios superiores a essa organização [Industrial Workers of the World - IWW] já foram expostos pela Primeira Internacional, e nos nossos dias organizações há, como a Federação Operária Nacional da Espanha, a Federação O. [Obrera] Regional Argentina, que sustentam princípios mais claros, mais definidos que a “IWW”; os trabalhadores militantes dessas federações encaminham o movimento proletário francamente para o comunismo anárquico, única solução que pode determinar o advento da emancipação econômica política dos trabalhadores. [...]³⁸¹

No entanto, considerara que o *sindicato* favoreceria “a luta pela valorização da mercadoria trabalho”, primeiramente, impedindo maiores ações dos trabalhadores. Por mais “salvadores” que fossem os “*sindicatos* de indústria”, uma forma de organização e tática sindical, ao lado de organizações por profissões e outras, eles não se afastariam das lutas mais “imediatas”, como jornada e condições de trabalho e salários, por exemplo, pois estas eram umas de suas principais funções, conforme enunciara Neno Vasco³⁸² e Malatesta,³⁸³ anteriormente descritos. E esse era um problema na medida em que, em Malatesta, os *sindicatos* não deveriam ser permanentes após a “revolução social”,³⁸⁴ levando-me a considerar que deveriam ser superados em uma “sociedade libertária”, pois teriam sido criados para organizar os trabalhadores e defender seus interesses frente aos “patrões” e o *Estado*. De todo modo, os *sindicatos* deveriam ser “convertidos” ao *anarquismo*. Deveriam ser “anarquizados.”

Nosso atraso tem levado a fazer da questão social uma questão de negócio: a luta pela valorização da mercadoria trabalho.

Por sua vez, a *organização sindicalista profissional* tem favorecido esta tendência, *impedindo que a ação dos trabalhadores tomasse maior vulto*. Por isso se olha para a organização dos *sindicatos* de indústria como medidas salvadoras, mas esta forma de organização não destrói o espírito exclusivista nem destaca o proletariado da luta de classes e pelo melhoramento mediato das suas condições econômicas. Quanto à organização técnica, é de fato um progresso

Paulo, e deixou três obras inéditas: *Crise do Socialismo*, *Filosofia do Sindicalismo* e uma incompleta sobre a *Revolução Espanhola*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995.

³⁸⁰ Carvalho, Florentino. *Organizações e doutrinas*. *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, outubro de 1921, p. 25.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² Vasco, Neno. *Sindicalismo revolucionário*. O *sindicato*, *op. cit.*, 1919.

³⁸³ Malatesta, Errico. *Anarquismo e sindicalismo*. *op. cit.*, 1909.

³⁸⁴ *Ibidem*.

para as várias indústrias, mas não serve para a revolução. [...]³⁸⁵

Florentino defendia que a organização sindical “profissional” estaria mais para “estagnar” do que para impulsionar mudanças sociais através dos *sindicatos*, na medida em que profissionalizava suas “lideranças”, fazendo justamente aquilo que Malatesta chamava atenção em 1909: perpetuaria e tornaria os *sindicatos* um fim em si mesmo.³⁸⁶ Isso não serviria para as táticas e as estratégias dos *anarquistas* através dos *sindicatos*.

Além disso, destaca que a organização sindical por indústria, talvez para afrontar este próprio “*sindicalismo* profissional”, também não resolveria as necessidades operárias. Diante disto, mesmo em processos de “evolução técnica”, nada se reverteria para os fins *anarquistas* de “revoluções sociais”. Portanto, procurar instrumentalizar ações revolucionárias, tomando por meio os *sindicatos* de trabalhadores, talvez não fosse o caminho mais apropriado.

Retomando muito do que foi descrito e comparado nos periódicos *anarquistas* *Liberdade!*, *A Guerra Social*, *O Jerminal*, *Renovação: Quinzenário sindicalista comunista* e *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*, sobre *anarquia* e *sindicatos*, de várias maneiras foi enunciado que os *sindicatos* poderiam ser “lugares” de ações e práticas revolucionárias, mas também de instituições de categorias de trabalhadores com interesses muito específicos e particulares. Se de um lado estes diferentes enunciados mostravam as potencialidades dos *sindicatos* nestes tipos de ações, de outro se mostrava, também, que não seria um meio anárquico por excelência, necessitando ser “convertido”, ser reformulado e redimensionado para atender as tais necessidades das revoluções sociais libertárias. Os *sindicatos* deveriam ser *anarquizados*, deveriam entrar nas ordens discursivas *anarquistas*.

Em suma, pode-se considerar que emergiram discursos sobre ações políticas dos trabalhadores através de *sindicatos*. Estes foram enunciados de diferentes formas e com diferentes sentidos, procurando conformar instituições estratégicas para práticas e ações libertárias, que por sua vez foram de significativa importância para a conformação do *anarquismo* e do *sindicalismo* na cidade.

Neste capítulo procurei compreender proposições de noções, que agrupei na temática “formas de existências, vida e organizações sociais”, de *liberdade*, de *indivíduo*, de *sociedade* e de *sindicatos* e *sindicalismo*, pois seriam pelas *práticas discursivas* que ordenavam e fixavam *novos* sentidos em termos que eram recorrente e diferentemente enunciados que o

³⁸⁵ Carvalho, *op. cit.*, 1921.

³⁸⁶ Malatesta. *Anarquismo e sindicalismo*, *op. cit.*, p. 109.

anarquismo ia sendo conformado como *formação discursiva* na cidade do Rio de Janeiro, através de *regras* muito parecidas que me permitiram considerá-lo desta forma.

Foi possível considerar que se referiram ao *indivíduo* e ao “governar-se”, pois não seria possível a existência da *liberdade* sem referência ao próprio indivíduo e sujeito a “uma direção exterior”. O tema *liberdade* foi relacionado a múltiplos pressupostos, entre os quais: o “progresso” e a “felicidade”, à *anarquia*, à “fantasia metafísica”, à “satisfação das necessidades individuais”, ao “desenvolvimento dos *indivíduos*”, à possibilidade de “vontade de ser livre”, ao “governar-se” e à “vontade individual”. Diante desses pressupostos e possíveis definições, os textos que afirmaram a *liberdade* também afrontavam os seus entraves, tais como: as “leis” governamentais, as “classes privilegiadas”, os “reacionários de todas as cores”, a *liberdade* “absoluta”, que “nada” significaria, os “tiranos” e os “governos”.

Concomitante às enunciações de *liberdade* e aos combates aos seus obstáculos, entraram em cena múltiplas proposições que instituíram formas de vida social e de ação política que se auto-definiram *anarquistas* em periódicos, que fixaram sentidos e ressignificaram as palavras *indivíduo* e *sociedade*. Cada proposição era uma irrupção que afrontava práticas e discursos que já estavam constituídos, disputando sentidos e enunciando novas ordens discursivas.

Estas práticas *anarquistas* procuraram definir o *indivíduo*, suas ações políticas, modos de viver, de se relacionar e de resistir aos exercícios de poder que o sujeitasse. Foram criadas noções que o instituíram como *egoísta*, *harmônico*, *revolucionário* e *altruísta*. Portanto, foi também através de múltiplas *emergências* de noções de *indivíduo*, tomado a partir de uma pré-existência, de uma universalidade, que o *anarquismo* foi sendo conformado.

Questionando o *indivíduo pré-existente* nestes discursos, passei a considerar-lo como um *alvo* a ser *alfinetado* pela instituição de ordem e de poder político preconizado por *anarquistas*. Deste modo, defendi que o *indivíduo* foi “anarquizado”. Nesta direção, descrevi ditos *anarquistas* que o tomaram como um *ser* que agiria e conformaria *poder*, disciplinas e discursos, ao invés de ser perpassado e forjado por estes.

Comparando enunciações de *indivíduo*, foi possível estabelecer aproximações e distanciamentos, descrever controvérsias e afrontamentos, diferenças. Assim, diante de múltiplos posicionamentos publicados nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro, parece ser possível dizer que eles criaram novas formas de enunciações acerca do termo.

Por outro lado, o tema *sociedade* emergiu e afrontou as “*sociedades* vigentes”, que deveriam ser “reorganizadas”. Nestas proposições foram afrontados temas como o “monopólio”, a “exploração social”, a “desigualdade” e os “governos”. Também foram

destacadas e afrontadas as formas de organizações das produções sociais através do “capitalismo”, da hereditariedade e da propriedade particular. Em muitas enunciações foi possível perceber que as “*sociedades* vigentes” eram divididas recorrentemente em formas como: a dos “exploradores” e a dos “explorados”, assim como a dos “dominadores” e a dos “dominados”. Era contra estas formas de *sociedades* que os *anarquistas* se voltavam e se posicionavam propondo novas organizações sociais.

Afrontando a que foi chamada “*sociedade* vigente”, instituí-se nela discursos que propuseram mudanças e novos modos de viver, como os “modos” *anarquistas*. Por outro lado, as proposições de “novas *sociedades*” levavam em conta premissas e valores como *liberdade*, harmonia, amor, igualdade e felicidade.

Foi possível compreender, também, formações de temas relacionados às organizações dos trabalhadores, como o *sindicato* e o *sindicalismo*, tomado com sentidos diferentes e até divergentes pelos autores que escreveram nos periódicos que trataram do tema, como *Liberdade!*, *A Guerra Social*, *O Jerminal*, *Renovação: Quinzenário sindicalista comunista* e *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*. Portanto, descrevendo e comparando estes vários enunciados, foi possível considerar que os *sindicatos* foram tomados como organizações de categorias de trabalhadores, com interesses muito específicos e particulares. Mas os *sindicatos* foram, também, significados como organizações que possibilitassem ações e práticas revolucionárias, principalmente as “revoluções sociais”, e que colaborariam para a instituição de *sociedades comunistas anarquistas*. Os *sindicatos* e o *sindicalismo* foram, então, instituições estratégicas para conformação de discursos que se denominaram *anarquistas*.

Portanto, foi possível compreender *emergências* de *práticas* e de proposições de vida social e formas de existências que perpassaram os periódicos, que ordenando e fixando sentidos, através de regras anônimas, foram conformando o *anarquismo* como *formação discursiva* no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÕES DE NOÇÕES DE EXERCÍCIOS DE *PODER* E DE *AUTORIDADE* COMO DEGENERAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Neste capítulo visou a compreender a temática que denomino “exercícios de *poder* e de autoridade como degenerações sociais” que emergiram nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro. É importante assinalar que nas tecituras das formações de enunciados e práticas, que nas suas repetições e recorrências conformaram discursos *anarquistas* na cidade, *Estado*, *autoridade* e “ditadura do proletariado”, foram temas que perpassaram muitos outros nos periódicos aqui selecionados. Entretanto, para dar visibilidade a estes que tanto estiveram presentes entre os ditos e escritos *anarquistas*, isolei-os de modo a descrevê-los e analisá-los, considerando relevante colocá-los em evidência, pois mesmo presentes e conformando seus discursos, foram constantemente depreciados e degenerados política e socialmente.

3.1. Formações de noções de *Estado*

O tema *Estado* foi recorrentemente enunciado entre os periódicos *anarquistas* publicados no Rio de Janeiro. Este foi classificado como “tirânico”, “representação” da chamada “classe burguesa”, dos “exploradores”, dos “privilégios” e das “opressões”. Definido como instituição e *exercício de poder* a ser “destruído”, “exterminado”, “eliminado” e “suprimido”, pois seria o causador de “misérias” e “desorganização social”, além de “garantir” e “resguardar” a “propriedade particular” e os sistemas econômicos fundamentados nas “explorações dos trabalhadores” e no “lucro”, assegurando também a “ordem pública” e a “dominação” política, econômica e social.

Ressalto que não houve uma única forma de se enunciar o *Estado* e que suas noções não foram unívocas entre os *anarquistas*, assim como a *autoridade* e a “ditadura do proletariado”. Essa afirmação é validada quando constato, nos documentos, que o *Estado* não é um dado, uma coisa, uma referência a qualquer tipo de essência, um objeto, mas noções apoiadas em conjuntos de enunciados que colocados em *discursos*, *regras* e *regularidades* conformam os sentidos que os *anarquistas* atribuíram à palavra e às suas práticas correspondentes. Deste modo, nestes discursos, o *Estado* é uma degeneração social e política, um *poder* que degrada as *relações humanas*.

Assim, é para descrever diferentes enunciados de *Estado*, publicados em periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro, e que contribuíram para conformar o *anarquismo* na cidade,

que me atendo nas próximas páginas.

Em novembro de 1898, o periódico *O Despertar: periódico comunista livre*, publicou um texto, assinado por um sujeito que se denominou L. Vd.³⁸⁷ No texto, o autor enuncia uma noção de *Estado* que parte das hipóteses de que este era o fomentador dos “privilégios” e da “miséria”. O *Estado* era o “opressor”. Mesmo garantindo a segurança pública ele seria “violento”, provocava a *guerra*. Portanto, ele deveria ser suprimido por uma “revolução social”, que se contrapunha às noções de revolução política, pois para os *anarquistas* esta última não realizariam mudanças de ordens sociais, na medida em que promoveriam “reformas”, mantendo-se “privilégios” e “misérias”.

Embora que a revolução se anuncia como devendo ser social, o partido revolucionário deve ser *anarquista* e deve apresentar-se não como adversário de tal ou qual forma de governo, senão com adversário de todo governo, porque todas as partes de onde aparece o *Estado* aparece o privilégio e a miséria, os governantes e os súditos, as classes diretoras e as classes deserdadas, os códigos violando os direitos e a religião violando a consciência, e o extremo luxo e a extrema miséria.³⁸⁸

Observo que uma das noções de revolução de Piotr Kropotkin, a quem o texto de *O Despertar* parece se ligar, assim como muitos outros discursos enunciados na cidade do Rio de Janeiro, diz:

Expropriação, tal é, pois o problema que a história pôs diante de nós, homens do fim do século XIX. Regresso à comunidade de tudo o que servir para se obter o bem-estar. Mas este problema não poderia ser resolvido por meio da legislação. Ninguém pensa nisso. Tanto o pobre como o rico compreendem que nem os governos atuais nem os futuros seriam capazes de lhe encontrar uma solução. Sente-se a necessidade duma *revolução social* e ricos e pobres não dissimulam que ela está próxima e que pode rebentar dum dia para o outro. Donde virá? Como se anunciará? Ninguém o sabe, é incógnito; mas os que observam e refletem não se enganam. Trabalhadores e explorados, revolucionários e conservadores, pensadores e gente prática, todos sentem que está à porta.³⁸⁹

O texto de *O Despertar* poderia também estar se ligando a enunciações de Kropotkin

³⁸⁷ Não foi possível obter informações sobre o autor do texto descrito, pois não era prática dos periódicos *anarquistas* referenciar seus colaboradores, conforme é possível verificar nos seus vários títulos e exemplares. Considero, também, o recurso aos pseudônimos e siglas, pois seriam formas de driblar a “vigilância”, o “controle” e a “repressão” dos órgãos estatais de segurança e inteligência. Portanto, é possível que L. Vd. fossem siglas de um nome e uma forma confundir os prováveis detratores do *anarquismo*.

³⁸⁸ Vd., L. *O Estado. O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/11/1898, p. 2.

³⁸⁹ Kropotkin, Piotr. *O bem-estar para todos*. In: Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão** [1892]. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953, p. 19. Grifos meus.

quanto à este tipo de revolução, afrontando noções de revoluções políticas. Assim, ele diz:

Se a próxima revolução deve ser uma revolução social, não de distinguir-se das sublevações precedentes, não só pelo seu objetivo, mas ainda pelos seus próprios processos. Os três grandes movimentos populares que vimos em França desde um século diferem entre si a muitos respeitos, mas têm todos um traço comum. O povo debate-se para derrubar o antigo regime. Depois de dar o golpe decisivo, reentra na sombra. Constitui-se um governo de homens mais ou menos honestos e é ele o que se encarrega de organizar: em 1793, a república, em 1848, o trabalho, em 1871 a comuna. Saturado de idéias jacobinas, este governo ocupa-se, antes de tudo, de questões políticas, reorganização da máquina do poder, limpeza da administração, separação da Igreja, e do *Estado*, liberdades cívicas e assim por diante.³⁹⁰

Outra ligação possível do texto de *O Despertar* com a *revolução social* e o *comunismo* de Kropotkin, aos quais se remetia e justificava, poderia se situar no seu seguinte dito:

[...] Somos de opinião que a nossa primeira obrigação, quando a revolução tiver quebrado a fôrça que sustenta o sistema atual, será realizar imediatamente o comunismo: comunismo *anarquista*, sem governo – o dos homens livres. É a síntese dos dois fins visados pela humanidade econômica e a *liberdade* política.³⁹¹

Além disso, afrontando o que chama de “individualismo” e posse, que poderia ser configurado como entrave às práticas *revolucionárias* e *comunistas*, Kropotkin diz:

[...] O individualismo mitigado pelo sistema coletivista não poderia existir ao lado do comunismo parcial da posse por todos do solo e dos instrumentos de trabalho. Uma nova forma de posse requer uma forma de retribuição. Uma nova forma de produção não poderia manter a antiga forma de consumo, como não poderia acomodar-se às antigas formas de organização.³⁹²

Neste sentido, reconhecendo que uma nova ordem não se basearia no “individualismo mitigado pelo sistema coletivista” e na posse individual e particular, ele disse:

Uma *sociedade* livre, reentrando na posse da herança comum, deverá buscar no livre agrupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova, que convenha à fase econômica nova da história. A cada fase econômica corresponde a sua fase política e será impossível tocar a propriedade sem olhar ao mesmo tempo um novo tipo de vida política.³⁹³

A relação que o texto de *O Despertar* estabelece com a “revolução social”, e

³⁹⁰ Kropotkin. Piotr. *Os produtos*. In: *ibidem*, p. 46.

³⁹¹ Kropotkin. Piotr. *O comunismo anarquista*. In: *Ibidem*, p. 30.

³⁹² *Ibidem*, p. 26.

³⁹³ *Ibidem*, p. 34.

anarquista, é de afrontamento ao *Estado*, ao governo, aos “privilégios”, aos “luxos extremos” e às “misérias”, além de outros mecanismos de controles das instituições estatais, como as leis e os códigos jurídicos, além da religião, tomada como *violadora* da “consciência” e de submissão dos *homens*.

O *Estado* teria a atribuição de garantir a ordem e a segurança pública, mas na verdade agia violentamente na realização destas suas prerrogativas, respaldado por premissas de estabelecimento e garantia da “paz entre os cidadãos”.

[...] Debaixo do pretexto de garantir a seguridade pública é continuamente espoliador e violento; debaixo do pretexto de manter a paz entre os cidadãos, e os partidos, provoca a guerra civil e a guerra contra o estrangeiro.³⁹⁴

Diante deste tipo de “poder” do *Estado*, a *anarquia* era enunciada como caminho para o “mundo” e para a “história”, pois na sua “evolução” o *Estado* se esgotaria e enfrentaria as contradições que emergiriam entre o “poder central”, e centralizador, e a “*liberdade individual*”.

[...] O pensamento é *anarquista* e é para a *anarquia* onde o mundo se dirige. O pensamento de cada homem é autônomo, e pelo qual todos os pensamentos de cada um em particular se reúnem em um pensamento coletivo que forma a história. E é evidentemente para a *anarquia* que a história evoluciona esgotando-se a vitalidade do *Estado* e demonstrando cada dia mais a contradição do poder central e da *liberdade individual*.³⁹⁵

Um dos problemas que acusa o texto de *O Despertar*, independente da forma com que o *Estado* se apresente, é que ele é “tirânico”, *autoritário*:

Justificar o *Estado* como quiseres. Fazei-o unitário e federal, burguês ou comunista, monárquico ou republicano, resultará sempre e definitiva que vos encontrareis debaixo do pé de um tirano contra o qual não cessareis de protestar em nome do pensamento e da natureza.³⁹⁶

Sublinho que estas últimas linhas parecem se ligar a um enunciado de Piotr Kropotkin acerca do tema *Estado*, no qual defende que “criar um governo” é constituir uma forma que se apoderaria de “tudo”, de toda a *sociedade*:

Criar um governo, constitucional ou não, é constituir uma força que fatalmente procurará apoderar-se de tudo, regulamentar todas as funções da *sociedade*, sem reconhecer outro freio além do que nós lhe

³⁹⁴*Ibidem*.

³⁹⁵*Ibidem*.

³⁹⁶V. Ld., *op. cit.*, p. 2.

poderemos opor de tempos a tempos pela agitação ou insurreição.³⁹⁷

Portanto, os afrontamentos do texto de *O Despertar* se dirigiam aos “privilégios” e às “misérias” criadas pelo *Estado*, aos códigos que lhe permitiam controlar e disciplinar, aos exercícios de poderes que se colocavam acima da *sociedade* e dos *indivíduos*. O que se propunha instituir em seu lugar era a *anarquia*, através de uma “revolução social”, que garantiria a autonomia dos *indivíduos* e suas *liberdades*.

Era o afrontamento aos poderes das instituições do *Estado* através de um tipo de confronto que se colocava como social, ou seja, fora do campo da política parlamentar e Estatal, em um campo no qual os *anarquistas* conhecessem e se movimentassem nele, atribuindo à *sociedade* e aos *indivíduos* os poderes de se constituírem e se desenvolverem, de se governarem, sem quaisquer poderes “exteriores” a eles.

Outra enunciação de *Estado* que emerge no periódico *O Libertário*, em 1904, em um texto intitulado *Estado e propriedade*,³⁹⁸ escrito por Neno Vasco, em um contexto de ressonância das greves de 1903 no Rio de Janeiro, principalmente dos operários do setor têxtil. Neste texto, diferentemente de *O Despertar*, Vasco defende que o *Estado* seria “inútil” e “nocivo”. Identifica os que chama de “funcionários”, “sábios oficiais” e “jornalistas” que defendem-no. Estes sujeitos seriam, para Vasco, “vítimas” formadas na “educação autoritária” e “religiosa”, na medida em que não viriam sua “inutilidade” para a *vida social*. Eles seriam “vítimas” de um tipo de formação que submetia os *indivíduos* e as *sociedades* a ele próprio e à religião. Estas vítimas, desse modo, defenderiam suas “leis”, impostas pela violência à *sociedade*. Era contra esse tipo de formação autoritária que Vasco voltava seu discurso.

[...] Observando despreocupadamente os factos, descobrimos que o *Estado* é não somente inútil, mas ainda imensamente nocivo. Conclusão, na verdade, difícil de tirar, porque uma nuvem de interessados (interesse, no fundo, mal compreendido) – funcionários, sábios oficiais mais ou menos estipendiados [*sic*], jornalistas com mais ou menos largo subsídio – e um bando de vítimas duma secular educação autoritária e religiosa, nos cantam diariamente a beleza do *Estado*, a necessidade de ter e respeitar leis, pela violência impostas a uma multidão de cérebros diferentes. [...]³⁹⁹

O objetivo de Vasco foi afrontar e acusar o *Estado* e os sujeitos que praticavam e proliferavam seus discursos. Partia do pressuposto que este além de “inútil” era um obstáculo

³⁹⁷ Kropotkin, Piotr. *Sobre o governo representativo ou parlamentarista*. In: Guérin, Daniel [Org.]. **O Anarquismo e a Democracia Burguesa**. São Paulo: Global, 1979, p. 55.

³⁹⁸ Vasco, Neno. *Estado e propriedade*. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904, pp. 1-2.

³⁹⁹ *Ibidem*.

ao progresso dos próprios *indivíduos* e da *sociedade* e inimigo das suas *iniciativas*, limitando-as, controlando-as.

Observo que a iniciativa, individual e coletiva, era uma das premissas dos discursos *anarquistas* e estaria ligada a outras como a “autonomia” e a “*liberdade*”. Deste modo, o *Estado* se contrapunha aos *anarquistas*, que afrontaria todas as possibilidades de limitações às iniciativas individuais e sociais. Este, por sua vez, para se defender, desperdiçaria enorme soma de “energia social”, difundindo um tipo de discurso que o classificava como o *verdadeiro* organizador político e social. Além disso, Vasco diz que o *Estado* defenderia o “roubo”, a “exploração capitalista” e a “propriedade individual”, portanto, os interesses da “burguesia”.

É por isso que lhes queremos abrir os olhos, acusando o *Estado* dos seguintes males:

1º - É um obstáculo ao progresso, um inimigo das iniciativas, obrigando a consumir, para vender, uma grande porção de forças inúteis, e sufocando outras.

2º - Para defender os seus interesses e os da classe que o ampara, para se conservar, desperdiça uma somma enorme de energia social.

3º - Mantém, pelo simples facto da sua existência a esperança numa salvação providencial, vinda do alto do governo e adormece assim o espírito da iniciativa;

4º - Defende o roubo, a exploração capitalista, a Propriedade Individual [...].⁴⁰⁰

Neste sentido, colocando-se em confronto com o *Estado*, Vasco atacaria os seus defensores, reconhecendo-os como “vítimas” do próprio *Estado* e da educação. Atacaria as leis, os discursos de “salvação” e seu apoio à “exploração capitalista” e à “propriedade individual”.

No periódico *Novo Rumo* a noção de *Estado* emerge no texto intitulado *Novo Rumo*, um editorial de lançamento, escrito pelos redatores, os casais Joel e Maria de Oliveira,⁴⁰¹ Luis e Matilde Magrassi⁴⁰² e Alfredo Vasquez.⁴⁰³ Neste texto eles enunciam que o periódico teria uma linguagem “nobre e franca, varonil e proba”, tal como a da “doutrina” que procuram

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ O casal Joel e Maria de Oliveira também colaborou nos periódicos *O Trabalho*, *O Amigo do Povo*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997.

⁴⁰² Luis e Matilde Magrassi foram militantes *anarquistas*. Colaboraram em periódicos de São Paulo, com destaque para o *Amigo do Povo*. Colaboraram também nos periódicos *O Libertário* e *Emancipação*, além da *Voz do Trabalhador*, e na preparação do I Congresso Operário Brasileiro. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997.

⁴⁰³ Alfredo Vasquez foi alfaiate e militante *anarquista*. Era encarregado da correspondência, da administração e das finanças de *Novo Rumo* até, pelos menos, o número 10. Colaborou nos periódicos *A Greve*, *O Alfaiate* e na preparação do I Congresso Operário Brasileiro, contribuindo ainda na preparação da Confederação Operária Brasileira. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 1994.

difundir, a *anarquia*, que teria por princípio a “dignificação” do homem. Dizem que:

[...] todas as questões que se relacionam com a ruína do mundo burguês podem ser classificadas em três categorias distintas, mas correlativas: econômica, moral e social. E a *Anarquia*, que é o ponto de intersecção das esperanças de todos os desiludidos do passado e do presente, que é o limite máximo de todas as aspirações, a *Anarquia* é a fórmula simples, clara e justa de todas as questões que as pesquisas de nosso tempo puseram na ordem do dia.⁴⁰⁴

Defendem, também, a

[...] igualdade, mas não se trata dessa igualdade ridícula, inconseqüente e absurda de que falam nossos adversários irredutíveis, cujos odiandos intuitos e tenebrosas maquinações tem por objeto nos apontarem ao mundo como uma seita de utópicos que andam a sonhar com impossíveis. [...] Repelimos a igualdade absoluta e pretendemos implantar apenas uma *sociedade* cuja harmonia dependa da variedade dos componentes. [...]⁴⁰⁵

A solução prevista é o que chamam de “comunismo racional”, provavelmente o *comunismo anarquista*.

Economicamente não encontramos outra solução que não seja o comunismo racional onde desapareçam estas fantasias que tanto terror infundem aos que ainda não o estudaram com critério indispensável. Nossas tendências neste terreno continuam, por enquanto, enfeixadas, concretizada nesta expressão: “de cada um segundo as suas forças, à cada um segundo suas necessidades”.⁴⁰⁶

O último enunciado descrito acima pode remeter a um de Piotr Kropotkin, no qual diz que a “cada um conforme as suas necessidades”,⁴⁰⁷ ou seja, nas *sociedades comunistas* a distribuição das “riquezas sociais” se daria de modo a atender as “necessidades” das coletividades, baseado na divisão equitativa dos recursos naturais e dos produtos das atividades dos trabalhadores. Deste modo, referindo-se ao que chamava “comunismo”, Kropotkin diz:

Ao mesmo tempo novas organizações baseadas no mesmo princípio: “a cada um conforme as suas necessidades”, surgem sob mil aspectos diversos: porque sem uma certa dose de comunismo as *sociedades* atuais não poderiam viver, apesar do tom estreitamente egoísta dado aos espíritos pela produção mercante, a tendência comunista revela-se a cada instante e penetra nas nossas relações sob todas as formas.⁴⁰⁸

⁴⁰⁴ Novo Rumo. Novo Rumo. *Novo Rumo*. Rio de Janeiro, nº1, janeiro de 1906, p. 1.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷ Kropotkin, Piotr. *O comunismo anarquista*. In: *Op. Cit.*, 1953, p. 27.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

Para Kropotkin a “distribuição” da *produção* deveria ser “livre”, através da “cooperação voluntária”, pois não seria possível mensurar a contribuição de cada *indivíduo*, acrescentando ainda a extinção do “sistema de salários”. Sendo assim, toda produção deveria ser socialmente distribuída. A administração das coisas públicas seria, então, realizada em espécies de “comunas”, que possibilitariam associações “voluntárias”. Portanto, este tipo de organização proposta por Kropotkin pode ter tido como fundamento o trabalho e suas mais diversas relações sociais, baseadas no “consumo” e nas necessidades.⁴⁰⁹ Neste sentido, destaco uma enunciação de Kropotkin, que diz:

Abri qualquer obra dum economista.
 Êle debuta pela “produção”, a análise dos meios hoje empregados para criar a riqueza, a divisão do trabalho, a manufatura, a obra da máquina, acumulação do capital. Desde Adam Smith até Marx, todos têm procedido deste modo. Só na segunda ou terceira parte da sua obra tratará de CONSUMO, isto é, da satisfação das precisões do *indivíduo*; e ainda limitando-se a explicar como as riquezas se repartirão entre os que se disputarem a sua posse.⁴¹⁰

Na verdade Kropotkin se referia a estas questões de várias formas, das quais sublinho a seguinte:

As *sociedades* humanas são forçadas a voltar aos princípios fundamentais. Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. *Tudo é de todos*, visto que todos precisam de tudo, visto que todos têm trabalhado na medida das suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção das riquezas. *Tudo é de todos!* Eis um formidável instrumento que o século XIX criou; eis milhões de escravos de ferro, que nós chamamos máquinas; que aplainam e serram, tecem e enfiam para nós; que descompõem a matéria-prima e formam as maravilhas na nossa época. [...] ⁴¹¹

Neste sentido, acrescento outro dito:

Mas para que o *bem-estar* seja uma realidade, é necessário que esse imenso capital: cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação, deixe de ser considerado propriedade privada, de que o açambarcador dispõe ao seu bel prazer. É preciso que tudo isso, obtido com tanto trabalho, se torne *propriedade comum*. É preciso uma EXPROPRIAÇÃO.⁴¹²

Portanto, ligando-se a Kropotkin, o texto *Novo Rumo* propunha a instituição do

⁴⁰⁹ Woodcock, Georges. **História das idéias e movimentos Anarquistas**. Porto Alegre: Ed. L&PM Pocket. 1981, p. 21;26-27; Kropotkin, Piotr. *Consumo e produção*. In: *op. cit.*, 1953, p. 163-170.

⁴¹⁰ Kropotkin. *Consumo e produção*. In: *op. cit.*, 1953, p. 163.

⁴¹¹ Kropotkin, Piotr. *Nossas riquezas*. In: *op. cit.*, 1953, p. 13. Grifos meus.

⁴¹² *Ibidem*, p. 18.

“comunismo racional”, sem a existência do *Estado* e de poderes que se colocassem acima dos interesses sociais, implantando “uma *sociedade* cuja harmonia dependa da variedade dos componentes”.⁴¹³

Em relação ao *Estado*, os editores de *Novo Rumo*, diferentemente de *O Despertar* e *O Libertário*, dizem que visam sua destruição, pois este “representa” um poder centralizador acima das *sociedades*, assim como a lei e o código, que acabavam “naturalizando” e “cristalizando” o passado, “entravando” o desenvolvimento social.

Somos *anarquistas*. Nosso método prático é da iniciativa individual, da ação direta. Nosso fim é a destruição do *Estado*, desse poder centralizador que paira por cima das *sociedades* como uma *espada de Demócles* e que tem por base a vingança [*sic*] organizada que se chama justiça. Repudiamos, pois, a lei, o código, porque este, na frase concisa de Kropotkin, é a cristalização do passado e só foi elaborado para entrar o desenvolvimento.⁴¹⁴

Em *A Guerra Social: Periódico anarquista*, a noção de *Estado* aparece no texto intitulado *Surgindo para o anarquismo*,⁴¹⁵ escrito pelos seus editores.⁴¹⁶ O objetivo primeiro do texto é apresentar o jornal que está sendo lançado e delinear suas metas. Deste modo, discute a importância da apresentação de um periódico e de um programa, colocando como ponto principal a “socialização” da dos *indivíduos* e o combate a toda forma de “*autoridade*”, de “exploração” e de “fanatismo religioso”.

O texto discute questões relativas à religião, *Estado*, revolução, exploração dos trabalhadores. Além disso, enuncia que o periódico será o “centro irradiador” e o vetor da “revolução social”, que expropriaria da “burguesia” a terra e os instrumentos de trabalho, além de combater o “patriotismo” e o “militarismo”. Por fim, conclama os trabalhadores e o “povo” a tomarem parte na conquista de um “novo mundo”, trabalhando pela *anarquia*.

Defende que o *Estado* é representação da “tirania política” e é comparado a um “polvo” que “suga as energias do povo”, associado à “burguesia”, roubando as riquezas sociais.

O *Estado*, máxima representação da tirania política, é um polvo enorme que suga as energias do povo, dando braço forte a minoria

⁴¹³ Novo Rumo. *Op. cit.*, 1906, p. 1.

⁴¹⁴ Novo Rumo. *Op. cit.*, 1906, p. 1. Grifos meus.

⁴¹⁵ Guerra Social [A]. Surgindo para o *anarquismo*. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 29/06/1911, p. 1.

⁴¹⁶ Existia um grupo editor responsável por *A Guerra Social*, que se denominava Grupo A Guerra Social. Este grupo tinha entre seus componentes: Salvador Alcid, Máximo Soares, Luiz França, José Rodrigues, Manuel Gonçalves de Oliveira e João Arzua [referenciado na nota 104], que assinava como administrador e responsável pelo periódico.

burguesa, que açambarca todas as riquezas sociais, vivendo à custa dos produtores.⁴¹⁷

Nesta direção, o que os editores de *A Guerra Social* afrontam a “tirania” do *Estado* e sua associação à “burguesia”, que contribuía para conformá-lo. Estes afrontamentos estariam ligados a outros discursos publicados nos periódicos *anarquistas*, principalmente em *O Despertar*, *O Libertário* e *Novo Rumo*, como a “opressão” e a “centralização”, conforme descritos anteriormente.

Além disso, o afrontamento era dirigido à “burguesia”, que submeteria o “trabalhador” à miséria, pois este “colhe as migalhas que caem da mesa do banquete da vida, em que a burguesia se refocila, um miserável salário que se o não deixa morrer de fome imediatamente, faz com que a morte o venha buscar prematuramente”,⁴¹⁸ acirrando o contraste social.

A situação de exploração expunha os “produtores” a não terem possibilidades de usufruírem de seus próprios produtos:

Caminha-se cada vez mais para os extremos do luxo faustoso e do pauperismo desolador.

Nas fábricas, milhares de homens se aniquilam produzindo um conforto de que carecem, nos campos e nas minas uma outra multidão definha embrutecida pelo labor eterno, sem a coragem de se rebelar contra a tirania que eles mantêm com sua miséria e resignação.⁴¹⁹

Deste modo, seria preciso que os *produtores* tivessem acesso ao “bem-estar”, que parece ligado aos enunciados de Kropotkin, conforme descrito anteriormente.

A solução para este *Estado* de desigualdade seria a “expropriação da burguesia”, na medida em que isto seria “um ato de justiça, porque a riqueza que ela detém nas suas garras é o resultado da exploração do esforço cotidiano do trabalhador. A terra e os instrumentos de trabalho devem pertencer a todos e a cada um dos membros da comunidade humana”,⁴²⁰ diz o texto.

Os editores diziam que o periódico seria o “centro irradiador” da revolução contra essas desigualdades, afrontando o *Estado*, o parlamentarismo e as instituições que levariam o “povo” a esperar por terceiros.⁴²¹

Afrontava-se a *propriedade particular*, a *burguesia* e o *Estado*, o “patriotismo” e o “militarismo”, que faziam parte das prerrogativas do *Estado*, e visavam a instituir uma geopolítica tendo por base a pátria e a força de defesa nacional.

⁴¹⁷ Guerra Social [A], *op. cit.*, p. 1.

⁴¹⁸ *Ibidem.*

⁴¹⁹ *Ibidem.*

⁴²⁰ *Ibidem.*

⁴²¹ *Ibidem.*

Como internacionalistas, combateremos na *Guerra Social* o patriotismo, que pretende a humanidade entre as fronteiras artificiais de agora, permitindo a existência desse monstro que se chama a guerra. Queremos uma pátria grande, única, onde todos os homens sejam irmãos, vivam em paz e trabalhem pelo bem geral. E, sendo o militarismo o defensor das fronteiras, e, ao mesmo tempo, o sustentáculo da burguesia, que ele mantém à custa do sacrifício do povo, a *Guerra Social* não lhe dará tréguas, pregando incessantemente o antimilitarismo.⁴²²

Combatia-se, além do *Estado* e da guerra, a *sociedade* “feita de tirania e de exploração”,⁴²³ e afirmava-se a *anarquia* como possibilidade de “um mundo novo”.⁴²⁴

Em *A Vida: Publicação mensal anarquista*, assinalo uma noção de *Estado* que emerge no texto intitulado *Guerra aos senhores*,⁴²⁵ escrito por Orlando Corrêa Lopes,⁴²⁶ defendendo que na divisão social entre “ricos” e “pobres”, procura-se um “*Estado* feliz” em organizações políticas, adotando “leis liberais”, sem conseguir harmonizar estes “elementos”.⁴²⁷

A “organização”, na impossibilidade de realizar a harmonia entre os “elementos”, permitiria lutas pelos “poderes” políticos que levariam os oponentes a se “degladiarem”. No dito de Lopes: “Daí a agitação estéril da burguesia e as lutas políticas absorvendo os melhores espíritos e a se degladiarem pelo *poder*, com o qual prometem todas as prosperidades e todas as felicidades”.⁴²⁸

Do texto retomo uma questão recorrente em outros discursos *anarquistas*, que era a *sociedade* dividida entre “ricos” e “pobres” e que assentava-se juridicamente na propriedade particular. O problema apontado por ele era a *desnaturalização* deste tipo de propriedade.⁴²⁹ Portanto, este era um dos combates propostos por ele, pois era preciso modificar o regime econômico para que o social emergisse em nome da *anarquia*. Assim, destruir o *Estado* seria também destruir a *sociedade* fundamentada na propriedade privada e em organizações políticas, jurídicas e econômicas que davam sustentação a esse mesmo *Estado*.⁴³⁰

Destruir o *Estado* é destruir a *sociedade*, da qual ele é a encarnação.
[...] E quem é que mantém o *Estado* senão o regime econômico,

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ Lopes, Orlando Corrêa. *Guerra aos senhores*. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914, pp. 3-4.

⁴²⁶ Orlando Corrêa Lopes foi editor de *A Vida: Publicação mensal anarquista* e *Na Barricada: Periódico Anarquista*.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 3.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 3.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁴³⁰ *Ibidem*.

baseado na propriedade privada?⁴³¹

Lopes também questiona a harmonização do “patrão” com o “empregado”, assim como a do “governo” com o “governado”, pois estes teriam ordens de interesses completamente diferentes. Deste modo, no texto é defendido o combate a todas as “leis” e a todos os governos, para que o “povo” governe a si mesmo.

E não desconfiam os ingênuos que assim pensam que harmonizar o patrão com o operário, o governo com o governado é tão impossível como juntar ao fogo a água sem que aquele se apague.

Em vez de combater os homens, de apelar para leis sábias e liberais, o que é preciso é combater todas as leis, todos os governos, afim de que o povo se governe por si, sem tutores, sem senhores, sem protetores.⁴³²

Portanto, os senhores a serem combatidos estariam representados nas “leis” e nos “governos”, que garantiam a “divisão” na *sociedade* e o regime político que “naturalizava” suas práticas, assim como os regimes econômicos e os valores de “harmonia” entre “ricos” e “pobres”. É significativo destacar que estes tipos de enunciados se ligam a outros como a “destruição do *Estado*” e da “propriedade particular”, presentes em quase todos os textos aqui descritos e o combate às “leis” e aos “governos”.

No periódico *Spártacus*, a noção de *Estado* emerge no texto intitulado *Princípios e fins*,⁴³³ escrito por José Oiticica. Neste texto ele apresenta deliberações e recomendações do *Congresso Comunista*, provavelmente *anarquista*, realizado em julho de 1919, no qual foi relator.

No trecho que se posiciona frente ao tema *Estado*, Oiticica diz que este é que mantém e representa a “propriedade particular”, baseando-se em leis que impõe aos “não proprietários” e “pequenos possuidores” a “violência”, configurando-se em instituição “anti-social e imoral”.

XVII. Para manter esse regime os possuidores garantem sua posse por meio do *Estado*.

XVIII. O *Estado*, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em *leis* impostas aos não possuidores ou aos pequenos possuidores.

XX. O *Estado* garante a execução das leis protetoras da propriedade particular por meio da violência (força armada). O *Estado* é, por isso, instituição anti-social e imoral.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ Oiticica, José. Princípios e fins. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº3, 16/08/1919, p.1.

XXVI. Todos os vícios humanos (fumo, alcoolismo, morfismo, jogo, prostituição, cafeísmo etc) originam-se na concorrência econômica, são por ela mantidos e garantidos pelo *Estado*.⁴³⁴

O *Estado* garantiria a “propriedade particular”, impunha leis, impunha-se pela violência da força armada e fomentaria os “vícios humanos”, conforme disse Oiticica. Estes enunciados teriam relações com os que emergiram em outros periódicos aqui descritos, pois afrontaria o *Estado* e estas prerrogativas destacadas.

O tema *Estado* emerge no periódico *O Rebelde*, no texto intitulado *O Estado... e a Revolução*,⁴³⁵ escrito por João Bovio.⁴³⁶ O texto defende que uma “revolução social” que se apresente deve ser anárquica, deve afrontar e combater todos os governos.

Uma vez que a revolução promete apresentar-se com caráter social, o partido revolucionário social por excelência deve ser anárquico; deve mostrar-se adversário não desta ou daquela forma de governo, senão de todos os governos.⁴³⁷

Deste modo é possível dizer que esta revolução enunciada por Bovio tem ligações com aquela de Kropotkin, que deveria derrubar os governos e os *Estados*, promovendo um tipo de “revolução econômica”, suprimindo a “propriedade particular” e qualquer tipo de “poder” que se colocasse sobre os *indivíduos* e as *sociedades*. Portanto, não se preconizava uma revolução política, pois estas levariam somente a “reformas”. As “transformações” efetivas ocorreriam pelas “revoluções sociais”, pois não se tratava de manter as relações e as ordens, mas sim modificá-las completamente e instituir relações que permitissem que as comunidades, as *sociedades* e os *indivíduos* se governassem. É disso que trata os discursos fundamentados em Kropotkin que emergiram nos periódicos da cidade.

O *Estado* seria, então, o fomentador dos privilégios, das “misérias”, das organizações, das guerras, das “ignorâncias”, dos luxos e das “carências”. Era este tipo de instituição que deveria ser abolida pelos combates *anarquistas*.

Porque quem diz *Estado* ou governo, diz privilégios e miséria, diz dominadores e subditos, senhores e escravos, ricos e deserdados; diz cultos dominantes e não religiões, exércitos e não defezas, diz escolas e não educação, diz o extremo luxo e a extrema carência. E todo pontífice, rei, presidente, diretório, ditador, representa o *Estado*, que

⁴³⁴ Oiticica, *op. cit.*, p. 1.

⁴³⁵ Bovio, João. *O Estado... e a Revolução Social. O Rebelde*. Rio de Janeiro, publicação especial, 1º/05/1919, p. 1.

⁴³⁶ Conforme observei em outras notas biográficas, não foi possível localizar informações sobre alguns autores de textos presentes nesta dissertação. Este é o caso de João Bovio. Lembro que os periódicos não tinham a prática de referenciar os seus colaboradores, dificultando mais a pesquisa. Deste modo, mesmo consultando dicionários biográficos, não foi possível saber quem foi o autor.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 1.

divide em duas a comunidade, com um ou outro nome, mais domina.⁴³⁸

Bovio utilizaria categorias atribuídas ao *Estado*, também empregadas em discursos anteriormente descritos, como a “miséria”, a “dominação” e a “divisão social”, e acrescentaria mais algumas, entre estas a “inveja”, a “opressão”, a “guerra”, a “violência”, a “sujeição”, o “silenciamento”, a “loucura”.

Orgulho e altaneiro [*sic*] com os súbditos, invejo com os vizinhos, o *Estado* é a opressão por dentro e a guerra por fora. Sob o protesto de ser o órgão da segurança pública, é, por necessidade, despojador e violento. Sob o protesto de custodiar a paz dos cidadãos, é o provocador das guerras vizinhas. Chama bondade à obediência, ordem ao silêncio, expansão à loucura de destruir, civilização à mentira. É, como a igreja, filho da ignorância e da fraqueza dos povos. Aos homens se manifesta tal qual é: o seu maior inimigo desde o nascimento até a morte.⁴³⁹

O *Estado*, então, se esgotaria na medida em que a autonomia do pensamento de todos os *indivíduos* colocasse em evidência as contradições entre o poder central e a *liberdade*.

Anárquico é o pensamento e para a *Anarquia* caminha a História. O pensamento de cada *indivíduo* é autônomo e todos os pensamentos dos homens formam um só pensamento coletivo que move a História, esgotando a vitalidade do *Estado*, pondo cada vez mais em evidência a antinomia insuperável entre a ação do poder central e a *liberdade* humana.⁴⁴⁰

Até o fim dos anos de 1910 a tônica dos discursos *anarquistas* referentes ao tema *Estado* ligava-o aos enunciados “opressão”, “controle”, “violência”, “exploração” e outros aqui descritos. Estes enunciados o ligavam grupos sociais e econômicos específicos: a “burguesia”, os “patrões” e os “exploradores”. No entanto, a partir do início da década de 1920, foram mantidas estas premissas, atribuídas ao termo *Estado*, nos discursos *anarquistas*, mas agora o ligando a outro tipo de sujeito e organização política: os *bolchevistas* [*comunistas marxistas-leninistas* russos], como eram chamados pelos *anarquistas* neste período.

Observo que notícias sobre a *Revolução Russa* de 1917, na qual os *bolchevistas* disputaram e conquistaram o exercício do *poder* das instituições [públicas e privadas] e do *Estado* na Rússia, foram publicadas no Rio de Janeiro. As notícias sobre desenvolvimento da *Revolução* foram publicadas nos periódicos *anarquistas* a partir de 1918, como: *Crônica Subversiva*, *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, *O Rebelde*, *Jerminal*,

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ *Ibidem*.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

Spártacus, Renovação e Lucta Social.

Os *bolchevistas* eram acusados de “controlar” o *Estado* russo de forma tão autoritária quanto à “aristocracia” e “burguesia”. Portanto, abria-se um tipo de disputa na qual os *anarquistas* combateriam os *bolchevistas* nos aspectos políticos e revolucionários. Assim, eles combateriam o *Estado bolchevista* russo e afrontariam qualquer possibilidade de *revolução* a partir da tomada do *Estado*, que resultaria, segundo eles, em “tirania”, “exploração” e “submissões”, conforme já vinham enunciando nas duas últimas décadas.

Em 1922, seguindo-se a discussões acerca do tema “ditadura do proletariado” e “governo russo”, foi publicado um texto em *Lucta Social: Quinzenário anarquista* que afrontava esta “nova” modalidade de “*Estado* proletário” controlado pelos *bolchevistas*, através do texto intitulado *Duas palavras*,⁴⁴¹ assinado pelos editores que se denominavam Grupo de Propaganda Social.

Assinalo que não vou me deter em descrever a analisar qualquer possibilidade de conceituação do termo “ditadura do proletariado”, pois procuro entender justamente multiplicidades e ressignificações de palavras e coisas emergidas entre *anarquistas* do Rio de Janeiro. Entretanto, observo, a partir de um dos autores basilares do *marxismo*, Vladimir Lenin, uma possibilidade de esclarecimento. Lênin, uma das principais lideranças dos *bolchevistas* na *Revolução Russa*, como se sabe, defende, em *O Estado e a Revolução*, que a “ditadura do proletariado” será a ampliação da *democracia* e da *liberdade*, garantida pela “coerção e dominação” do proletariado, uma “organização de Vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores [...]”, ou seja, a “democracia dos pobres” e do “povo”, não mais da “gente rica”. Deste modo, diz Lenin: “ditadura do proletariado traz uma série de restrições à *liberdade* dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas”.⁴⁴² É justamente a restrição à *liberdade* que constituía um dos flancos de combate dos *anarquistas*, independente de quem ou quais grupos estivessem exercendo este poder.

O texto de *Lucta Social* procura enunciar o periódico, em nome do Grupo de Propaganda Social, como um “órgão” de propaganda de discursos “*anarquistas*” e “comunista libertário”.⁴⁴³ Diz que seria uma “sentinela do bem” e abateria “a muralha sombria dos interesses criados legados pelo ativismo hereditário e eternizado pela inconsciência dos próprios explorados”.⁴⁴⁴

Destaca que a *anarquia* encontrava-se atacada: “Nunca como no momento atual a

⁴⁴¹ Lucta Social. *Duas palavras*. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922, p. 1.

⁴⁴² Lenin, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 91.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

Anarquia se viu tão atacada tanto na essência da sua finalidade como nos meios de empregar – meios pelos quais os *anarquistas* julgam possível a sua realização”.⁴⁴⁵ Deste modo, defende que as “táticas *anarquistas* não faliram” ou foram “postas de lado” e que não se conhece “nenhuma efetivação prática” de uma “*sociedade* aproximada à *anarquia*”.⁴⁴⁶ Seria, então, a afirmação da *anarquia* em meio a disputas pelos espaços sociais e políticos. Era a afirmação de um projeto político que não se remetia ao *Estado* como forma de exercício de poder e de ordenamento social.

O Grupo diz que haveria um “abismo” entre objetivos dos *anarquistas* e dos *bolchevistas*, pois os primeiros visariam “abolir o capital”, a *propriedade particular* e o *Estado*:

É claro que os *bolchevistas* não poderiam agir de diferente modo; o abismo entre o que querem os *anarquistas* e eles é enorme, incomensurável; os *anarquistas* querem a abolição do capital e da sua expressão social, a propriedade, mas, reconhecendo no *Estado*, o órgão criado para defender aquele e esta, procuram, também, suprimi-lo.⁴⁴⁷

As diferenças aqui, entre eles, eram estabelecidas e afirmadas na manutenção do *Estado* como instituição de “controle”, assim como de “vigilância”, de limitação, de ordenamento e de poder degenerativo. Era contra este tipo de poder que se sobrepunha aos *indivíduos* e a *sociedade* que os *anarquistas* se posicionavam. Portanto, sendo um *Estado* “burguês” ou “operário”, os exercícios de *autoridade* eram acionados. Era pela supressão das instituições e das práticas que conformavam o *Estado* que os anarquistas se dirigiam. Uma vez abolidas, a “revolução social” estaria *realizada*. Neste sentido, diz o texto: “[...] Ora, *Lucta Social* procurará de futuro provar quem são os verdadeiros revolucionários e o que é a Revolução”.

Defendia também que a “exploração burguesa” não cessaria simplesmente, pois não dependeria de política, mas de “propaganda revolucionária”. Era preciso formar e educar os *indivíduos* para uma nova ordem social, ordem esta sem *Estado* e propriedade.

Lucta Social não vem para alimentar fagueiras ilusões arruaceiras. O regime de exploração burguesa não se destruirá somente com entusiasmos inconscientes. É preciso levar ao ânimo dos *indivíduos* a compreensão dos seus deveres e a necessidade deles fazerem respeitar os seus direitos de homens livres. Nada de política; propaganda consciente sim.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁴⁸ *Ibidem.*

Portanto, era um afastamento das ações políticas. Era o aprofundamento da formação e da “conscientização” dos homens, fazendo-os “compreender que eram livres”. Este era o tipo de ação que os *anarquistas* deveriam adotar. Entretanto, conforme apontei anteriormente, este era um posicionamento que colocava os *anarquistas* como “doutrinadores”, “ordenadores” das relações sociais baseadas em “igualdade” e em “autonomia”, “pastores” de certa “massa de inconscientes” que não saberiam como se rebelar, como profanar, como *dessacralizar* quaisquer *poderes* que se sobrepussem aos seus interesses individuais e sociais.

O tema *Estado* também surgiu em *A Lucta Social: Quinzenário anarquista*, em um texto, intitulado *Para a Frente*,⁴⁴⁹ escrito por Fábio Luz,⁴⁵⁰ que afrontava o que chamou “*Estado* soviético”. O texto acusa a associação do “Socialismo coletivista” com o “socialismo de *Estado*” republicano, presentes na “República marxista”, no “comunismo autoritário” que, fundado em um “*Estado* transitório” eliminaria suas instituições.⁴⁵¹ Deste modo:

É o *Estado* soviético, a República Marxista que se organiza. Logicamente cessou o nosso apoio à *Revolução Russa*, que se desviou os seus fins. Temos que combater mais este inimigo da ordem social que aspiramos; temos que lutar contra mais esta tirania; temos mais um adversário perigoso, que combateu conosco e no momento da verificação dos despojos dos vencidos roubou escandalosamente o que aos *anarquistas* cabia, como propagandistas e orientadores da nova *sociedade*.⁴⁵²

De modo parecido com o texto anterior, Luz defende que os *anarquistas* recomeçariam a “doutrinação”, o “ensino do *anarquismo* desde os primórdios”. Seria a retomada de trabalhos e esforços de doutrinações que foram ofuscados pela *revolução dos russos*, que teria produzido um sentido revolucionário que “convertera” revoltados que se identificavam com o *anarquismo*, mas que não se adaptaram a um tipo de regime sem autoridade:

Incompreendidos por muitos companheiros, cujas consciências de revoltados não se adaptaram à concepção de um regime sem patrões, sem governos e sem *Estado*, que transformam a todos em seus salarizados, teremos de iniciar a campanha de ensino do *anarquismo* desde os primórdios. [...] Não se deve desanimar, entretanto, pensando nos fundos sulcos que o jugo e a carga imprimiram nessa pobre gente, produzindo-lhes calosidades que a impedem de olhar de frente para o céu e para a luz.⁴⁵³

⁴⁴⁹ Luz, Fábio. Para a frente. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, 1º/05/1922, p. 3.

⁴⁵⁰ Fábio Luz [1884-1938] foi referenciado na nota 134.

⁴⁵¹ Luz, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ *Ibidem*.

Portanto, com este texto de Luz, a afronta ao “*Estado* sovieta”, parece marcar um período de *reavaliação* de práticas em torno da *doutrinação anarquista*, de um lado, e de afrontamento a mais um tipo *poder* e prática política, representado pelos *bolchevistas*, que em 1922 fundaram, no Brasil, o Partido Comunista do Brasil, a partir da *emergência* de um *novo* tipo de discurso que combatia às estratégias *anarquistas* de constituição de um tipo de *sociedade livre*, emancipada, autônoma, a partir da destruição das instituições e dos discursos que conformavam o *Estado*.

Em resumo, a partir dos textos aqui selecionados e descritos, percebi que foram diversas as formas de se enunciar o tema *Estado*. Os autores, entre 1898 e 1922, defenderam que este resguardaria interesses de *dominação* e *poder* da “burguesia”, dos “exploradores”, além de “privilégios” e “misérias”, de “centralização” política e administrativa, de “tirania”, de “guerra”, da “propriedade particular”, de “leis”, de “divisão” social. Este tipo de organização seria anti-social e deveria ser suprimida, assim como todas as suas premissas e instituições que o conformavam. Esta supressão se daria através de um tipo de revolução, a “revolução social”, que não disputaria as representações das vontades e dos interesses individuais e sociais através de práticas políticas parlamentares, mas através de ações sociais que efetivamente representassem seus interesses, sem qualquer delegação de *poder*. Deste modo, o *Estado* deveria ser combatido, afrontado e destruído para que a *sociedade* e o *indivíduo* pudessem se desenvolver livremente e de acordo com suas necessidades, sem poderes exteriores a eles, sem submissões e sujeições.

3.2. Formações de noções de *autoridade*

O tema *autoridade* foi um dos mais recorrentes em *práticas discursivas* nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro. Entretanto, observo que não foi publicado qualquer texto que o isolasse e o tratasse, mas foi possível encontrar sua recorrência em textos *anarquistas* publicados entre 1898 e o início da década de 1920.

Descrevo, aqui, as enunciações de *autoridade* que emergiram e que procuraram fixar sentidos para uma palavra tão combatida por eles, mas que, mesmo sendo afrontada nos textos, teve vários sentidos, e que possibilitou a conformação dos discursos *anarquistas* na cidade. É para descrever, analisar e comparar a palavra *autoridade* e suas diversas enunciações que me dedico nas próximas páginas.

Em *Despertar: Periódico comunista-livre*, a noção de *autoridade* emerge no texto intitulado *Porque somos anarquistas*, assinado por Heriberto. Neste ele defende a “abolição dos capitalistas”, da “centralização política”, da “direção da produção” pelo *Estado*, de

governantes, junto com “todos os capitalistas”. A *diversificação*, contraposta à “uniformidade”, é defendida, pois possibilitaria a “variedade” e o “progresso”. Além disso, o texto defende a “emancipação da mulher” e suas atividades sociais, políticas e econômicas.

Na enunciação específica de *autoridade*, o texto afronta os “capitalistas” e os “governantes”, que exerceriam o poder autoritário. A *autoridade* é tomada como contrária à justiça, que provavelmente não seria a justiça como um “poder” do *Estado*, baseada em leis e códigos elaborados pelos legisladores parlamentares e juristas, mas fundamentada em premissas e valores de discursos *anarquistas* como “igualdade”, “*liberdade*” e “harmonia”, por exemplo. Denunciava-se, então, que ela se manteria pela violência e negaria a *liberdade*.

A abolição dos “todos capitalistas” e “governantes” seria um dos objetivos desse texto, pois eles instituíam e desenvolviam exercícios de *autoridade*, portanto “odiadas” pelos *anarquistas*, que além de negar a *liberdade* se instituíam e se mantinha pela violência, que suponho ser a violência “legalizada” do *Estado* através de instituições como a polícia e o exército, que além de restringir e limitar a “*liberdade* social” poderia negá-la a outrem.

Junto com todos os capitalistas, queremos abolir a todos os governantes e, principalmente porque odiamos a *autoridade* de baixo de todas as formas, como contrária que é sempre à justiça, somos *anarquistas*.

A *autoridade* não se sustenta e não pactua mais que pela violência, é pois a negação da *liberdade*.⁴⁵⁴

Era através da violência que a *autoridade* se sustentava. Portanto, negava-se “todas as formas” de *autoridade* para que se pudesse afirmar a “*liberdade*”.

De outro modo, na revista *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc*, emergem outras noções de *autoridade*, como no texto intitulado *A ciência moderna e a anarquia*,⁴⁵⁵ escrito pelo russo Piotr Kropotkin. Observo que é provável que Kropotkin não tenha escrito este texto para a revista. Mas também é muito provável que sua presença em tal periódico fosse decorrente da concordância dos editores com tal tipo de discurso.

Neste texto, ele defende que a *anarquia* ocupa um lugar no “meio do renascimento das ciências naturais e que caracteriza a segunda metade do século XIX”.⁴⁵⁶ Os *anarquistas* deveriam prosseguir:

na obra dos filósofos do século passado (ingleses e Enciclopedistas) se

⁴⁵⁴ Heriberto. *Op. cit.*, p. 1.

⁴⁵⁵ Kropotkin, Piotr. *A ciência moderna e a anarquia*. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc*. Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1904.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 13.

esforçam por elaborar uma compreensão geral, mecânica, da natureza, em seu todo – abrangendo o desenvolvimento das *sociedades* humanas e seus problemas econômicos, políticos e sociais. Continuam, assim, o trabalho das ciências naturais aplicando-os aos problemas sociológicos.⁴⁵⁷

Kropotkin defende que “a Natureza é um todo de que o homem e a *sociedade* são partes” e que o “método” dos *anarquistas* [*comunistas anarquistas*] é o das “ciências naturais exatas”. Deste modo, ele diz: “trabalhamos para construir nossa filosofia científica, tão bem como todas as suas aplicações práticas, de modo a coglobar [*sic*] toda a Natureza e todos os fatos de ordem social numa mesma unidade de idéias [...]”.⁴⁵⁸

Para ele este trabalho se refere à “vida das *sociedades*”, defendendo que:

Nas questões de direito, de moral de economia política e de história das instituições, abordadas pelos *anarquistas*, estes jamais erigiram altar às grandes “palavras”, à sombra das quais se abriga a ignorância ou a velha superstição, sempre a mesma. Ao contrário: eles enfrentaram estas questões chãs sem ênfase, mesmo como o naturalista explicando o fato natural do desenvolvimento de uma flor ou de uma espécie animal. Cientemente ou não, o certo é que são eles os continuadores do grande movimento naturalista-materialista destes últimos quarenta anos.⁴⁵⁹

O *anarquista*, deste modo, trabalharia no “estudo das formas societárias, antigas e modernas, a fim de lhes encontrar os elementos do progresso. E acha, indubitavelmente, que o desenvolvimento societário é infinitamente mais complexo [...]”.⁴⁶⁰

O estudo para o *anarquista* não seria pelo “prazer de estudar”, mas para resolver um problema: “e como o *anarquista* sabe muito bem que o estudo feito pelo único prazer de estudar não dá resultado, isto é, que se faz preciso em qualquer reflexão ou leitura, ter um fim, ter um problema a resolver [...]”.⁴⁶¹

Kropotkin defende que a *anarquia* teve duas origens: uma prática, a partir das revoluções de 1793, de 1848 e de 1871, e outra filosófica, baseada na “compreensão materialista, mecânica da Natureza, na qual o homem, sua vida psíquica e sua vida societária, então, compreendidas como fatos de história natural”.⁴⁶² Defende também a expropriação da *propriedade particular* e as ações *anarquistas* no presente: “E como nunca é cedo para fazer o

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 14.

bem, o *anarquista* procede assim desde agora. A harmonia, a justa disposição das partes – sim, a ordem – nunca!”⁴⁶³

Foi entre estes enunciados que emergiu o tema *autoridade*. Kropotkin considera que a *autoridade* do *Estado* é de “origem recente” e “sempre crescente neste século”, provavelmente o século XIX. A *autoridade* seria “inútil”, “nociva”, contra a “*liberdade*”. Seria constituída para conformar interesses dos “governantes”.⁴⁶⁴

Sabe [o *anarquista*] que a *autoridade* deste [do *Estado*] é de origem recente, e constata cada vez mais que esta *autoridade*, sempre crescente neste século, é inútil, é nociva - é um obstáculo mesmo ao progresso. A *autoridade* que foi a causa da derrocada da Grécia e de Roma, que em todo tempo foi constituída para consolidar os interesses do rei, do senhor feudal, do salteador fardado, do juiz e do padre – jamais poderá vir a ser um instrumento de liberdade [...].⁴⁶⁵

Portanto, a *autoridade* seria um entrave ao progresso e ao desenvolvimento das “*sociedades* humanas”, contrastando com as proposições *anarquistas* de evolução social a partir da *liberdade* e da solidariedade entre as comunidades e os *indivíduos*. O que se acusava e se afrontava era a *sociedade* “burguesa” e “capitalista”, além do *Estado*, que seriam “anti-sociais”, pois promoveriam as desigualdades e impediriam o *desenvolvimento* e a *evolução* social a partir de suas necessidades.

Em *A Guerra Social: Periódico anarquista*, foi publicada uma noção de *autoridade* no texto intitulado *Nosso ideal*,⁴⁶⁶ escrito por Pietro Gori. Lembro que, neste texto, Gori defendeu que os trabalhadores são “explorados” pelos “capitalistas”. Atacou o *Estado*, pois este representaria uma forma de organização política que contribuiria com a manutenção dessas condições. Portanto, para que houvesse mudanças sociais significativas, era necessário destruí-lo, abolindo também a *propriedade particular*, o governo, as leis.⁴⁶⁷

Em uma enunciação mais específica acerca da *autoridade*, Gori diz não poderia haver “ordem social” diante de relações de dominação, opressão e violência. Seria contra as “ordens sociais capitalistas”, apoiadas no *Estado*, que os *anarquistas* se voltavam. Deste modo, propunha atacá-lo e a toda e qualquer espécie de governo, pois estes seriam representações da *autoridade*.

Não há, não pode haver ordem, na verdadeira acepção da palavra, onde existir seja nas relações sociais, econômicas ou políticas,

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶⁶ Gori, Pedro. O nosso ideal. *A Guerra Social. Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911, p. 1. Destaco que este texto foi referenciado no capítulo sobre *formas de vida social: o indivíduo e a sociedade*.

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

domínio, opressão, violência do homem sobre o homem. Eis o motivo porque os *anarquistas* empunham a revolucionária e demolidora picareta da crítica contra a ordem capitalista e familiar da presente organização social. Eis porque atacam na sua essência o princípio da *autoridade* personalizada no *Estado* ou no governo; não este ou aquele governo, mas sim, todos os governos.⁴⁶⁸

Os afrontamentos não se remetiam somente aos poderes do *Estado*, dos governos e da *sociedade* “capitalista”. Eles se dirigiam fundamentalmente aos exercícios de *autoridade*, associado à tirania, que era o que fundamentava as ações das instituições políticas, econômicas e sociais. Por outro lado, era a proposição de um tipo de *sociedade* e de *indivíduo* que se governasse, soberanamente, sem quaisquer tipos de imposições sociais, políticas e econômicas.⁴⁶⁹

De outro modo, na revista *A Vida: Revista mensal anarquista*, emerge no texto intitulado *Anarquia. Sua definição etmológica*,⁴⁷⁰ escrito por André Girard, uma noção de *autoridade* é tomada como “usurpação” e “violação” de direitos individuais, “obstáculo” à *sociedade* e aos *indivíduos*.

Autoridade: [...] ela é a usurpação efetuada por um ou vários membros da *sociedade* sobre os direitos dos restantes no funcionamento integral da sua individualidade. A *autoridade* é, por conseguinte, uma violação do imprescindível direito de cada um; ela determina forçosamente, pelos obstáculos que traz ao desenvolvimento do *indivíduo*, uma melhoria da sua individualidade, prejudicando-a e prejudicando ao mesmo tempo a *sociedade* ao diminuir o número ou o valor dos serviços que o *indivíduo* é suscetível de prestar-lhe.⁴⁷¹

Além disso, a *autoridade* estaria em contradição com a “ordem”, a “harmonia social” e a “felicidade” do *indivíduo*, na medida em que se colocava sobre estes e suas vontades.

O *anarquismo* entende que a ordem, a harmonia, na *sociedade*, assim como a felicidade do *indivíduo*, estão em contradição com o exercício de uma *autoridade*, seja ela qual for.

Tem-se procurado opor a esta conclusão que a *autoridade* é necessária para reprimir os instintos anti-sociais de alguns homens e prevenir os eventuais atentados contra o direito de cada um. [...] ⁴⁷²

Afrontando a *autoridade*, então, defende que ela não era necessária para organizar a vida social. Portanto, deveria, assim como *Estado* e os governos, ser abolida.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

⁴⁷⁰ Girard, Andre. *Anarquia. Sua definição etimológica. A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915, p. 60.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² *Ibidem*.

Outra noção de *autoridade* foi publicada também em *A Vida: Publicação mensal anarquista*, no texto intitulado *Profissão de fé*,⁴⁷³ escrito por Manoel Cavalcanti de Melo Filho.⁴⁷⁴ Neste texto ele defende que não mantém ilusão “sobre formas de governo”, considerando:

sobre esta organização social iníqua, a esperiência sobre os homens e as couzas, a luz projetada em meu espírito por algum estudo convenceram-me por fim de que todas as formas de governo se equivalem, porque nenhuma delas repouza em condições compatíveis com o exercício da *liberdade*.⁴⁷⁵

A “influência” das instituições sociais, baseadas nos direitos de propriedade, de governo e de moral social, divide a *sociedade* entre “ricos” e “miseráveis”, escravidão, “compressão”, “anulação completa do eu individual e coletivo”.⁴⁷⁶

Melo Filho diz que:

a melhor maneira de se governarem os homens, a única que se coadunando com a dignidade humana lhes pode assegurar a felicidade [...] é viverem sem governo. Creio sinceramente, profundamente, por menos que se conceba poderem os homens chegar a administrar-se sem governos [...]⁴⁷⁷

Defende a *liberdade* e a “felicidade do homem”, que se aproximariam, mas sem governos, pois estes, “qualquer que seja o sistema, assim como as igrejas, seja qual for o credo, não são mais que instituições baseadas no embuste e na violência organizada, para explorar, oprimir e infelicitar os povos”.⁴⁷⁸

Em uma enunciação específica sobre a *autoridade* ele diz que o “princípio da *autoridade*”, que significaria “arbitrariedade”, causaria o que chamou de “iniquidade econômica”, “política” e “moral”. Seria, então, sobre estas iniquidades que as instituições sociais se baseariam.

⁴⁷³ Melo Filho, Manoel Cavalcanti de. *Profissão de fé*. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915, p. 36.

⁴⁷⁴ Observo que não foram localizadas informações sobre Manuel Cavalcanti de Melo Filho. A única referência é que ele escreveu este texto em Recife, em 1914. Acrescento que não localizei outros textos desse autor nos periódicos aqui selecionados e descritos. Lembro, também, que não era prática dos periódicos referenciar seus colaboradores. Além disso, não foram encontradas informações em dicionários biográficos específicos de militantes *anarquistas*, como o de Edgar Rodrigues [Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Esta obra foi editada em cinco volumes, no Rio de Janeiro e em Florianópolis, entre 1994 e 1998], que consultei. Todos estes aspectos dificultaram esta pesquisa biográfica.

⁴⁷⁵ Melo Filho, *op. cit.*, p. 36.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

O princípio da *AUTORIDADE* – eis a origem, a causa e primaria das trez iniquidades formidáveis que peçam sobre nós: a *iniquidade econômica*, a *iniquidade política*, a *iniquidade moral*.

Autoridade quer dizer – arbitrariedade.

E é sobre esse fatal princípio que se baseam todas as instituições sociais: a do *direito de propriedade*, de que deriva a iniquidade econômica; a do *governo*, de que procede a iniquidade política; a da *moral social*, de que provém a iniquidade moral.⁴⁷⁹

A *autoridade* é que causaria as “desigualdades”. Era ela que devia ser combatida, pois a partir dela se instituiriam o *Estado*, o governo, a propriedade e a religião. Combatendo-se estes, combater-se-ia a *autoridade* e se instituiria relações sociais sem governo e sem arbitrariedades.

No *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, uma noção de *autoridade* emerge no texto intitulado *Um programa mínimo de anarquia*,⁴⁸⁰ escrito por Domingos Ribeiro Filho, defendendo que não deve haver *autoridade* em nenhuma relação social, pois não “há direito de mando” e de obediência, pois o *indivíduo* é livre. A noção de *autoridade* é mais abrangente aqui, pois não se restringe somente às ações de instituições políticas estatais, conforme nas descrições anteriores, mas se dirige às relações sociais, se aproximando, em certas medidas, dos enunciados de Melo Filho, que defendeu as formas de *autoridade* da igreja e da *sociedade*. Combatia-se, desse modo, a *autoridade* “paternal”, também de “família”, que se ampliava para os combates à *autoridade* “pública”, neste caso do *Estado*.

Não poderá haver nenhuma relação de *indivíduo* que se baseie em *autoridade*. Não há direito de mando, nem dever de obediência.

É livre o *indivíduo* desde quando lhe é possível prover a própria subsistência. Não havendo *autoridade* paternal nem individual, não haverá também pública.⁴⁸¹

Neste sentido, abolido o *Estado*, emergiria a “*sociedade* livre”, baseada em “necessidades comuns”, abolindo *leis* estatais e substituindo-as por outras que fossem referentes às “necessidades comuns” e “ocasionais”. É de se destacar que preconizava a abolição do *Estado* e das *leis*, mas não se descartava as possibilidades de *emergências* de outras que, embora fossem de acordo com as “necessidades ocasionais” das *sociedades*, seria um tipo de controle, um tipo de exercício de *autoridade* que poderia violar os pressupostos de

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁸⁰ Ribeiro Filho, Domingos. Um programa mínimo de *anarquia*. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n°3 abril de 1918, p. 4.

⁴⁸¹ *Ibidem*.

autonomia e de auto-governo. Ao que parece, procurava-se resolver este paradoxo com a enunciação de “leis transitórias” e de acordo com as “necessidades comuns”.

É abolido o *Estado* desde as suas formas elementares até as suas derradeiras conseqüências, subsistindo apenas a *sociedade* livre, baseada nas transitórias necessidades comuns.

São abolidas as leis existentes; serve de lei a necessidade comum e ocasional; durando o tempo da necessidade que a convencionou sem que a ela obrigue quem quer que seja.⁴⁸²

Portanto, a *autoridade* era tomada como “direito de mando” e “dever de obediência”, exercidos pelos pais, pelo *Estado* e pelos próprios *indivíduos*. Era a obrigação. A partir disso, afrontavam-se as relações sociais e políticas baseadas em exercícios de *autoridade*, “porque ‘autoritários’ vivem da *autoridade* e a maior soma de *autoridade* descricionária está na ditadura”.⁴⁸³

De outro modo, no texto *Ao camarada Octávio Brandão*,⁴⁸⁴ publicado também em *A Lucta Social*, os *bolchevistas* foram atacados e tomados como *autoritários*. Este é um texto que responde questões levantadas por Octávio Brandão em uma conferência que pronunciou na sede da União dos Operários em Construção Civil do Rio de Janeiro. Questionam-se as colocações de Octávio sobre a posição de “intransigência dos *anarquistas*”, pois estes consideravam o *Estado* como representação da *autoridade*, portanto deveria ser abolido, pois seus poderes não se justificavam sem o exercício da *autoridade*. Era afrontada a posição dos *bolchevistas* que diziam usar o *Estado* para aboli-lo.

No meu fraco pensar semelhante raciocínio é um formidável contra-senso. A *Anarquia* não pode consentir que os seus propagandistas alenciato [*sic*] num só momento, sobre a crítica a fazer às instituições estatais em vista do estreito espírito conservador e, portanto, reacionário que eles traduzem assim como, em muitos casos, não pode deixar passar em julgado a ação dos servidores do “*Estado*”, meramente daqueles que “desejam” e “defendem” a continuação do mesmo. Claro está, amigo Brandão, que os partidários do bolchevismo estão neste ponto de vista: querem, em princípio, a continuação do *Estado* até as coisas melhorarem.⁴⁸⁵

Quanto à noção de *autoridade*, este texto definiria um tipo de luta dos *anarquistas* contra o que foi chamado “espírito autoritário”, de “natureza centralista”, e o tipo de *sociedade* que os *anarquistas* queriam fazer emergir. Esta seria fundada em “bases

⁴⁸² *Ibidem*.

⁴⁸³ Luz, Fábio. Para a Frente. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922, p.3.

⁴⁸⁴ *Lucta Social*. Ao camarada Octávio Brandão. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922, p. 3.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

federalistas”, partindo do *indivíduo* até o nível internacional, através da “solidariedade” e do “livre acordo”.

Os *anarquistas* lutam energicamente contra o espírito autoritário e concentrador dos práticos do governo e de todas as concepções políticas estatais, por sua natureza centralista.

Daí concebem a vida social futura em bases federalistas, subindo do *indivíduo* à corporação, à comuna, à região, à nação, à internacional, unidos terão pela solidariedade e livre acordo.⁴⁸⁶

Defendendo a *sociedade comunista anarquista*, o texto diz que Kropotkin já havia dado exemplos deste tipo de organização.

Já em 1890 Kropotkin tomava como ponto de partida (as condições atuais da indústria, onde tudo se entrelaça e sustenta reciprocamente, onde cada ramo da produção se utiliza de todos os outros) apresentava como exemplos de possíveis organizações comunistas-anarquistas alguns dos mais vastos organismos nacionais e internacionais da produção e distribuição, de serviços públicos e agricultura.⁴⁸⁷

A organização “comunista” não seria novidade enunciada pelos *bolchevistas*, mas um processo muito mais amplo e histórico, pois já havia sido enunciado desde 1890 e já teria sido verificado que mesmo em *sociedades* “capitalistas” as práticas *comunistas* tinham sido experimentadas.

A esse respeito Kropotkin diz que as estradas, pontes, comunas e outros tipos de atividades “humanas”, teriam sido desenvolvidas tomando por base o trabalho “comum”, o trabalho *comunista*. Não era um *comunismo anárquico*, conforme preconizava, mas uma forma de trabalho comunitário, solidário e cooperativo. Ele considerava que estes tipos de ações poderiam ser *redefinidas, redimensionadas e ressignificadas* em torno da sua concepção de *comunismo*.⁴⁸⁸

Parece-me, que era este tipo de exemplo que estava sendo contraposto a qualquer possibilidade de se dizer que o *comunismo* emergira com os *bolchevistas* a partir da Revolução de 1917.

Em suma, descrevendo e comparando noções de *autoridade* que emergiram em periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro, é possível considerar que o tema teve vários significados, fundamentados em exercícios de poder, que para os *anarquistas* era sempre

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

⁴⁸⁸ Cf. Kropotkin, Piotr. *O comunismo anárquico*. In: Kropotkin, Piotr. **A Conquista do Pão**. [1892]. Rio de Janeiro: Edições Simões, 1953.

degenerativo. Entre os significados mais recorrentes, defendeu-se que a *autoridade* seria: “contra a justiça”, “violenta”, “ditadora”, “arbitrária”, “inútil”, “nociva”, consolidadora de interesses de poder, representada pelo *Estado* e pelo governo, “usurpadora” e “violadora” de direitos individuais, “obstáculo” ao *indivíduo* e à *sociedade* e “desnecessária”.

Ela, com todas as suas significações, deveria ser “abolida” e eliminada, assim como o *Estado*, o governo, o paternalismo e a sobreposição de um *indivíduo* sobre o outro, por exercitá-la e praticá-la. Deste modo, os mais recorrentes afrontamentos dos *anarquistas* nestes textos sobre o tema se voltaram aos governantes, ao *Estado*, aos capitalistas, à *sociedade* “vigente” e suas relações sociais.

Portanto, este foi um tema afrontado pelos *anarquistas* em muitos de seus textos, mas só emergiram acoplados a outros enunciados que se referiam à *sociedade* “burguesa” e à arbitrariedade. Estes, por sua vez, possibilitaram que se conformassem posicionamentos contrapostos à *autoridade* e que afirmariam a *liberdade* como uma das principais premissas e fundamentações dos discursos *anarquistas* no Rio de Janeiro.

Contudo, o tema *autoridade* emergiria no final dos anos de 1910 sob a forma de “ditadura do proletariado”. É disso que trato a seguir.

3.3. Formações de noções de “ditadura do proletariado” como forma de *autoridade* – divergências, confrontos e afirmações

A “ditadura do proletariado” foi uma questão nova nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro, emergindo entre os anos de 1920 e 1922, marcando o início de uma *crise* entre *anarquistas* e a instituição de um discurso denominado “comunista bolchevista”, a partir do qual foi fundado o Partido Comunista do Brasil e que, pelas suas práticas, disputou sentidos nas ações políticas e sociais, marcando uma fase de reafirmação do discurso *comunista anarquista*, que afrontava as enunciações de “ditadura do proletariado” e “centralismo” político enunciado por esses pelos *bolchevistas*.

Observo que emergiram dois tipos de discursos sobre a “ditadura do proletariado” em periódicos *anarquistas* na cidade: os *favoráveis* e os *contrários* à “ditadura”, conforme descrevo nas próximas páginas.

Em *Renovação: Quinzenário suyndicalista e comunista* o tema “ditadura do proletariado” emerge no texto intitulado *Nossa bandeira*,⁴⁸⁹ escrito pelo Grupo Editor *Renovação*, que enuncia os objetivos de *Renovação* e sua adesão aos discursos e práticas dos

⁴⁸⁹ *Renovação. Nossa bandeira. Renovação. Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920, p. 1.

chamados “comunistas russos” e seus exercícios de *poder* através da noção de “ditadura do proletariado”. Deste modo, diz o texto: “Adotando a orientação doutrinária dos comunistas russos para a vitória integral das classes trabalhadoras, manifestamos-nos desde já partidários entusiásticos da ditadura do proletariado”.⁴⁹⁰

A “ditadura do proletariado” era tomada como “situação transitória”. Ela garantiria o desenvolvimento da *revolução* e possibilitaria a afirmação de novas ordens políticas, econômicas e sociais, uma vez que combateria a “reação” da “burguesia”. Portanto, os “fins” revolucionários justificariam os “meios” utilizados, pois a *ditadura* “desapareceria” quando fossem abolidas as classes na *sociedade comunista*.⁴⁹¹

No processo de “emancipação proletária” se admitia o uso da *violência*, pois era uma guerra. Mesmo que fossem negativas, a *violência* e a *ditadura* se justificavam neste processo, pois a *burguesia* e os governantes não entregariam o *poder* sem combates: “Trata-se de uma guerra de classes. [...] As revoluções de caráter social vêm sempre acompanhadas de fenômenos negativos. A *Revolução Russa* teve os seus momentos negativos”.⁴⁹²

Mesmo afirmando a *ditadura* e a *violência* como pressupostos para a “emancipação”, condenava-se a primeira como uma premissa absoluta. Ela seria referente a um momento histórico específico da “guerra entre as classes”, provavelmente entre “burguesia” e “proletariado”, para garantir o sucesso da “emancipação proletária”. Era isso que se defendia neste texto.

[...] condenamos a falhas da *Revolução Russa* sem condenarmos as nossas próprias falhas. Combate-se em teoria a ditadura, mas se é capaz, em dado momento, de exercer uma ditadura. [...] Que a nossa bandeira vermelha se desfralde e flutue sobre o Brasil nas mãos de ferro do proletariado.⁴⁹³

Afrontava-se a “classe burguesa” e afirmava-se a “ditadura do proletariado”, ao lado da *violência*, pois uma vez tomado o *poder* do *Estado*, os *proletários* instituiriam uma ordem política e social, baseada na *expropriação da propriedade particular*.

Também no periódico *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*, foi publicado um texto que, ao contrário do anterior, afrontava e combatia a prática da “ditadura”. O texto se intitulava *Ditadura do proletariado*,⁴⁹⁴ escrito por A. Corrêa,

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *Ibidem*.

⁴⁹⁴ Corrêa, A. Ditadura do Proletariado. *Renovação. Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920, p. 3.

provavelmente Antônio Corrêa,⁴⁹⁵ e dedicava suas linhas a afrontar e combater qualquer possibilidade de “ditadura”, sob qualquer hipótese, mesmo que fosse “proletária” e em nome de sua “emancipação”.

Corrêa diz que não aceita a idéia de que “ditadura proletária” possibilitaria uma “transformação social” profunda: “Não aceito, como combate, a idéia que da ditadura proletária fazem os revolucionários políticos adeptos de uma transformação social de *fond en comble*, ou profundo. [...]”⁴⁹⁶

A “ditadura” seria imposição à *classe* que se quer expropriar e ao *proletariado* e não traduziria a “vontade da maioria”.

A ditadura do proletariado, sob qualquer aspecto, é uma imposição das massas que trabalham à classe capitalista despojada dos seus privilégios.

O primeiro aspecto da ditadura proletária [...] é não só uma imposição à classe que se quer expropriar, como ao próprio proletariado. E uma revolução que tenha em vista realizar uma obra assim não é social, porque não representa, não traduz a vontade da maioria.⁴⁹⁷

Ele defende que a “revolução” que se opera através da “ditadura” não é social, pois para que tenha este aspecto e, assim, fins sociais, ela deveria emergir do “centro para a periferia”.

Para que uma revolução seja social será necessário que parta de baixo para cima, do centro para a periferia, com as mais largas possibilidades de traduzir em fatos os ideais que a impulsionaram, sobretudo no terreno econômico.⁴⁹⁸

A “ditadura proletária” é atacada e comparada à tirania, pois: “A ditadura proletária que resultasse de uma revolução, ou melhor dito, de uma insurreição armada – como aconselham os *bolchevistas* – seria mais violenta, rastreando pela tirania”.⁴⁹⁹

Há uma diferenciação entre “revolução social” e *insurreição*, pois a primeira levaria à eliminação do *poder* político, que era “coisa secundária”, ao passo que a *insurreição armada* levaria à manutenção deste, só que exercido por outro tipo de grupo social, neste caso, os *bolchevistas*: “Mas a revolução social não é insurreição. [...] Ora, o poder político é coisa secundária para nós, que, como nos versos da Internacional, deveremos cortar o mal bem pelo

⁴⁹⁵ Antônio Corrêa, sapateiro, músico e militante *anarquista*, foi referenciado na anteriormente na nota 142.

⁴⁹⁶ Corrêa, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁹⁷ *Ibidem.*

⁴⁹⁸ *Ibidem.*

⁴⁹⁹ *Ibidem.*

fundo. [...]”⁵⁰⁰

A constituição e a existência do “*Estado* soviético”, baseado na *ditadura*, seria afrontado por Corrêa, pois aquele seria contrário aos pressupostos *anarquistas* de *liberdade* e livre da ação política, social e econômica, sem o controle de instituições estatais e autoritárias. Portanto, o *Estado*, mesmo se dizendo “proletário”, não seria aceito pelos *anarquistas*. Ao contrário, seria combatido. “Seria um erro clamoroso nós, libertários, aceitarmos o *Estado* soviético, tal como existe na Rússia, se ele é essencialmente contrário à idéia capital do *anarquismo*”.⁵⁰¹

Este *Estado*, advindo de uma “insurreição de socialistas”, não necessariamente de trabalhadores, seria acusado de controlar a produção, que deveria ser gerida pelos próprios produtores.

É que o *Estado* soviético é produto de uma insurreição de socialistas avançados. Se o fôra da massa organizada, segundo suas profissões, adestradas para assumir a direção da produção posto que tivesse de ser uma ditadura sobre a classe rica, teria o aspecto mais social, porque giraria sobre o terreno econômico.⁵⁰²

Diante dessas afrontas ao *Estado*, Corrêa defende que seria preciso afastar os *sindicatos* do “reformismo”, principalmente aqueles que se dedicavam somente aos seus interesses profissionais, e inseri-los na “luta de classes” rumo ao “*comunismo* racional”, provavelmente ao *comunismo anarquista*.

[...] Esta é a verdadeira obra revolucionária. É preciso tirar os nossos *sindicatos* do atoleiro reformista a que tendem cair, interessando-se exclusivamente em problemas corporativos, como aumentos de salários, e fazê-los rumar ao Comunismo racional, por intermédio da *luta de classes* no próprio local em que os operários sentem o tamanho e a extensão da exploração capitalista legalizada pelo *Estado*.⁵⁰³

Enunciava-se, deste modo, a “luta de classes” a partir dos próprios locais de trabalho. Além disso, estes locais possibilitariam a “consciência de classe”, pois:

A consciência de classe que ali o proletariado adquire se irá exercitando no sentido de expropriar o poder econômico da burguesia, dando à luta uma feição extremamente social e, portanto, mais libertária.⁵⁰⁴

Neste caso, a “luta política” parlamentar e partidária perderia o sentido, na medida em

⁵⁰⁰ *Ibidem.*

⁵⁰¹ *Ibidem.*

⁵⁰² *Ibidem.*

⁵⁰³ *Ibidem.*

⁵⁰⁴ *Ibidem.*

que a “luta econômica” seria realizada no próprio ambiente de trabalho, que era onde se instituíam e se desenvolviam “a exploração capitalista legalizada pelo *Estado*”. Esta seria a “verdadeira obra revolucionária”. “Se assim for, cooperaremos para uma revolução social. Do contrário, os esforços serão anulados, porque nada de positivo, com eles, conseguiremos”.⁵⁰⁵

Corrêa, por fim, denuncia a “ditadura do partido” sobre o proletariado: “A ditadura do proletariado deve ser, mesmo, do proletariado sobre os capitalistas e não de um partido sobre o proletariado, como pode acontecer na Rússia”.⁵⁰⁶

Observo que neste texto o *autor* afronta e combate possibilidades de exercício de ditadura, mesmo que fosse proletária, através das ações do *Estado*. Entretanto, neste último parágrafo, ele parece admitir sua existência e sua ação limitada aos “capitalistas”, mas verifica que esta acabava se voltando contra os próprios proletários através do que define como “partido bolchevista”. Este aspecto parece inserir as práticas do partido nas práticas autoritárias do *Estado*, que, para os *anarquistas*, não mudaria as formas de exercícios de *poder* e não possibilitaria livres relações sociais, políticas e econômicas.

De outro modo, em *Renovação: Quinzenário comunista-anarquista* a noção de “ditadura do proletariado” emerge no texto intitulado *Considerações oportunas*,⁵⁰⁷ escrito por Isidoro Augusto.⁵⁰⁸

No texto, Augusto defende que se acentuam cada vez mais as divergências de critério e de opinião sobre as “transformações sociais”.

Esta divergência entre antigos revolucionários que mais ou menos sempre têm militado no mesmo campo e partilhado das mesmas idéias é como que um nó encontrado no decorrer do curso seguido entre as idéias e os fatos ou entre a imaginação e a realidade e que cuja necessidade em desatá-lo requer a máxima serenidade, toda isenção de ânimo e despreocupação atívia [...]. Não se trata de discutir pretensos desvios ou quebra de princípios, mas de investigar as causas determinantes destes fatos para assim poder-se evidenciar a razão ou o erro, esteja onde estiver, e assim tornarmos, cada qual, mais consciência quanto ao fim que nos propomos atingir.⁵⁰⁹

Essas divergências enunciadas por Augusto, provavelmente se refere aos *comunistas anarquistas* e aos *comunistas bolchevistas*, que entraram em conflito principalmente a partir

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

⁵⁰⁷ Augusto, Isidoro. Considerações oportunas. *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, novembro de 1921, p. 1.

⁵⁰⁸ Isidoro Augusto foi operário marmorista, ator profissional e militante *anarquista*. Colaborou em periódicos *anarquistas* como *Voz do Povo* e *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*. Cf. Rodrigues, Edgar. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro, VJR, 1995.

⁵⁰⁹ Augusto, *op. cit.*, p. 1.

de 1920. Estes estiveram relacionados à *Revolução Russa* e ao “Estado soviético” controlado pelos *bolchevistas*, que teriam sido companheiros nos primeiros anos da Revolução 1917. Os pontos nevrálgicos das divergências estavam na permanência do *Estado* e na “ditadura do proletariado”, que justificava ações repressoras de instituições estatais em relação a seus oponentes. De um lado, os *anarquistas* defendiam o fim imediato deste e de todos os seus poderes. De outro, os *bolchevistas* defendiam sua permanência como forma de “controle” proletário da vida política e econômica rumo ao *comunismo*. Era um tipo de disputa de projetos e ações políticas e de meios para realizá-los.

Diante disso, Augusto considera a *Anarquia* como uma:

filosofia que exprime a moral da *sociedade comunista*, antítese perfeita daquela que caracteriza a moral do regime burguês [...] *anarquia* não é uma instituição ou forma de governo ou de *sociedade* a implantar-se, porquanto sendo ela essencialmente uma concepção moral não tem um objetivo concreto.⁵¹⁰

Por outro lado, o *comunismo* seria “uma ciência econômica em oposição ao sistema capitalista”⁵¹¹ que realizaria a *anarquia*: “O comunismo sim, que é um sistema social pelo qual eu creio tornar realizável a *Anarquia*”.⁵¹²

Contudo, *anarquia* por si só não definia um “sistema social”, conforme o *comunismo anarquista*.

E eis também porque eu pertenci sempre ao número dos que militando no movimento libertário não lhes soava bem a maneira dos demais camaradas se intitularem muito enfática e simplesmente de *anarquistas* nas ocasiões próprias, por assim dizer, para uma “profissão de fé”, e antes faziam questão de se denominarem comunistas-anarquistas por lhes parecer que, como revolucionários, o termo de *anarquista* por si só não nos define.⁵¹³

Augusto defende a ação do *Estado*, dissociando-o da *autoridade*, mesmo reconhecendo que a *anarquia* nega-o. Para realizá-la seria preciso que os *indivíduos* conquistassem “a sua personalidade dentro da coletividade”. Isto implicaria na dificuldade de ação revolucionária coletiva, pois as mudanças individuais seriam mais lentas do que as das coletivas, distorcendo a possibilidade de revolução que seria a “queda rápida e violenta das instituições”. A *anarquia* seria, então, uma concepção política sem a *autoridade* de “um *indivíduo* e de uma classe sobre outra.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

⁵¹¹ *Ibidem*.

⁵¹² *Ibidem*.

⁵¹³ *Ibidem*.

Anarquia como negação absoluta do *Estado* (para mim *Estado* não é *autoridade*) é um programa que só poderá ser atingido se os *indivíduos* depuserem de meios de, independentemente uns dos outros, conquistarem a sua personalidade dentro da coletividade. E neste caso já a ação revolucionária não pode ser coletiva e a revolução não se concebe como sendo a queda rápida e violenta das instituições vigentes. Por outro lado, *anarquia*, como filosofia do ideal comunista exprime a concepção de um *Estado* político do qual tenha desaparecido todo e qualquer princípio de *autoridade* de um *indivíduo*, de um grupo ou de uma classe sobre um e outra, ou seja, a mais alta concepção democrática.⁵¹⁴

A *anarquia* seria uma concepção política e o *comunismo* um “sistema social”. Ao que parece, Augusto se posiciona em favor do *comunismo anarquista* e não da *anarquia* isoladamente.

Quanto ao tema “ditadura do proletariado”, ele defende que esta seria combatida pelos *anarquistas*, pois representaria um tipo de governo revolucionário centralista e investido de poder autoritário.

A ditadura do proletariado, ou seja, a necessidade de um governo revolucionário sob a forma centralista ou ainda investido mesmo do princípio autoritário, é combatido por uma boa parte dos *anarquistas* que, embora não seja para estranhar, contudo para tal se colocam dentro de uma lógica que ao meu ver está absolutamente deslocada da questão suscitada e com a qual nada esclarecem quanto ao erro em que os outros estão, nem quanto à razão que aos mesmos assiste.⁵¹⁵

Também no periódico *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*, o tema emerge em um texto que a associa à reorganização social,⁵¹⁶ além de afrontar o que chama de “otimismo *anarquista*” e “preconceito doutrinário”.

Defende que as “doutrinas *anarquistas*” são “vagas” e “otimistas” no aspecto da *revolução* e do “movimento das massas”, pois nestas a *sociedade* se reorganizaria através da “boa vontade”, da “espontaneidade”, da “generosidade” e da “bondade” dos *homens*. Estas eram premissas presentes em discursos *anarquistas*, mas, parece-me, seriam “otimistas” demais e não se sustentariam somente nesses pressupostos. Era uma forma de relegar os projetos sociais *anarquistas* à utopia.

Segundo as doutrinas *anarquistas* – aliás, neste ponto vagas, são demasiadamente otimistas – o período revolucionário seria um vasto e

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ Sem autor. Sem título. *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, novembro de 1921, p. 23.

universal movimento das massas, regulando-se e resolvendo-se todos os problemas e todas as dificuldades de reorganização social pela “boa vontade” geral, pela “espontaneidade” popular, pelo impulso “generoso” e “bom” dos homens. O Kropotkin, principalmente, está cheio deste risonho e confiado otimismo.⁵¹⁷

Critica-se, desse modo, Piotr Kropotkin, que formulara noções de “revolução social” como contraponto às noções de revoluções políticas, que, em discursos *anarquistas*, somente reformariam as relações políticas, mantendo as relações econômicas e sociais submetidas aos poderes do *Estado* e de suas “classes dirigentes”. Kropotkin pressupunha, então, um tipo de revolução que derrubasse o *Estado* e estabelecesse novas relações sociais baseadas na “igualdade” e na “cooperação” entre os *indivíduos* e a *sociedade*, sem a existência da propriedade particular, substituída pela propriedade coletiva e social, instituindo-se, assim, uma *sociedade comunista anarquista*.

O texto exemplifica a “experiência russa” para demonstrar a ineficácia desse “otimismo *anarquista*” e que em um processo revolucionário, parece-me, deveria ser experimentada à *força* da “ditadura dos proletários”.

Ora, a experiência russa veio demonstrar, pelo “fato”, que esse otimismo *anarquista* era exagerado e que é preciso contar, durante o período revolucionário, com outros fatores além da espontaneidade, da boa vontade e da generosidade. [...] Daí o problema: “como” combater todos esses fatores “contrários” a reorganização social num sentido comunista? A experiência russa responde: pela “ditadura do proletariado”.⁵¹⁸

Observo que este discurso se contrapõe ao de Corrêa, descrito anteriormente, pois a ditadura acabaria se tornando uma “ditadura de partido” e acabaria se sobrepondo aos próprios trabalhadores e defendendo interesses dos seus “dirigentes”, mantendo-se, assim, o *poder* do *Estado* sobre os mais diversos aspectos sociais, políticos e econômicos.

O texto diz aceitar a “ditadura”, mesmo que muitos *anarquistas* não a compreendam e a rejeitem.

Para mim a resposta é clara e positiva, e eu aceito-a integralmente, como verdade demonstrada pela experiência, como verdade cientificamente demonstrada. Muitos são, porém, os camaradas que não querem aceitá-la nem compreendê-la. Repugna-lhes a palavra “ditadura”.⁵¹⁹

Defende que a “repugnância” dos *anarquistas* pela palavra “ditadura” seria

⁵¹⁷ *Ibidem.*

⁵¹⁸ *Ibidem.*

⁵¹⁹ *Ibidem.*

“preconceito doutrinário”:

Digo intencionalmente que o que lhes repugna é antes a palavra e não o fato da “ditadura”, pois só por preconceito doutrinário posso compreender semelhante repugnância em quem aceita a “revolução”, em quem seja “revolucionário”.⁵²⁰

Além disso, destaca que não se defende a “ditadura em si”, comparando com a defesa que os *anarquistas* fazem da “violência” com *meio* revolucionário. Neste caso, não se trata somente de “ditadura” ou de “violência”, mas de seus *usos* para os sucessos de processos revolucionários.

Não se trata de defender a ditadura “em si”, como ninguém, entre os *anarquistas* aceita nem defende a revolução “em si”, ou a violência “em si”. Os *anarquistas* entendem e defendem a revolução e a violência unicamente como contingências transitórias inevitáveis e necessárias. Se pudéssemos chegar ao comunismo sem violência e sem a revolução, seria uma maravilha. Este é o ponto de vista dos tolstoianos, dos reformistas e até de certos burgueses autênticos que se gabam de “libertários”, mas não pode ser o ponto de vista dos *libertários autênticos*.⁵²¹

A “revolução” e a “violência” seriam “necessidades transitórias”, do mesmo modo que a “ditadura proletária”, que, assim, seria justificada. “Ora, se a revolução e a violência – necessidades transitórias – não nos repugna, por que nos há de repugnar a ditadura proletária – outra necessidade transitória? Só por preconceito doutrinário?”⁵²²

Acusavam-se, então, os *anarquistas* de não *aceitarem* a “ditadura do proletariado” como um *meio* revolucionário. Os *anarquistas* sofriam esta acusação, mas, pelas suas premissas, era justamente esse um dos combates principais que eles travavam: a luta contra qualquer *poder coercitivo e autoritário*; e a ditadura era vista como coerção e *autoritarismo*.

Ressignificando premissas *anarquistas*, ou mesmo ignorando-as em nome da “revolução comunista bolchevista”, destaca o “preconceito” dos *anarquistas*. “Ditadura do proletariado? Isto é “marxismo” e não “*anarquismo*” – exclamam os camaradas anti-ditadores. Puro preconceito doutrinário”.⁵²³

A questão, segundo o texto, não seria “marxismo” ou “*anarquismo*”, mas a realização de uma revolução por meios que adotavam uma prática que instituiu novas relações políticas, econômicas e sociais. Esse pragmatismo, deste modo, estava presente nos enunciados deste texto, pois seria rompendo pressupostos, premissas, projetos, ordens e adotando outras

⁵²⁰ *Ibidem*.

⁵²¹ *Ibidem*. Grifos meus.

⁵²² *Ibidem*.

⁵²³ *Ibidem*.

práticas que historicamente foram combatidas, que se dizia que os *anarquistas* teriam “preconceito” em relação às “doutrinas” dos revolucionários *bolchevistas*. Era uma afronta aos discursos *anarquistas* e afirmação de outro que realizava “efetivamente” uma revolução política, que, como disse acima, não tinha relação com a *revolução social* que recorrentemente emergia na cidade do Rio de Janeiro entre eles.

Eu não quero saber se é ou não “marxismo”. O que me importa saber é que é um “fato” estabelecido pela própria experiência revolucionária. Se Marx e os marxistas o previam e preconizavam antes da experiência revolucionária futura, isso prova apenas que eles, neste ponto, tinham razão e nós não a tínhamos. Apegarmos-nos à razões doutrinárias a “priori” diante das razões de fato a “posteriori” é preconceito.⁵²⁴

Além disso, diz o texto:

Eu entendo que as doutrinas *anarquistas* não constituem uma tábua de dogmas eternos, além do bem e do mal, acima e fora dos homens, intangíveis e estranhos à experiência. Suponho-as e adoto-as como doutrinas estabelecidas pelo estudo das experiências passadas e sujeitas às retificações das experiências futuras. São doutrinas humanas. De homens para homens, contingentes como tudo que é humano. Com este critério científico, positivo e realista, e que eu, *anarquista*, coerentemente, aceito e defendo a ditadura do proletariado como meio revolucionário único, apontado pela experiência histórica, de transformação da *sociedade* capitalista atual num sentido comunista.⁵²⁵

Observo que este discurso descrito aqui remete a um tipo de *ruptura* e *crise* entre os próprios auto-denominados *anarquistas*, em relação ao tema “ditadura do proletariado”, pois este era afrontado, mas também afirmado. Em nome da “revolução comunista”, alguns discursos admitiam a “ditadura” como meio. Neste sentido, as disputas não eram somente com os *bolchevistas*, mas principalmente entre os próprios *anarquistas* que desejavam realizar uma revolução por *meios* que se chocavam diretamente com as premissas mais basilares do *anarquismo*.

Este tipo de confronto em prol da revolução marcaria as páginas de periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro neste período. Mas também marcaria um *reposicionamento* deles na medida em que os ataques quanto às táticas, às estratégias e aos meios revolucionários não emergiam dos *bolchevistas*, inicialmente “companheiros” na *Revolução Russa*, porém agora *adversários*. Estes ataques emergiam dos próprios *anarquistas*. Era um tipo de adesão a um discurso extremamente caro aos *anarquistas*, o da *autoridade* e da

⁵²⁴ *Ibidem.*

⁵²⁵ *Ibidem.*

ditadura. Era um paradoxo, pois apoiar a revolução comunista bolchevista, com base na “ditadura do proletariado”, era também afrontar a *liberdade* e a livre organização social. De outro lado, ao afrontar tal *revolução*, enfraquecia-se um flanco de combate e abria-se espaço para o fortalecimento de outros *inimigos históricos*: o *Estado* e a *burguesia*.

Foi diante desse paradoxo que os *anarquistas* se posicionaram de maneiras diferentes e contraditórias em relação à “ditadura do proletariado”, ao “*Estado* sovieta” e ao *comunismo bolchevista*.

De outro modo, uma posição que seria assumida nesse momento de redefinições foi enunciada por Fábio Luz, no texto intitulado *Para a frente*,⁵²⁶ publicado no periódico *Lucta Social*, que parece resumir bem os combates *anarquistas* à “*autoridade*”, à “ditadura do proletariado” e, principalmente, à “ditadura do partido” que se “apoderou do poder” na Rússia. Portanto, não se sujeitavam aos *sucessos* revolucionários e se reassumia os pressupostos que estavam sendo colocados em questão.

Conservando, como conservaram partes grangrenadas do todo apodrecido, contaminaram-se e agora voltam à mesma podridão do *Estado*, que não quiseram destruir, porque “autoritários” vivem da *autoridade* e a maior soma de *autoridade* descricionária está na ditadura. Não na Ditadura do Proletariado, que não existe, e sim na Ditadura do Partido que habilmente se apoderou do Poder.⁵²⁷

Comparando noções de “ditadura do proletariado”, emergidas nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro, que estiveram relacionadas ao “governo sovieta” e aos *bolchevistas* soviéticos, entre 1920 e 1922, é possível considerar que foram, pelo menos, dois os tipos de discursos: os *favoráveis* à ditadura e os *desfavoráveis*.

Entre os discursos *favoráveis*, a “ditadura do proletariado” foi definida de várias maneiras, tais como: “transitória”, “estratégica”, “reorganizadora” da *sociedade*, *meio* de revolução. Nestes tipos de discursos se afrontaram e se combateram a “classe burguesa”, as “falhas da *Revolução Russa*”, a “ditadura em si”, o “otimismo” *anarquista*, o “preconceito doutrinário” *anarquista* e o próprio *anarquismo*.

Entre os *desfavoráveis*, a “ditadura do proletariado” foi definida como “imposição”, “anti-social”, “tirania”, “centralização” e “autoritarismo”. Deste modo, afrontou-se a *ditadura* de toda espécie, o “*Estado* sovieta” e a “*revolução bolchevista*”.

De um modo ou de outro, foram diversas e significativas as diferenças entre estes tipos de posicionamentos entre os *anarquistas*, que questionaram suas próprias premissas, que

⁵²⁶ Luz, Fábio. *Para a frente*. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922, p. 2.

⁵²⁷ *Ibidem*.

procuraram colocar o *anarquismo* em *práticas discursivas* que não tinham relações com as que historicamente foram se estabelecendo, levando-me a considerar que as divergências tiveram impactos nas militâncias e que dividiram “antigos companheiros”.

Não vou me ocupar em investigar os desdobramentos dessas divergências e embates, mas vou apontar somente que este tipo de disputa não tinha relação direta com as enunciações anteriores ao ano de 1920, pois o que se combatia eram a “*autoridade*” e o *Estado* que denominaram “burguês” e “capitalista”. Mesmo atacando agentes diferentes a partir de 1920, e “confundindo” estratégias e táticas, alguns *anarquistas* procuraram manter as suas premissas mais fundamentais e reafirmar o combate a todo e qualquer tipo de *poder* coercitivo, fosse ele exercitado por instituições burguesas, estatais ou *bolchevistas*. O que se reafirmaria era a *anarquia* como um tipo de organização social sem governo, com *igualdade*, *liberdade* e *livre* acordo, premissas que regular e recorrentemente estiveram presentes nos seus discursos emergidos nos periódicos da cidade desde o início do século XX.

Neste capítulo procurei compreender temas e questões referentes a *exercícios de poder* nos periódicos *anarquistas* do Rio de Janeiro. Através de descrições e comparações *arqueológicas* foi possível compreender que foram múltiplas as formas de se enunciar o tema *Estado*. Os *autores*, entre 1898 e 1922, nos periódicos *O Despertar*, *O libertário*, *Novo Rumo*, *A Guerra Social*, *A Vida*, *Spártacus*, *O Rebelde* e *A Lucta Social*, defenderam que o *Estado* era a representação da “burguesia”, dos “exploradores”, de “privilégios” e “misérias”, de “centralização” política e administrativa, de “tirania”, de “guerra”, da “propriedade particular”, de “leis”, de “dominação” e de “divisão social”. Este tipo de instituição era “anti-social” e deveria ser suprimida. Esta supressão se daria através da “revolução social”, para instituição da “sociedade comunista anarquista”, ao invés de uma revolução política. Deste modo, o *Estado* deveria ser combatido socialmente, afrontado e destruído para que a *sociedade* e o *indivíduo* pudessem se desenvolver “livremente” e de acordo com suas necessidades, sem submissões e sujeições.

O tema *autoridade* emergiu em periódicos *anarquistas* no Rio de Janeiro. Assim, foi possível considerar que teve vários significados, que para os *anarquistas* eram sempre degenerativos. Entre os significados mais recorrentes, foi defendido que a *autoridade* seria: contra a justiça, violenta, ditadora, arbitrária, “inútil”, “nociva”, consolidadora de interesses de *poder*, representada pelo *Estado* e pelo governo, “usurpadora” e “violadora” de direitos individuais, obstáculo ao *indivíduo* e à *sociedade* e desnecessária.

A *autoridade*, com estas significações, deveria ser abolida e eliminada, assim como o

Estado, o governo, o paternalismo e a sobreposição de um *indivíduo* sobre o outro. Deste modo, os mais recorrentes afrontamentos dos *anarquistas* nos textos acerca do tema *autoridade* se voltaram aos governantes, ao *Estado*, aos capitalistas, à *sociedade* “vigente” e suas relações sociais que colocavam em exercício poderes autoritários.

Outra forma de *autoridade* emergiu como “ditadura do proletariado”, também debatida, combatida e afirmada em discursos *anarquistas* aqui descritos. Estas noções estiveram relacionadas ao “governo soviético” e aos *bolchevistas* soviéticos, entre 1920 e 1922. Detectei, nestas descrições, dois tipos de posicionamentos em relação à “ditadura”: os *favoráveis* e os *desfavoráveis*, permitindo-me perceber as *tensões* e as *divisões* pelas quais passavam os *anarquistas*, no início da década de 1920, nas páginas dos seus periódicos no Rio de Janeiro, em relação ao exercício da *autoridade* e a luta pela *liberdade*.

Por mais diversas e dispersas que tenham sido estas enunciações elas afrontaram discursos estabelecidos e afirmaram outros novos, possibilitando práticas que conformaram o *anarquismo* e propostas de ações políticas e sociais na cidade, especialmente entre 1898 e o início da década de 1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discuti ao longo desta dissertação, *o anarquismo* não foi tomado como um dado, mas como um problema ao qual verifiquei sua *emergência* e condições. Defendi que não existiu no período de 1898 e início da década de 1920 *um* discurso que pudesse se denominar como tal, mas *práticas discursivas* – conjuntos de enunciados que “formam o substrato inteligível para as ações”,⁵²⁸ ou como quer Foucault “um conjunto de regras anônimas [...] que definiram [...] as condições de exercício da função enunciativa”⁵²⁹ – que emergiram nos periódicos que se proclamaram *anarquistas* do Rio de Janeiro no período assinalado. Desse modo, examinei as os temas e as proposições mais recorrentes que se vincularam, que se remeteram uns aos outros, que mantiveram regularidades muito específicas, que se repetiram e que se assentaram em regras que puderam ao longo do período conformar *o anarquismo* como uma *formação discursiva*, entendendo-o em sua radical historicidade.

Foi a partir das leituras que fiz de Foucault e dos documentos constantes aqui que fui capaz de construir a questão que defendi e que percorreu todo o trabalho: *o anarquismo* não era um dado, mas era conformado pro *práticas discursivas* assumidas como *anarquistas* no Rio de Janeiro. Nestes documentos, jornais e revistas foi possível verificar práticas que se posicionavam de modos diferentes frente a questões e temas recorrentes como a *liberdade*, o *indivíduo*, a *vida social* e a *sociedade*, o *sindicato* e o *sindicalismo*, o *Estado*, a *autoridade* e a “ditadura do proletariado”. É fundamental destacar que do mesmo modo que não tomei *o anarquismo* como dado, também, não tomei estas questões e temas de tal forma, pois considero que elas são repletas de historicidade e que foram conformadas pelas mais diversas práticas *anarquistas*, conforme demonstrado ao longo do trabalho.

A partir destas noções que foram sendo construídas nos periódicos, foi conformada a *formação discursiva anarquismo*, repleta de regularidades, de regras, de recorrências e de repetições, que conformavam a força performativa do discurso que se exerce através delas.⁵³⁰ Conforme sublinhado a partir da leitura da documentação, detectei que no início da década de 1920, particularmente entre 1920 e 1922, começaram a aparecer de modo cada vez mais ostensivo discursos que pareceram romper com a ordem discursiva *anarquista* até então

⁵²⁸ Veiga-Neto, *op. cit.*, 2007, p. 93.

⁵²⁹ Foucault, *op. cit.*, p. 136.

⁵³⁰ Butler, *op. cit.*, 1993, 224-226.

presente nos periódicos, que pode ter sido o início de *crise* no interior das próprias práticas *anarquistas*.

Todo este trabalho foi possibilitado pela opção que fiz pela análise *arqueológica* dos discursos, conforme proposição de Michel Foucault, que procurei acompanhar de perto, na qual ele defende que a *arqueologia* é uma forma de análise descritiva e comparativa.⁵³¹ Deste modo, procedi no decorrer deste trabalho descrevendo os ditos e as *práticas discursivas* e comparando-as umas às outras na simultaneidade em que se apresentaram⁵³², buscando com as comparações justamente as diferenças, as multiplicidades e as dispersões que conformavam tanto as *práticas* quanto as *regras* que compunham o *anarquismo*.

Ao me aproximar de Foucault, através da *arqueologia*, é de importância esclarecer que o autor, como destacou Magda Maria Jaolino Torres,⁵³³ tem como uma de suas marcas recusar a formulação de uma teoria ou de um método, muito embora não tenha deixado de teorizar em seus trabalhos, pois para ele a *teoria* era a *prática*. Deste modo, não procurei arrolar conhecimentos sobre o *anarquismo* descritos no seu progresso, em direção a um suposto *verdadeiro e essencial*, a partir de uma teoria e de uma metodologia pré-existente, mas descrever e comparar seus enunciados na medida em que forma aparecendo.

O que se manifesta, então, é uma história das *práticas discursivas anarquistas*, que enunciavam afirmações de *liberdade*, de *viver* individualmente ou em *sociedade*, de se organizar política e socialmente, e afrontamentos ao *Estado* e a *autoridade*. Todas estas não tiveram univocidade, muito menos consenso entre aqueles que procuravam ordenar, sistematizar e disciplinar o que se falasse e se fizesse na *formação discursiva anarquismo*.

No primeiro capítulo, descrevi algumas relações entre a palavra *anarquismo* e coisas que foram faladas, feitas, exercitadas, afrontadas, defendidas e inventadas em seu nome. Dessa maneira, foi possível mostrar, as *emergências* de *práticas discursivas* que instituíram tanto periódicos quanto temas e questões que foram recorrentemente afirmadas, afrontadas e combatidas pelos *anarquistas*. Estas propunham *reordenar* ações políticas e sociais, além de *profanar* e *condenar* temas como a *autoridade*, a *sociedade* “burguesa”, o *Estado*, a ditadura, a religião, a *sociedade* e outros. Vinham afirmar a *liberdade*, a igualdade, a autonomia, a propriedade comum, a “expansão integral do *indivíduo*”, assim como a *propriedade individual*, a emancipação da mulher...

⁵³¹ Foucault, *op. cit.*, 2002, p. 181.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ Torres, *op. cit.*, 2009, p. 7.

No segundo capítulo, descrevi especificamente os posicionamentos dos *anarquistas* que escreveram nos periódicos acerca dos temas *liberdade, indivíduo, sociedade, sindicatos e sindicalismos*.

As noções de *liberdade* foram relacionadas a múltiplos pressupostos presentes nas práticas *anarquistas*, entre os quais: o “progresso” e a “felicidade”, a *anarquia*, a “satisfação das necessidades individuais”, o “desenvolvimento dos *indivíduos*”, a “vontade de ser livre”, o “governar-se” e a “vontade” individual. Diante desses, os textos que afirmaram a *liberdade* também afrontavam seus entraves, tais como: as “leis” governamentais, as “classes privilegiadas”, os “reacionários de todas as cores”, a *liberdade* “absoluta” – que “nada” significaria –, os “tiranos” e os “governos”.

Defendi que não existiu univocidade em relação ao tema, nem mesmo concordância de que ela seria algo *existente*. Ela chegou a ser comparada à “metafísica”, na revista *Kultur*, remetendo-se a Stirner, e à “mentira”. Seria uma premissa que só se realizaria pela *ação* do *indivíduo*, destacando-se que era uma das principais a ser defendida. Diante de divergências e convergências, considere que foi um tema enfrentado pelos *anarquistas* de maneira diversa, mas recorrentemente enunciada.

Quanto às noções de *indivíduo* assinalei que foram elaboradas diferentes noções, conforme os casos de enunciações que se remeteram a Max Stirner e Piotr Kropotkin, que emergiram de pressupostos diferentes e chegaram a formulações também diferentes. O *indivíduo* para o primeiro se encerrava nele mesmo, não seria submetido qualquer tipo de poder e *autoridade* que não emergisse dele, era um “profanador” e um “dessacralizador” constante. Já em Kropotkin, e muitos que o seguiram, o *indivíduo* se constituía e se instituía na *sociedade* e na coletividade, na vida em comum.

De um modo ou de outro, afrontando-se, ou não, estes tipos de enunciados fizeram parte das práticas e posicionamentos das práticas auto-denominadas *anarquistas*, tanto contra a *autoridade* quanto contra o *Estado* como proposição de organização política e social. A vida social seria perpassada pelas “vontades” individuais e sociais, pois, mesmo em Stirner, os *indivíduos* se associariam. Atravessados por estes tipos de enunciados, os *anarquistas* no Rio formularam suas noções de existência, sempre afrontando a *autoridade* e afirmando a *liberdade*. As noções de *indivíduo* e *sociedade* eram articuladas a essa última, concomitantes às de *Estado* e *autoridade* que eram sempre negadas, degeneradas, desqualificadas e combatidas.

De todo modo, é importante salientar que a noção de *indivíduo* em *sociedade* foi a mais recorrente quando se posicionaram frente ao tema, principalmente entre os que se denominavam *comunistas anarquistas*, porque preconizavam a vida social em *comunas*, em propriedades comuns, em cooperação. Além de enunciar este tipo de *sociedade*, afrontavam a *sociedade* “vigente”, que seria dividida entre “exploradores” e “explorados”, “dominadores” e “dominados”. Portanto, era contra este tipo de *sociedade* que as *práticas anarquistas* se voltavam e afirmavam outras formas de socialização e de sociabilidade. Seria através de uma “revolução social”, conforme quis Kropotkin, que seriam instituídas e construídas *novas* relações sociais e individuais.

Acrescento que foi possível sublinhar, concomitantemente às críticas, aos afrontamentos e aos combates às “sociedades vigentes”, que através de *práticas discursivas* emergiram discursos como *sociedades anarquistas, futuras*, que se fundamentavam em projeções, em projetos a serem realizados. Portanto, a *sociedade anarquista* era defendida e afirmada, pois seria fundamentada na “igualdade” e na “felicidade”, nos interesses “comuns”. Isto seria possível na medida em que os homens estivessem predispostos a se associarem para o “bem-estar” de todos; os *indivíduos* eram “sociáveis”.

Os “entraves” às *livres* associações eram justamente o *Estado*, a propriedade particular e as *sociedades* “vigentes” e “burguesas”. Estes eram os elementos “nocivos” à vida social. As implicações disso, conforme sublinhei, é que os *indivíduos* estariam “condicionados” e “condenados” a serem “felizes”, “melhores”, organizados em um tipo de *sociedade* que garantiria o “máximo desenvolvimento” de seus componentes e de suas necessidades.

Por outro lado, outros tipos de organizações recorrentes nos periódicos, derivadas dos “livres acordos”, ou de “afinidades”, eram o *sindicato* e o *sindicalismo*, pois, em princípio, não estariam submetidos a qualquer “interesse” que não fossem os das categorias de trabalhadores que foram historicamente criadas. Desse modo, estes seriam ressignificados pelos *anarquistas*, pois o considerariam como decorrentes das lutas entre “patrões” e “empregados”; seriam organizações provisórias.

O *sindicato* e o *sindicalismo*, assim, seriam *meios* de alavancar e realizar a “revolução social”, *meios* estes que deveriam ser “convertidos” às ordens dos discursos *anarquistas*. Eram nesses discursos que os *sindicatos* e os *sindicalismos* atingiriam seus “verdadeiros sentidos” revolucionários, que possibilitariam a instituição do “comunismo anarquista” que, conforme descrevi, foi a forma de *prática discursiva anarquista* mais recorrente nos periódicos aqui apresentados. Portanto, considere que *sindicatos* e *sindicalismos* foram formas de organizações políticas e sociais que foram reinventadas pelos discursos *anarquistas*

do Rio de Janeiro, entre 1898 e o início da década de 1920.

No terceiro capítulo descrevi e comparei questões acerca do exercício do *poder*, através de formulações de noções de *Estado*, de *autoridade* e de “ditadura do proletariado”, que foram afrontados e combatidos no Rio de Janeiro.

A partir das descrições e comparações foi possível observar múltiplas formas de se enunciar o *Estado*, sempre degenerativas. Este foi enunciado como “representação” da “burguesia”, dos “exploradores”, de “privilégios” e “misérias”, de “centralização” política e administrativa, de “tirania”, de “guerra”, da “propriedade particular”, de “leis”, de “dominação” e de “divisão social”. Este tipo de organização seria “anti-social” e deveria ser suprimida, através da “revolução social”, para instituição da “*sociedade comunista anarquista*”.

Deste modo, o *Estado* seria combatido “socialmente”, fora do campo político “parlamentar”, afrontado e destruído para que a *sociedade* e os *indivíduos* pudessem se desenvolver “livremente” e de acordo com suas necessidades, sem poderes “exteriores” a eles, sem “submissões” e “sujeições” às instituições que se colocassem acima de seus interesses e de suas vontades. Portanto, o *Estado*, e qualquer outra organização, não poderiam controlar, disciplinar e governar, pois isso seria contrário aos pressupostos de “livre acordo” e de *liberdade* de associação e de autonomia dos *indivíduos* e dos grupos sociais.

O tema *autoridade* também teve várias enunciações, sempre degenerativas. Entre os significados mais recorrentes, foi defendido que ela seria: contra a justiça, violenta, ditadora, arbitrária, “inútil”, “nociva”, “usurpadora” e “violadora” de direitos individuais, obstáculo ao *indivíduo* e à *sociedade*, desnecessária.

A *autoridade*, nesta direção, deveria ser abolida e eliminada, assim como o *Estado*, o governo e a sobreposição dos *indivíduos*. Deste modo, os mais recorrentes afrontamentos dos *anarquistas*, nestes textos acerca do tema, se voltaram aos “governantes”, ao *Estado*, aos “capitalistas”, à *sociedade* “vigente” e suas relações sociais.

Além disso, descrevi um *novo* discurso que foi afrontado e combatido, mas também defendido por *anarquistas*, que foi a “ditadura do proletariado”, como mais uma forma de *autoridade*. Assim, foi possível perceber dois tipos de posicionamentos em relação à “ditadura”: os *favoráveis* e os *desfavoráveis*, que se afrontaram entre 1920 e 1922, nas páginas dos seus periódicos no Rio de Janeiro, em relação ao exercício da *autoridade* para se alcançar a *liberdade*. Esse foi um momento de irrupção tanto de um *novo* discurso no interior das *práticas discursivas anarquistas*, quanto de enunciados de *matriz autoritária* que nestes

anos deixou clara *novas* disputas de sentidos que emergiram em relação à presença *anarquista* no *movimento operário* e como possibilidade de “revolução social”.

Por fim, devo sublinhar que por mais diversas e dispersas que tenham sido as *emergências* das práticas *anarquistas*, elas procuraram afrontar discursos estabelecidos e naturalizados e afirmar novas formas de constituição de relações, conformando assim o *anarquismo* e propostas de ações políticas e sociais na cidade, em boa parte da Primeira República, especialmente entre 1898 e o início da década de 1920. Conforme observado acima, no início deste período as *práticas discursivas anarquistas* começaram emergir no Rio de Janeiro e afrontaram os mais diversos temas, procurando afirmar formas de pensamentos e de ações e no seu final elas começaram a ser afrontadas entre os próprios *anarquistas* quando se questionou a eficácia de suas ações revolucionárias frente aos *comunistas bolchevistas*.

De todo modo, o que parece ser mais relevante nestas descrições e comparações é que falar em *anarquismo* é falar de várias dessas *emergências* de *práticas* que conformaram discursos, ações e projetos políticos, formas de existências individuais e sociais, relações que “profanariam” exercícios e relações de *poder*, mas também as afirmariam no sentido de construir *sociedades* comuns, que as afirmariam quando “condenassem” os *indivíduos* a serem “livres”, “felizes” e “harmônicos”. Foram *enunciações* que procuraram instituir *novas* formas de pensar as relações sociais, a partir de temas comuns, mas também foram práticas que se dedicaram a inventar e reinventar constantemente discursos que recorrentemente se remetiam à palavra *anarquismo* nos periódicos auto-proclamados *anarquistas* da cidade do Rio de Janeiro, instituindo-o como uma *formação discursiva* conformada por regras, regularidades, repetições, remissões, rupturas e recorrências.

BIBLIOGRAFIA

Fontes - artigos

ALIANÇA ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº1, fevereiro de 1918

_____. Este boletim. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº1, fevereiro de 1918

_____. O que é anarquia? *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº2, março de 1918

ASSUMPCÃO, Motta. Sem título. *Asgarda: Pequena revista internacional. Ciências e artes*. Rio de Janeiro, nº1, 18/03/1902

AUGUSTO, Isidoro. Considerações oportunas. *Renovação: Revista mensal comunista-anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, novembro de 1921

BARRICADA [NA]. Na Barricada. *Na Barricada: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, ano II, 1º/01/1916

BOVIO, João. O Estado... e a Revolução Social. *O Rebelde: Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*. Rio de Janeiro, publicação especial, 1º/05/1919

CARVALHO, Elísio de. Combates pelo indivíduo. *Kultur: Revista internacional de estudos filosóficos e questões sociais*. Rio de Janeiro, nº4, setembro de 1904

_____. O movimento anarquista no Brasil. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº1, março de 1904

CARVALHO, Florentino. Organizações e doutrinas. *Renovação: Revista mensal comunista anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, outubro de 1921

CORRÊA, Antonio. Ditadura do Proletariado. *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920

DESPERTAR [O]. O nosso ideal. *O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, 02/11/1898

DIAS, Carlos. O libertário. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904

DIAS, Everardo. Extremismo vesgo. *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920

_____. Ainda o extremismo vesgo. *Renovação: Quinzenário sindicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº3, 20/01/1921

F. Anarquismo. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº 1, março de 1904

GIRARD, André. Anarquia. Sua definição etmológica. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915

GORI, Pedro [Pietro]. O nosso ideal. *A Guerra Social: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911

GUERRA SOCIAL [A]. O nosso ideal. Razões e escopo do socialismo anarquista. *A Guerra Social: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº3, 02/08/1911

- _____. Surgindo para o anarquismo. *A Guerra Social: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 29/06/1911
- HERIBERTO. Porque somos anarquistas. *O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/11/1898
- JERMINAL [O]. O Jerminal. *O Jerminal*. Rio de Janeiro, 1º/05/1919
- KROPOTKIN, Piotr. A sciencia moderna e a anarquia. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº1, março de 1904
- _____. Herbert Spencer. Sua filosofia. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904
- KULTUR. Sem título. *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc.* Rio de Janeiro, nº2 abril de 1904
- LIBERDADE. A Seara. *Liberdade: Periódico de Crítica social e noticioso*. Rio de Janeiro, nº33, agosto de 1919
- LIBERTÁRIO [O]. O Libertário. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904
- LIMA, Efrem. Os rotineiros. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914
- LOPES, Orlando Corrêa. Guerra aos senhores. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914
- _____. Na Barricada. *Na Barricada. Jornal de combate e crítica social*. Rio de Janeiro, nº21, ano I, 28/10/1915
- LUCTA SOCIAL. Ao camarada Octávio Brandão. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922
- _____. Duas palavras. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1922
- LUZ, Fábio. A lei suprema. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 31/11/1914
- _____. Para a frente. *Lucta Social: Quinzenário anarquista*. Rio de Janeiro, 1º/05/1922
- MALATESTA, Errico. *Anarquismo e sindicalismo*. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº2, 08/09/1909
- _____. Capitalistas e ladrões. *A Guerra Social: Periódico anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 16/07/1911
- MELO FILHO, Manoel Cavalcanti de. Profissão de fé. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº4, 28/02/1915
- MOSCOSO, Manuel. O método anarquista. *Liberdade!* Rio de Janeiro, nº1, agosto de 1909
- NOVO RUMO. Novo Rumo. *Novo Rumo*. Rio de Janeiro, nº1, 20/01/1906
- OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914; nº2, 31/12/1914; nº3, 31/01/1915; nº4, 28/02/1915; nº5, 31/03/1915
- _____. Princípios e fins. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº3, 16/08/1919
- PASSOS, Domingos. Extremismo vesgo. *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 1º/01/1921

- PEREIRA, Astrogildo. Crônica subversiva. *Crônica Subversiva*. Rio de Janeiro, 1º/06/1918
- PIERROT, Marc. Sobre o individualismo. A moral do prazer. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº6, 30/04/1915
- RENOVAÇÃO. Em torno dum incidente. *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 1º/01/1921
- _____. Nossa bandeira. *Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista*. Rio de Janeiro, nº1, 16/12/1920
- RIBEIRO Filho, Domingos. A questão social internacional. *O Rebelde: Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil*. Rio de Janeiro, nº1, 1º/05/1919
- _____. Um programa mínimo de anarquia. *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº3, abril de 1918
- SARMENTO, José. Nosso ideal. *O Despertar: Periódico comunista-livre*. Rio de Janeiro, nº1, 02/08/1898
- SILVEIRA, Silvino. Na Arena. *A Seara: Publicação semanal. Literatura, crítica, questões sociais*. Rio de Janeiro, nº1, 30/08/1919
- SPÁRTACUS. Explicação. *Spártacus*. Rio de Janeiro, 02/08/1919
- VASCO, Neno. Individualismo + Comunismo (carta de um classificado). *Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc*. Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1904
- _____. Estado e propriedade. *O Libertário*. Rio de Janeiro, nº1, 09/10/1904
- _____. Sindicalismo revolucionário. O sindicato. *O Jerminal: Quinzenário comunista*. Rio de Janeiro, nº2, 15/05/1919
- VIDA [A]. A conflagração européia. Os trabalhadores e a greve *A Vida: Revista mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº1, 30/11/1914
- _____. Aos companheiros e grupos *anarquistas* de língua portuguesa. *A Vida: Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, nº2, 30/12/1914

Fontes - periódicos

- O Despertar: periódico comunista-livre* [1898]
- Asgarda: Pequena revista internacional. Ciencias e artes* [1902]
- Kultur: Revista internacional de filosofia, sociologia, literatura etc* [1904]
- O Libertário* [1904]
- Novo Rumo* [1906]
- Liberdade!* [1909]
- A Guerra Social: Periódico anarquista* [1911]
- A Vida: Publicação mensal anarquista* [1914]
- Crônica Subversiva* [1918]
- Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* [1918]
- O Jerminal: Quinzenário comunista* [1919]

Spartacus [1919]

A Seara: Publicação semanal. Literatura, crítica, questões sociais [1919]

O Rebelde: Editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil [1919]

Renovação: Quinzenário syndicalista e comunista [1920]

Renovação: Revista mensal comunista-anarquista [1921]

Lucta Social: Quinzenário anarquista [1922]

Livros

ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges [Orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009

AVELINO, Nildo. **Anarquistas: Ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004

BAKUNIN, Michel Alexandrovich. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre, LP&M Pocket, 1999.

BIONDI, Luigi. *Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista La Battaglia e a sua visão de sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos*. *Cadernos AEL. Ibidem*, 1998

CABRAL, Nascimento Michel. *Futebol, teatro e anarquia no Rio de Janeiro*. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges [Orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009

CARDOSO, Alcina Maria de Laura; Araújo, Sílvia Maria Pereira de. *Jornais Operários. Metodologia para análise histórica do discurso operário na 1ª República*. *História: Questões e Debates*. Curitiba, nº 4[6], junho de 1983

CERQUEIRA Filho. Gisálio. *Ativistas socialistas e imprensa operária no pensamento político brasileiro*. In: _____. **A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro: 1890-1922**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1975

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o Anarquismo**. São Paulo: Imaginário; Sedição Editorial, 2004

COELHO, Plínio Augusto [Org.]. **Os Anarquistas e as Eleições**. Brasília: Novos Tempos, 1986

COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; MITZ, Frank [*et alii*]. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES Observatório de Políticas Públicas, 2004.

COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão [Orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol I. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad X, 2006

DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977

- FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978
- _____. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2003
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau / PUC-RJ, 2003
- _____. **Microfísica do Poder**. 19ed. São Paulo: Graal, 2004
- _____. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2004
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- _____. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo, Martins Fontes, 2006
- GIANOTTI, Vitor. **O Que é Jornalismo Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. **Formação da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro – Distrito Federal – e as Propostas Anarquistas (1889-1911)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984
- _____. **A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro. 1888-1911**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988
- GOLDMACHER, Marcela. **Movimento Operário. Aspirações e lutas no Rio de Janeiro [1890-1913]**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-Graduação em História, 2005
- GOMES. Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987
- GOMES, Angela de Castro; FLAKSMAN, Dora; STOTZ, Eduardo [Orgs.]. **Velhos Militantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988
- GROSSMAN, Hadassa. A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil. 1889-1922: uma exposição sumária. *Cadernos AEL*. Campinas: AEL/Unicamp, nº 8/9, 1998
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984
- _____. **A Estratégia do Desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista. Brasil 1889-1922**. Campinas: Dissertação de Mestrado / IFCH, Unicamp, 1980.
- JONG, Rudolf De. *Algumas Observações sobre a concepção libertária de mudança social*. In: PINHEIRO, Paulo S. (org.). **O Estado Autoritário e Movimentos Populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- KAMEL. Dilson José Nogueira. **José Oiticica: um anarquista brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social / UFRJ, 1997
- KOURY, Yara Aun. **Edgard Leuenroth: uma voz Libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH / USP, 1988
- KROPOTKIN, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Simões, 1953

- _____. *Sobre o governo representativo ou parlamentarista*. In: Guérin, Daniel [Org.]. **O Anarquismo e a Democracia Burguesa**. São Paulo: Global, 1979
- LEAL, Claudia Feierabend B. *Anarquismo em Prosa e verso: literatura e propaganda anarquista na imprensa libertária de São Paulo durante a Primeira República*. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão [orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. I. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad X, 2006
- LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987
- LIMA, Josely, Tostes de. **A Palavra e a Pena. Dimensões da militância anarquista de Fábio Luz (Rio, 1903-1938)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica, 1995
- LOPES, Milton. **Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004
- LOPREATO, Christina Roquete. **O Espírito da Revolta. A greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000
- LUIZZETO, Flávio. *O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil*. In: PRADO, Antonio Arnoni [Org.]. **Libertários no Brasil. Memória, lutas, cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro [1890-1920]**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- MENDES, Álvaro. **História da Imprensa Sindical no Brasil**. Secretaria Especial de Comunicação/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005 (Série Cadernos da Comunicação)
- MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. **Anarquismo e cultura: um estudo da experiência libertária no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado / Programa de Pós-Graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999
- MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- PEREIRA, Astrojildo. A imprensa operária no Brasil. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, ano 5 n°18/19, 1992
- PESSANHA, Elina; GOMES, Sandra R. [Orgs.]. **Partido Comunista Brasileiro. Os Anos de Formação (1922-1929)**. Rio de Janeiro: Ed. Stamp/Programa de Preservação da Memória do PCB, 1994
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; Hall, Michael. **A Classe Operária no Brasil (1889-1930). Documentos vol. 1. O Movimento Operário**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979
- PINTO, Leonardo C. *O Inimigo do Rei: um jornal anarquista*. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão [orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. I. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad X, 2006
- PROUDHON, Pierre Joseph. **O que é a Propriedade [1840]**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997
- _____. **Do Princípio Federativo**. [1863]. Tradução e apresentação: Francisco Trindade. São Paulo: Imaginário: Nu-Sol; Imaginário, 2001
- _____. **Sistema das contradições econômicas, ou a filosofia da miséria [1847]**. São Paulo: Ícone, 2003. Tomo I

RAGO, Margareth Luzia. **Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei: liberalismo e experiência anarquista na República**. Campinas: Dissertação de Mestrado / IFCH / Unicamp, 1984

_____. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária. Os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979

_____. **Os Companheiros**. Vol. 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994

_____. **Os Companheiros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995

_____. **Os Companheiros**. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 1997

_____. **Os Companheiros**. Vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997

_____. **Os Companheiros**. Vol. 5. Florianópolis, Insular, 1998

RODRIGUES, Marcos Aurelio Santana. *Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República*. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges [Orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009

SAMIS, Alexandre Ribeiro. **Clevelândia do Norte: anarquistas, repressão e exílio interno no Brasil dos anos 20**. São Paulo: Imaginário, 2002

SILVA, Rodrigo R. da. *Idéias como delito: a imprensa anarquista nos registros do DEOPS-SP [1930-1945]*. DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão [orgs.]. **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. I. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad X, 2006

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Katheryn [orgs.]. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2003

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. *Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*. In: SPINK, Mary. Jane (org.). **Práticas discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999

STIRNER, Max. **El único y su propiedad: el falso principio de nuestra educacion o humanismo y realismo [1845]**. 2. ed. Barcelona: Labor, 1974

_____. **O Único e sua Propriedade [1845]**. Lisboa: Editores Refratários, 2004

TOLEDO, Edilene. Em torno do jornal o Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda *anarquista* em São Paulo nos primeiros anos deste século. *Cadernos AEL*. *Cadernos AEL*. Campinas: AEL/Unicamp, nº 8/9, 1998

TORRES, Magda Maria Jaolino. Michel Foucault e a história: *Campo de Experimentação*. Comunicação apresentada ao VI Colóquio Internacional Michel Foucault: Filosofia e Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Fâisca, 2007

VALVERDE, Monclar. *Militância como topologia política da ação*. In: VALVERDE, Monclar. **Militância e Poder**. Salvador: EDUFBA, 1998

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

WOODCOCK, Georges. **História das Idéias e Movimentos *Anarquistas*. A idéia.** Vol.1. Porto Alegre: LP&M Pocket, 1980

_____. **Anarquismo. Uma história das idéias e movimentos libertários. O movimento.** Vol. 2. Porto Alegre: LP&M Pocket, 1981